

MEMÓRIA EM DIÁLOGO:

VARIANTES DA HISTÓRIA, POLÍTICA
E CULTURA DO BRASIL

2

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZADORES



2022

MEMÓRIA EM DIÁLOGO:

VARIANTES DA HISTÓRIA, POLÍTICA
E CULTURA DO BRASIL

2

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZADORES



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos
à Editora e-Publicar pelos autores

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Dandara Goulart Mello

Lidiane Bilchez Jordão

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os autores

**MEMÓRIA EM DIÁLOGO: VARIANTES DA HISTÓRIA, POLÍTICA E CULTURA
DO BRASIL, VOLUME 2.**

Todo o conteúdo dos capítulos desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais. A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



2022

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M533 Memória em diálogo [livro eletrônico] : variantes da história, política e cultura do Brasil: volume 2 / Organizadores Willian Douglas Guilherme, Patrícia Gonçalves de Freitas, Roger Goulart Mello. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5364-125-9

1. Cultura – Brasil. 2. Política. 3. História. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Freitas, Patrícia Gonçalves de. III. Mello, Roger Goulart.
CDD 306

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar
Rio de Janeiro, Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br



2022

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar vem apresentar a obra intitulada "Memória em diálogo: Variantes da história, política e cultura do Brasil: volume 2 ". Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	9
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE <i>O JORNAL BATISTA</i> COMO ESPAÇO DE CONSOLIDAÇÃO E PODER DOS BATISTAS NO BRASIL (1901-1936).....	9
	Almiranice Cidade
CAPÍTULO 2	19
O QUE A PROFESSORA INDÍGENA TERENA TEM A DIZER SOBRE O DESCOBRIMENTO DO BRASIL E SOBRE SI MESMA?.....	19
	Vanessa Alves Margarejo Elisangela Castedo Maria do Nascimento Aparecida Sousa dos Santos Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha
CAPÍTULO 3	29
OS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL E A EXPLORAÇÃO DE TERRAS BRASILEIRAS	29
	Humberto Corrêa dos Santos
CAPÍTULO 4	51
DOS DOCUMENTOS À CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ARQUIVO SETORIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO/UFSM	51
	Nériton Clay Oliveira Porto Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
CAPÍTULO 5	71
<i>O ÁLBUM</i> : PEQUENO, GRANDE ESPAÇO DESTINADO AO TEATRO	71
	Maria Aparecida de Fátima Miguel Paulo Augusto De Almeida
CAPÍTULO 6	90
DO POSITIVISMO AO MARXISMO: A TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE LEÔNIDAS DE REZENDE	90
	Maxmiliano Martins Pinheiro
CAPÍTULO 7	109
TESSITURAS SOBRE EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS ESCOLARES NO ASSENTAMENTO AMBRÓSIO – PIAUÍ.....	109
	Simone Vieira Batista Maria Angela Borges Salvadori
CAPÍTULO 8	119
O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO SUPORTE NA VIDA DOS USUÁRIOS E DAS USUÁRIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL	119
	Simone Maria de Sousa Silva

CAPÍTULO 9	131
CONTRAFACÇÃO DE MODELOS CLÁSSICOS EM <i>MACUNAÍMA</i>	131
DOI 10.47402/ed.ep.c202222459259	Carlos Eduardo Mendes de Moraes Leticia Bonesso Gomes
CAPÍTULO 10	151
"VENEZA DA SERRA" – CACIMBAS-PB: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL.	151
DOI 10.47402/ed.ep.c2022224610259	Dêis Maria Lima Cunha Silva
CAPÍTULO 11	171
A QUIMERA IDEOLÓGICA: REFLEXÕES SOBRE A PUREZA IDEOLÓGICA NA GÊNESE DOS MOVIMENTOS OPERÁRIOS EM PERNAMBUCO	171
DOI 10.47402/ed.ep.c2022224711259	Joel Rodrigues de Moura
CAPÍTULO 12	181
O IMPERADOR ENCOMENDA, O HISTORIADOR PRODUZ: O PASSADO HISTÓRICO BRASILEIRO INVENTADO POR VARNHAGEN.....	181
DOI 10.47402/ed.ep.c2022224812259	José Ferreira Júnior Janaina Freire dos Santos
CAPÍTULO 13	188
K. RELATO DE UMA BUSCA, DE BERNARDO KUCINSKI: A AGONIA E O REVIVER DO TRAUMA NA LITERATURA BRASILEIRA	188
DOI 10.47402/ed.ep.c2022224913259	Pâmela Leão Freire

CAPÍTULO 1

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE *O JORNAL BATISTA* COMO ESPAÇO DE CONSOLIDAÇÃO E PODER DOS BATISTAS NO BRASIL (1901-1936)

Almiranice Cidade

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de apresentar uma breve análise sobre *O Jornal Batista*, organizado em 1901, pelos missionários da Junta de Missões Estrangeiras, a Junta de Richmond, no intuito de expandir e consolidar o pensamento batista no Brasil. Esse veículo de comunicação, de caráter informativo, que constituiu espaço de poder e de disputas no campo religioso, foi instrumento catalisador e fundamental para a interiorização das representações religiosas, de suas convicções, de seus valores, dos princípios e das doutrinas que defenderam e que perpetuaram ao longo da história do grupo. O jornal criou e reproduziu numa linguagem específica para os batistas o que considerava relevante. Destaca-se também a partir desta compreensão que alguns assuntos e questões gerados no meio do grupo não foram mencionados em *O Jornal Batista*, enquanto outros ganharam notoriedade. As publicações seguiram ininterruptamente desde a criação do jornal, firmado como a voz da denominação, o “lugar social” dos batistas no Brasil, por meio do qual expressaram o modo como se viam, como lidavam com os conflitos dentro e fora da denominação e como interagiram e contribuíram como um grupo religioso para a sociedade na qual estavam inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: O Jornal Batista, Poder, Pensamento batista.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma breve análise sobre como o espaço de consolidação e poder dos batistas no Brasil, *O Jornal Batista*, constituiu uma importante ferramenta para propagar o pensamento do grupo, os princípios e as doutrinas, além de ser um instrumento propulsor das estratégias de evangelização e expansão para alcançar os brasileiros.

O *Jornal Batista* foi um instrumento catalisador e fundamental para a interiorização das representações religiosas do grupo. Por meio desse veículo de comunicação, de caráter informativo, os batistas foram ganhando notoriedade, pois o periódico tinha como objetivo apresentar as convicções, os valores, os princípios e as doutrinas que defenderam e que perpetuaram ao longo de sua história. Sem contar que almejavam que a mensagem chegasse tanto aos membros das igrejas batistas mais distantes dos centros urbanos bem como a protestantes de outras denominações e pessoas das diversas religiões.

Por outro lado, ao mesmo tempo que visavam alcançar outros grupos religiosos, o *Jornal* também serviu como “palco” para as disputas no campo estritamente religioso. Disputas essas

que envolveram tanto a igreja católica como outros grupos de protestantes quanto ao modo de pensar sobre questões acerca das doutrinas bíblicas e assuntos relacionados à compreensão da ceia e do batismo.

O período que abrange esta pesquisa compreende o ano da organização do Jornal, de 1901 até 1936, ano em que a Convenção Batista Brasileira criou as “Novas Bases de Cooperação” entre as igrejas batistas e o Jornal serviu como órgão de integração e de persuasão, desempenhando o papel de “suporte indispensável” para propagar o ideário batista, como eles pensavam e o que almejavam como denominação.

A análise feita dos artigos publicados nos periódicos do jornal, no recorte delimitado para a investigação, permite-nos compreender como se deu o processo de consolidação do pensamento batista em um período de expansão missionária em solo brasileiro.

O Jornal criou e reproduziu numa linguagem específica para os batistas o que considerava relevante. Destaca-se também a partir desta compreensão que alguns assuntos e questões gerados no meio do grupo não foram mencionados em O Jornal Batista, enquanto outros ganharam notoriedade.

As publicações seguiram ininterruptamente desde a criação do jornal, firmado como a voz da denominação, o “lugar social” dos batistas no Brasil, por meio do qual expressaram o modo como se viam, como lidavam com os conflitos dentro e fora da denominação e como interagiram e contribuíram como um grupo religioso para a sociedade na qual estavam inseridos.

“O JORNAL BATISTA, O VOSSO PORTA VOZ”

Entre 1883 e 1886, os batistas já contavam com seu primeiro jornal denominado “O Christão Baptista”, criado pelo missionário William Bagby, mas foram “Echos da Verdade” em 1886 (Bahia), organizado pelo missionário Zachary Taylor, que teve o seu nome mudado para “A nova vida” em 1896, e “Boas Novas” (1894), organizado por Salomão Ginsburg, no Rio de Janeiro, que se consolidaram como os dois mais importantes periódicos batistas do final do século XIX. (OLIVEIRA, 2011)

É importante ressaltar que já no final do século XIX e início do século XX houve uma aceleração no ritmo da vida cotidiana devido a inúmeros fatores e, entre esses, destaca-se a atividade editorial da época, que segundo Kátia Carvalho (1996) se tornou próspera proporcionando o aumento da produção de livros e revistas. E nesse contexto de prosperidade

editorial os batistas alcançaram com êxito a publicação de folhetos evangelísticos, livros, revistas, jornais e, depois, bíblias.

Em 1900 foi criada a “Casa Publicadora”, editora oficial, que junto com o setor educacional formou uma só entidade, responsável inicialmente pela publicação e distribuição de *O Jornal Batista*. No ano de 1967, essa editora teve seu nome mudado para JUERP (Junta de Educação Religiosa e Publicação). Quinze anos mais tarde, precisamente em 1915, os batistas já contavam com 104 livros e 53 folhetos publicados, constando no catálogo da publicadora batista, sem contar bíblias, cantores (hinários) e outros materiais. (AZEVEDO, 1996)

O Jornal Batista, publicado ininterruptamente desde 01 de janeiro de 1901, sucedendo "O Echo Batista" e "Boas Novas", foi idealizado pelo missionário W. E. Entzminger com o objetivo de trazer unidade ao pensamento do grupo. Contudo, somente em junho de 1909, ele se tornou órgão oficial da Convenção Batista Brasileira na Assembleia realizada na cidade de Recife. Nessa mesma convenção ficou determinado que o terceiro domingo de julho seria comemorado como “O dia do jornal batista”.

Secudando a bem lembranda proposta da Convenção de que o 3º domingo de julho p. futuro, e o mesmo dia nos anos subsequentes, seja conhecido como “o dia do Jornal Baptista”, no qual haja em cada igreja, congregação e família baptista no Brazil, um esforço especial em favor dos interesses do organ das igrejas baptistas (...). (O JORNAL BAPTISTA, 1909, p.4)

Uma vez que já havia sido consolidados entre os batistas a importância de *O Jornal Batista* e seu propósito de levar a informação, servir, instruir e divulgar as ações dos batistas brasileiros, além de defender a causa da denominação, “O dia do jornal” foi mais um reforço ao valor dado ao órgão de comunicação e unidade entre os batistas bem como proporcionaria o aumento das assinaturas e tiragem dos exemplares como podem observar em algumas das notícias divulgadas:

Quantas assignaturas novas e renovadas queremos no 3º domingo de julho? Mil. (O JORNAL BAPTISTA, 1909, p.14)

O Dia do “Jornal Baptista”

Como os leitores já sabem a nossa Convenção adoptou oficialmente a bôa e excelente sugestão do seu Presidente, o irmão pastor Soren, que durante o anno fosse dedicado aos interesses de cada uma das juntas em nossas igrejas. **O Jornal Baptista foi alinhado com as outras Juntas, sendo ao mesmo tempo o interprete de topdas ellas** (...) Os servos de Deus nestas igrejas ficarão sobremodo interessados no seu organ (**O maior pregador baptista no Brazil, o único que cada anno prega a mais de 60.000 mil pessoas, instrue, edifica, e combate o erro de doutrina**) e se dispozeram a fazer por ele tudo o que podiam. Esse interesse podia ser aquilatado pelo proceder de uma irmã pobre e viúva que tomou uma assinatura semestral com grande sacrificio (...). **Esse interesse revelam no eloquentemente os seguintes algarismos:**

Assig. Novas collectas

Primeira Igreja Baptista	25	76\$000
Igreja do E de Dentro.....	6	17\$000
Igreja de Nitheroy.....	25	25\$000
Igreja de Ilha do Governador.....	—	14\$000 (grifo da autora) (O JORNAL BAPTISTA, 1909, p. 4)

Por vezes, publicações com relatórios dos números de tiragem e com a quantidade especificada por estado eram apresentadas como um “sinalizador” da recepção dos batistas ao seu veículo de comunicação. (O JORNAL BAPTISTA, 1931, p7)

O Dia do jornal batista serviu para apontar a importância que o órgão tinha e também para potencializar o compromisso que cada igreja deveria ter ao incentivar a aquisição de assinaturas e ainda prover para que o exemplar pudesse chegar a outras pessoas, e as igrejas eram orientadas a levantarem ofertas para que o jornal chegasse também a cadeias.

O domingo próximo é o terceiro domingo de julho, o dia “Jornal Baptista”, e ao que temos dicto, (...) Nós esperamos que cada igreja baptista cumpra o seu dever. Dever, não para conosco, mas para com Deus mesmo (...). (O JORNAL BAPTISTA, 1920, p.4)

No dia do “O jornal Baptista” tire uma boa collecta para pagamento das assignaturas dos infelizes presos das cadeias. (O JORNAL BAPTISTA, 1920, p.4)

Estamos enviando o Jornal Batista para setecentas cadeias (...). Cada Igreja Baptista e cada crente baptista faça um esforço e um pequeno sacrificio a favor dos encarcerados. (O JORNAL BAPTISTA, 1920, p.7)

Israel Belo de Azevedo (1996) informa que no início a tiragem de exemplares correspondia a 8,5 batistas, ou seja, eram 300 exemplares. Em 1910, chegou a 2.400 (três batistas por exemplar). Em 1928, a relação era de 5,7 exemplares por batista. No entanto, não foi possível que essas tiragens acompanhassem o crescimento numérico dos batistas no Brasil. Encontra-se em uma das edições do Jornal de 1935 o desafio para que as igrejas estivessem cooperando para elevar a edição de “*O Jornal Batista*” a uma tiragem de 10.000 exemplares. Indo um pouco além do recorte temporal desta pesquisa, investigados os periódicos publicados nos anos de 1937 a 1940, em especial, nos meses de janeiro e julho, por terem sido meses de organização e de celebração do dia do jornal respectivamente, mas não foram encontrados nenhum indício de que a meta dos 10 mil exemplares havia sido alcançada, ao menos nos meses e anos que foram investigados. (O JORNAL BAPTISTA, 1935, p.7)

O impresso ganhou notoriedade ao longo da história do grupo e se tornou um “sólido doutrinador e firme defensor das convicções batistas” como declarou o pastor J. Reis Pereira em um artigo publicado no ano de 1980. (O JORNAL BATISTA, 1980, p. 3). Reis Pereira atuou como diretor e redator-chefe durante vinte e quatro anos ininterruptos (de 1964 a 1988).

Vale ressaltar que entre os nomes importantes na direção do Jornal, como o do idealizador, W. E. Entzminger, por exemplo, destaca-se o de José Reis Pereira, por ele protagonizar e liderar um dos debates mais longos na história dos batistas sobre o pioneirismo dos batistas no Brasil. Sem contar que ele foi o criador do “Dia batista do Brasil” enfatizado de modo massivo durante o mês de outubro dos anos de 1964 a 1982. (O JORNAL BATISTA, 1964, p. 1,6)

O Jornal Batista foi o espaço usado nas disputas quanto ao marco inicial dos batistas no Brasil, uma controvérsia e um debate que duraram mais de trinta anos, ocupando as páginas do jornal com questionamentos a respeito do assunto, com artigos e informações alusivas ao centenário, que acabou sendo comemorado em 1982. O Jornal foi o palco da disputa a respeito do assunto. No período das disputas, o pastor José Reis Pereira acabou exercendo sua influência e utilizou o meio de comunicação a favor do que defendia como pioneirismo e expansão dos batistas no Brasil. (CIDADE; BRICHTA, 2021)

Segundo Anna L. C. Adamoviczo (2008, p.13), *O Jornal Batista* foi um dos espaços de ação e poder dos batistas constituindo um “instrumento decisivo na divulgação do pensamento e ideário denominacional na sociedade brasileira”. Atentando para o que a autora diz, destaca-se uma publicação do missionário Zachary Taylor ao falar sobre a cooperação entre os batistas, identificando não só a apresentação do ideário bem como o pensamento batista e o “modo de ser” da denominação quanto às questões em destaque:

[...] Quero dizer que a nossa **missão é evangelizar a toda a criatura: organizar depois os crentes em cada localidade em igreja [...] educar nossos filhos em escolas dominicais e diárias; edificar um templo onde há igrejas; que cada igreja eleja e sustente seu próprio pastor; que os irmãos piedosos sejam preparados em institutos annuaes de um a trez mezes no estudo da Palavra de Deus, na meditação e oração; que se devem alistar todos os crentes nos deveres christãos e esforços unidos das igrejas; como sejam: leitura e distribuição de Bíblia, tratados e livros evangélicos no meio do povo a preço razoável; granjear assinatura para o Jornal Baptista e que este seja lido em cada família christã [...]** (grifos da autora) (O JORNAL BAPTISTA, 1901, p.3)

Este jornal foi, sem dúvida, um veículo de unidade e de coesão doutrinária para reafirmar as doutrinas e os princípios defendidos pelo grupo bem como para sanar questões que se levantavam acerca das doutrinas ensinadas pelos batistas. O batismo e a ceia foram assuntos que demandaram discussão nas páginas do Jornal tanto por conta da estranheza entre os católicos quanto por parte de alguns protestantes quanto ao modo como os batistas lidavam com tais práticas doutrinárias. As discussões sobre esses assuntos ganharam as páginas do Jornal como podem ver em um trecho do artigo:

Pretendemos com este artigo defender a doutrina que desdenhosamente chamam de “exclusivismo baptista”. A questão de comunhão “livre” ou “restrita”, tão debatida hoje, nunca se levantou nas igrejas primitivas; e a razão disso não é para extranhar,

pois havia entre ellas “um só Senhor, uma só fé e um só baptismo” (Ephesios 4:5) [...]. Visto que todas as igrejas do Novo Testamento eram da mesma fé e ordem, claro que fica que a nossa defesa consiste em provar que os nossos princípios baptistas são idênticos com os das igrejas apostólicas; e então notaremos de que modo se constituiu uma das igrejas bíblicas, ou uma igreja christã. [...] todos os que fazem parte de uma igreja baptista entraram por profissão de arrependimentos de seus pecados [...]. Os mais doutos de todas as denominações, quer catholica, quer evangélicas concordam que o baptismo apostólico era por imersão[...] Nós temos agora a forma de governo das igrejas do Novo Testamento [...]. As igrejas no Novo Testamento também escolheram os seus próprios missionários [...]. As igrejas baptistas de hoje são unidas na fé, mas não há pessoa ou assembleia que as governe; cada uma é uma pequena república regida pela maioria de votos e todos os membros são pessoalmente responsáveis a Christo, o único cabeça da igreja. [...] (O JORNAL BAPTISTA, 1906, p. 2.)

Os baptistas estiveram envolvidos em discussões acerca de assuntos doutrinários e nas páginas do Jornal destacaram várias questões discordantes da igreja católica e de demais grupos religiosos. Os discursos, por certo, constituem uma marca entre os diversos segmentos religiosos. No entanto, para os baptistas, seus discursos se manifestaram não só sobre os aspectos de suas crenças, mas também sobre os aspectos de “suas diferenças”. Ao falar sobre liberdade de consciência, eles defenderam que: “em toda extensão, só os baptistas sabem o que ella é por ensino e prática” (O JORNAL BAPTISTA, 1907, p. 3). Discursos como esse ecoaram por meio da imprensa batista dando vez e voz ao que consideravam autoritativo.

Para Bourdieu (2004), a atividade jornalística não se estabelece apenas em função da capacidade de dominar a língua, mas também pela capacidade performativa e por meio da autoridade dada ao locutor através de um poder simbólico, constituindo, desta forma, um detentor do discurso autoritativo, pois detém o poder e a capacidade de produzir pontos de vista que apresenta. Assim, segundo o autor, esse poder simbólico não é reproduzido apenas nas relações de poder, mas também possibilita maneiras de fazer e de mudar o mundo pela imposição de uma determinada visão, que permite que os fatos, os acontecimentos e a própria história sejam por ela construídos.

Segundo Eni Orlandi (2003), o discurso é uma elaboração daquilo que é produzido em um contexto social e histórico e que funciona como atividade estruturante por um determinado falante para um determinado interlocutor cujas finalidades são específicas. Daí entende-se que o que foi propagado pelos baptistas foi construído e apresentado ao longo de sua história sob a pretensão da diferença e O Jornal Batista foi o impulsionador desse pensamento, que segue ainda hoje consolidado na divulgação dos mais variados assuntos e temas teológicos.

Por meio daquele veículo de comunicação, os baptistas expressaram o modo como se viam em sociedade e o evangelho supranacional que trouxeram. Em um artigo, “O que são os protestantes”, deixam expresso esse pensamento:

_ O sr. É protestante?
 _ Sou sim, sr., e tenho muita honra em sel-o, responde o christão.
 _ Mas nós, os livres pensadores entendemos que os protestantes são uns sectários fanáticos, uma gente da classe mais pobre e ignorante.
 _ É exacto, _ acrescenta um catholico,
 _ e Nossa Santa Madre Egreja Romana os tem declarado hereje os tem condenado ao inferno.
 _ Pois srs. Eu sou protestante e vos direi porquê. Os protestantes baseam sua religião na Escriptura Sagrada, lei de Deus [...]
 Qual é a nação que pode comparar-se com as protestantes em cultura intelectual, moral e physica? Estão na vanguarda de tudo quanto é bom e útil, em todos os ramos da atividade humana. [...] Os paizes de mais progresso hoje são Estados Unidos do Norte, Inglaterra, Allemanha, Holanda, Suissa, Dinamarca, Suécia, Noruega e França em parte: estas são as Nações protestantes. Seu poder colonial é enorme e os anglosaxônicos e germânicos protestantes estão chamados a dominar o mundo. E ainda me pergunta:
 _ O sr. É protestante?
 _ Sou sim e tenho muita honra em sel-o [...] (O JORNAL BAPTISTA, 1901, p.3)

Os batistas consolidaram seu espaço de poder numa linguagem específica do grupo em todo o processo de consolidação e reafirmação do Jornal como órgão oficial de relevância, de autoridade e de notoriedade. A partir da década de 30 em diante, os apelos para a observância ao Dia do jornal e à sua relevância para a denominação foram tomando as páginas do Jornal com mais frequência por meio de “tirinhas”:

Crente baptista que não lê o Jornal Baptista tem ouvidos surdos, olhos e bolso fechados aos apellos de missões. (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p. 3)

Não há jornal de classe que não interesse aos respectivos associados, e como pode “O Jornal Baptista” desinteressar aos baptistas? (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p. 5)

Ler, desejar e amar “O Jornal Baptista, significa amar a causa que ele representa e defende. (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p. 6)

O crente que começa sua vida christã lendo “O Jornal Baptista”, começa a vida bem. (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p. 7)

Que não haja uma só igreja baptista no Brasil que se esqueça do seu amigo no dia dele – “O Jornal Baptista” (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p. 8)

Nenhum baptista pode ser de facto, permanecendo ignorante da vida de denominação que pulsa no “O Jornal Baptista”. (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p. 9)

Lar baptista onde não entra “O Jornal” é campo aberto aos prejuízos da heresia. (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p. 10)

É incomprehensivel que haja baptistas que tenham interesse, tempo e dinheiro para lêr jornaes diários e não tenham para lêr “O Jornal Baptista”. (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p. 11)

Os pastores de visão larga, têm como um de seus mais preciosos auxiliares “O Jornal Baptista” e o vulgarizam na sua igreja. (O JORNAL BAPTISTA, 1934, p. 4)

Concorrer para a maior circulação de O Jornal Baptista é ajudar a responder a oração: “Venha o teu reino”. (O JORNAL BAPTISTA, 1935, p. 4)

O JORNAL BAPTISTA é o melhor visitante de toda família crente e não crente. (O JORNAL BAPTISTA, 1936, p. 6)

O Jornal baptista prega o evangelho onde o mandarem e onde pregadores não podem ir. (O JORNAL BAPTISTA, 1936, p. 9)

A condição imposta e persuasiva das publicações por meio das “tirinhas” foi organizada e manifestada como ferramenta que deu destaque de poder e legitimação ao que a denominação almejava alcançar como voz dos batistas. E para os batistas

Nenhuma igreja baptista deve deixar de eleger um agente activo que se encarregue de tomar assignaturas ou vender exemplares de “O Jornal Baptista”. (O JORNAL BAPTISTA, 1936, p. 7)

Se todos os pastores baptistas quiserem, “O Jornal Baptista, dobrará este anno a sua tiragem e multiplicará a sua influência. (O JORNAL BAPTISTA, 1936, p. 8)

Pastores e diáconos, fazei que o 3º domingo de julho não fique um só membro que não seja assignate ou comprador assíduo d’O Jornal Baptista. Todo o crente novo deve ser induzido a assignar ou a comprar regularmente O JORNAL BAPTISTA. (O JORNAL BAPTISTA, 1936, p. 3-5)

Prezado pastor: de vós depende, principalmente o sucesso do Dia d’”Jornal Baptista”. (O JORNAL BAPTISTA, 1933, p.4)

A capacidade de exercer o poder e legitimar o que tinham por objetivo foi bem sólida entre os batistas. Intentaram realizar seus objetivos por meio de uma autoridade institucional. Determinaram e dispuseram de força e autoridade tanto para agir como para deliberar ou mandar.

O Jornal foi também um espaço para as manifestações e os protestos contra o decreto assinado em 30 de abril de 1931, que deixava facultado o ensino religioso nas escolas de instrução primária, secundária e normal. Artigos com os títulos: “Um manifesto aos baptistas no Brasil” (O JORNAL BAPTISTA, 1931, p.14.), “A reação contra o ensino religioso nas escolas” (O JORNAL BAPTISTA, 1931, p.3). “O ensino religioso no Brasil e Uma carta do presidente da Convenção Baptista Brasileira ao chefe do governo provisório” (O JORNAL BAPTISTA, 1931, p.5), foram publicados como expressão da desaprovação ao que consideravam manifestações de tendências prejudiciais ao princípio de laicidade do Estado.

Vale ressaltar que nem tudo o que envolvia direta ou indiretamente a denominação foi apresentado pelo Jornal. Houve informações que foram silenciadas propositalmente. Alguns conflitos ocorridos dentro da denominação não foram publicados, como o conflito entre os missionários da Junta de Richmond e os batistas brasileiros, que ficou conhecido como

movimento radical, iniciado no Nordeste e que se espalhou por outras regiões do país de 1923 a 1936.

Esse conflito representou ameaça de divisão entre os batistas e alguns líderes mais conservadores não concordavam que o assunto fosse inserido nos compêndios de história dos batistas no Brasil. Isso talvez justifique a ausência dos fatos em *O Jornal Batista* nas edições nos anos em que o episódio ocorreu. Os acontecimentos ligados ao movimento não foram divulgados, mas a resolução para o conflito foi divulgada no Jornal em 1936, quando a Convenção Batista Brasileira criou as “Novas Bases de Cooperação.” (O JORNAL BAPTISTA, 1936, p. 5-6), que foram resoluções encontradas para que as igrejas que haviam se distanciado da Convenção pudessem se reintegrar, e o Jornal serviu como órgão de integração e de persuasão, desempenhando o papel de “suporte indispensável” para propagar o ideário batista, como eles pensavam e o que almejavam como denominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se mediante o que foi analisado sobre *O Jornal Batista* que os batistas atribuíram grande importância à imprensa denominacional. As publicações que se seguiram desde sua criação fizeram daquele periódico a voz da denominação, enquanto meio eficaz de propagação do pensamento batista brasileiro, constituindo ferramenta fundamental para a interiorização das representações religiosas do grupo, de suas convicções e de seus valores.

REFERÊNCIAS

ADAMOVICZ, Anna Lúcia Collyer. **Imprensa Protestante na Primeira República: Evangelismo, informação e produção cultural.** O Jornal Batista (1901-1922). 2008. 400 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, História e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

AZEVEDO, Israel Belo de. **A Celebração do Indivíduo: a Formação do Pensamento Batista Brasileiro.** Piracicaba: UNIMEP; São Paulo: Exodus, 1996.

CIDADE, Almiranice.; BRICHTA, Laila. **Os batistas no Brasil: um marco, discursos e controvérsias.** Revista Real Conhecer. Vol.2. número 5, 2022. CARVALHO, Kátia. **Ciência da Informação. Artigos Imprensa e informação no Brasil, século XIX.** Vol 25, número 3, 1996.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira. **Um povo chamado batista: história e princípios.** 2. edição revista e corrigida. Recife: Kairós Editora, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 5. edição. Campinas: Pontes, 2003.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro., ano 1, n. 11, p. 3, 1901.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano vi, n. 9, p. 2, 1906.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano vii, n. 21, p.3, 1907.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano ix, n. 23, p.4, 1909a.

O JORNAL BATISTA, Rio de Janeiro, ano ix, n. 24, p. 4-5, 1909b.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano, ix, n.26, p.4, 1909c.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xx, n.29, p. 14, 1920.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xx, n. 29, p. 4, 1920a.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xx, n. 29, p.7, 1920b.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxi, n. 23, p. 7, 1931a.

O JORNAL BAPTISTA. Rio de Janeiro, ano xxxi, n. 19, p. 14,1931b.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxi, n. 20, p. 3, 1931c.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxi, n. 20, p.5, 1931d.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxiii, n. 28, p. 3, 1933a.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxiii, n. 28, p. 5-11, 1933b.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxiii, n. 28, p. 4, 1933c.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxiv, n. 25, p. 4, 1934.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxv, n. 29, p. 4, 1935a.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxv, n. 29, p. 7, 1935b.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxvi, n.28, p.5-6, 1936a.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxvi, n. 29, p. 3-5, 1936b.

O JORNAL BAPTISTA, Rio de Janeiro, ano xxxvi, n. 29, p. 6-9, 1936c.

O JORNAL BATISTA, Rio de Janeiro, ano lxiv. N. 42, p. 1,6, 1964.

O JORNAL BATISTA, Rio de Janeiro, ano lxxx, n. 5, p. 3, 1980.

CAPÍTULO 2

O QUE A PROFESSORA INDÍGENA TERENA TEM A DIZER SOBRE O DESCOBRIMENTO DO BRASIL E SOBRE SI MESMA?

Vanessa Alves Margarejo
Elisangela Castedo Maria do Nascimento
Aparecida Sousa dos Santos
Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha

RESUMO

O presente trabalho apresenta algumas considerações sobre a existência das desigualdades socioculturais da população indígena em relação à população brasileira, propõe-se tratar da invisibilidade desses grupos nativos, no que diz respeito à visão posta pelas instituições escolares, a respeito da distorção do contexto histórico. O objetivo da pesquisa foi perceber o olhar colonizador lançado sobre os povos indígenas e apontar a desconstrução dessa perspectiva, que não constam nos livros didáticos de história. Para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, foi realizado: levantamento bibliográfico baseado em autores que possuem uma visão crítica do processo de colonização eurocêntrica, tais como: Oliveira e Freire (2006); Bittencourt e Ladeira (2000); Guirau e Silva (2013); Sant'Ana (2004), Castro-Gomes (2005), entre outros autores. Nessa perspectiva percebemos a relevância de elaborarmos estudos sobre autores que estudam e escrevem sobre nossa história, uma vez que é de suma importância saber e repassar para novas gerações nossa história, enfatizando que somos povos com grupos étnicos de várias etnias e costumes diferentes, que fazemos parte do contexto histórico deste país e que somos originários (desta terra), que as vezes nos contos e livros parecemos nos olhares de pessoas não indígenas como seres selvagens que necessitam serem civilizados para poderem viver e pertencer a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: História, Eurocentrismo, Etnia Terena.

INTRODUÇÃO

O objetivo que levou a realização deste trabalho foi o desejo de compreender melhor sobre nossa participação (povos indígenas) na história e desenvolvimento deste país, visando aprofundar o que pesquisamos e discutimos em uma disciplina de Educação Escolar Indígena, do curso de Pedagogia. Como os assuntos abordados em sala de aula não foram suficientes para obter um aprofundamento nesse assunto senti a necessidade de fazer um projeto de pesquisa. Outro motivo que me levou a escolher esse tema é o fato de ser indígena da etnia Terena e residir na cidade de Anastácio, meu pai é indígena da etnia Terena e residia com meus avós paternos e seus irmãos (meus tios) na aldeia Ypegue. Meus avós mudaram da aldeia para a cidade de Aquidauana-MS, o motivo da mudança se deu, segundo meu pai, em virtude de que meu avô (falecido no ano de 1993, quando eu tinha apenas 5 anos de idade), havia se desentendido com outro patrício, assim deixando meu pai para traz, que estava trabalhando

numa fazenda vizinha da aldeia. Quando meu pai retornou para casa (na aldeia) descobriu que meus avós juntamente com seus irmãos tinham se mudado e para não ficar sozinho resolveu ir atrás deles, deixando para trás a casa fixa que eles residiam, para tentar a vida na cidade. Logo conheceu minha mãe não indígena, casou-se com ela e constituiu uma família formada por mim e meus dois irmãos.

Nasci e fui criada na cidade, mais nos tempos de eleição de cacique e em virtude de ter muitos parentes e a antiga casa de meus avós na aldeia Ypegue, meu pai e meus tios reuniam as famílias íamos até a praça dos Estudantes para esperar o ônibus que levava todos nós para a aldeia. Hoje, moro na cidade de Anastácio, fui criada e educada pelo meu pai (não é falante da língua Terena, mais entende) e minha avó paterna indígena (que fala a língua Terena e a língua portuguesa), estudei e vivenciei muitas ideias equivocadas de pessoas tanto de minha escola (não indígena) como das conversas sociais de pessoas que tinham visões distorcidas sobre nós, confesso que tive momentos de minha infância, que tive vergonha de ser indígena, em virtude das questões que líamos em nossos livros e discussões feitas em sala de aula, tive muitas experiências preconceituosas, até cursar o ensino superior. Constatei muitas visões etnocêntricas de um projeto colonizador que vigora até nos livros didáticos.

Nesse sentido, acreditamos que compreender tais questões numa abordagem teórica crítica contribui com a reflexão sobre a história do país na tentativa de entender que, o que está posto nos livros didáticos é uma visão eurocêntrica, com intuito de espoliação, visto que “o colonizado aparece assim como o *outro da razão*, o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador. A maldade, a barbárie e a incontinência são marcas *identitárias* do colonizado, enquanto que a bondade, a civilização e a racionalidade são próprias do colonizador” (CASTRO-GOMES, 2005, p.91). Percebemos que o poder colonial dita regras na tentativa de civilizar o colonizado através de sua ocidentalização (CASTRO-GOMES, 2005).

Dessa forma, o trabalho teve como referencial teórico os autores: Oliveira e Freire (2006); Bittencourt e Ladeira (2000); Guirau e Silva (2013); Sant’Ana (2004), Castro Gomes (2005), entre outros autores. Primeiro discutimos a presença indígena e o olhar eurocêntrico com a trajetória Terena em território brasileiro. Fizemos uma abordagem sintetizada sobre a demografia dos povos indígenas desde a colonização do Brasil até os dias atuais, o contexto histórico dos Terena e a migração dos mesmos para o estado sul mato-grossense. Depois discutimos o processo de construção da Educação Escolar Indígena, iniciado com o movimento indígena brasileiro. Também apresenta uma análise do Projeto Político Pedagógico-PPP da

Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, numa perspectiva de compreender melhor o funcionamento do ensino atualmente e depois foi realizada uma pesquisa de campo, para entender como está sendo realizado o processo ensino aprendizagem nessa instituição de ensino, observando e analisando o ensino e recursos didáticos pedagógicos para com a disciplina de História.

Considerando que existe estudos elaborados e enraizados de conteúdos divergentes sobre os povos indígenas frente à história do Brasil, buscamos enfatizar a relevância dos estudos de historiadores sob um olhar diferenciado em relação ao contexto histórico de nosso país, enfatizando nós indígenas como povo pertencente do mesmo. Entendemos a relevância da nossa participação no processo histórico, na construção e na cultura brasileira, que muitas vezes passa despercebido, assim desejamos que esse trabalho possa contribuir com aprendizado sobre nossa história e cultura como parte desse estado e desse país.

CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL: PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

No Brasil, ao contrário do que se diz nos livros, antes da “invasão” feita pelos portugueses, já existiam os povos indígenas, de diversas etnias e culturas. De acordo com Oliveira e Freire (2006), os indígenas foram obrigados a ajudar no processo de acomodação dos invasores, uma vez que muitos foram escravizados enquanto outros faziam negociações para não perderem o lugar onde viviam. A colonização do Brasil só foi possível com a ajuda dos povos que aqui habitavam, pois, o ambiente era totalmente desconhecido, com florestas de matas densas não tendo a menor chance em avançar terreno adentro e sobreviver sem que os indígenas os auxiliassem nessa tarefa.

Nas opiniões de Oliveira e Freire (2006), as histórias foram contraditórias, descaracterizadas, com visões etnocêntricas a respeito do modo como aqueles grupos viviam antes do período colonial. “A descoberta aparece como um feliz e casual desvio de rota e o encontro com os indígenas vem descrito como integrado por surpresa e estupor”. (OLIVEIRA e FREIRE 2006, p. 17). Os europeus se enxergavam como superiores e aos nativos como seres não civilizados e por este entre outros motivos, tentaram mudar seus hábitos para poderem viverem em sociedade.

Contrapondo-se a esses olhares, Oliveira e Freire (2006) levantaram e registraram a visão indígena a respeito do descobrimento do Brasil. Descobriram uma história muito diferente da história registrada nos livros didáticos adotados na educação brasileira, onde indígenas eram

vistos como seres não civilizados. O termo “não civilizado” foi utilizado pelos europeus para justificar a catequização feita pelos jesuítas. Nesse processo de “civilização”, os indígenas na verdade foram aculturados, dissipados de costumes, línguas, e crenças, para que dessa maneira eles aprendessem a cultura dos recém-chegados.

Os autores também destacam a relevância dos relatos sobre a chegada dos europeus como uma forma de entender que o Brasil não era um lugar sem qualquer vestígio de habitantes, pelo contrário, aqui existia uma população imensa, com modos de vida totalmente diferentes de qualquer outra nação. Os europeus desconheciam os modos, costumes, a maneira como se comunicavam, a dança, a música, entre outros elementos culturais, da cultura indígena. Nesse sentido, Oliveira e Freire (2006), destacam a carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, como relato sobre os primeiros contatos com a população indígena:

A primeira descrição da terra e de seus habitantes, realizada pelo escrivão Pero Vaz de Caminha em 1500, enfocou os índios de forma positiva, “comparando-os, velada ou abertamente, aos habitantes do Jardim do Éden” (BETTENCOURT, 1992, p. 41 apud OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p.25).

De acordo com Oliveira e Freire (2006, p.28), mostra o olhar dos europeus: “As diferenças e costumes diante dos europeus eram enfatizadas, sendo ressaltadas, as práticas tidas como bárbaras, como a antropofagia”. Os indígenas eram vistos como animais, os quais não poderiam viver em sociedade. Foi imposta a civilização do não indígena com crenças e costumes que naquela época tinha característica de cunho religioso.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, os indígenas foram descritos com o olhar do romantismo, sendo caracterizados em pinturas, músicas e poesias, como povos selvagens que se diferia de grupos sociais, os quais necessitavam de certo aperfeiçoamento, uma modelagem para serem encaixados e vistos como pertencente de uma sociedade. Também são citados autores de obras literárias, com um olhar diferenciado, enfocando esses povos como seres que viviam em liberdade, capazes de construir seu próprio meio de subsistência.

[...] tais observações foram registros que posteriormente se tornaram objeto de estudo para cientistas, ao mesmo tempo em que possibilitavam ao público leigo fortalecer impressões de senso comum próprias à época do Romantismo. [...] Se o índio real era discriminado, cabia aos dirigentes políticos apropriarem-se da imagem do “bom selvagem” que continuava a ser difundida pelo Romantismo europeu, encontrando sua expressão brasileira no “indianismo literário” (OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p. 94-95).

A imagem do indígena que ainda aparece nos livros de história como um ser sem vestimenta, com o corpo todo pintado, armado com arco e flecha, entre outros acessórios que consideram fazerem parte das caracterizações do “ser indígena”. Esse modelo de indígena visto pela sociedade não indígena tem a escola como contribuinte, visto que se trabalha desde a

Educação infantil um contexto totalmente voltado ao passado, da época da colonização, no dia 19 de abril, data em que é comemorado o Dia do Índio. Outro problema é a generalização dos grupos étnicos, uma vez que não são identificadas as nossas diferenças étnicas. “O que permanece no senso comum são, na verdade, muitas ideias equivocadas que ainda continuam sendo veiculadas por meio dos livros didáticos, ou pela escola, ou ainda pela mídia a respeito destes povos” (MUSSI, URQUIZA e VARGAS, 2010, p. 29).

Mussi, Urquiza e Vargas (2010), mostram o contraste da visão não indígena mostrada nos livros, e a visão indígena por meio de histórias contadas sobre o que ocorreu no período colonial, no contato do europeu com o índio. A população indígena foi nomeada com diversos nomes (nativos, ameríndios, índio), pelos europeus, vários grupos étnicos também deram nomes diversificados aos colonizadores como, por exemplo, nós da etnia Terena da região sul-mato-grossense os chamamos de purutuye, que significa branco. Dessa maneira, os autores vêm exemplificando as concepções que os europeus e a população indígena tinham uns dos outros.

Mussi, Urquiza e Vargas (2010), comparam os textos do autor literário Mário de Andrade e José de Alencar, com textos literários elaborados pelos povos indígenas na tentativa de entender as visões construídas sobre a criação do homem. Os autores ressaltam as histórias contadas por nós indígenas numa perspectiva mítica, ou seja, nós utilizamos de relatos orais em uma roda de conversa contando a história de nossas origens, mostrando na prática cotidianamente a maneira como se deve viver e assim mediando a educação para as crianças, enquanto os não indígenas, se utilizam de vários recursos considerados tecnológicos, como por exemplo, os documentos transcritos por pesquisadores que tentam recontar o surgimento da humanidade.

As idealizações sobre nós, baseadas em senso comum, até hoje estão impregnadas nas histórias contadas e escritas por autores que nos caracterizavam como seres com necessidade de adaptação a outra cultura para vivermos e pertencermos a essa nação. Temos um país onde há uma diversidade imensa de povos descendentes de portugueses, espanhóis, paraguaios, africanos, indígenas, entre outros que trouxeram uma grande contribuição para a cultura e história brasileira, devendo-se incluir a perspectiva desses outros sujeitos históricos.

A TRAGETÓRIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA DA ETNIA TERENA NA CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE

Sabe-se que desde a colonização do Brasil, até os dias atuais existem várias estimativas feitas por muitos historiadores e estudiosos sobre os diferentes grupos de povos aqui existentes antes e depois da chegada dos europeus.

As estimativas das populações indígenas que habitavam o Brasil na época da colonização foram calculadas por historiadores de acordo com a localização em que se encontravam. Cada historiador possui uma previsão diferente, como afirmam Oliveira e Freire (2006):

Há várias estimativas sobre o montante da população indígena à época da conquista, tendo cada autor adotado um método próprio de cálculo (área ocupada por aldeia, densidade da população etc.). Julian Steward, no *Handbook of South American Indians* calculou em 1.500.000 os índios que habitavam no Brasil (Steward, 1949). William Denevan projetou a existência de quase 5.000.000 de índios na Amazônia (Bethell, 1998: 130-131), sendo reduzida posteriormente essa projeção para cerca de 3.600.000 (Hemming, 1978) (OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p. 22)

Os autores citam vários historiadores e especialistas em demografia histórica que discordam entre si em relação à quantidade de população indígena existente, dessa maneira, não cabe aqui apontar ou dizer que uma dessas estimativas seria a que mais se aproxima do número de habitantes no Brasil antes de sua colonização, sem o devido aprofundamento.

Esse número varia entre os antropólogos. Atualmente essas estimativas vêm sendo calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010 o IBGE fez um levantamento demográfico da população indígena no Brasil, com novos quesitos que tentam identificar esses povos, segundo as autoras Guirau e Silva (2013):

O censo 2010 dedicou-se em superar as lacunas deixadas pelos censos passados. A autodeclaração continuou como critério de classificação, contudo, a ele foi acrescido outros como o pertencimento étnico, o idioma/língua falada e a localização geográfica. Assim, o censo IBGE 2010 aponta para um Brasil de 896,9 mil indígenas pertencentes a 305 etnias e falantes de 274 línguas e/ou dialetos diferentes. Representam, hoje, 0,47% da população total do país (GUIRAU e SILVA, 2013, p. 7-8).

Para Bittenourt e Ladeira (2000), o número de indígenas vem aumentando em população no país. Em relação à identidade, mais especificamente da etnia Terena, não se encontram muitos registros dos não indígenas, mas há memórias-mito de criação indígenas sobre nossa origem.

Bittencourt e Ladeira (2000), dizem que não existem registros sobre a origem da nossa história (dos Terena), logo é entendido que essa etnia surgiu de outros grupos, os quais também

não se sabe a origem de seu tempo existente. No decorrer dos anos, segundo as autoras, os historiadores foram desenvolvendo estudos aprofundados sobre a nossa origem e concluíram que nós surgimos da família Aruák (um dos primeiros povos a ter contato com os europeus), assim como outros grupos indígenas espalhados em todo o território brasileiro. Dos Aruák, nós herdamos a língua materna, que com o passar dos anos foi se transformando à medida que entramos em contato com outros grupos, surgindo assim nossa própria língua materna, identificada como língua Terena. A maioria dos Terena encontram-se às margens do rio Aquidauana e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul - (MS), e um pequeno grupo se deslocou para o Estado de São Paulo (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000).

Há três momentos que são caracterizados como relevantes no contexto histórico dos Terena, a migração dos mesmos que vieram do Êxiva pelo rio Paraguai para MS, a guerra do Paraguai e a delimitação das Reservas Terena. A construção da identidade Terena, foi marcada por estágios de crescimento ocorridos por meio de lutas. Para melhor compreensão as autoras seguem exemplificando cada um desses momentos, no sentido de nos fazer entender a relevância do contexto histórico desse grupo em relação as modificações na vida e o acultramento, que ocorreram no contato, que os levou a mudar o modo de sobrevivência (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000).

Os séculos XVII, XVIII e XIX, foram marcantes para nossa história, pois uma série de fatores ocorreram e ocasionaram mudanças de alguns costumes, que no contato com outro modo de vida foram se transformando em novas formas de viver (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000).

Ao compreender que a cultura se transforma com as relações vivenciadas e trocadas entre grupos sociais, pode-se entender como nós Terena fomos transformando nossa cultura e adquirindo novos hábitos, mas, ainda mantemos alguns hábitos de nossos ancestrais. As modificações e transformações são indispensáveis para melhorar a qualidade de vida, na medida em que as veem necessárias. Nesse sentido, as autoras Bittencourt e Ladeira (2000, p.39), enfatizam que “A presença dos brancos provocou muitas mudanças na vida dos índios”.

Sant’Ana (2004), também descreve sobre o processo de mudança da cultura tradicional Terena, no contato com diferentes grupos sociais. A autora enfatiza em sua pesquisa o contexto social vivenciado pelos Terena aldeados, o modo como eles viviam com seus familiares, por exemplo, em uma mesma casa convivem com seus filhos, netos, genros, entre outros membros

da família, onde os mesmos em trabalho coletivo, tiravam o sustento da família de sua própria terra com o plantio de alimentos, mandioca, feijão, entre outros subsídios para sua subsistência.

Esse costume fora ameaçado em virtude do pouco território deixado para nós indígenas após a Guerra do Paraguai.

É sabido que, durante a guerra do Paraguai, houve uma expressiva participação indígena, ora na frente de batalha, ora assegurando as fronteiras do Brasil, ora fornecendo alimentos às tropas brasileiras, ora servindo de espiã e guia. Mas raramente encontramos nos escritos dos pesquisadores sobre o tema a presença dessa população nativa da região (SEBASTIÃO, 2016, p. 94)

Nessa guerra os patrícios foram fundamentais no processo de reconquista das terras de MS ludibriados com falsa promessa de que teríamos nosso território de volta após a guerra, o que não ocorreu. Em virtude disso, tiveram que procurar outros meios de sobrevivência, como trabalhar nas fazendas pela região sul-mato-grossense na lida com a agricultura e pecuária, entre outros serviços (SANT'ANA, 2004).

Em 1889, o Brasil se torna uma república e a primeira medida do governo republicano foi ampliar a construção das estradas de ferro e linhas telegráficas, para melhorar e facilitar o acesso do interior do país ao litoral. Foi instalada a Comissão Construtora das Linhas Telegráficas, chefiada por Rondon, que tinha o objetivo de ligar Cuiabá com as fronteiras com a Bolívia e Paraguai. (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000). Os Terena aceitaram trabalhar na construção das linhas telegráficas com a promessa de demarcação do seu território como mostra o relato:

Quando o finado Marechal Rondon passou por aqui, meu tio mais velho foi com ele. Meu tio se chamava José Henrique. E tinha outro tio meu que acompanhou o Marechal Rondon quando ele passou na terra de Cachoeirinha. Ele se chamava José Marques e era cozinheiro lá onde eles acampavam. Eles passavam na região de Cáceres, Barra dos Bugres, pra lá de Cuiabá, onde meu tio passou acompanhando a medição de terra. Esse era o serviço de meu tio. Rondon gostava muito de andar com José Henrique, meu tio mais velho, porque ele trabalhava muito bem. (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000, p. 81).

Na sua caminhada em direção à construção das linhas telegráficas, Rondon presenciou uma população indígena fragilizada, necessitada de trabalho para sobrevivência, presas fáceis à submissão em sua obra.

Segundo Sant'Ana (2004)

[...] os Terena expandiram-se pelas fazendas que estavam surgindo (não raro absorvidos como mão-de-obra cativa) e por outros territórios sul-mato-grossenses [...] Essa situação perdurou até 1904, momento em que o Marechal Cândido Rondon passava pelas terras do MS construindo as linhas telegráficas. Na época Rondon constatou as dificuldades enfrentadas pela comunidade Terena e, através de sua intervenção nas câmaras municipais, algumas reservas foram criadas e muitos

indígenas foram libertos da situação em que se encontravam (SANT'ANA, 2004, p. 23).

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi criado em 1910, não em função da consciência do governo brasileiro em garantir os direitos indígenas, mas em função da repercussão internacional, dos fatos polêmicos em torno da questão indígena, o que trouxe um certo desconforto para o Brasil perante os países mais desenvolvidos. A política do SPI visava à integração do indígena à sociedade nacional descaracterizando-o, aculturando-o (SANT'ANA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que para vivermos num meio social, meio este diferente do nosso contexto sociocultural, necessitamos adaptarmos a certas ditas regras sociais, como comunicação oral e escrita, uma vez que foram tiradas de nós nossa língua e costumes.

Dessa maneira, ressalto a educação como um dos fatores desse processo de desconstrução dos modos de viver de cada grupo social, em virtude da educação que recebi e de experiências obtidas nos estágios do curso de Pedagogia, constatei e presenciei nas instituições de ensino a falta ou acesso a materiais e nem mesmo de assuntos abordados para fazer com que nós enquanto discentes indígenas e não indígenas obtenhamos o conhecimento sobre o contexto histórico e em relação aos discentes indígenas a história sobre nossas origens.

Neste mesmo pensamento, acrescento minha história de vida como indígena da etnia Terena que tive como raiz pertencimento a aldeia Ypegue por meu pai e meus avós paternos, que residiam na aldeia, que segundo meu pai, por virtude de meu avô ter uma desavença com outro patrício, eles se mudaram para a cidade de Aquidauana-MS. Dessa maneira eu e meus dois irmãos nascemos, crescemos e fomos criados em uma sociedade totalmente diferente do contexto social de nosso grupo étnico. Neste sentido fomos criados sem saber direito a que grupo social pertencíamos, foi doloroso, pois na escola éramos chamados de pé vermelho ou bugre (na tradução social, significa pessoa preguiçosa, etc), palavras pesadas, que nos caracterizava como pessoas sem pertencimento sociocultural.

Atualmente consigo perceber com meu exemplo de vida o qual só consegui enxergar quando comecei a estudar sobre nós no curso de graduação, na disciplina de Educação Escolar Indígena, onde fomos destrinchando todo o processo histórico com base em autores que puderam contribuir para a compreensão de que nós, enquanto grupo social, pertencemos e temos nosso grupo étnico, que nos caracteriza como grupo possuidor de nossa própria cultura.

Nessa perspectiva percebemos a relevância de elaborarmos estudos sobre autores que estudam e escrevem sobre nossa história, uma vez que é de suma importância saber e repassar para novas gerações nossa história, enfatizando que somos povos de várias etnias e costumes diferentes, que fazemos parte do contexto histórico deste país e que somos originários (desta terra), temos a nossa cultura e a nossa forma de viver e isso deve ser respeitado, diferentemente do que é contado nos livros de histórias disseminando e enfatizando um olhar preconceituoso nas escolas.

REFÊRENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. OLIVEIRA, J. P., FREIRE, A. da R. MEC/LACED/Museu Nacional, 2006, p.17-95. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>. Acesso em: 30 mai. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **A história do povo Terena**. BITTENCOURT, C. M. LADEIRA, M. E. MEC, 2000, p. 20-25.

CASTRO-GOMES, S. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; Buenos Aires Lugar, 2005.

GUIRAU, K. M. SILVA, C. R. **Povos Indígenas no espaço urbano e políticas públicas**. 2013, p.7-8. Disponível em www.fclar.unesp.br. Acesso em 9 fev. 2018

MUSSI, V. P. L.; URQUIZA, A. H. A.; VARGAS, V. L. F. **Cultura e História dos Povos Indígenas. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância. Módulo 3, Reconhecendo preconceitos sobre os povos indígenas**. Campo Grande – MS, 2010, p. 19-42.

SANT'ANA, G. R. **Uma Análise do Processo Migratório dos Índios Terena para o Perímetro Urbano**. 2004, p. 19-23. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SEBASTIÃO, L. L. **A diáspora Guaná (Terena) no pós-guerra da tríplice aliança e os reflexos em seus territórios no estado de Mato Grosso do Sul**. Tellus, Campo Grande, MS, 2016, p. 94. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i30.380>. Acesso em: 30 jun;2018

CAPÍTULO 3

OS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL E A EXPLORAÇÃO DE TERRAS BRASILEIRAS¹

Humberto Corrêa dos Santos

RESUMO

O artigo discorre sobre aspectos históricos nos períodos colonial e imperial do Brasil, tais como: a expansão marítima, a expedição de Cabral, a expansão religiosa, a independência política no Brasil e outras questões relevantes ocorridas nesses dois períodos. A análise da bibliografia consultada permitiu concluir inúmeros fatos históricos ocorridos desde a expansão marítima por Espanha e Portugal à independência política no Brasil, entre os quais destacam-se: Portugal tinha conhecimento das terras brasileiras e, por isso, sua intenção era povoá-la; a exploração de terras brasileiras desencadeou a formação de latifúndios que, posteriormente, resultaram nas Capitânicas Hereditárias. O fim do período imperial ocorreu em 1889, com a partida de D. Pedro II para Portugal, fazendo com que o Brasil tornasse uma República.

PALAVRAS-CHAVES: Expedição marítima. Descobrimto do Brasil. Exploração do pau-brasil. Exploração mineral. Independência do Brasil.

INTRODUÇÃO

Durante o século XV, as primeiras expedições a caminho das Índias e o comércio de especiarias tornaram-se fontes de rendas significativas para Portugal. A expansão comercial aliada à necessidade do mercado consumidor para seus produtos e novas fontes de matérias-primas, aconteceu com a chegada dos primeiros povos da Europa ao Continente Americano. Essa expansão contou com o aperfeiçoamento das técnicas de navegação – bússola e astrolábio –, possibilitando uma navegação mais segura no oceano Atlântico.

E assim, durante os séculos XV e XVI, espanhóis e portugueses partiram em busca de novas terras. Numa dessas expedições o Brasil foi descoberto e habitado pelos portugueses que, junto aos índios, habitantes dessas terras, e aos escravos que vieram nessas expedições, deram início à exploração de riquezas.

Da exploração de riquezas no Brasil, iniciada no período colonial, à independência política do Brasil, ocorrida no período imperial, este artigo trata ainda de outros fatos históricos

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba / Uniube – MG.

relevantes como as capitânicas hereditárias, os governos-gerais, a Inconfidência Mineira e a expansão religiosa, além de destacar a família real e suas ações durante esses períodos.

Para tanto, o artigo possui mais cinco partes distintas além deste primeiro tópico – introdução – das considerações finais e das referências.

O tópico 2 – A expansão marítima europeia e a expedição de Cabral – trata das primeiras expedições comandadas por espanhóis e portugueses e destaca a chegada de Pedro Álvares Cabral em terras brasileiras.

O início da colonização e das construções no Brasil, com destaque para a ocupação do solo e os trabalhos indígenas e escravos, são temas do tópico 3.

Por sua vez, o tópico 4 aborda como as capitânicas hereditárias no Brasil surgiram e, posteriormente, os governos-gerais.

O trabalho dos jesuítas e outros doutrinadores, como os sacerdotes e as carmelitas, que tiveram um papel relevante na expansão religiosa no Brasil, conforme desejo de Portugal, tem destaque no tópico 5.

O tópico 6 analisa a chegada da família real no Brasil e os fatos que resultaram na independência política no Brasil.

Este artigo concluiu que Portugal já tinha conhecimento das terras brasileiras e sua principal intenção, ao tomar posse desse território, era explorar suas riquezas para enviá-las à Portugal.

DA EXPANSÃO MARÍTIMA À EXPEDIÇÃO DE CABRAL

Não há como tratar da colonização do Brasil, das construções e explorações de suas terras sem discorrer a respeito da expansão marítima europeia que permitiu a chegada dos portugueses em terras brasileiras.

Nesse sentido, até o século XV, “os europeus mantinham contato somente com populações do norte da África, do Oriente Médio e de parte da Ásia” (CARDOSO, 2012, p. 60). Os continentes, asiático e africano, ainda não eram totalmente conhecidos e os europeus sequer poderiam imaginar a existência da América e a da Oceania.

Surge então, a caravela – navio ligeiro desenvolvido por Infante Henrique, entre 1436 e 1440 – provida com velas triangulares, permitindo a navegação em alto-mar e junto à costa. Outros instrumentos como a bússola, o astrolábio e a imprensa serviram para a “divulgação das

novas técnicas e o intercâmbio de informações” entre os povos (COSTA; MELLO, 1996, p. 21).

O aprimoramento e uso desses novos recursos possibilitaram longas viagens realizadas por Espanha e Portugal. Essa expansão marítima tinha como objetivos: difundir a fé católica; encontrar mercado consumidor para produtos artesanais; localizar fornecedores alimentícios e de especiarias com preço que atendesse à população mais pobre; descobrir metais preciosos para suprir a moeda que se encontrava escassa. (ARRUDA; PILETTI, 1996).

Para tanto, viagens à África e às Índias – comandadas por famosos capitães – foram empreendidas pelos portugueses que descobriram “a ilha de Madeiras (1419), as Canárias (1924) os Açores (1432), as ilhas do Cabo Verde (1450) e as costas da Guiné (1462), onde estabeleciam suas primeiras feitorias, núcleos das futuras colônias europeias.” Em 1486 alcançaram a extremidade meridional da África e chegaram ao Cabo de Boa Esperança depois de percorrer mais de trezentas léguas de costa. (THOMAS; AZEVEDO, 1965, p. 6).

Cristóvão Colombo, a serviço da Espanha, descobre as extensas terras americanas em 12 de outubro de 1492 ao chegar numa ilha denominada pelos indígenas de Guaanani – hoje, San Salvador –, no arquipélago das Bahamas, pensando ter chegado às Índias, razão pela qual chamou a população local de índios (CORTI et al., 2013).

Depois do descobrimento da América, Cristóvão Colombo fez mais três viagens, descobrindo outras “ilhas das Antilhas e parte da América Central”. Américo Vespúcio, companheiro de Colombo, provaria que as terras encontradas não faziam parte das Índias, mas de outro continente entre a Europa e a Ásia; do nome de Vespúcio, surge o da América (ARRUDA; PILETTI, 1996, p. 140).

A descoberta de Colombo criou um problema entre Espanha e Portugal, pois o Tratado de Toledo, assinado em 1480, determinava que as águas e terras que tivessem ao sul das Canárias deveriam ser exploradas pelos portugueses. (ARRUDA; PILETTI, 1996).

A fim de proteger a América, a corte espanhola estabeleceu, por meio da bula Inter Coetra, uma nova linha demarcatória que passaria a cem léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, beneficiando-se dessa delimitação.

Inconformados com essa postura espanhola, e decididos a evitar futuros conflitos, Portugal negocia um tratado que pudesse contemplar os interesses dos dois países no que se referia à exploração e colonização das novas descobertas territoriais. Eis que, em 4 de junho de 1494, os dois países assinam o Tratado de Tordesilhas que, assim, determinava: “as terras que

estivessem a 370 léguas a leste do arquipélago de Cabo Verde seriam de Portugal e tudo que estivesse a oeste dessa linha imaginária pertenceria à Espanha (CORTI et al. 2013. p. 175). Compreende-se que a partir desse tratado o mundo ficou dividido em duas partes.

Para tirar proveito do Tratado de Tordesilhas a Espanha enviou inúmeras expedições à América descoberta por Colombo visitando, inclusive, o Brasil em 1499, mas não o ocupando nem dando nome às terras. (THOMAS; AZEVEDO, 1965).

Em 1497, o rei de Portugal organizou uma expedição para as Índias, sob o comando do navegador português Vasco da Gama, que “conseguiu chegar às Índias percorrendo um caminho marítimo. Naquele mesmo ano, ele retornou para Portugal com seus navios carregados de especiarias e de artigos de luxo.” (PINELA; GIARETTA, 2011, p. 23).

Esse êxito de Vasco da Gama fez com que o rei de Portugal organizasse uma expedição sob o comando de Pedro Álvares Cabral, para retornar às Índias e firmar acordos comerciais naquele país, afirmam os autores anteriormente citados.

O reino de Portugal pretendia, por meio dessa expedição, trazer das Índias produtos de alto valor comercial, para a Europa, que pudessem render bons lucros à coroa portuguesa.

Foi assim que, no primeiro domingo de quaresma, 8 de março de 1500, Pedro Álvares Cabral com uma expedição formada por dez naus e três caravelas, lançou-se nas águas oceânicas com destino às Índias dando início à maior expansão ultramarina do continente europeu, motivo de celebrações e festejos por parte dos lisboenses convocados para esse feito (BUENO, 1998).

A bordo da esquadra havia um total de 1.350 homens, representando a maior e mais poderosa força naval a sair do Rio Tejo – Praia do Restelo, em Portugal – até àquela data, “para singrar o Atlântico” (BUENO, 1998, p. 9).

Cabral se desviou da rota percorrida por Vasco da Gama que, propositalmente ou não, aos 22 de abril de 1500, numa terça-feira, a armada “ancorou em frente ao Monte Pascoal, 44 dias após ter partido de Lisboa” (BUENO, 1998, p. 45).

Nesse sentido, alguns historiadores acreditam que Cabral se desviou do roteiro firmado obedecendo ordens secretas do rei D. Manuel que desejava estabelecer o poderio de Portugal junto a algumas terras do ocidente, “nas raias do tratado de Tordesilhas. Cabral guardara o sigilo para evitar que a maruja se amotinasse, como ocorrera na expedição de Colombo.” (THOMAS; AZEVEDO, 1965, p. 14).

Por sua vez, Peixoto (1944) entende que o Brasil foi mesmo descoberto no meio do caminho, quando Cabral e sua esquadra se dirigiam para as Índias.

Contrapondo a análise de Peixoto (1944) e, em concordância com Thomas e Azevedo (1965), Viana (1946) sustenta a intencionalidade da esquadra de Cabral em chegar ao Brasil chamando a atenção para o fato “de que a diferença entre as Bulas de Alexandre VI e o tratado de Tordesilhas, recuando muito para oeste o meridiano de demarcação dos domínios portugueses e espanhóis, claramente indica o conhecimento prévio de terras nessa região, da parte dos primeiros.” (VIANA, 1946, p. 14). Essa afirmativa justifica a suposição dos que alegam a política de Portugal, em relação ao segredo de expedições anteriores a da descoberta do Brasil, que foram direcionadas, secretamente, para o mesmo fim.

Portugal já sabia dessas terras, à vista dos conhecimentos náuticos existentes na época, uma vez que não mais navegava sem rumo previamente fixado. “Existiam, no caso, estudos anteriores, embarcações e instrumentos adequados, além de pessoal experiente, e, portanto, não pode ser admitida a hipótese de um erro tão grosseiro.” (VIANA, 1946, p. 14-15). Outra evidência que constata esse conhecimento de Cabral é que sua esquadra deixou dois degredados no Brasil para aprender a língua dos indígenas e recolher informações sobre a nova terra e o modo de vida dos habitantes.

Após uma noite, nas proximidades do Monte Pascoal, Cabral seguiu pelo litoral e, no dia seguinte, chegou ao sul da Bahia, atual município de Santa Cruz Cabrália, próximo à cidade de Porto Seguro. A essa terra Cabral deu o nome de ilha de Vera Cruz.

O encontro com os indígenas num ilhéu – chamado atualmente de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália – foi de muita estranheza, pois os europeus viram os habitantes do novo território entrar e sair da água de uma forma tranquila que indicava rotina na vida dos indígenas. Essa estranheza se deve ao fato de que, ainda no XIX, os europeus não tinham o costume de se banhar e fugiam, literalmente, da água como se essa substância fosse uma praga. Os médicos europeus acreditavam, àquela época, que os banhos abriam os poros e facilitavam a entrada de germes; que a água poderia amolecer o organismo e impedir o crescimento das pessoas (SOALHEIRO, 2006).

E assim, após o encontro entre os dois povos, os nativos aproximaram-se dos portugueses e fizeram as primeiras trocas de objetos, dando início a “uma aliança entre aquela tribo e os portugueses” (BUENO, 1998, p. 90).

Naquela época a atual nação brasileira era povoada por muitas tribos indígenas. Cerca de cinco milhões desses habitantes viviam por aqui em 1500. “É um número expressivo, considerando que Portugal na mesma época tinha cerca de 1 milhão de habitantes.” (TEIXEIRA; CHIANCA, 2011, p.26).

Decorridos quatro dias do descobrimento, em 26 de abril de 1500, num domingo de páscoa, é celebrada a primeira missa, nas terras que constituiriam a nação brasileira, pelo capelão Frei Henrique de Coimbra, simbolizando a religiosidade e a posse do novo domínio para a coroa portuguesa. A missa foi celebrada onde hoje se localiza a Praia da Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia.

Em primeiro de maio, numa sexta-feira e penúltimo dia da esquadra de Cabral no Brasil, é fincada, em solo brasileiro, uma cruz com aproximadamente sete metros para ser celebrada a segunda missa pelo mesmo capelão D. Henrique. Essa missa contou, também, com a presença dos índios que “acompanharam, levantando-se, se ajoelhando e alçando as mãos sempre que os portugueses o faziam.” (BUENO, 1998, p. 108).

O que parece certo, segundo Viana (1996, p. 109), é que “foi graças ao fato dessa cruz ter sido fincada na praia que o novo país acabou sendo batizado por Cabral como Ilha de Vera Cruz”. Posteriormente, essa terra viria a ter outros nomes como: Terra Nova e Terra dos Papagaios.

Com a certeza de Cabral e sua esquadra ter visitado um continente em 1500, dois anos depois, o rei D. Manuel I muda o nome para Terra de Santa Cruz, para Terra de Santa Cruz do Brasil e, posteriormente, em 1505, para Terra do Brasil.

Todos esses nomes não durariam por muito tempo, já que o “país seria conhecido como Brasil, não apenas por causa da árvore que possuía em abundância, mas também em função da antiga e lendária ‘ilha do Brasil’.” (BUENO, 1998, p. 110).

Em 1501 iniciou-se a colonização e construções em terras brasileiras e o próximo tópico discorre a respeito desse processo além de destacar o trabalho dos índios e escravos.

DA COLONIZAÇÃO E DO TRABALHO INDÍGENA E ESCRAVO

No ano seguinte após Cabral ter chegado em terras brasileiras inicia-se o processo gradativo de expedições para exploração do pau-brasil para deter o contrabando de outros povos da Europa, principalmente, os franceses. Portugal, a fim de inibir esse tráfico ilegal, instalou na praia da Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia (BA), o Marco Padrão da Posse – uma pedra

de mármore – que simbolizava o poder da coroa portuguesa em terras brasileiras. Posteriormente, esse símbolo foi para uma local mais alto – a 57 m de altitude – atual Centro Histórico de Porto Seguro.

Nesse local desembarcaram os primeiros jesuítas para fundar escolas e igrejas, no que resultou o primeiro núcleo de habitantes do Brasil e início da propagação da fé. Dentre as construções daquela época destaca-se o primeiro colégio jesuíta, construído em 1526 e demolido em 1917, pela ação das intempéries da natureza.

Ainda em Santa Cruz Cabrália encontra-se o Farol da Marinha - construído no século XVI e reconstituído no século XX - que tinha como objetivo principal proteger as embarcações que se aproximavam.

No mesmo povoado do Centro Histórico, também em Santa Cruz Cabrália, construiu-se, no século XVIII, a Casa da Câmara e Cadeia que foi a primeira Intendência do Brasil. Esse local abriga, atualmente, o museu de Porto Seguro.

Em 1512, em virtude da grande quantidade de pau-brasil, o termo Brasil foi associado à principal riqueza da terra, designando a terra até então denominada de Terra de Santa Cruz. Esse nome se tornou oficial a partir de 1516, época em que Dom Manuel I incumbiu Cristóvão Jacques a chefe de duas expedições policiais no Brasil.

Nos anos subsequentes, os portugueses instalaram alguns pontos comerciais ao longo das praias brasileiras onde armazenavam, e enviavam à Portugal, as toras de pau-brasil – única mercadoria de valor comercial e principal atividade econômica do Brasil (ARRUDA; PILETTI, 1996).

Esses pontos comerciais tinham, ainda, o objetivo de proteger o território contra o ataque de exploradores europeus que aconteciam desde 1504, quando esses povos passaram a frequentar o litoral brasileiro, extraindo o pau-brasil com apoio dos indígenas, “infringindo assim o monopólio português” (VIANA, 1946, p. 34).

Para inibir a presença de estrangeiros e povoar o território brasileiro, o governo português passou a incentivar o plantio de cana, na parte litorânea, e a produção do açúcar para ser vendido na Europa; produto raro e muito caro àquela época.

Os navios holandeses colaboravam com o transporte do produto e os índios eram obrigados a trabalhar nessa lavoura; caso não se adaptassem, os portugueses escravizavam os africanos para executarem esse trabalho (ARRUDA; PILETTI, 1996). Com a atividade

agrícola da cana de açúcar foi que se estabeleceu, no Brasil, “a maior das indústrias coloniais” (VIANA, 1946, p. 11).

Para dar início ao empreendimento da plantação de lavouras de cana de açúcar e do fabrico do primeiro engenho, foi organizada, em 1530, uma expedição comandada por Martin Afonso de Sousa. Essa expedição possibilitou a fundação da primeira vila do Brasil, no litoral do atual estado de São Paulo em 1532 (ARRUDA; PILETTI, 1996). Em seguida, o primeiro engenho entrou em funcionamento havendo, meio século depois, mais de cinquenta engenhocas funcionando em toda a costa brasileira (CARDOSO, 2012).

A produção do açúcar cresceu a passos largos, fazendo com que no final do século XVI, o Brasil se tornasse o maior produtor mundial. Situação que não se alterou nem mesmo com o “descobrimento das minas de ouro, mantendo-se durante todo o século XVIII, chegando até a época da Independência” (VIANA, 1946, p. 68). Novos produtos exóticos como o tabaco e o algodão, segundo o autor citado, foram também cultivados e assumiram relevância no mercado mundial.

Por outro lado, os lucros oriundos do comércio com o Oriente estavam em declínio. Diante dessa realidade, “o rei tinha interesse em garantir o domínio de suas terras brasileiras. A única possibilidade seria a colonização, apesar das dificuldades a enfrentar.” (ARRUDA; PILETTI, 1996, p. 150).

Iniciada a colonização do Brasil em 1530, o cultivo da cana-de-açúcar e seus derivados passaram a exigir elevado número de trabalhadores, resultando no processo da apreensão de índios para exploração de mão de obra braçal. E assim, esses indivíduos cortavam as árvores de pau-brasil e conduziam suas toras por longas distâncias até as embarcações.

Pelo trabalho realizado havia uma espécie de barganha e os índios recebiam facas, canivetes, pás, anzóis, peças de tecidos, machados, pentes, espelhos, miçangas e outras bugigangas europeias que eram novidades. Essa permuta foi denominada de escambo e “consistia em trocar o trabalho dos indígenas por mercadorias de pouco valor para os europeus.” (CARDOSO, 2012, p. 124).

Com o início da plantação da cana-de-açúcar na faixa litorânea do Brasil, os indígenas continuaram trabalhando na manutenção dessas lavouras e nos engenhos para a produção do açúcar. Contudo, eles não tinham mais interesse em trabalhar com cana-de-açúcar uma vez que entre eles não havia essa cultura de acumular mercadorias ou riquezas. “Para os indígenas não fazia sentido trabalhar para acumular vários machados ou espelhos. Cada indivíduo trabalhava

até conseguir o que desejava e se recusava a continuar trabalhando.” (CARDOSO, 2012, p. 124).

Dessa forma, o sistema de escambo passou a não funcionar e os indígenas começaram a ser escravizados. Para fugir desse trabalho forçado se refugiavam em lugares cada vez mais distantes da costa litorânea fazendo com que os colonizadores considerassem esses escravos homens perigosos, indisciplinados, preguiçosos e resistentes à servilidade, pois não acatavam imposições ditas por eles. (CARDOSO, 2012).

E, assim, “para proteger sua própria liberdade e cultura, os indígenas tiveram que se isolar no interior do território, em regiões ainda não exploradas pelo homem branco.” (PINELA; GIARETTA, 2011, p. 62).

Essa situação fez com que a escassez de mão de obra indígena tivesse que ser substituída para atender a demanda nas lavouras e nos engenhos da Colônia. E, desse modo, a partir de meados do século XVI até igual período do século XIX, foi realizada no Brasil a maior migração forçada de negros trazidos, como escravos, da África para as Américas.

O traslado dos escravos da África para o Brasil acontecia em navios, denominados de navios negreiros, conforme explica Miranda (2008). A viagem era longa e penosa. Os escravos eram mal alimentados e as condições de higiene das embarcações praticamente não existiam. Vários escravos eram acorrentados uns aos outros e cerca de 20% desses homens morriam durante o traslado e seus corpos eram jogados ao mar (CARDOSO, 2012).

Dos que aqui chegavam – jovens homens, em sua maioria – muitos tinham sido reis ou agricultores, condição que não fazia “diferença para os vendedores e compradores, principalmente para os senhores de engenho que viviam nas terras brasileiras.” Esses “negros não passavam de mercadorias a serem negociadas” (VENÂNCIO; ZENUN; MARKUNAS, 2008, p. 62), sobretudo nas fazendas de cana-de-açúcar dos Estados de Pernambuco e Bahia.

De acordo com Viana (1946), no ano de 1816 estimava-se que o Brasil possuía, aproximadamente, 3.358.500 habitantes sendo que mais da metade, ou seja, 1.930.000 indivíduos, eram escravos.

O elevado índice de escravos era necessário considerando o quantitativo de engenhos que cresceu rapidamente, principalmente nas capitanias de São Vicente e Pernambuco, onde seus donatários fizeram parcerias com os grupos indígenas. Essas parcerias resultaram numa boa produção agrícola local.

Nos engenhos havia os escravos que moravam na senzala e o senhor de engenho que morava, com sua família, na casa-grande. Só a morte extinguia a condição de um negro deixar de ser escravo, além da alforria ou alguma lei que lhes dessem a liberdade. Mesmo liberto não era considerado pelo homem branco um cidadão comum.

A vida dos escravos era sofrida e, dependendo do lugar que trabalhavam, a jornada podia durar de quinze a dezessete horas por dia; eram vigiados diuturnamente e submetidos a uma rígida disciplina. Durante a noite esses escravos ficavam em galpões escuros, com umidade elevada, pouca higiene e quase sempre dormiam acorrentados para evitar fugas. Apesar dessa vigilância, muitos fugiam do cativeiro e se refugiavam em meio às matas fechadas e, assim, os quilombos eram formados.

De todos os quilombos formados no Brasil, o mais duradouro e constituído de maior número de pessoas foi o de Palmares na capitania de Pernambuco, que “começou a se formar provavelmente em 1597, após a fuga de quarenta escravos de um engenho de Porto Calvo [...], no sul da capitania.” O quilombo dos Palmares chegou a abrigar em torno de vinte mil habitantes, que viviam num “regime de poliandria. Isso significa que uma mulher se casava ao mesmo tempo com vários homens.” (CARDOSO, 2012, p. 128).

Em 28 de setembro de 1871, foi sancionada – pela Princesa Imperial D. Isabel, Regente do Brasil, na ausência do Imperador – a chamada Lei do Ventre Livre, que concedia a liberdade para todas as crianças nascidas de escravos, a partir daquela data. Em 1885 os escravos sexagenários foram libertados conforme a Lei Saraiva-Cotegipe (VIANA, 1946).

E, a 13 de maio de 1888, a Princesa D. Isabel, em nome de D. Pedro II, chamou ao governo, o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que prontamente fez passar a Lei Áurea, e “entre grandes manifestações de júbilo nacional, declarou extinta a escravidão no Brasil”, libertando os 5% restante da população escrava no Brasil, que era, àquela época, o último país do Continente Americano a abolir a escravidão (VIANA, 1946, p. 133).

Porém, os escravos continuaram a ser trazidos para o Brasil, por meio do tráfico ilegal, para suprir a necessidade de mão de obra nas lavouras de cana-de-açúcar, engenhos, minas e cafezais.

Essa exploração de terras brasileiras desencadeou a formação de latifúndios que, posteriormente, resultaram nas Capitânicas Hereditárias, assunto abordado no próximo tópico deste artigo, bem como os governos-gerais.

DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E DOS GOVERNOS-GERAIS

No terceiro decênio do século XVI, o comércio com as Índias entrou em declínio e a exploração das terras brasileiras passou a ser vislumbrada pelo rei D. João III, de Portugal, como um local onde pudesse extrair riquezas a baixo custo.

Para isso, os lusitanos decidiram repetir no Brasil “o que com êxito já efetivara, no século anterior, nas ilhas da Madeira, Porto Santo, São Tomé e Açores: a criação de capitanias hereditárias.” E, dessa forma, esse regime foi “iniciado por D. Manuel I com a doação da ilha de Fernando de Noronha, em 1504, ao armador desse mesmo nome.” (VIANA, 1946, p.18).

De 1534 a 1536, o rei de Portugal, Dom João III optou por criar mais quatorze lotes de terras, tendo como parâmetro a linha do equador, partindo do litoral brasileiro em linhas paralelas até o encontro do Meridiano de Tordesilhas. Esses quinhões foram denominados de capitanias hereditárias e visava intensificar a exploração e o povoamento do território brasileiro. Além dessas quinze capitanias mais “três pequenas donatarias foram criadas ainda no século XVI, perfazendo o total de dezoito capitanias do gênero.” (VIANA, 1946, p. 18).

Ao receber o quinhão de terra cada donatário tinha como meta torná-la produtiva, povoada e protegê-la dos invasores; obrigação, também, de seus descendentes. Os donatários eram autorizados a escravizar índios para o trabalho nas lavouras ou até mesmo prendê-los e enviá-los à Portugal em quantidade limitada. Esses donatários ainda estavam autorizados a fundar povoados, cobrar impostos, repartir sesmarias aos colonos, nomear funcionários, aplicar a justiça quando se tratasse da morte de pessoas de condição nobre e formar milícias sob seu comando para garantir a cobrança dos impostos a serem recolhidos ao governo português.

Porém, os donatários tiveram dificuldade para o desenvolvimento das capitanias, uma vez que as faixas de terras eram extensas; os recursos insuficientes e, ainda, havia frequentes conflitos com os povos indígenas que não aceitavam a dominação do homem branco e suas imposições em torná-los trabalhadores de suas terras.

Já nos séculos XVII e XVIII, das dezoito capitanias hereditárias, apenas onze passaram para o século seguinte. Porém, outras onze foram criadas, sendo elas: Rio Grande, Campos dos Goitacazes, Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, Santa Catarina, Rio da Prata, Cumá, Cuman ou Tapuitapera, Caité ou Gurupi, Cameté ou Camutá, Ilha Grande de Joanes ou Marajó, Cabo do Norte e Xingu (VIANA, 1946).

Sobre as terras repartidas, o rei português estipulou como direito manter funcionários de sua confiança para acompanhar os feitos dos donatários e recolher os impostos devidos a Portugal.

Acontece que o confronto com os índios e a presença dos estrangeiros levou ao caos o funcionamento do modelo proposto por Portugal para o gerenciamento das terras do Brasil, à exceção das capitanias de Pernambuco e São Vicente.

Como pontos positivos desse sistema administrativo destacam-se: a defesa da nova terra contra as ambições de estrangeiros; o corte do pau-brasil e a ampliação do cultivo da cana de açúcar na costa brasileira (VIANA, 1946). Contudo, esses aspectos positivos não foram suficientes para a sobrevivência das capitanias.

O fracasso desse sistema levou o Rei de Portugal a criar o governo-central numa tentativa de centralizar o poder, pois considerou a existência de um choque de interesses entre os donatários e Portugal (COSTA; MELO, 1996).

Então, em 1548, temendo “perder a posse dessas terras para outros países europeus, o rei de Portugal decidiu implantar um novo modelo de administração: o Governo-Geral.” (CARDOSO, 2012, p. 151).

O governo-geral não teve a pretensão de abolir as concessões dos donatários das capitanias, mas sim revitalizá-las, principalmente aquelas que não alcançaram êxito em suas administrações ou sequer seus donos portugueses se interessaram em conhecer.

Para administrar a Colônia brasileira, o primeiro a assumir o cargo foi Tomé de Souza, chegando à baía de Todos os Santos em 1 de fevereiro de 1549, com uma comitiva de 1500 pessoas, permanecendo até o ano de 1572.

Nessa comitiva, havia vários religiosos que tinham como alvo, a catequização dos indígenas. Destacam-se os jesuítas, integrantes da Companhia de Jesus – ordem religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana – como os primeiros a educar os povos da nova terra.

Tomé de Sousa iniciou a construção da cidade de Salvador para sediar o primeiro núcleo administrativo do Brasil Colônia e a ele competia, além da edificação da cidade de Salvador, a “pacificação dos indígenas e a regularização dos negócios da justiça e da fazenda nas capitanias de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente.” (VIANA, 1946, p. 21).

A 13 de julho de 1553, Duarte da Costa assumiu o governo-geral. O segundo governador-geral mudou-se para o Brasil trazendo consigo, também, elevada quantidade de

jesuítas, dentre os quais o Padre Manuel da Nóbrega que recebeu o “encargo de provincial” (THOMAS; AZEVEDO, 1965, p. 92).

O primeiro ato do Padre Manuel da Nóbrega foi construir uma igreja e um colégio nas planícies de Piratininga. No dia 25 de janeiro de 1554, foi celebrada uma missa na inauguração do Colégio de São Paulo de Piratininga – “o nome do grande Apóstolo, o qual nome se estendeu a toda a povoação.” (THOMAS; AZEVEDO, 1965, p. 98-99).

Duarte da Costa não tardou a ser repudiado em razão dos conflitos com a Igreja. “Por causa de suas desavenças com o bispo e das atrocidades que deixou cometer, tanto contra os selvagens, como entre os próprios colonos.” (THOMAS; AZEVEDO, 1965, p. 97).

Em 28 de dezembro de 1557, Mem de Sá tornou-se o terceiro governador-geral, com a missão de expulsar os franceses que haviam se estabelecido em Cabo Frio. Alguns fatos marcantes aconteceram nesse governo além da expulsão dos franceses, como: a dissolução da Confederação dos Tamoios, a fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro (COSTA; MELLO, 1996); os esforços de extinguir a antropofagia em terras colonizadas (THOMAS; AZEVEDO, 1965) e, também, o início do tráfico de negros para o trabalho na lavoura (VIANA, 1946).

Em 1570, Portugal, atendendo à solicitação de Mem de Sá para ser substituído, nomeou D. Luís de Vasconcelos que não chegou a assumir, pois morreu, tragicamente, a caminho do Brasil.

Dois anos depois, a sequência de conflitos com os indígenas, continuava ocorrendo em vários pontos do território colonial, forçando o rei D. Sebastião de Portugal “a dividir o Brasil em dois governos, um em Ilhéus para administrar o norte e outro em Porto Seguro para o sul, ambos com a mesma finalidade repressora.” (VIANA, 1946, p. 21-22). O governo do norte, com sede na Bahia, estava sob a administração do Conselheiro Luiz de Brito Almeida e o do Sul, com sede no Rio de Janeiro, coube ao Dr. Antônio Salema.

Porém, “a divisão não deu resultados, o governo foi novamente unificado em 1578 e a sede única voltou para Salvador.” (ARRUDA; PILETTI, 1996, p. 152). Com a reunificação do governo foi designado apenas o governador Lourenço da Veiga, para administrar as terras brasileiras (COSTA; MELLO, 1996).

Em 1591 Dom Francisco de Sousa assume o governo ocupando o Rio Grande do Norte, tendo como meta “descobrir minas de ouro e prata, fortificar o litoral contra corsários e desenvolver as colônias do Norte.” (THOMAS; AZEVEDO, 1965, p.141).

E, em 1621, o Brasil foi novamente dividido em dois estados: do Maranhão, mais tarde denominado de Maranhão e Grão-Pará; e do Brasil. O primeiro estado teve, inicialmente, sede em São Luís e, posteriormente, em Belém; o segundo foi, inicialmente, sediado em Salvador e, posteriormente, no Rio de Janeiro (COSTA; MELLO, 1996).

No ano de 1624, acontece a frustrada tentativa de invasão dos holandeses; contudo, nos anos subsequentes tiveram sucesso com a ocupação da capitania de Pernambuco. A partir dessa base, a Holanda passou a dominar todo o nordeste brasileiro por quase trinta anos, com o objetivo principal de financiar a instalação de engenhos para o fabrico e aquisição, a baixo custo, do açúcar a ser vendido na Europa (ARRUDA; PILETTI, 1996).

Em 1642 o Brasil passou a ser administrado, pela primeira vez, por um vice-rei. Em 1645, os colonos portugueses, com o apoio de Portugal e da Inglaterra, conseguem expulsar os holandeses da região nordeste do Brasil. E os holandeses montam, nas Antilhas, uma produção de açúcar, com uma técnica mais aperfeiçoada trazendo, como consequência, uma crise na produção do Brasil (ARRUDA; PILETTI, 1996).

Ainda em se tratando da situação da colônia brasileira ocorreram inúmeros conflitos decorrentes da diversidade de habitantes locais. O mais importante e prolongado foi, segundo Viana (1946), o choque entre colonos e jesuítas; conflito gerado porque o rei de Portugal intervinha nas questões de ordem religiosa local.

Em 1763, a sede do governo foi “transferida da cidade de Salvador, na capitania da Bahia de Todos os Santos para São Sebastião do Rio de Janeiro, na capitania de mesmo nome.” Isso ocorreu em razão da relevância da região Sul do país e do descobrimento das “minas de ouro e diamantes como pela necessidade de se atender mais de perto à questão das fronteiras com os domínios espanhóis, situadas na bacia platina.” (VIANA, 1946, p. 81).

Até então, apenas alguns governadores-gerais de mais alta fidalguia portuguesa, tinham recebido o título de vice-rei do Brasil, quando no exercício do cargo. “A partir daí, o tratamento passou a ser permanente, sendo atribuído a todos os que ocuparam o posto no Rio de Janeiro.” (VIANA, 1946, p. 81).

Os primeiros governadores-gerais a exercerem o cargo na nova capital tiveram centradas suas preocupações na área militar, em razão das guerras entre a Espanha e Portugal, com reflexos no Sul do Brasil.

A partir de então a administração dos municípios passou a ser responsabilidade das câmaras municipais, centralizando ali o poder local político do Brasil colonial. O papel

administrativo principal cabia aos vereadores considerados homens bons, com condições superiores; “que desfrutavam de posição social elevada e que não exerciam nenhuma profissão manual, isto é, os grandes proprietários rurais.” (COSTA; MELLO, 1996, p. 37).

Para interpretar as leis e aplicar a justiça o rei de Portugal encaminhava à colônia brasileira os desembargadores, que “recebiam altos salários, não pagavam impostos e tinham muitos privilégios.” Para compensar essa perda financeira o governo português intensificou a busca por pedras e metais preciosos (CARDOSO, 2012, p. 153).

Essa busca fez surgir zonas de mineração e, com isso, grande número de pessoas se deslocou para essas regiões em busca do enriquecimento rápido, tendo, como consequência, o surgimento de povoados e vilas em diversas regiões do Brasil fazendo com que as regiões litorâneas entrassem em decadência pela falta de mão de obras nas lavouras canavieiras.

Com o início do processo de exploração do ouro, Portugal começou a cobrar, sobre o metal extraído, alguns tributos criados no decorrer do século XVIII, período de maior produção. Um desses tributos foi o quinto, que começou a vigorar a partir de 1700 determinando que, de todo o ouro produzido nas minas, 20% fosse entregue ao rei de Portugal. Pagamento feito antes que os donos das minas fizessem a retirada de sua parte (CARDOSO, 2012).

Contudo, mineradores inconformados com os altos tributos, usavam artifícios para enganar funcionários do rei. A título de exemplo, escondiam ouro no interior de imagens ocas de santos. “Quando os soldados encontravam as imagens durante a revista, faziam respeitosamente o sinal da cruz sem saber que as estatuetas escondiam ouro contrabandeado. Dessa história nasceu a expressão ‘santo de pau oco’.” (CARDOSO, 2012, p. 189).

Em virtude desses artifícios ocorreu progressiva diminuição do quinto real. Para manter o volume de arrecadação, por volta de 1760, foi criado novo imposto denominado derrama, que constituía em 1500 quilos de ouro anuais que deveriam ser entregues ao reino.

O descobrimento das minas de ouro no começo do século XVIII gerou conflitos entre emboabas e paulistas. Os paulistas, por serem os primeiros descobridores das jazidas auríferas, não concordavam com a distribuição das riquezas aos forasteiros portugueses e brasileiros. E, graças à intervenção do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, com a “criação das primeiras vilas mineiras e da nova capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 1709, regularizou-se a situação regional.” (VIANA, 1946, p. 85).

E foi assim que a população de Minas Gerais, inconformada com a quantidade de impostos, entrou em conflito com Portugal, ocorrendo, em Vila Rica, o movimento denominado

de Inconfidência Mineira que foi constituído por militares, mineradores, padres e intelectuais que passaram a trocar ideias em Vila Rica, sobre a possibilidade de um levante contra o pagamento de impostos ao governador da Capitania de Minas Gerais.

O movimento foi denunciado; todos os envolvidos foram processados nos anos subsequentes; exilados ou remetidos a Portugal. Em 1792, Joaquim José da Silva Xavier, líder da Inconfidência Mineira, conhecido pela alcunha de Tiradentes, foi enforcado, degolado, esquartejado e as partes de seu corpo exibidas em várias partes do caminho entre Rio de Janeiro e Ouro Preto, em Minas Gerais.

Além da exploração das terras brasileiras e de cobrança excessiva de impostos sobre as riquezas minerais, Portugal também interferiu na expansão religiosa no Brasil, desde a sua descoberta; assunto desenvolvido no próximo tópico deste artigo.

A EXPANSÃO RELIGIOSA

Um dos objetivos da expansão marítima de Portugal foi a propagação da fé católica aos habitantes das novas terras descobertas. Missão inicialmente confiada à Ordem de Cristo.

Os primeiros padres jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, com o primeiro Governador-Geral Tomé de Sousa, e aqui permaneceram por mais de duzentos anos. Além desses missionários, os franciscanos, os sacerdotes e as carmelitas tiveram papel relevante na catequização dos indígenas, na povoação local, e na criação de vilas e cidades.

Em 1551 foi criado o primeiro bispado na Bahia cujo primeiro bispo foi D. Pedro Fernandes Sardinha (COSTA; MELLO, 1996). Posteriormente, além de mais duas prelazias criadas, o bispado da Bahia foi elevado a arcebispado.

A Companhia de Jesus, fundada em 1534 pelo padre espanhol Santo Inácio de Loiola, chega ao Brasil com o primeiro Governador-Geral com o objetivo de fortalecer a “Igreja católica e combater a Reforma Protestante”, procurando difundir o catolicismo nas terras conquistadas. (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 48).

Segundo os autores citados, o primeiro grupo chega ao Brasil com apenas seis jesuítas liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, grande catequizador na cidade de Salvador e capitânicas no seu entorno e idealizador dos primeiros colégios em São Paulo e Rio de Janeiro, referências para os intelectuais do Brasil Colonial. Além do mais, os jesuítas ensinavam aos indígenas e aos filhos dos colonos a ler, escrever e contar; transmitiam aos habitantes os

conhecimentos católicos e da cultura europeia e, também, os africanos escravizados aprendiam com eles, na capela que geralmente ficava ao lado da casa-grande.

A autoridade religiosa daquela época era o senhor de engenho que, abençoado pelo padre, em nome da Igreja e de Deus, devia ser obedecido e respeitado; o contrário era considerado pecado (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009).

Em 1759, o secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marquês de Pombal, expulsou os jesuítas do Brasil como uma das mudanças administrativas tomadas para aumentar o controle da colônia. Essa ruptura no processo educativo causaria, para sempre, um vazio de consequências irreparáveis para a população da nação brasileira.

A vinda da família real para o Brasil deu início ao período imperial e possibilitou que Portugal pudesse controlar suas consideradas terras, suas riquezas, habitantes e invasores. Contudo, algumas ações da família real contribuíram para a independência política no Brasil. O próximo tópico aborda esses aspectos importantes da política externa de Portugal.

DA FAMÍLIA REAL E DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

A família real veio para o Brasil por questões da política externa de Portugal. A fim de não se submeter às imposições do Imperador francês, Napoleão Bonaparte, que exigia o rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra, Portugal teve suas “fronteiras invadidas, ao mesmo tempo em que arbitrariamente se decretava em Paris a extinção de sua dinastia e a supressão da unidade e independência nacional.” (VIANA, 1946, p. 95).

Foi então que Napoleão Bonaparte “passou a combater e a dominar quase todos os países inimigos da França. Não conseguiu, porém, vencer o governo da Inglaterra.” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 135).

Portugal, sem condições militares para deter uma possível invasão francesa pelo interior de seu país, fez com que Dom João VI com a sua família se transferisse para o Brasil. E, assim, no dia 22 de janeiro de 1808, após 54 dias de viagem e depois de ter percorrido aproximadamente 6.400 quilômetros. D. João VI chega à cidade de Salvador. Ressalta-se que uma parte do comboio aportou no Rio de Janeiro, uma semana antes (GOMES, 2007).

No mês de março de 1808, D. João VI mudou-se para Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro e ali instalou a capital da Coroa de Portugal. O Brasil que, até então, era colônia de Portugal passou a ser a sede do governo português.

D. João VI abriu os portos brasileiros aos navios das nações amigas beneficiando, principalmente, a Inglaterra que abastecia o mercado com seus produtos. Abertura decretada pela Carta-Régia de 1808 (VIANA, 1946). A partir de então, navios estrangeiros passaram a trazer mercadorias de exportação e levar os produtos brasileiros para suas terras reduzindo, assim, importações procedentes de Portugal, motivo de descontentamento para os portugueses.

D. João tomou outras medidas e instalou na nova capital várias instituições como a Mesa da Consciência, o Erário Régio, entre outras e criou, ainda: a Imprensa Régia, o Arquivo e o Hospital Militar, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil. (VIANA, 1946). Essas medidas contribuíram para o processo de independência do Brasil fazendo com que a colônia brasileira perdesse o vínculo com a metrópole (MAESTRI, 1997; VINHOSA, 1999).

Em 16 de dezembro de 1815, o Principado do Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, desligando das relações governamentais com Portugal. Com a morte da rainha dona Maria, em “1816, o príncipe regente foi aclamado e coroado rei, com o nome de dom João VI.” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 140).

Por sua vez, Portugal passou a exigir o retorno de D. João VI que, temendo perder seu posto, regressa ao seu País, em abril de 1821, não sem antes nomear para regente “dessa parte da monarquia o seu filho e herdeiro, Príncipe Real D. Pedro, então de vinte e dois anos de idade” (VIANA, 1946, p. 99); não sem antes esvaziar “os cofres do Banco do Brasil, levando consigo quase todo o ouro” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 140).

Portugal, inconformado exige o retorno do Príncipe. Exigência ignorada em razão dos diversos movimentos reivindicando sua permanência no Brasil. Foi essa decisão de D. Pedro que ocasionou, em 9 de janeiro de 1822, a famosa frase do Príncipe: “Como é para o bem de todos e a felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico.” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 141).

D. Pedro I criou o Ministério do Reino e de Estrangeiros chefiado por José Bonifácio de Andrada e Silva, que defendia ideais progressistas no campo social, como a extinção da abolição da escravatura e a livre entrada de imigrantes no país. Esse ministério fortaleceu a intenção da ruptura entre Portugal e Brasil; separação não aprovada por Portugal que continuou a dominar – por meio de juntas fieis – algumas províncias como a da Bahia, Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Cisplatina (VIANA, 1946).

A 12 de outubro de 1822, depois de seu pai ter governado por treze anos o Brasil, Dom Pedro foi coroado monarca; no final do mesmo ano foi coroado com o nome de Pedro I.

Com a independência do Brasil, extinguem-se as capitâneas que são transformadas em províncias. Nos anos que se sucederam outras 24 províncias foram criadas como, por exemplo: Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná.

Proclamada a Independência, o Brasil buscou, de imediato, o apoio dos países europeus e americanos não encontrando dificuldade por parte dos países da América, sendo que os Estados Unidos da América foram os primeiros a manter uma relação permanente com o governo de D. Pedro I (VIANA, 1946).

A Inglaterra, que não identificou melhoras nos negócios com o Brasil, resolveu contatar D. João VI para que fosse firmado um convênio, a título de indenização. Assim, o Brasil assumiu, em 1825, a obrigação de pagar “£ 2.000.000 ao governo português, em parte para pagamento de empréstimo contraiu em nome do Reino Unido, em parte como indenização pelas propriedades reais existentes no Rio de Janeiro.” (VIANA, 1946, p. 105).

Como consequência, surgiu o rompimento dos laços políticos e administrativos com Portugal e o nascimento da primeira dívida externa. Nessa direção, setores da sociedade também não concordavam com a ruptura do Brasil e Portugal, como “os antigos funcionários da Coroa portuguesa, comerciantes e militares portugueses, que estavam interessados na preservação do sistema colonial.” (ORDONEZ; QUEVEDO, 2010, p. 328).

Em 1824 foi outorgada a primeira e a mais duradoura Constituição do Brasil, tendo como características relevantes o poder moderador e a não abordagem da escravidão. A Constituição determinava que só tinham direito ao voto quem pudesse comprovar, por meio do censo, que era rico, possuindo renda mínima de 100 mil-réis por ano, que tivesse mais de 25 anos e fosse do sexo masculino. Para ser candidato a deputado o indivíduo teria que ganhar mais de quatrocentos mil-réis por ano; para senador a renda deveria ultrapassar os oitocentos mil-réis anuais (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009).

A Constituição atendia aos interesses dos grandes proprietários de terras e de escravos que possuíam os quesitos para participar da política brasileira; por isso, ficou conhecida como a Constituição da Mandioca; assim, para que alguém pudesse ter direito político, o seu rendimento anual deveria ser superior a 150 alqueires de mandioca (OLIVEIRA, 2012).

A forma autoritária de D. Pedro governar o Brasil trouxe, como consequência, a instabilidade no seu primeiro reinado, causando descontentamento da população, pois o Rei não aceitava que sua autoridade fosse questionada nem que seu poder fosse limitado mesmo defendendo uma constituição liberal.

Em 1826 morre D. João VI e seu filho sucessor, D. Pedro I, ficou numa situação difícil, sem alternativa, pois não podia governar, ao mesmo tempo, Brasil e Portugal. Em 1827 D. Pedro I criou o cargo de juiz de paz, visando ampliar o poder dos proprietários de terras. Esses juízes exerciam o papel de polícia com poderes para prender e julgar as pessoas de sua região, ajuizando as penas conforme a gravidade do delito (CARDOSO, 2012).

Em abril de 1831, D. Pedro I nomeia José Bonifácio de Andrada e Silva como tutor de seu filho, com apenas cinco anos de idade, e renuncia a seu favor viajando para a Europa e, de acordo com a Constituição vigente, o Brasil deveria ser governado por uma regência constituída de três membros até que D. Pedro de Alcântara alcançasse a maioridade.

Nessa direção, aos quinze anos, em 23 de julho de 1840, Dom Pedro foi declarado maior de idade e, no ano seguinte, coroado Governo do Império do Brasil com o título de D. Pedro II (CARDOSO, 1979). O Segundo Reinado – com uma gestão bem autoritária – dura até a proclamação da república ocorrida em 15 de novembro de 1889.

E, assim, D. Pedro II parte, com sua família, do Rio de Janeiro para a Europa e expressa seu sentimento diante de sua decisão, por meio de uma carta, intitulada: A Carta de D. Pedro II, datada de 16 de novembro de 1889. Após essa partida, deu-se o início da república no Brasil com 90% da população brasileira vivendo no meio rural, sob a influência dos latifundiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Brasil perpassa por inúmeros fatos relevantes, sendo praticamente impossível resumi-los num só artigo como este, que teve por objetivo discorrer sobre os aspectos históricos nos períodos colonial e imperial do País.

Não há como tratar dessa história sem destacar a relevância e aprimoramento das novas tecnologias marítimas no século XV que possibilitou Portugal e Espanha – os dois países mais desenvolvidos da Europa àquela época – planejar longas viagens de forma mais segura.

E foi por meio dessas viagens que Cabral aportou no Brasil, antes descoberto por Colombo que não quis ocupa-lo nem lhe dar um nome. Essa assertiva é confirmada por autores consultados que afirmam haver provas consistentes e suficientes para atestar a intencionalidade de povoamento da nação brasileira, pois o rei de Portugal tinha conhecimento dessas terras.

Descobrir riquezas encontradas em terras brasileiras fez com que Portugal desse início à exploração do pau-brasil, de metais valiosos, do tabaco, algodão, cana de açúcar e outras especiarias por meio do trabalho de indígenas, que aqui se encontravam, e de escravos trazidos

nos navios para servir aos portugueses nas novas terras. Essa produção – que atendia não só as necessidades internas do Brasil, mas, também, à exportação – perdurou durante todo o período colonial até o fim da era imperial.

Por causa da colonização dos portugueses – centrada na consolidação do povoamento das terras com dimensões imensas – é que as capitanias hereditárias e, posteriormente, os governos-gerais foram implantados sem, contudo, obterem resultados esperados. Isso gerou descontentamento e conflitos que motivaram a vinda da família Real para o Brasil, em 1808, dando início ao período imperial que não foi, também, capaz de interromper os conflitos e descontentamento da população brasileira.

A partir dessa realidade o Brasil passou por um processo de consolidação de um país independente capaz de seguir seu próprio caminho, apesar desse processo ter acontecido com revoltas e levantes iniciados em diversas partes do país. E, assim, em 7 de setembro de 1822 ocorreu a Independência do Brasil e o processo de unificação da unidade nacional.

Nesse período houve um dos mais importantes acontecimentos da história do Brasil no que se refere aos direitos sociais dos indivíduos: a abolição do tráfico de escravos – uma vitória de todos os brasileiros – e, posteriormente, em 1888, a extinção da escravidão no País.

Por fim, com a ida de D. Pedro II e toda sua família para Portugal, em 1889, o Brasil passou a ser uma República.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento: A verdadeira história da expedição de Cabral**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. (Coleção Terra Brasilis).

CARDOSO, Oldimar. *Leituras da história*. São Paulo: Escala Educacional, 2012.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1979.

CORTI, Ana Paula et al. **Tempo, espaço e cultura: ciências humanas - ensino médio - educação de jovens e adultos**. São Paulo: Global, 2013. (Coleção viver, aprender).

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Planeta, 2007.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Brasil: Império**. São Paulo: Contexto, 1997.

MIRANDA, Lilian Lisboa. **Mundo para todos: história**, 5º ano. São Paulo: Edições SM Ltda, 2008.

OLIVEIRA, José César de. As motivações e o contexto jurídico-político da independência política do Brasil e o processo constitucional brasileiro. Athenas, Conselheiro Lafaiete, v. 1, n. 1, p.1-28, jun. 2012. Semestral.

ORDONEZ, Marlene; QUEVEDO, Júlio. **História**. São Paulo: Ibeb, 2010. (Coleção Horizontes).

PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil**. v. 3 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino; TREMONTE, Thiago. **História e vida integrada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.

PINELA, Thatiane; GIARETTA, Liz Andréia. **De olho no futuro: história**, 5º ano. São Paulo: Quinteto Editorial, 2011.

SOALHEIRO, Bárbara. **Como fazíamos sem**. São Paulo: Panda Books, 2006.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; CHIANCA, Rosaly Braga. **A aventura do saber: história**, 5º ano. São Paulo: Leya, 2011.

THOMAS, Cláudio M.; AZEVEDO, Paulo E. de. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Coleção F. T. D. Ltda., 1965.

VENÂNCIO, Adriana; ZENUN, Katsue; MARKUNAS, Mônica. **História: 5º Ano**. 2. ed. São Paulo: Casa Verde, 2008.

VIANA, Hélio. **História do Brasil: terceira série colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

CAPÍTULO 4

DOS DOCUMENTOS À CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ARQUIVO SETORIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO/UFSM

Nériton Clay Oliveira Porto
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Precisamos conhecer o passado para compreender o presente e projetarmos o futuro.
(Heródoto)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar, preliminarmente, um estudo exploratório que vem sendo desenvolvido pelo primeiro autor, sob a orientação da segunda autora, acerca do Arquivo Setorial do Centro de Educação da UFSM, com ênfase na sua organização e rotina arquivística, de tal sorte a contribuir para o bom andamento do Centro de Educação, que caracteriza-se pela produção expressiva de documentos de toda ordem. A presente investigação utiliza-se dos pressupostos da pesquisa bibliográfica e documental, sendo essa última operacionalizada com o acervo do Arquivo Setorial do CE-ASCE. A título de considerações parciais apontamos a importância do ASCE para o registro e socialização da memória institucional do Centro de Educação e da UFSM.

PALAVRAS CHAVE: Memória Institucional; Arquivo Setorial CE, Arquivologia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, resultado de uma pesquisa exploratória ainda em curso, que tem como tema principal a articulação entre a memória institucional do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria e a relação com o seu Arquivo Setorial - ASCE/UFSM, propondo a historicização de sua criação, atribuições e rotinas desenvolvidas em consonância com as políticas implementadas para a realização da gestão documental desta comunidade acadêmica, orientada pelos pressupostos da Arquivologia e da legislação pertinente.

Trata-se de um artigo de revisão bibliográfica, bem como de pesquisa documental no acervo do ASCE/UFSM.

O artigo está organizado em sessões, com destaque para as que seguem: revisão preliminar dos conceitos, com base na pesquisa bibliografia, descrição do lócus de pesquisa e seus contextos, apresentação da rotina da gestão do ASCE e considerações finais.

APRESENTANDO ALGUNS CONCEITOS

Nessa sessão apresentar-se-á brevemente os principais conceitos que orientam a pesquisa em curso, quais sejam: memória, memória institucional, arquivo, documento e gestão documental.

MEMÓRIA

O termo memória tem sua origem etmológica no latim e significa a faculdade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente reportando-se às lembranças, reminiscências.

Segundo Huber (1991), memória é um processo inerentemente humano. Sendo assim, a memória faz parte do processo evolutivo da humanidade e pode ser considerado um dos embasamentos que dá significado à vida.

Crippa (2010, p.81) considera que a memória permite o resgate de algo pertencente ao passado, comparando-os com os dados do presente, proporcionando a preservação de determinadas informações, essenciais para a experiência individual e o conhecimento de natureza científica, filosófica ou técnica. A memória é considerada o único instrumento através do qual, ideias e palavras podem ser reunidas, fugindo, assim, do império do imediato: imprime as direções do tempo e permite uma continuidade social. Sem ela, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento, ou seja, pode ser considerada uma ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Em relação ao termo Memória Institucional, cabe referir os estudos de Icléia Thiesen Costa (1997) que definem memória como um elemento primordial no funcionamento das instituições, porquanto é através da memória que as instituições se reproduzem na sociedade a qual está inserida, retendo somente as informações que interessam ao seu funcionamento. Além disso, a memória institucional está em permanente elaboração e evolução, visto que é resultante da função do tempo, ou seja, engloba a instituição como um todo, sendo formada com o passar do tempo.

De acordo com Spiller e Pontes “[...] as experiências pelas quais passa uma organização são acumuladas, ao longo dos anos, nas suas pessoas, cultura, processos e em seus documentos, e esse conjunto de conhecimentos forma a sua memória” (2007, p.99).

A memória Institucional estabelece, permanentemente, embora esteja sempre em formação por estar ligada ao fator “tempo”, quais elementos são importantes e relevantes para serem preservados e utilizados numa sociedade, como base de novas construções.

ARQUIVO

Etmologicamente arquivo vem do latim “archívum”, denominando o lugar onde se guardam documentos.

A Arquivologia estabelece que o arquivo seja um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantém ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades.

Marilena Leite Paes conceitua arquivo como “o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros” (PAES, 1991, p. 4).

DOCUMENTO

Do latim documentum, é uma carta, um diploma ou um escrito que reproduz um acontecimento, uma situação ou uma circunstância. Também se trata de um texto que apresenta dados susceptíveis de serem utilizados para comprovar algo.

Podemos considerar que documento é toda e qualquer informação registrada em um suporte (papel, microfilme, computador, etc.). É qualquer informação produzida ou recebida por instituição, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades e que constitui elemento de prova ou de conhecimento, independente da natureza do suporte onde esteja inserida.

GESTÃO ARQUIVÍSTICA OU GESTÃO DOCUMENTAL

O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, estabelece que a gestão arquivística de documentos seja um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação uso, avaliação e arquivamento de documentos arquivísticos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (CONARQ, 2009).

Bernardes & Delatorre afirmam que ao fazer gestão documental não implica em uma preocupação somente em atender aos interesses imediatos do organismo produtor, de seus clientes ou usuários, mas assegurar que os documentos indispensáveis a reconstituição do passado sejam definitivamente preservados. Aliado ao direito a informação está o direito a memória. (BERNARDES & DELATORRE, 2008, p.7)

A gestão documental engloba todo ciclo de vida dos documentos, pois inicia na produção até a sua destinação final ou eliminação. Além disso, é considerada uma medida fundamental para a integridade das informações.

CONTEXTO DE PESQUISA

Esta pesquisa está sendo realizada no Arquivo Setorial do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria e, neste sentido cabe apresentar, sumariamente, alguns elementos acerca da Instituição.

A Universidade Federal de Santa Maria foi criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria – USM. A solenidade da criação da Universidade de Santa Maria ocorreu em Goiânia, na sacada do Palácio das Esmeraldas, em 18 de dezembro de 1960. Já a cerimônia de instalação da Universidade em Santa Maria ocorreu em 18 de março de 1961. A UFSM foi a primeira universidade federal criada no interior, fora de uma capital brasileira. Esse fato representou um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil e tornou o Rio Grande do Sul o primeiro Estado da Federação a contar com duas universidades federais.

A regulamentação das suas atividades está ancorada na Lei n. 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria/MEC n. 156, de 12 de março de 2014 e pelo Regimento Geral, aprovado na 722ª Sessão do Conselho Universitário, pelo Parecer n. 031/2011, de 15 de abril de 2011, e Resolução n. 06, de 28 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, n. 151, de 8 de agosto de 2014.

É uma instituição pública, gratuita, de qualidade e que construiu credibilidade e tradição ao longo de sua trajetória, recebendo alunos de todos os estados do Brasil em busca de aprendizado e qualificação profissional. A universidade, também, é responsável por gerar empregos para centenas de pessoas e qualificar muitas outras, já que contribui profissionalmente para as empresas do estado e do país.

Considerando o primeiro semestre de 2022, a UFSM conta com 28.612 alunos regularmente matriculados, 271 cursos, 2020 docentes e 2560 técnico-administrativos em educação. Possui em sua estrutura organizacional, entre outros, 8 Pró-reitorias e 14 unidades de ensino: Colégio técnico Industrial, Colégio Politécnico de Santa Maria, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, Campus de Frederico Westphalen, Campus de Palmeira das Missões, Campus da UFSM em Cachoeira do Sul, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de tecnologia, Centro de Artes e Letras e Centro de Educação.

O Centro de Educação (CE) está localizado no prédio 16 do campus universitário Doutor José Mariano da Rocha Filho, Avenida Roraima n. 1000, no Bairro Camobi, Santa Maria, RS. O CE teve sua origem na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras instalada em março de 1965, criada pela Lei n. 3.958/1961. Em 1970 passa a chamar-se Centro de Ciências Pedagógicas e em 1978 sofre mudança de nomenclatura, chegando a denominação atual de Centro de Educação.

A sua estrutura é composta de cursos de Graduação presenciais: Pedagogia Diurno, Pedagogia Noturno, Educação Especial Diurno, Educação Especial Noturno, Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional; cursos de graduação a distância: Ciências da Religião EAD, Educação Especial EAD e Pedagogia EAD.

O CE conta também com cursos/programas de pós-graduação: Curso Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional - PROFHISTÒRIA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPPG, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE e Curso de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede - MPTER.

Além dos cursos de graduação e pós-graduação, o Centro de Educação apresenta em sua estrutura, setores que complementam a formação dos acadêmicos. São quatro Departamentos Didáticos: Departamento de Administração Escolar (ADE), Departamento de Educação Especial (EDE), Departamento de Fundamentos da Educação (FUE), Departamento de Metodologia de Ensino (MEN). Além destes Didáticos: Laboratório de Metodologia de Ensino - LAMEN e suas áreas de atuação: Laboratório de Alfabetização e Linguagem, Laboratório de Artes Cênicas, Laboratório de Artes Visuais, Laboratório de Ensino de Biologia, Laboratório de Ensino de Física, Laboratório de Ensino de História, Laboratório de Línguas e Ensino, Laboratório de

Educação Matemática Escolar, Laboratório de Educação Musical, Laboratório de Educação em Ciências e Química, Laboratório Interdisciplinar - Ciências da Natureza. Conta também com o Laboratório de Pesquisa e Documentação em Educação – LAPEDOC, responsável pela criação e edição das revistas do Centro da Educação – Educação e Educação Especial –, além dos Cadernos de Ensino e Pesquisa e Extensão do CE.

O CE é também composto dos seguintes núcleos: Núcleo de Apoio à Aprendizagem em Educação - ÂNIMA, Núcleo Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - NIEPE, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial - NEPE, Núcleo de Educação em Ciências - NEC, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Infância - NEPEI, Núcleo de Comunicação Institucional - NUCOM, Núcleo de Execução e Controle Orçamentário – NECOR, Núcleo de Infraestrutura – NUINFRA e Núcleo de Patrimônio – NUPAT.

A responsabilidade pelo controle documental e pela gestão arquivística do Centro de Educação, é o Arquivo Setorial do Centro de Educação – ASCE/UFSM.

A partir da criação do Centro de Educação, em 1965, um volume expressivo de documentos foram produzidos e recebidos referentes aos trâmites existentes na UFSM e às atividades docentes e discentes de ensino, pesquisa e extensão.

Com o aumento significativo do volume documental gerado pelas ações necessárias para se atingir as metas estabelecidas pela “máquina administrativa”, parte desta documentação foi transferida para um espaço específico, equivocadamente conhecido e denominado pelos membros desta comunidade acadêmica como “arquivo morto”.

O volume documental crescente gerou a necessidade da transferência dos arquivos das subunidades porque os espaços administrativos estavam comprometidos pela grande massa de documentos gerados e recebidos.

A documentação transferida sofreu alguns processos de intervenção arquivística elaborados e executados por docentes e discentes do Curso de Arquivologia da UFSM, tendo como supervisores, agentes do Departamento de Arquivo Geral da instituição. Estas ações se deram até o final do ano de 2013, momento em que o Centro de Educação recebe em seu quadro funcional, um profissional arquivista que assumiu a responsabilidade de dar início ao processo de criação do Arquivo Setorial e da gestão documental, em conformidade com a Resolução n. 009/2012/UFSM que estabelece as diretrizes para a criação e implementação dos arquivos setoriais na UFSM.

Sob a coordenação do profissional arquivista, o acervo documental do Centro de Educação passou pelo processo de organização e avaliação para a identificação do destino destes documentos transferidos para este “depósito”. Através do instrumento arquivístico denominado “Tabela de Temporalidade de Documentos da UFSM”, foram identificados os documentos cujo prazo de guarda estava vencido e os que necessitavam permanecer, provisória ou indeterminadamente, arquivados no acervo do CE/UFSM.

No ano de 2016, com a crescente massa documental e os resultados satisfatórios decorrentes das intervenções arquivísticas, foi disponibilizado um espaço físico com melhores condições de armazenamento para o acondicionamento da documentação avaliada e classificada e passou a ser denominado Arquivo Setorial do Centro de Educação, aprovado por unanimidade na 570ª sessão do Conselho do Centro de Educação, Parecer n. 12/2016-CE.

Atualmente o complexo do Arquivo Setorial do Centro de Educação, conta com a sala 3179, constituída do acervo documental disponível para consultas e pesquisas por usuários internos e externos e a sala 3181, com a coordenação, parte do acervo e a sala do desenvolvimento das atividades arquivísticas ou tratamento documental. Todos estes espaços estão no andar térreo do prédio 16 – Centro de Educação da UFSM.

Destaca-se que os conjuntos documentais organizados no acervo, oriundos dos setores administrativos desta unidade acadêmica, são constituídos de atas de colegiados de cursos, atas dos colegiados departamentais e das diversas reuniões organizadas pelas subunidades do centro, projetos desenvolvidos pelos docentes, técnico-administrativos em educação e discentes, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, prontuários de atendimento nos setores de atendimento psicossocial, documentos com registros financeiros como balancetes e prestação de contas, portarias, processos administrativos, memorandos, ofícios, ordens de serviço, e os mais variados tipos documentais com o registro das informações das atividades desenvolvidas no âmbito desta unidade.

O Arquivo Setorial do Centro de Educação está localizado na Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho, Avenida Roraima, n. 1000, especificamente no Prédio 16. O horário de atendimento do Arquivo Setorial do Centro de Educação é de segundas a sextas-feiras, das 8 horas às 17 horas. Para contato, possui o telefone (55) 3220-6171 e o e-mail: arqsetce@gmail.com.

Antes de passarmos para a descrição do ASCE, cabe apresentar sumariamente o Departamento de Arquivo Geral (DAG) da UFSM e o Curso de Graduação em Arquivologia

também da UFSM. O DAG que é o órgão central do Sistema de Arquivos, subordinado a Pró-Reitoria de Administração e responsável pela gestão arquivística na instituição.

É o DAG que realiza a implantação das políticas arquivísticas na Universidade Federal de Santa Maria, ou seja, é o setor responsável por todas as atividades referentes à gestão documental. O DAG também trabalha com o assessoramento nos procedimentos e ações que envolvam a avaliação de documentos da UFSM nas unidades acadêmicas e administrativas da universidade; através da Comissão Permanente Avaliação de Documentos (CPAD), composto por um grupo interdisciplinar, é responsável pela avaliação de documentos e da manutenção e uso da tabela de temporalidade dos documentos de arquivo.

Tem por finalidade manter sob custódia os documentos de caráter permanente, provenientes das atividades administrativas, das unidades de ensino, pesquisa e extensão que compõem a universidade.

O DAG é a unidade administrativa da UFSM responsável pelas políticas arquivísticas de gestão documental com os documentos produzidos e acumulados no âmbito institucional dos Arquivos Setoriais das unidades acadêmicas da UFSM, entre elas, o Arquivo Setorial do Centro de Educação.

Atualmente está localizado no Campus Universitário da UFSM, no prédio 47 - Reitoria, juntamente com a Administração Central da UFSM, nas salas 130 e 127. Os contatos devem ser estabelecidos pelo telefone (55) 3220-8130 ou pelo endereço eletrônico no sitio da UFSM: <http://www.ufsm.br/dag>.

O Curso de Graduação em Arquivologia destina-se a formar profissionais da informação, bacharéis em Arquivologia, capazes de programar sistemas de gestão da informação arquivística no universo de atuação que a lei e a praxe lhe concedem.

O Arquivista possui uma formação generalista, numa construção interdisciplinar com a História, Direito, Informática, Administração, Comunicação e Paleografia, visando preparar um arquivista cidadão, apto para exercer atividades técnicas e científicas, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que o envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, disposto a estabelecer uma inter-relação atual com a sociedade onde está inserido. A formação prepara o profissional da informação arquivística para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, não se restringindo à perspectiva de profissionalização estrita e especializada, em princípios de cooperação e democracia.

O Curso de Arquivologia foi criado pelo Parecer n. 179/76 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFSM, em 10 de agosto de 1976. Sua instalação deu-se em março de 1977 com oferecimento de 25 vagas anuais e quatro habilitações: Arquivos Empresariais, Arquivos Escolares, Arquivos Históricos e Arquivos Médicos.

A criação do Curso de Arquivologia da UFSM foi anunciada através de comunicação feita pela Prof^a. Darcila de LaCanal Castelan durante o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia realizado na cidade do Rio de Janeiro no período de 17 a 22 de outubro de 1976.

A Universidade propôs-se a criar para 1977 o Curso de Arquivologia em nível de graduação. Curso esse, compreendendo 2.165 horas e estágio de 200 horas a serem desenvolvidas num mínimo de três anos letivos, ou seja, seis semestres. A regulamentação da profissão aconteceu um ano após a criação do Curso na UFSM, através da Lei n. 6.546 de 04 de julho de 1978 e do Decreto n. 82.590 de 06 de novembro de 1978.

O reconhecimento do Curso de Arquivologia da UFSM deu-se pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1981, através da Portaria n. 076/81/MEC. Quando da criação do Curso de Arquivologia, professores de vários departamentos da UFSM e professores convidados de outras instituições contribuíram para o seu funcionamento inicial, pois naquele momento não havia sido criado um departamento, onde estariam lotados os professores para lecionar as disciplinas técnicas profissionalizantes no referido Curso de Arquivologia.

Em 1978, foi criado o Departamento de Documentação através da Resolução n. 001/78/UFSM, com o objetivo de alocar as disciplinas técnicas profissionalizantes para atender especialmente o Curso de Arquivologia. O curso de Arquivologia já formou até a presente data, mais de 600 arquivistas, bacharéis de alto nível para contribuir com a sociedade.

O Curso funciona no Campus sede da UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74, sala 2147 – Coordenação, andar térreo. Telefone 3220 9256.

ROTINAS DE GESTÃO NO ASCE/UFSM

Considerando a conexão existente entre “documento” e “memória institucional”, é possível identificar que esta (inter) relação se estabelece naturalmente, principalmente pelas características dos seus conceitos.

Tendo em vista que o documento é a informação produzida ou recebida por instituição, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades e que constitui elemento de prova ou de conhecimento, independente da natureza do suporte onde esteja

inserida e, a memória institucional, segundo Huber (1991) é um processo inerentemente humano e, assim sendo, faz parte do processo evolutivo da humanidade e pode ser considerado um dos embasamentos que dá significado à vida e que esta memória institucional está intrinsecamente ligada às ações produzidas pelas pessoas e é capaz de descrever os fatos históricos, políticos e sociais construídos nos vários segmentos da sociedade, podemos identificar que no contexto da construção de uma memória institucional, o ASCE/UFSM desenvolve suas ações e rotinas dentro deste princípio.

Sabatini, Veríssimo, Cadidé e Ades, em texto sobre a “Preservação da Memória Institucional no Instituto de Psicologia da USP”, apontam que a memória institucional, sua preservação e disseminação, dependem pontualmente da coleta, classificação e arquivamento de documentos como atas, artigos, teses e dissertações, fotografias, filmes e outros registros; que ela pode também se valer, dentro do avanço acelerado dos veículos virtuais, de contextos informatizados como os sites na internet. O uso da rede virtual de comunicação permite que uma informação relevante a respeito da história da instituição, possa ser acessada múltiplas vezes, com facilidades, propiciando materiais para um esforço de análise e pesquisa.

A implementação das políticas arquivísticas organizadas e disseminadas no âmbito da comunidade universitária da UFSM, pelo Departamento de Arquivo Geral, são aplicadas e gerenciadas no sentido da construção e manutenção da memória institucional do ASCE/UFSM e do Centro de Educação, suas gestões, seu desenvolvimento acadêmico e administrativo bem como a preservação de sua história.

Desde o ano de 1965, ano da criação do Centro de Educação, foram criados e recebidos documentos administrativos relativos aos trâmites existentes na universidade, referentes às atividades docentes e discentes de ensino pesquisa e extensão.

Esta documentação produzida e recebida foi armazenada (acumulada) nos setores que compõem a estrutura administrativa do CE, conforme a atividade desenvolvida.

Para a organização da documentação e a implantação da gestão de documentos propriamente dita, utilizou-se de algumas rotinas arquivísticas, a saber: Levantamento da documentação existente e apta a ser recolhida, no âmbito do Centro de Educação; construção de cronograma de recolhimento dos documentos nos setores administrativos do CE; conscientização e orientação aos detentores da documentação sobre a importância da intervenção arquivística nos documentos produzidos e acumulados nos setores; orientação referente ao preparo dos documentos a serem recolhidos ao ASCE/UFSM; recolhimento da

documentação; limpeza e extração dos agentes deteriorantes da documentação (clips, grampos, espirais metálicas, etc.); Avaliação documental propriamente, ou seja, identificação dos prazos de guarda ou a imediata eliminação dos documentos (encaminhamento dos papéis para reciclagem); Armazenamento e organização das caixas, devidamente identificadas, no acervo do ASCE/UFSM; inclusão das informações a cerca da documentação recolhida nos Inventário documental do ASCE/UFSM, confecção de listagens de eliminação da documentação com o prazo de guarda vencido, informando o volume e o conteúdo das informações a serem eliminadas e, mediante autorização legal, encaminhamento para empresas de reciclagem de papéis.

Assim sendo, o Arquivo Setorial do Centro de Educação, mediante estas ações e rotinas descritas, assegura a manutenção da sua gestão documental, da criação ao destino final do documento, assegura o controle das informações que tramitam na forma de documentos e mantém o registro das ações, administrativas e, com o passar do tempo, históricas do Centro de Educação/UFSM.

Nesta perspectiva é possível assegurar que a gestão documental é fundamental para as instituições; a produção de documentos é constante e, por isso também é necessário preservá-los ordenadamente para resguardar a memória institucional mantendo-a viva e fortalecendo seus alicerces.

DOCUMENTAÇÃO CORRENTE E DOCUMENTAÇÃO PERMANENTE (HISTÓRICA) do ASCE/UFSM

O início da gestão arquivística no Centro de Educação se deu no “depósito de documentos” já descrito como um local onde se podiam depositar as caixas com os documentos oriundos das mais variadas atividades administrativas. Até o ano de 2013, as intervenções arquivísticas operacionalizadas no acervo, atendiam somente aos acadêmicos do Curso de Arquivologia da UFSM que encontravam neste espaço, local onde desenvolver as técnicas e teorias recebidas em salas de aula. Mediante a orientação de docentes do Departamento de Documentação da UFSM e da supervisão de técnico-administrativos em educação, ocupantes do cargo de arquivistas lotados no Departamento de Arquivo Geral da UFSM, os acadêmicos estabeleciam contato com documentos que necessitavam de ordenação, limpeza, extração de material deteriorante (clips, grampos, espirais de encadernação, etc.); as tarefas realizadas compreendiam, além desta limpeza, a catalogação descritiva dos documentos e das informações neles contidas. Os documentos permaneciam nas caixas de arquivos e eram confeccionadas

listagens dos mesmos com a identificação dos assuntos que eles tratavam. Não aconteceu neste espaço e com estes documentos, as ações de ordenação, conforme um Plano de Classificação de Documentos e avaliação documental que define a perspectiva do tempo de guarda, se temporária ou permanente, o arquivamento dos documentos com o prazo de guarda identificado e estabelecido, enfim, a aplicação de um plano de gestão documental.

Com a identificação do material contido neste espaço foi iniciado-se o processo de controle documental; neste começo, logo após a organização do espaço físico, adequando a necessidade de armazenamento das caixas contendo os documentos e sua respectiva informação, passou-se para a avaliação documental. Constatou-se que este acervo, ainda não organizado, possuía documentos com os registros das ações administrativas desenvolvidas pelos setores que compõem esta comunidade educacional e, além disso, documentos de valor permanente que continham registros que podem ser considerados históricos em função do tempo decorrido desde a sua criação e o valor histórico intrínseco pela excelência das informações contidas; como exemplo pode-se mencionar o volume de caixas contendo os registros da “construção” do Programa de Pós-Graduação em Educação.

A Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) teve início em 1970, como consequência de Convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) no contexto da “[...] política de integração dos países do continente americano” tal como proclamada na “Declaração dos Presidentes da América” de Punta Del Este, Uruguai, em 1967 (GUTERREZ, 2001, p. 152). Tendo sido criada em 1960, a UFSM, se constituiu numa Instituição que superava o modelo tradicional de reunião de escolas isoladas, pautando-se no padrão estrutural das universidades americanas e europeias. Essa instituição também se antecipou à Reforma Universitária de 1968 ao propor ao Conselho Federal de Educação (CFE), em 1967, o seu Plano de Reestruturação. Em tais condições, a UFSM sentiu-se com fôlego para converter aquilo que, de início, seria um Curso de Especialização em Currículo em um curso de Mestrado nos termos do Parecer 77.169 do CFE, que regulamentava a implantação dos cursos de Pós-Graduação “Stricto Sensu” no país. Surgiu, assim, no interior da UFSM a Faculdade Interamericana de Educação e o primeiro curso de Mestrado em Educação do Brasil com a área de Concentração “Teoria e Prática de Currículo para o Ensino de Nível Médio”. (GUTERREZ, 2001, p. 82).

O Arquivo Setorial do Centro de Educação detém documentos e informações referentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação, nas mais diversas formas de suporte, com

registros documentais encontrados em fotografias, recortes de jornal da época, atas, diários de classe, documentos administrativos entre outros.

Notadamente se estabelece, também a partir daí, a construção de uma memória institucional que abrange não somente o PPGE, mas o Centro de Educação e a UFSM como um todo.

Neste conjunto documental existente no ASCE destacam-se também documentos com os registros dos atendimentos realizados pelo NEPES – Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Especial. Esta coleção é muito rica em informações e com conteúdo especial de registros em Prontuários de Pacientes. A documentação é composta de prontuários que registram os atendimentos realizados entre 1980 e 2005 e também de Relatórios das Práticas de Ensino de atendimentos nas áreas de Deficientes Mentais, Deficientes em audiocomunicação/surdez, Portadores de Déficit Cognitivo, além de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs.

Assim sendo, e com estes exemplos de conteúdo administrativo e histórico, é possível estabelecer o início da construção de uma memória institucional. A partir dos registros existentes e devidamente ordenados e classificados no Arquivo setorial do Centro de Educação da UFSM, é possível pesquisar e estudar a memória institucional desta unidade acadêmica e também parte da memória institucional da UFSM. Uma vez que as unidades administrativas compõem a estrutura geral da instituição e os registros e controle das informações contidas nos acervos documentais dos centros de ensino faz parte da memória institucional da UFSM, podemos estabelecer que a preservação destes acervos e, conseqüentemente da memória institucional da UFSM fortalece seus alicerces e a mantém viva.

Haveria outra maneira de pensar o conceito de memória institucional? Entendemos que possivelmente existem muitas outras formas de construção dessas memórias. As instituições hoje parecem estar preocupadas com suas imagens perante a sociedade, razão pela qual estão promovendo a divulgação de sua produção e de suas realizações, muitas vezes lançando mão de recursos tecnológicos pesados, com alto poder de impressão sobre o público, ávido de consumo. [...] Ao contrário do que costumamos pensar, nós somos e fazemos as instituições. E a memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como *mimesis*, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas (THIESEN, 2013, p. 283).

Todas as atividades arquivísticas adotadas em um acervo documental possuem o intuito de disponibilizar a informação, bem como de assegurar a preservação de documentos de valor histórico das organizações e, com isso, estabelecer e fazer a manutenção da memória institucional de um organismo.

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS NO ASCE/UFSM

A preservação de documentos comporta atividades de prevenção desenvolvidas para a conservação de um acervo documental. Já a conservação pode ser determinada como as medidas utilizadas em um acervo para a sua proteção. Segundo PAES (2004, p. 141) “a conservação compreende os cuidados prestados aos documentos e, conseqüentemente, ao local de sua guarda”. São os cuidados que visam interromper o processo de deterioração nos documentos.

É importante a adoção de medidas de conservação para que as informações contidas em um acervo se mantenham íntegras, de forma que possam ser acessadas por futuras gerações. De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (2005, p.6) “a preservação de documentos de arquivo, em qualquer suporte, depende dos procedimentos adotados em sua produção, tramitação, acondicionamento e armazenamento físico”.

A gestão arquivística desenvolvida no Arquivo Setorial do Centro de Educação foi estabelecida considerando, também, os meios de preservação da integridade dos papéis e dos suportes físicos onde estão inseridas as informações que tornam o documento, um documento de arquivo.

Dentre as várias medidas que devem ser adotadas, está o mobiliário adequado e o uso de materiais apropriados para o acondicionamento dos documentos. A utilização de estantes ou armários de madeira é extremamente prejudicial para a conservação e preservação dos documentos, pois favorece o ataque de insetos como o cupim que é um agente biológico de degradação.

No Arquivo Setorial do CE/ UFSM utilizou-se mobiliário de aço tratado com pintura sintética. Com isso diminuiu-se os riscos de ataque de micro-organismos e a propagação do fogo em caso de incêndio. De acordo com o artigo 1º da Lei n. 8.159 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências: “É dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentação de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação”.

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO ASCE/UFSM

De acordo com Gonçalves (1998, p.11), a classificação corresponde “as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir da análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos”. Segundo o autor, a classificação de

documentos tem como objetivo “dar visibilidade às funções e atividades do organismo produtor de arquivo, deixando às claras as ligações entre os documentos”.

Com a realização da classificação é possível recuperar o contexto de produção dos documentos e a manutenção de sua organicidade.

A classificação tem como conceito englobar os procedimentos que tem como objetivo organizar os documentos de arquivo de acordo com os princípios da proveniência e da ordem original, refletindo a função do órgão, no amplo sentido do termo, e, no sentido mais restrito, as operações específicas individuais que integram as atividades do mesmo órgão. (SCHELLENBERG, 2004, p. 83).

Na literatura arquivística há três tipos de planos de classificação, que são: plano de classificação funcional, estrutural e por assunto.

O método funcional classifica os documentos de acordo com as suas funções, subfunções e atividades da organização. Considerado pelos autores da área um plano complexo quando comparado aos outros planos, mas apresenta a vantagem de ser mais estável, pois com mudanças na estrutura do órgão, as atividades permanecerão as mesmas, mas será necessário reajustá-lo de acordo com as novas funções do órgão produtor.

O plano de classificação estrutural levará em consideração o organograma da instituição e os documentos serão agrupados de acordo com o grupo, subgrupo e as atividades do organismo produtor. É indicado para organizações onde não haja mudanças frequentes em sua estrutura e que tenha estrutura administrativa bem definida.

O plano de classificação por assunto é recomendado para organizações que não possuem grande volume documental e que não passam por frequentes mudanças em sua estrutura. Nesse método a classificação é realizada de acordo com o assunto ou conteúdo que caracteriza o documento, utilizando os dados obtidos com o levantamento da produção documental.

No Arquivo Setorial do Centro de Educação – ASCE/UFSM foi necessário mesclar as funcionalidades dos planos de classificação existentes, a fim de dar maior agilidade na organização do volume documental, bem como facilitar o acesso e a rapidez na busca e localização de determinado documento ou conteúdo.

O Plano de classificação estrutural é o mais utilizado na gestão arquivística do ASCE/UFSM com absoluto respeito à estrutura organizacional e ao organograma oficial da unidade acadêmica. O Plano estrutural utilizado faz uso, em parte, da classificação por assunto em razão das características das subunidades que variam entre núcleos, departamentos,

coordenações de cursos, comissões, etc. Com isso estabelece-se uma localização mais ágil e rápida dos documentos solicitados.

Segundo Schellenberg (2004), é interessante utilizar o Plano de Classificação por Assunto como subdivisão do arranjo funcional, mas nunca como elemento principal porque é extremamente subjetivo e não contextualiza os documentos. Dos três tipos de planos, o funcional, na maioria das vezes, é o que melhor reflete o caráter orgânico do órgão produtor, pois contextualiza a produção documental e permite adaptações à medida que situações inusitadas forem surgindo.

No Arquivo Setorial do Centro de Educação/UFSM a classificação documental segue os princípios do Plano de classificação estrutural, onde as subunidades do centro determinam a classe geral e, a partir disso, subdividimos os documentos conforme a sua função, estabelecida num plano de classificação funcional.

Por exemplo, a direção do Centro de Educação, nas pessoas dos seus diretores, titular e substituto, confecciona e assina portarias; Conforme o site da Universidade Federal de Santa Catarina, portaria é um documento de ato administrativo de qualquer autoridade pública, que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço, nomeações, demissões, punições, ou qualquer outra determinação da sua competência. De um modo geral esta definição representa o conceito deste tipo documental em todas as instituições públicas.

Quando aportam no Arquivo Setorial do CE/UFSM, as portarias são classificadas da seguinte maneira:

FUNDO: Centro de Educação

GRUPO: Direção do Centro

CLASSE: Organização e Funcionamento

SUBCLASSE: Atos Normativos

TIPO DOCUMENTAL: Portarias

DATA BALIZA: XXXX á XXXX (Anos abrangidos em cada caixa de arquivo).

Nas caixas de arquivo a ordenação destes documentos se dá estritamente pela ordem numérica. Para a busca de determinada portaria se estabeleceu alguns métodos como pelo número da portaria, pela data (o que representa visualizar todas até encontrar uma em

específico) e pelo setor de lotação do servidor (considerando a estrutura do centro e o organograma estabelecido).

AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

É o momento em que se atribui valores e prazos de guarda para os documentos de uso corrente e intermediário, determinando sua destinação final.

A avaliação documental é um processo multidisciplinar de análise que permite a identificação dos valores dos documentos, para fins da definição de seus prazos de guarda e de sua destinação final (eliminação ou guarda permanente). (BERNARDES & DELATORRE, 2008, p. 35).

Ainda segundo as autoras “A avaliação contribui decisivamente para a racionalização dos arquivos, para a agilidade e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental” (BERNARDES & DELATORRE, 2008, p. 36).

O Processo de avaliação documental requer o uso de métodos que serão determinados pelo arquivista para que ele ocorra conforme as leis em vigor no país, em conjunto com as normas arquivísticas, para não haver eliminações indiscriminadas e não autorizadas.

O Arquivo Setorial do Centro de Educação utiliza, nas ações de avaliação documental e classificação de documentos, a Tabela de Temporalidade de Documentos que estabelece os prazos de guarda e a destinação final dos documentos produzidos e recebidos na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no âmbito de suas funções e atividades.

Esta tabela é o instrumento utilizado para avaliar todo e qualquer documento de arquivo já classificado. Por meio da TTD é possível, entre outras análises, saber quanto tempo o documento deve permanecer em sua unidade administrativa ao cessar seu trâmite, quanto tempo este ficará no arquivo intermediário aguardando prazo precaucional e/ou prescricional, e se ele será eliminado ou guardado permanentemente.

A UFSM, como instituição pública federal, obedece aos prazos estabelecidos para os documentos públicos, definidos pela Portaria n. 47/2020 que “Dispõe sobre o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos as atividades-meio do Poder Executivo Federal” e pela Portaria MEC n. 92, de 23 de setembro de 2011, que “Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)”, conforme consta na Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) da Universidade Federal de Santa Maria.

INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS PARA CONTROLE DOCUMENTAL

O Acervo Documental do Centro de Educação, através do estabelecimento do Arquivo Setorial do Centro de Educação, além dos espaços constituídos e das ações de controle dos documentos, desde a sua criação até a destinação final, possui instrumentos criados para facilitar o controle e a busca dos conteúdos e informações, dos membros da comunidade interna e externa do CE.

Além da Tabela de temporalidade dos documentos da UFSM e do Plano de Classificação de documentos, foram criados o Inventário e o Guia Rápido do ASCE.

O Inventário do ASCE é um instrumento de descrição arquivístico que visa expor a realidade documental do acervo do Arquivo Setorial do Centro de Educação da UFSM.

A sua finalidade consiste em facilitar o acesso à documentação aos usuários internos e externos. Nele está contida a descrição dos volumes documentais preservados no arquivo, distribuídos nas seguintes categorias: Procedência do documento, tipo documental, localização nas estantes devidamente numeradas, caixas de arquivo que possuem numeração sequencial conforme o grupo documental e as datas balizas da documentação armazenada em cada caixa.

Deste instrumento foi gerado o Guia Rápido do ASCE/UFSM que representa um quadro resumido do Inventário do Arquivo setorial do CE, para uso e manuseio mais frequente, sem a preocupação com possíveis danos causados pelo uso contínuo.

Ambos os instrumentos servem como apoio as atividades de controle e gestão documental e são facilitadores das ações de busca e localização de documentos no acervo documental do ASCE/UFSM.

A reunião destes instrumentos com as técnicas arquivísticas de avaliação e destinação, estabelecem o padrão das ações que viabilizam a construção do acervo e a sua utilização pela comunidade acadêmica e administrativa do centro de educação e da UFSM e este conjunto favorece a estruturação da memória institucional que passa a ser um resultado natural desta ação de organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescente avanço tecnológico e o fluxo acelerado e constante de informações produzem e geram volume e acúmulo de documentos, nas mais variadas formas de suporte.

Com o surgimento dos registros do conhecimento e das informações produzidas, o homem sentiu a necessidade de criar sistemas de armazenamentos que possibilitam um maior

controle e facilidade na recuperação da informação, impedindo, também que houvesse uma dispersão de tais registros.

Desta forma, é seguro afirmar que a gestão documental ou arquivística é extremamente importante para as unidades acadêmicas da UFSM e da própria instituição.

No Centro de Educação da UFSM, parte integrante deste contexto, a produção de documentos e suas informações são permanentes e se torna imprescindível o controle, a manutenção e a organização destes volumes para a construção, preservação e disseminação da sua memória institucional.

Mesmo considerando que o Arquivo Setorial do Centro de Educação esteja em fase inicial de funcionamento, a estrutura organizacional já apresenta resultados que apontam a sua relevância como formador da memória institucional do Centro de Educação e da UFSM.

Além do recolhimento, preparação e preservação dos documentos que compõem esta unidade acadêmica, a dinâmica do trabalho estabeleceu em seu planejamento, a confecção de material de divulgação, exposições e a criação de uma página no sítio do CE, para interação entre o acervo e os usuários.

A disseminação do conteúdo do Acervo do Arquivo Setorial do Centro de Educação através de ferramentas essenciais como a comunicação e o marketing que, trabalhando juntas estabelecem uma enorme abrangência e, com isso, garantem maior acessibilidade aos usuários, permitem uma maior eficiência dos serviços oferecidos e a certeza do registro permanente da memória institucional do próprio Arquivo Setorial, do Centro de Educação e da Universidade Federal de Santa Maria.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do estado de São Paulo, 2008.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo; Arquivo do estado, 1998. 38 p.

GUTERRES, C. R. J. (2012). **A faculdade interamericana de educação**. *Revista Educação Especial*, 95–113. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5139>.

HUBER, G. P. Organizational learning: the contributing processes and the literatures. **Organization Science**. Hanover, v.2, n.1, p.88-115. Fev. 1991.

LIMA, I.F. **Bibliotecas Digitais**: modelo metodológico para avaliação de usabilidade. João Pessoa: editora da UFPB, 2015.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SABATINI, A.A.Z.P.; VERÍSSIMO, T.G.; CADIDÉ, I.; ADES, C. **Preservação da Memória Institucional no Instituto de Psicologia da USP**. Trabalho apresentado no XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU. São Paulo. 2008.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: editora UFPB, 2013, 312 p.

CAPÍTULO 5

O ÁLBUM: PEQUENO, GRANDE ESPAÇO DESTINADO AO TEATRO

Maria Aparecida de Fátima Miguel
Paulo Augusto De Almeida

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar um estudo sobre o comediógrafo Artur Azevedo (1855-1908), levando em consideração o ambiente sócio-histórico no qual ele produziu suas obras. O enfoque deste é a publicação da revista *O Álbum*, que circulou entre 1893 e 1895, na qual se encontra a publicação de textos artísticos como crônicas, contos, poesias, folhetins etc. Este trabalho traz, assim, uma breve panorâmica sobre os dados biográficos de Azevedo, uma contextualização histórica acerca do momento em que *O Álbum* foi publicado e a posterior análise de algumas crônicas teatrais compostas por Azevedo na coluna Theatros, cujo objetivo era apresentar e comentar as peças eram encenadas, naquele momento, na capital do país. Por meio dessa metodologia, apreciam-se as características de Azevedo no que tange a sua linguagem e a sua preocupação em apresentar juízos de valor que colaborassem para a valoração do teatro naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: Artur Azevedo; Revista *O Álbum*; crônicas teatrais.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como escopo apresentar alguns dados sobre a produção intelectual de Artur Azevedo. Comediógrafo, contista, poeta, cronista, Azevedo teve uma intensa vida voltada às Letras. Desde a infância destacou-se como artista, tendo toda a sua vida marcada pelo exercício da escrita.

Num primeiro momento, aborda-se o contexto social dentro do qual o escritor produziu sua vasta obra, momento este marcado por intensas modificações no quadro social da Capital do país, para isto é utilizada produção de Nicolau Sevcenko (2003), que contextualiza o momento de transformação na qual se encontra a cidade do Rio de Janeiro, momento denominado como “Regeneração”, em que se assiste a uma profunda transformação dos costumes, que implicou numa drástica mudança na infra-estrutura da Capital, momento este marcado pela Abolição da Escravatura em 1888 e da Proclamação da República no ano seguinte. A cidade se urbaniza e toma feições de cidade ‘civilizada’, passando por reformas que comportassem um novo momento social, enquanto as classes minoritárias eram relegadas às margens da cidade gerando uma cidade dual, onde o centro era reservado à burguesia e os morros aos pobres, aos negros, aos destituídos de poder econômico.

Em seguida, o texto apresenta uma pequena bibliografia de Azevedo, denominada “Azevedo o retratista de uma época”, a qual contempla os dados mais marcantes de sua vida e sua produção, enquanto homem de Letras, que soube situar em sua produção a realidade de um Rio de Janeiro em transformação, num momento em que a crítica afirma que o teatro neste tempo é nulo, marcado apenas por traduções de obras estrangeiras.

Num terceiro momento, este trabalho comenta a crítica comentário, que marca o estilo de Artur Azevedo, num momento em que a crítica se difere daquela que temos atualmente, ou seja, a crítica produzida por Azevedo é marcada na maioria das vezes pelo resumo dos acontecimentos da semana, fugindo à concepção de crônica estética, como se vê hoje num Fernando Sabino, num Paulo Mendes Campos, num Rubem Braga.

Em seguida, é traçado um perfil da revista *O Álbum*, criada por Azevedo em 1º de janeiro de 1893, que circulou até 1895, de trato exclusivamente voltado às Letras. Neste ínterim, há uma apresentação geral da revista em questão, com detalhes sobre a coluna Theatros, espaço este que ocupava o fim da revista. Azevedo tecia críticas sobre as peças teatrais que estavam sendo encenadas nos teatros da capital, sem eximir de emitir juízos de valor, utilizando-se do pseudônimo X, Y, Z. É sabido que o comediógrafo era um defensor do teatro, da melhor remuneração dos artistas e lutava pela construção de um espaço adequado para as dramatizações

Num último momento, analisam-se algumas críticas feitas Azevedo na coluna Theatros, buscando apontar no crítico sua preocupação com o espaço da dramaturgia sem se omitir de falar o que era necessário, apontar rumos, defender o ator e ostentar o amor que sentia pela arte da dramatização.

A CAPITAL: O ESPAÇO DA REGENERAÇÃO

Nicolau Sevcenko (2003) em *Literatura como missão, Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* afirma que a linguagem sempre exerceu um papel de elemento moderador do complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si. A palavra organizada em discurso incorpora toda a sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínseco às estruturas das quais emanam.

Interessa, pois, a este recorte a literatura moderna da forma como está ligada às ciências sociais num processo de interdependência. Afirma Sevcenko “que o discurso literário está atrelado ao contexto tal qual as frutas de uma árvore dependem das características do sol na qual está sendo produzida” (SEVCENKO, 2003, p. 12). Enquanto o historiador se ocupa da realidade o escritor pauta-se pela possibilidade: “A literatura, portanto, fala ao historiador sobre

a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram” (SEVCENKO, 2003, p. 16). A literatura desta forma ocupa-se daqueles que foram estranhos ao êxito.

As duas primeiras décadas do século XX foram o expoente das correntes realistas de nítidas intenções sociais, inspiradas nas linguagens da Belle Époque. A literatura dos escritores desse período permite ao leitor perscrutar o seu cotidiano, o meio no qual eles se inserem. Suas produções são marcadas pelo ritmo e o sentido das transformações históricas. Deste momento destacam-se Euclides da Cunha (1866-1909), Lima Barreto (1881-1922), pois estes ostentam as tensões cruciais do período, bem como seus dilemas culturais. São ambos uma síntese das alternativas históricas possíveis que se colocaram perante os seus olhos.

O advento da ordem republicana foi marcado por diversas crises políticas, quando ocorreu uma permutação em larga amplitude dos grupos econômicos ao promover o Encilhamento da Capital. A marca da época é o arrivismo, representado pela ideia de que a bolsa naqueles tempos era a fotografia da sociedade. É o apogeu do novo grupo que recebe toda sorte de benefícios. A cidade do Rio de Janeiro goza de posição privilegiada, pois constitui o maior centro comercial do país, na passagem do século a capital aparecia com destaque como décimo quinto porto do mundo em volume de comércio. A cidade torna-se obsoleta diante da nova realidade, somam-se às dificuldades estruturais à deficiência sanitária da cidade.

Era preciso mudar a realidade de uma cidade insalubre e oferecer ao mundo uma imagem de credibilidade. O governo de Campos Sales possibilita a restauração financeira do país: “estava aberto o caminho para o desfecho inadiável desse processo de substituição das elites sociais” (SEVCENKO, 2003, p. 42). Destacam-se a inauguração da Avenida Central e a Lei da Vacina, as ruelas são transformadas em avenidas. O ápice do desenvolvimento foi a Exposição Nacional do Rio de Janeiro.

Segundo o crítico, quatro princípios fundamentais regeneram o transcurso desta metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e os costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante, uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

O novo cenário grandiloquente substitui o mestre de obras pelo arquiteto dando espaço ao Art Nouveau rebuscado dos fins da Belle Époque. A imagem do brasileiro preguiçoso é substituída por uma imagem mais positiva. Ocorre uma guerra contra os símbolos de “vadiagem”, tais como o violão e a boemia. São alvos também de perseguição as festas religiosas, a malhação do Judas, o Bumba-meu-boi, bem como as rodas de Candomblé. O Carnaval que se é aceito é o da tradição européia renegando-se as fantasias de índio e de cobra-viva. A demolição dos casarões no centro encarece os aluguéis e empurra a população para a periferia da cidade, enquanto assiste-se a uma verdadeira “caça aos mendigos”. O advento da República proclama a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro, junto com os navios europeus vinham os figurinos, os mobiliários as notícias sobre peças e livros etc.

A cidade do Rio de Janeiro transforma-se, assim, em uma permanente “Regeneração”, por outro lado acentua-se uma crise do gosto. O figurinista Figueiredo Pimentel (1869-1914) na sua seção “O binóculo” trazia as inovações estrangeiras que vieram a constituir o “smartismo brasileiro”.

Verifica-se neste período a tendência à dissolução das formas tradicionais de solidariedade enquanto as relações sociais passam a ser mediadas pelos padrões econômicos e mercantis, numa enorme crise de individualismo. Paira sobre a sociedade uma crise marcada pela alta dose de individualismo somada aos anseios de igualdade por parte das classes menos favorecidas como por exemplo o escravo liberto que exige um tratamento de igualdade, surge então a figura do comendador, como forma de exprimir a relevância da classe em ascensão.

Surge a necessidade de se integrar as partes do país, daí o mapeamento e o ligamento telegráfico de todos os lados. Há toda uma revolução tecnológica que liga as várias partes do país advinda das rigorosas mudanças e atividades econômicas febris vividas na Europa. A revolução tecnológica impôs uma dinâmica de crescimento sem precedentes, somada, ao conjunto do processo produtivo da economia capitalista européia, japonesa e americana. O confronto entre a produção e o consumo direciona-se para um mercado consumidor de produtos industrializados que fortalece o capitalismo deixando à deriva as sociedades não ou pré-capitalistas.

A partir de 1873 ocorre um “boom” de exportação de capitais europeus voltados às suas colônias, estes capitais prestavam-se a instalação de uma infraestrutura nos meios de comunicação e transporte e de bens de capital. Esta situação gerará vários confrontos entre eles a própria Guerra do Paraguai (1864-1870). O desenlace deste descontentamento incorre na

derrocada da estrutura senhorial do Império e a irrupção da jovem República de feições burguesas. O país contrai empréstimos para garantir a modernização que eram pagos com os recursos das culturas agrícolas.

Intitulada por Lima Barreto como “República dos Camaleões”, a nova República passa a ser composta por uma elite dos mais altos escalões do Império. Procurou-se neste ínterim encontrar-se uma fórmula de adaptação e estabilidade que fosse de encontro às nações desenvolvidas. A atuação do poder volta-se para a manipulação estabilizadora da opinião pública, momento de racionalidade reforçado pela aura de ciência e do progresso material.

Ocorre neste momento uma concorrência entre a elite política brasileira e a vanguarda republicana positivista que oscilava entre o cosmopolitismo e a intolerância. Por meio de Prudente de Moraes (1841-1902) veio o predomínio da República dos Conselheiros. O poder nas mãos de Deodoro da Fonseca (1827-1892) não dissolveu por si só a estrutura fossilizada da sociedade imperial, mas concorreu para o desenvolvimento de um singular processo de transformação do estado num instrumento efetivo para a constituição de uma ordem liberal no país. O controle das tensões internas concorre, também, para um controle central que resultou em um núcleo político monolítico, despolitizado, comprometido com uma gestão eficiente.

Nasce a noção de um Estado-nação moderno que se difere dos modelos europeus, preserva-se por sua vez uma estrutura histórica herdada do período mercantilista, prevalecem as oligarquias, crescem as formas de comportamento agressivo, de preconceito e discriminação. O governo monopoliza cargos, estimula o patrimonialismo, o nepotismo etc. Desta forma prevalecem as estruturas sociais do interior do país a citar o coronelismo, o capangismo, o voto de cabresto etc.

Somam-se à crise a abolição e a crise da economia cafeeira que congrega na cidade do Rio de Janeiro um grande número de migrantes do vale do Paraíba carioca, escravos recém libertos e os estrangeiros. Estes números representam uma situação trágica, pois a cidade não é propícia a novas construções e as endemias estão por toda a parte, soma-se a isto as altas taxas de desemprego, ausência de moradias, mortalidade, desemprego e miséria.

Além destes fatores, há uma série de crises econômicas a partir de 1888. Cita-se a crise bancária de 1900, a crise industrial de 1905 a 1906. As camadas populares são deslocadas para os subúrbios. É, pois, neste ínterim, que Azevedo produz suas obras: um momento de crises e profundas transformações, que é retratado em sua obra, ostentando, pois, um homem que fez de sua pena um instrumento de denúncia social.

ARTUR AZEVEDO: O RETRATISTA DE UMA ÉPOCA

Cibele Cristina Morasco (2008), em *Fora do palco. Dentro da vida: O contista Artur Azevedo e o Rio de Janeiro de sua época*, traça um perfil biobibliográfico de Artur Azevedo, situando-o como homem do seu tempo, exímio produtor de textos voltados ao teatro, num espaço caracterizado por críticos do porte de Machado de Assis (1839-1908) como tempos de decadência do teatro nacional. Em *O passado, o presente e futuro da literatura*, Machado de Assis caracteriza o nosso teatro como sendo “o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas” (ASSIS, 1994, p. 3). Hoje visto com o distanciamento necessário para a crítica, o teatro produzido neste ínterim é compreendido como um espaço de criação, de grande produção da dramaturgia nacional, espaço este onde Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo produziu, investiu, foi crítico e incentivador deste teatro que está inserido no contexto da Belle Époque, que marca o final do século XIX e o início do século XX. Azevedo nasceu em São Luís do Maranhão em 7 de julho de 1855 e já na infância escrevia peças teatrais, demonstrando grande talento para a arte dramática. Em 1870, com apenas quinze anos, surpreende sua cidade com a produção da peça *Amor por anexins*. Em 1871 estréia na literatura com um livro de versos humorísticos e satíricos denominado *Carapuças* e, em 1872, lançou o Semanário *O Domingo*. Neste satirizou pessoas de grande importância política apontando as mazelas da São Luís provinciana e escravagista e, por isto, foi demitido do cargo público que ocupava na Secretaria do Governo da Província.

Desempregado muda-se para o Rio de Janeiro e em 1875 é nomeado amanuense do Ministério da Aviação, período em que teve oportunidade de conhecer e se tornar amigo de Machado de Assis. Ainda neste mesmo ano casa-se com Carlota Morais, mas separa-se logo depois. Somente depois de muitos anos casa-se com a viúva Carolina Adelaide Leconflé com quem teve quatro filhos e viveu até a morte.

Como jornalista Azevedo teve uma vida intensa, tendo atuado nos principais jornais cariocas da época a citar *A Gazetinha*, *Vida Moderna* e *O Álbum*. Sua produção jornalística foi intensa, com publicações diárias de artigos, comentários sobre teatro, crônicas, contos, versos, sainetes e folhetins. Em alguns casos utilizava-se de pseudônimos entre eles: Elói, Gavroche, Petrônio, Cósimo, Juvenal, Dorante etc. Azevedo ocupava-se do que gostava, mas o fazia também porque possuía uma família numerosa e por possuir um baixo salário de funcionário público; desta forma, utilizava-se da imprensa como meio salarial. Em suma a imprensa era para ele uma profissão.

Cumprer ressaltar que Azevedo foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras em 1897, tendo ocupado a cadeira de número 29. Adepto do viés cômico de 1875 a 1908, produziu uma vasta obra que consta de mais de 70 peças teatrais entre dramas, entreatos, revistas, operetas, comédias, paródias, cenas cômicas, pachouchadas, burletas, bem como a tradução e adaptação do teatro estrangeiro. Além de teatrólogo foi também escritor de poesias, de sonetos e outras composições menores. Todavia sua obra prima se constitui das comédias: *O oráculo*, *O mambembe*, *O dote*, *A capital federal*. De forma cômica, escreveu dezenas de revistas de ano que servem como documentos da época em que viveu. Em sua produção *Teatro a vapor* Azevedo reúne 105 sainetes humorísticos que se constituem de cenas rápidas para serem lidas em jornal. Estes se aproximam das crônicas, pois remetem aos fatos do cotidiano carioca.

A produção de Azevedo, principalmente as comédias, as revistas de ano e os contos, espelham a burguesia brasileira dos fins do Império e início da República e fixam o aspecto ridículo da vida íntima da sociedade da época, que espelhavam por sua vez os padrões europeus, principalmente o francês. Em suma, é possível afirmar que Azevedo foi um retratista de sua época. No fim da vida atacado pela obesidade, faleceu em 22 de outubro de 1908, mesmo ano em que nos deixou Machado de Assis, sem ver concluída a construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, um de seus maiores sonhos.

O ÁLBUM: A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DE UMA ÉPOCA DE TRANSFORMAÇÕES

Rafaela Stopa (2010) em *As crônicas de Artur Azevedo na revista literária O Álbum (1893-1895)* afirma que produzir literatura no Brasil do século XIX constituía um ofício árduo, pois o país contava com um número ínfimo de alfabetizados. A pesquisadora, citando Svecenko, comenta que por volta da data da publicação de *O Álbum* em torno de 1900 havia 16 ou 17 alfabetizados para cada 100 brasileiros, portanto esta falta de leitores fez com que romancistas, comediógrafos, críticos e poetas, buscassem em outras áreas “menos nobres”, porém mais rentáveis um meio de garantir o seu sustento. Nesse panorama, a publicação de uma revista literária tinha grandes chances de não obter êxito, visto que o baixo índice de alfabetizados estava diretamente relacionado à compra deste gênero, motivo talvez que tenha levado Artur Azevedo a financiar sua própria revista. Seu periódico era isento de propagandas, o que constituía importante subsídio para este tipo de publicação. A publicação era também isenta de charges e desenhos humorísticos, num tempo cujo número de analfabetos era grande e este tipo de recurso garantia uma maior aceitação por parte do público referido.

Segundo Joaquim Marçal Ferreira de Andrade (1980), em *A imprensa brasileira ilustrada no século XIX*, foi no Rio de Janeiro de 1827 que se deu a fundação de uma oficina litográfica, de onde advieram as condições para as publicações de caricaturas, mas foi depois de uma certa, morosidade que surgiram em 1844 *A lanterna mágica*, *A Ilustração Brasileira* uma década depois, em 1855 *O Brasil Ilustrado* de Henrique Fleiuss, que também criaria em 1876 *A Ilustração Brasileira* e a *Nova Semana Ilustrada* em 1880.

Em 1893 surge *O Álbum*, que causou grande frisson, pois trazia a inovação do retrato que poderia ser emoldurado, enquanto o periódico podia estar sujeito ao descarte. Num momento social no qual os leitores estavam adaptados a manusear periódicos com ilustrações engraçadas soa atípico a proposta de Azevedo de lançar uma revista apenas com textos. Ressalta-se o caráter empreendedor em lançar uma revista estritamente literária, com diagramação tradicional, isenta de propagandas, na qual o escritor pode mostrar o seu comprometimento com o erudito (O *ÁLBUM*, 1893a).

O clima político em que se encontra o país confere a Azevedo um vácuo propício ao surgimento de uma revista do porte que possuía *O Álbum*. Neste período o Brasil passa por mudanças políticas severas, quando se assiste à abolição da escravatura e em seguida à Proclamação da República. O periódico de Azevedo nasce sem a intenção de envolver-se nestas questões, mas o clima de efervescência que se opera no momento distancia a realidade do propósito do escritor. Pode-se afirmar que o periódico não constituiu um pólo agregador de intelectuais, pois os tempos eram de dissidência. O que marca o período é a heterogeneidade, uma vez que este intervalo traz produções das mais variadas; assim, pode-se dizer que, entre os séculos XIX e XX, houve uma miscelânea de textos que englobavam desde textos de um agonizante romantismo, uma faceta do naturalismo e prenúncios do simbolismo, ou, conforme o próprio Azevedo anotava, em rodapé da sua Folha: “O Álbum é um veículo aberto a todas as inteligências e aptidões” (O *ÁLBUM*, 1893a, p. 1) e, desta forma, tornou-se um veículo aberto para novos artistas e também para os já consagrados, o que caracteriza Azevedo, segundo Stopa como “um homem do seu tempo”, aberto às mudanças do momento, que mesmo sendo um homem de teatro e tendo seus preceitos próprios aceitou o teatro naturalista, embora não o aceitando com facilidade e que apesar das críticas e da não aceitação em relação ao simbolismo cedeu espaço a este dentro do seu *O Álbum*, nas palavras de Stopa, Azevedo foi um “integrador”:

Destarte, conviviam sem problema algum, diferentes estilos de criação literária, o que vem explicar o intertítulo: a produção literária pode ser comparada a um pêndulo que ia desde as novidades, mas também sempre trazia as formas e temas tradicionais, mostrando-se realmente um espaço aberto —as mais diferentes aptidões literárias (STOPA, 2010, p. 84).

O Álbum teve sua primeira tiragem em 1º de janeiro de 1893, contendo ao todo 55 exemplares. Na sua primeira edição, trouxe um texto explicativo no qual dizia que o periódico traria crônicas teatrais e de esporte, romances, contos, ligeiros artigos comentando os acontecimentos mais salientes do dia, mas que seria alheio aos fatos políticos. Também ressaltou que figuraria entre seus colaboradores os nomes primeiros da literatura então, atual.

A revista contava com oito páginas e um encarte com a foto do biografado da semana. Sua dimensão era de 23,4 cm de largura X 32 cm de altura. Ao alto da primeira página de cada edição constava o ano da revista, o número do exemplar, o mês e a ano da publicação. O título da revista aparecia em letras arredondadas, envolta em ramos que lembravam o Art Nouveau (O ÁLBUM, 1893a). Abaixo do título apareciam os nomes de Azevedo como diretor e de Paula Nei (1858-1897) como agente geral. Além destas informações constavam os valores de venda avulsa e de assinatura, estrutura esta que permaneceu durante toda a existência da revista, com alterações, quanto aos nomes dos parceiros de Azevedo no comando da revista.

A revista trazia também um sumário simples, onde constavam os nomes dos textos e seus autores sem a paginação. Em seguida vinha um quadro explicativo sobre qual seria a personalidade biografada da semana, seguido da publicação dos textos propriamente ditos. A publicação mantinha certa uniformidade, trazendo como primeiro texto a biografia de autoria variada, depois a Crônica Fluminense, poemas ou textos em prosa, textos comentando novas obras literárias e o romance-folhetim *Amor de primavera, amor de outono* de Alfredo Bastos e encerrava-se com a seção de crônicas Theatros. Cumpre salientar que a revista se propunha a ter suas tiragens em dias indeterminados, mas cumpriu uma certa regularidade, provavelmente para facilitar a aquisição do leitor.

Sobre o público da revista podemos afirmar que se tratava de uma elite leitora, pois sua venda se dava em pontos específicos a citar as livrarias: Lombaerts, Enciclopédica de Fauchon e Comp, Livraria Lachaud, Companhia Fotográfica Brasileira e posteriormente pela Livraria Internacional e pela Livraria Moderna, o que garantia que seu público fosse composto por homens das letras ou por interessados na área.

Azevedo: a crônica comentário

Em Azevedo prevalece a crônica comentário, permeada por outros métodos de composição, isto porque em seu âmago a crônica se faz heterogênea, cabia ao cronista alinhar os fatos ocorridos numa linguagem fugaz.

Na seção crônica fluminense, Azevedo tratava do tema que lhe convinha, resguardando sempre a preocupação com a atualidade, por isto a leitura da crônica deve ser cuidadosa, pois muitos fatos ficaram circunscritos aos leitores da época e foi justamente esta ligação com os fatos do dia a dia que levou a crônica a certa irregularidade de extensão ocupando ora duas páginas, ora uma coluna. Em Azevedo fica claro a preocupação com os aspectos satíricos dentro da tessitura da crônica, desta forma percebemos na escrita do autor o uso do chiste e da ironia, o cronista não evitava os idiomatismos, os jogos de palavras, que tendem a desaparecer depois, pois sem esta prática a crônica deixaria de refletir o espírito da época.

Em sua primeira crônica, de 1º de janeiro, nota-se a preocupação de Azevedo (1893a) em enunciar todos os acontecimentos do ano, daí se depreende que sua concepção a respeito do gênero se alie ao conceito de crônica-comentário. Azevedo também se utiliza da “preterição”, que consiste em dizer algo que a princípio não devia ser dito e isto percebe-se quando mesmo ferindo um dos princípios da revista de não se envolver em política acaba por mencionar fatos relativos à Revolução Federalista (1893-1895), bem como sobre a Revolta da Armada que surgiu no Rio de Janeiro a partir de 1893.

Como é característica da crônica, Azevedo utilizou-se de um estilo que tendia para as formas simples, num tom comunicativo, de conversa, de bate papo, desta forma o autor mostra-se cômico da necessidade da leveza do texto. Faz-se perceptível que Azevedo conseguia conquistar a familiaridade do povo devido à sua linguagem acessível, a maneira de abordar os temas, as intervenções junto ao público, características estas que apelam para o humor, assim como para a presença da ironia. Também se utilizava da partilha de sentimentos ao dividir as suas impressões com o leitor, e por vezes utilizava-se do tom doutrinário, na tentativa de ensinar alguma coisa ao leitor.

Denota-se em Azevedo uma preocupação em fazer da sua revista um repositório da memória nacional, o que não foi diferente em relação à crônica, pois várias vezes demonstrou interesse em registrar certos acontecimentos em sua escrita, o cronista tratou ainda da sua relevância em relação ao seu caráter histórico, ou seja, como guardião da memória coletiva de um povo.

Devido a essa ambiguidade quanto à natureza da crônica, junto aos mais variados estilos que já fizeram parte de sua configuração, é que se torna imprescindível, para realizar a leitura das crônicas de Artur Azevedo publicadas na revista *O Álbum*, levar em conta a afirmação de Santiago Nunes Ribeiro ao tratar da literatura nacional: a poesia brasileira da época anterior à independência *foi o que devia ser*. Foi uma colocação muito lúcida em relação ao fato de que é preciso respeitar as condições de produção e as idéias que vigoravam em cada época e entender os textos – cuidando para não cair em anacronismos – conforme seu contexto social e cultural (STOPA, 2010, p. 89).

O espaço da dramaturgia

Azevedo não apreciava o título de cronista de espetáculos, no entanto o último espaço de *O Álbum* era escrito por ele e assinado pelo pseudônimo de X, Y, Z. O crítico mencionava que não era sua intenção direcionar o gosto do público para esta ou aquela peça, embora não deixasse de emitir juízos de valor acerca das peças mencionadas na coluna ‘Theatros’, pois seu posicionamento acabava por extrapolar o caráter da informação, incidindo muitas vezes na criação de um espaço para a difusão e o debate acerca do desenvolvimento da dramaturgia nacional, mesmo ocupando um curto espaço ao final da revista. Desta forma seu texto trazia ao público o significado do espetáculo e suas qualidades artísticas, ao mesmo tempo que informava às companhias teatrais o que tinham conseguido transmitir ao público.

Cumprido salientar que a seção Theatros oscilava em sua função e por vezes funcionava apenas como um veículo de divulgação de uma peça em cartaz e em outros momentos ocupava-se de trazer um texto mais pormenorizado sobre a peça, mas mesmo ocupando-se de realizar um reclame sobre determinado espetáculo não deixava de trazer rápidos comentários a respeito deste. Por vezes o texto enunciava todas as peças que estavam em cartaz, para que o leitor pudesse fazer sua própria escolha ou talvez em decorrência da impossibilidade de Azevedo assistir a todos os espetáculos, de qualquer forma a coluna nunca possuía um caráter meramente informativo. Nota-se que o crítico não poupa nenhuma companhia teatral de sua acidez o que constitui uma marca de Azevedo que se recusa a apenas utilizar-se de seu espaço para anunciar a existência de um espetáculo, mas seja de forma sutil ou não emite sua opinião sobre aquilo que se está sendo exposto.

Da mesma forma que em *A Crônica Fluminense*, o escritor conservava um tom de bate-papo, embora o espaço destinado a Theatros fosse menor. O intervalo reservado à primeira era mais extenso. Na segunda havia um espaço direcionado ao leitor virtual e, embora menor,

Azevedo não deixava de compartilhar sua opinião a respeito da dramaturgia. Cumpre ressaltar que o público às quais se direcionavam ambas as crônicas eram diferentes, mas ambas possuíam um caráter informativo, no entanto no caso da coluna Theatros este público estava mais preocupado com as peças que estavam em cartaz.

Em qualquer ocasião, Azevedo utiliza-se de uma linguagem amena e livre de formalismos e por vezes abstém-se de comentar um ou outro espetáculo. De qualquer forma os comentários sobre as peças não eram demorados, não encontramos um número considerável de expressões populares e de empregos de figuras de linguagem, no entanto encontramos no crítico uma preocupação em se fazer inteligível e divertido para os seus leitores. Percebe-se que o escritor soube entender e respeitar o seu leitor partilhando com este suas emoções e opiniões. Em texto de sua autoria publicado em 1905, Azevedo procura justificar a falta de maior apuro estético em seus textos, justificando que pensava no leitor e atendia, portanto, às suas preferências, pois seu público estaria interessado em uma leitura mais ligeira.

Enquanto comediógrafo foi injustamente acusado de ser um rebaixador da arte dramática entre nós, o que constitui uma injustiça, pois se este fazia certas concessões para atrair o gosto do público, de certo o fez sem cair no popularesco. O comediógrafo tomou o cuidado de oferecer ao público o que este queria assistir, direcionando-se aos caminhos do teatro ligeiro e musicado, o que demonstra sua preocupação com o horizonte de expectativas e com a recepção. Por outro lado, nota-se que Azevedo possuía consciência da importância do público para a manutenção do teatro, pois sem este não havia o que as companhias representarem e sem espetáculos não havia o que os críticos pudessem julgar. Muitas podem ter sido as razões que levaram o crítico a ceder ao gosto do público, contudo nenhuma delas pode tirar de Azevedo o mérito de defensor da arte dramática, bem como o fato de ser um profissional consciente de seu ofício em relação ao público que o lia.

Cumpre salientar que, neste momento, a arte atinge o status de “mercadoria”, conforme afirma Walter Benjamin (2018) em seu célebre ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, destituída de sua “aura” que a fazia existir naquilo que Benjamin caracteriza como “Hit et nunc”, a obra de arte se faz acessível a um novo público emergente e esta destituída da sua representação sacra atende agora uma nova camada da sociedade que adquire esta produção como qualquer outro produto que esteja nas bancas à venda. Azevedo sabe lidar com esta realidade, daí sua linguagem leve, solta, dialógica que mantém o público interessado naquilo que “consome”. Cumpre lembrarmos mais uma vez que Azevedo é um

profissional da arte, que alia qualidade estética a sua produção sem perder de vista a necessidade do seu público-leitor.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUMAS CRÔNICAS DA SEÇÃO THEATROS POR ARTUR AZEVEDO

O primeiro volume de *O Álbum* (1893a), editado em 1º de janeiro de 1893, traz na seção ‘Theatros’ comentários de Artur Azevedo sobre a apresentação de algumas peças, de forma a oferecer ao leitor uma visão geral sobre o que se estava sendo encenado naquele momento em diversos espaços, conforme já foi mencionado no decorrer deste trabalho. A apresentação da crônica mostra um Azevedo (1893a) preocupado em dar uma noção geral do Teatro na Capital do país, sem ater-se a uma análise minuciosa de uma ou outra encenação, mas utilizando-se da preterição de forma a expor seu ponto de vista acerca dos trabalhos aos quais o autor se refere.

O autor inicia sua crônica afirmando que a maior novidade e também a mais literária, nota-se neste ínterim que o autor expõe a sua opinião acerca da peça a qual vai se referir é *O defunto* que segundo ele foi escrito em bonitos versos e representado com muita aceitação no Recreio Dramático pelos artistas Ferreira e Apollonia. Azevedo comenta que a peça trata de uma viúva que não deseja ter um novo marido com medo de ofender a memória do falecido esposo. Expondo seu ponto de vista, o crítico afirma que o motivo não é novo e que já teria magistralmente desenvolvido em três magníficos atos pelos mestres Mailhac e Halévy quando escreveram *La veuve*, mas acentua que Filinto de Almeida possui qualidade de homem de teatro e apresentou coisa sua (AZEVEDO, 1893a). Percebe-se que a acidez de Azevedo se faz presente no desfecho do comentário sobre a peça *O Defunto*, pois, embora elogie a produção, menciona que talvez o autor pudesse brindar ao público com “algo de mais fôlego”, visto que a peça encenada é segundo ele “coisa velha” (AZEVEDO, 1893a, p. 7).

Em seguida como é característico da coluna de Azevedo, o escritor não se atém apenas a exposição a respeito da peça produzida por Filinto de Almeida. Azevedo continua sua exposição mencionando a peça *Cavalleria rusticana* que teria sido encenada no mesmo teatro e neste intervalo notamos que o crítico não poupa a companhia de emitir seu ponto de vista a respeito do trabalho. Isso ocorre uma vez que alude à peça como sendo pouco interessante à plateia por se tratar de uma pintura de costumes sicilianos e argumenta que a música de Mascagni está tão associada ao argumento da peça que, sem esta, a peça se tornaria incolor. Por outro lado, Azevedo argumenta que a peça é cheia de um ciúme que extrapola as fronteiras de um país, fato este que seria positivo para o trabalho, além de elogiar os artistas que segundo o

crítico souberam tirar bom proveito de seus papéis, além de ressaltar o desempenho da atriz Apollonia (AZEVEDO, 1893a).

Em seguida o escritor se refere ao Teatro Sant'Anna e afirma que enfim este lançou mão de um sucesso, o que na concepção de Azevedo “já não era sem tempo” (AZEVEDO, 1893a, p. 7). Segundo ele a adaptação de Moreira Sampaio intitulada *Rapaz de Saias* iria triunfar naturalmente na cidade do Rio de Janeiro pois segundo ele:

Situações de todo novas e de um cômico irresistível, ditos de espírito, malícia rodo, musica bonita, leve e fácil genuinamente franceza, d'aquellas que agradam à primeira audição e que o público assobia quando sae do theatro, taes são as qualidades que abundam no Rapaz de Saias (AZEVEDO, 1893a, p. 7).

Embora o crítico elogie a princípio a peça, ele menciona que não dará o entrecho dela, pois este é muito emaranhado. Isso ocorre apesar de os artistas terem dado o melhor de si, constituindo ao final uma representação esmerada, baseando nos croquis e figurinos que a empresa recebeu de Paris. Observa-se, pois, que o crítico elogia a peça, mas ao mesmo tempo critica a sua falta de autenticidade, por se tratar de uma adaptação, que foge à brasilidade que Azevedo tanto valoriza. Por fim menciona que a peça ficará muito tempo em cartaz, comentário que traz a impressão de que Azevedo, nas entrelinhas, lamenta a falta de teor nacional na produção que ora foi comentada.

Azevedo (1893a) encerra sua crônica apresentando uma visão geral das peças que estão sendo encenadas nos demais espaços e menciona que o Polytheama apresenta óperas num preço mais acessível que em qualquer outro lugar: o Lucinda apresenta *O burro do Senhor Alcaide* e *Tim Tim por Tim Tim*, O Apollo apresenta *O barbeirinho de Sevilha* e o Recreio *O Conde de Monte Cristo* e, nesta menção, o crítico utiliza-se do recurso da preterição, pois, embora apenas mencione o nome da peça, emite juízo de valor sobre esta, caracterizando-a como “eterna” e “afortunada”. Em suma Azevedo realiza um apanhado geral do que se está sendo encenado no Rio de Janeiro, de forma a informar o público sobre as opções que este tem em termos de dramaturgia.

A edição de *O Álbum* de número 4, publicado em janeiro de 1893, traz um comentário acerca da ausência da coluna, mencionando que o crítico X,Y, Z não haveria mandado o texto por absoluta ausência de assunto e, por fim, acrescenta que a Companhia Polytheama teria apresentado a peça *Cavalleria rusticana*, que é caracterizada como bela e estafadíssima, ao mesmo tempo que utilizando-se do recurso da preterição o crítico afirma que seria melhor não falar de “coisas tristes”, ou seja, mesmo parecendo abster-se de emitir juízo sobre a encenação

citada, Azevedo deixa nas entrelinhas que o assunto é triste, ou seja não agrada ao público e por sua vez também não agrada ao cronista (O ÁLBUM, 1893b).

Na edição de *O Álbum* de número 5, Azevedo (1893b) desculpa-se pela polêmica oriunda de sua informação sobre a peça de Filinto de Almeida *O Defunto*. O próprio Filinto em carta endereçada a Paula Nei e publicada no Estado de São Paulo afirma que a sua peça nada tem a ver com a mencionada por Azevedo porque sequer conhece *La Veuve* e que o motivo de seu *Defunto* é exatamente oposto ao que se trata da peça em questão. O motivo que teria direcionado sua produção é bem outro e se refere a uma viúva que, ao contrário do que fora afirmado por Azevedo, não teme novos pretendentes, mas caracteriza o finado esposo como velho e feio, para abusando da insistência de novos pretendentes, possa lhes medir a sinceridade afim de não se entregar a um homem que apenas lhe cobice a riqueza (O ÁLBUM, 1893b). Em palavras de Filinto de Almeida: “Não sei se este assumpto já foi tratado por escritor de Theatro. É provável que sim. Mas o *Defunto* é meu, tudo quanto há de mais meu” (ALMEIDA apud AZEVEDO, 1893b, p. 10).

Azevedo admite que assunto exige uma explicação “franca e leal” e ao se dirigir a Filinto e ao público admite que não assistiu à peça, mas informou-se sobre ela com um amigo que havia assistido, uma vez que já havia ouvido entusiásticos e ardentes elogios sobre o trabalho e limitou-se a tecer comentários sobre a peça e na inocência, relacionou-a com a produção francesa por fim pede perdão ao colega dizendo: “Cá me ficou a lição. Ao poeta, pelo seu defunto que me perdoe” (AZEVEDO, 1893b, p. 10). Percebemos neste episódio que o espaço destinado ao Theatro então assinado por Azevedo dirigia-se ao público de forma simples e direta na tentativa de fazer uma crítica leal, numa espécie de diálogo. Reconhecer um erro dá a impressão de que o crítico se preocupava com exercício de sua profissão e que reconhecendo que o escritor tinha inúmeros afazeres devido a necessidade de se sustentar e sustentar sua prole e agregados, por vezes não dava conta de assistir a todos os espetáculos, mas nem por isto negligenciava a arte dramática.

Continuando a sua crítica semanal, Azevedo afirma que a semana teatral foi paupérrima, tendo a Companhia Lyrica do Polytheama assassinado a Lúcia de Donizete, mas sobre este assunto o crítico não se alonga. Também afirma que o Souza Bastos, empresário que conhece perfeitamente o seu público, organizou uns espetáculos variados precursores do Carnaval, e sobre isto sabemos que Azevedo discorda, pois segundo ele o Carnaval tira o espaço do Theatro e por fim afirma que no Lucinda houve a representação da Moura de Silves, trabalho do qual só poderá ocupar-se no próximo número da revista.

Em *O Álbum* de número 6, Azevedo (1893c) aborda a peça representada no Lucinda denominada *Moura de Silves*, segundo ela, ópera cômica em 3 atos e 5 quadros com letra de Lorjô Tavares e música de Guerreiro da Costa. Azevedo emite sua opinião dizendo que a peça veio muito elogiada de Lisboa que o público esperava coisa melhor, segundo ele o librettó assemelhou-se a um desses dramalhões sombrios que os espanhóis transformam em zarzuela e a música embora não tenha aborrecido deixou o público frio como se a tivesse ouvido cem vezes, comentou também que não é original, nem é característica, segundo convinha ao assunto mourisco do drama, ressalta que o diálogo parece ter sido escrito por quem sabe do ofício, mas o que lhe falta é ser um librettó de ópera cômica e ter graça. Percebe-se, nesta crítica, que Azevedo destaca os bons e maus aspectos da representação sem a preocupação de exaltar somente a peça, mas apontar-lhes as possíveis falhas.

Ainda sobre o *Moura de Silves*, a crítica (AZEVEDO, 1893c) afirma que o desempenho dos papéis não é mal e que todos concorreram para o bom êxito da representação. Ressalta a aparição do ator Joaquim Maia e destaca no *Moura de Silves* o que se pode louvar sem reservas, a encenação, pois o povo fluminense está habituado ao bom e ao bonito. Nesse sentido, aponta que Souza Bastos soube atender o gosto desta demanda com grande luxo de cenários e rouparia.

Sobre o Guarani, Azevedo, afirma que sua representação no Polytheama assumiu proporções de um escândalo, segundo o crítico “a pobre ópera brasileira tem sido muito infeliz no Rio de Janeiro” (AZEVEDO, 1893c, p. 48) e que nunca fora tão sacrificado como pela companhia Sanzone, mas que o público a tudo perdoa em relação ao preço reduzido dos bilhetes. Segundo ele Carlos Gomes foi maltratado e roga a Deus que o mesmo não aconteça com o autor de *Moema*, ópera brasileira que então se achava nos últimos ensaios.

No Recreio afirma que voltou à cena *As Doutoradas*, primorosa comédia de França Júnior (1838-1890) e que este é a primeira reprise depois da morte do autor há três anos, comenta que Apollonia e Ferreira incumbiram como na primeira dos papéis de Luiza e Pereira, mas que os papéis de Praxedes fora agora confiado a Maggioli, a personagem de Carlota Aguiar passou das mãos de Hermínia às de Adelaide Coutinho e do de Maria Praxedes Leolinda para as mãos de Lívia Maggioli. Azevedo comenta que esta última substituição nos contrariou, pois Leolinda interpretou magistralmente aquele papel e que a empresa do recreio Dramático deveria esforçar-se para que ela continuasse no papel. Ainda sobre *As doutoras*, em palavras de Azevedo: “Que bela e merecida coroação foi desta obra escrita com tanta graça” (AZEVEDO, 1893c, p. 49). Azevedo elogia a composição a peça e diz não esperar tanto e que França Júnior havia produzido uma obra perfeita. Sobre *As Doutoradas*, o crítico argumenta ainda que esta é uma alta

comédia, genuinamente artística e profundamente humana em que se apura admiráveis minúcias de observação e análise.

Sobre França Júnior, Azevedo (1893c) afirma que este pertence ao limitadíssimo número de escritores originais, que não se deixam influir por nenhum mestre ou modelo. Constituía um habilíssimo comediógrafo e termina sua crítica dizendo que sempre veria a peça com prazer, pois vista por ele com orgulho, como um ensinamento.

Estas foram algumas considerações acerca de algumas crônicas teatrais escritas por Artur Azevedo no espaço Theatros, nas quais Artur manifesta a sua preocupação e o seu gosto pela produção vigente no momento. Percebe-se que Azevedo não se omite de omitir juízos de valor a respeito das obras, bem como escreve num estilo claro que aproxima o leitor de suas idéias. Neste espaço de final de século, num Brasil com um número enorme de analfabetos Azevedo destaca-se pela sua coragem em investir num projeto que exige um gama de alfabetizados que pudesse consumir o seu produto. A revista *O Álbum* circulou por dois anos trazendo consigo as impressões de um grande comediógrafo, de um verdadeiro homem das letras, que incansavelmente produziu em diversos jornais e revistas sempre contribuindo para a afirmação e a disseminação da arte, em palavras de Rafaela Stopa já mencionadas neste artigo Azevedo foi um verdadeiro integrador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou apresentar uma face da produção de Artur Azevedo (1855-1908). É sabido que o crítico trabalhou arduamente no trato com a arte e após pesquisarmos a sua produção bibliográfica concluímos que sua contribuição para a arte, sobretudo para o teatro foi incansável.

Este artigo constitui apenas um recorte da produção de Azevedo, que constitui uma abordagem sobre a revista de sua criação: a revista *O Álbum*, conforme mencionado no desenvolvimento deste artigo, é uma a revista que não possuía propagandas, o que acentua o crédito que Azevedo concebia a criação artística, pois lançar uma revista literária sem o auxílio de reclames constituía um investimento de muita coragem. *O Álbum* se mantinha apenas com a venda avulsa ou de assinaturas, o que a tornava um objeto restrito ao público que se interessava pelo assunto e isto concede a Azevedo a marca de grande homem que apostou e lutou pela arte.

A revista também não dispunha de figuras, charges, enfim desenhos engraçados que pudessem atrair o público analfabeto, o que restringia ainda mais o público ao qual se destinava,

o que permite concluir que o projeto de Artur Azevedo derivava de uma preocupação muito grande em preservar o gosto do público pela composição do objeto artístico.

O Álbum veio à tona num momento de grandes transformações na Capital, momento de renovação, de regeneração, de crises: com uma gama de escravos libertos, é um Brasil pouquíssimo alfabetizado, marcado por administrações que procuravam reformar o Rio de Janeiro e lhe conceder as feições de uma metrópole, enquanto se gerava uma população marginalizada que se abrigava em cortiços, compondo uma cidade dual, se por um lado temos uma cidade que ostentava reformas do porte da Avenida Central, por outro temos uma avalanche de miseráveis que se abrigam às margens desta. Azevedo apresenta-se como um escritor sensível que apresenta preocupado com os meios de acesso da população aos teatros, com a qualidade das peças que ora são apresentadas, num momento em que o smartismo se desponta, Azevedo é o artífice da palavra que procura levar a arte ao maior número de pessoas possível. É possível afirmar, pois, que Artur Azevedo foi antes de tudo um construtor de uma ideologia nova, na qual a arte não é vista como elitista ou supérflua, mas um direito de todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **A imprensa brasileira ilustrada no século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. O passado, o presente e o futuro da literatura. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obra completa de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3. Disponível em: https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/119_ec79144c60084d0db9c43607aea29acf. Acesso em: 23 maio 2022.

AZEVEDO, Arthur de. Chronica Fluminense. **O Álbum**, Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1893a, p. 3-5. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6826/2/Ano.1_n.01_45000033188_Output.o.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

AZEVEDO, Arthur de. Theatros. **O Álbum**, Rio de Janeiro, n. 5, jan. 1893b, p. 10. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6826/2/Ano.1_n.01_45000033188_Output.o.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

AZEVEDO, Arthur de. Theatros. **O Álbum**, Rio de Janeiro, n. 6, jan. 1893c, p. 47-48. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6826/7/Ano.1_n.06_45000033188_Output.o.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Tradução: Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM, 2018.

MORASCO, Cibele Cristina. **Fora do palco, dentro da vida**: o contista Arthur Azevedo e o Rio de Janeiro de sua época. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/91582>. Acesso em: 23 maio 2022.

O ÁLBUM. Rio de Janeiro: Imprensa H. Lombaerts & C., jan. 1893a, n. 1. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6826/2/Ano.1_n.01_45000033188_Output.o.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

O ÁLBUM. Rio de Janeiro: Imprensa H. Lombaerts & C., jan. 1893b, n. 4. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6826/5/Ano.1_n.04_45000033188_Output.o.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

SEVCENCKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

STOPA, Rafaela. **As crônicas de Artur Azevedo na revista literária O álbum (1893-1895)**. 2010. 733 f. 3 v. Dissertação (Mestrado em Literatura e Vida Social) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/94032>. Acesso em: 23 maio 2022.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAPÍTULO 6

DO POSITIVISMO AO MARXISMO: A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE LEÔNIDAS DE REZENDE

Maxmiliano Martins Pinheiro

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral analisar o desdobramento do pensamento de Leônidas de Rezende em alguns capítulos da sua obra principal, que discorrem especificamente das afinidades e divergências entre o marxismo e o positivismo. Para atingir tal propósito, esta análise delinea-se em objetivos específicos que direcionam essa trajetória: em primeiro lugar, cumpre investigar os pontos de contato que o autor verifica entre as obras de Marx e de Comte; em seguida, deve-se analisar as diferenças que Rezende ressalta entre esses dois pensadores, pois descortina a adesão desse autor ao pensamento marxista. Com isso, espera-se que essa análise mostre a relevância do método comparativo de Rezende e estimule novos estudos comparados acerca do marxismo e do positivismo.

PALAVRAS-CHAVE: Leônidas de Rezende, positivismo, marxismo, comparativismo

INTRODUÇÃO

Numa época em que o pensamento marxista é tão revisitado, considerando a situação crítica do capitalismo contemporâneo e seus impactos catastróficos não somente no campo sociopolítico como também na questão ecológica, muitos pesquisadores buscam conjecturas para compreender a crise atual, visto que Karl Marx foi um crítico por excelência do capitalismo. Neste sentido, enquanto alguns estudiosos procuram descrever as debilidades no processo capitalista após o ingresso do modo de produção pós-industrial, outros assumem posicionamentos mais ousados que não se restringem à denúncia dos males decorrentes do capitalismo neoliberal, apostando assim em novas dinâmicas políticas vinculadas com o pensamento marxista. É claro que, além dessas prerrogativas em torno de Marx, ocorrem fortes debates concernentes à tradição intelectual do marxismo, resgatando a importância de vários representantes dessa escola para os desafios contemporâneos.

Por esta razão, a finalidade do presente artigo é investigar a relevância do pensamento de um importante expoente do marxismo que, apesar de ter sido um dos primeiros a se debruçar com afinco na obra de Karl Marx no Brasil, tem sido bastante ignorado pelos próprios pesquisadores brasileiros: Leônidas de Rezende. Uma vez que a leitura crítica de muitos pensadores atravessam etapas até atingir sua completude, o objetivo central dessa análise é observar um desses desdobramentos da trajetória intelectual de Leônidas de Rezende,

consubstanciado na passagem do positivismo de Augusto Comte ao marxismo, embora o autor ainda ressalte alguns valores da filosofia positivista em relação ao pensamento de Marx. Tal tarefa exige dois objetivos específicos a fim de orientar o seu desdobramento: primeiramente, cumpre verificar a análise comparativa que Rezende empreende entre Comte e Marx através de algumas confluências selecionadas; em seguida, torna-se pertinente asseverar a afirmação do marxismo no pensamento de Rezende que, ao contrário do que afirmam determinadas autorias marxistas, desvela perfeitamente a prevalência que o autor atribui ao pensamento de Marx e a atualidade do método comparativo de Rezende, a fim de propiciar um novo horizonte para os estudos comparados perante o marxismo.

Quanto à metodologia, esta pesquisa se fundamenta numa análise da obra que é considerada a mais importante de Leônidas de Rezende, **A Formação do Capital e seu Desenvolvimento**, fruto de uma dissertação apresentada à faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, tendo como finalidade a inscrição do concurso para professor catedrático dessa instituição. Deve-se salvaguardar, no entanto, que o presente artigo não almeja examinar toda a obra do autor, mas somente os capítulos que compreendem uma leitura comparativa entre o marxismo e o positivismo, posto que conforme evidencia o título, nossa meta primordial é verificar a trajetória intelectual de Rezende, partindo das qualidades que ele apreende do pensamento político de Comte até justificar sua preferência pela teoria de Marx. É propício acrescer que serão feitos alguns contrapontos a determinadas conclusões do autor. Espera-se que este artigo aponte novos pontos de interseção entre o marxismo e o positivismo, além dos indicados pelo autor em análise, e por conseguinte, estimule o interesse de pesquisadores que se empenham nos estudos comparativos na área de ciências humanas.

CONFLUÊNCIAS ENTRE O MARXISMO E O POSITIVISMO

Como foi exposto anteriormente, esta análise visa compreender alguns capítulos da obra **A Formação do Capital e seu Desenvolvimento**, escrita por Leônidas de Rezende no intuito de investigar o estudo comparativo desse autor. Com efeito, o livro estabelece diversas comparações não apenas do marxismo em relação ao positivismo e às teorias científicas do século XIX, como também perante o socialismo utópico e a escola católica. Ademais, questões concernentes à evolução do capital, das sociedades, ao modo de produção material, ao desenvolvimento do proletariado, e à forma como o capitalismo vulgarizava a economia clássica são amplamente observadas na obra. Considerando esse complexo aparato teórico, o tópico atual tem como tarefa averiguar o capítulo “O comtismo ou o positivismo” a fim de mostrar algumas convergências que Rezende verifica entre Augusto Comte e Karl Marx. Tais

afinidades englobam a percepção científica da história e da sociedade, a filiação filosófica, a transposição do materialismo científico para a realidade humana, a questão da luta de classes com a resultante ditadura política, e o caráter coletivo da propriedade.

Rezende inicia o capítulo afirmando que Marx, por intermédio da concepção materialista da história e da percepção de que a mais-valia era uma das fontes da produção capitalista, substituiu o discurso teológico e a razão pela ciência, inaugurando a sociologia, assim como engendrava o caminho para o problema social que conduziria a ditadura do proletariado (REZENDE, 2011). De modo semelhante, Comte se empenhou em solucionar esses dois problemas coadunando a renovação científica com a questão social, visto que ele sustentava que o problema social dependia de uma reforma intelectual (REZENDE, 2011). Com efeito, a tarefa de conciliar Marx e Comte tendo como base a evolução do materialismo foi algo que Rezende procurou desenvolver de forma constante e afincada ao longo de sua obra, resultando na chamada “versão positivista do marxismo” (PAIM, 1987). Adiante o autor assinala que as críticas de Marx e Comte avistavam não somente o individualismo decorrente do sistema capitalista, mas também as próprias utopias socialistas em voga no século XIX:

Ajuda ainda de perfeito acordo com Marx que não compreendia nenhum movimento do proletariado ou revolucionário sem correspondente teoria. Depois, a crítica de Marx era nem só contra o individualismo ou capitalismo como ainda contra o socialismo igualitarista ou empírico então em voga, sob várias modalidades; e a de Comte seria igualmente contra um e outro desses elementos. (...) Nestas condições, o marxismo e o positivismo teriam de apresentar, como apresentam, inúmeros pontos de contato, malgrado a divergência fundamental que os separa. (REZENDE, 2011, p. 450)

Dando sequência, Rezende destaca o fato de que Marx e Comte tiveram uma filiação filosófica similar amparada na filosofia alemã, através de Kant e Hegel, na economia clássica inglesa (Petty, Hume, Adam Smith e David Ricardo), nas teorias socialistas francesa e inglesa, e numa gama diferenciada de precursores modernos e clássicos como Bacon, Leibnitz, Descartes, Dante, Santo Tomás de Aquino, e Aristóteles (REZENDE, 2011). Entretanto, deve-se asseverar que, embora Marx e Comte tivessem sido influenciados por tais filósofos, suas obras evidenciam que seus interesses não compartilhavam a mesma densidade em relação a todas as áreas. Sabe-se que Marx se voltou bem mais para o estudo da economia, como indica sua obra-prima **O Capital**, enquanto Comte adentrou melhor na epistemologia científica e na religião, como atestam respectivamente o **Curso de Filosofia Positiva** e o **Sistema de Política Positiva**.

O autor salienta que ambos os pensadores complementam o materialismo das ciências da natureza com a prerrogativa materialista individual ou humana, subordinando a vontade

humana, o livre-arbítrio, a subjetividade, a consciência ao determinismo, ao fator objetivo e ao universo do mundo exterior (REZENDE, 2011). Ele utiliza diretamente, assim como faz em boa parte de sua obra, trechos das obras de Karl Marx e de Augusto Comte para ilustrar suas asserções. Torna-se então imprescindível inserir a partir do momento alguns desses argumentos filosóficos não só para elucidar melhor o encadeamento lógico da dissertação de Rezende, como para observar as próprias posições do marxismo e do positivismo diante dos pontos de contato levantados. No que concerne à submissão da consciência ao horizonte exterior no marxismo foi incluída a seguinte citação: “Não é a consciência do homem que determina sua existência, mas sua existência social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p, 47). De fato, Marx afirma o seu materialismo enfatizando que o modo de produção da vida material do homem condiciona seu processo, social, político e intelectual (MARX, 2008). Neste sentido, a determinação material supõe uma base econômica, isto é, um modo de produção, que efetua uma ação condicionadora sobre a superestrutura, ou seja, a esfera das ideias e representações, de modo que esta última só pode ser apreendida e explicada a partir da base econômica, já que os elementos de natureza não-econômica não são possuem autonomia própria (NEVES, 2000). Em relação ao positivismo comtiano, Rezende assevera que este subordina o subjetivo ao objetivo utilizando várias passagens do **Catecismo Positivista**, incluindo a que procura elucidar a lei estática do entendimento humano:

A lei estática de nosso entendimento, torna-se, para o positivismo, uma simples aplicação do princípio fundamental que por toda parte subordina o homem ao mundo. Consiste ela, com efeito, na subordinação contínua de nossas construções subjetivas aos nossos materiais subjetivos. O gênio de Aristóteles esboçou a noção geral de tal lei neste admirável apanhado: *Nada há no entendimento que não proviesse primeiro da sensação.* (COMTE, 1934, p 174-175)

Embora tanto o marxismo quanto o positivismo patenteiem a força do mundo exterior sobre o interior, assim como a dependência humana perante a realidade material, não se pode confundir o realismo de Marx e de Comte com um materialismo vulgar que suplante qualquer consideração filosófica vinculada com a subjetividade. Michael Löwy (2012) assegura que a ciência marxista se situa na perspectiva de classe do proletariado, ou melhor, no seu ponto de vista onde se estabelece uma conexão entre juízos de fato e de valor, pois somente na ação social que os proletários percebem que um determinado sistema os explora e os oprime, mas não quando alguém de fora se procura demonstrar que um sistema é opressor. O próprio Marx criticando o posicionamento intelectualista dos filósofos alemães que concebiam a libertação do homem de forma puramente idealizava, declarava: “A libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas, pelo nível da indústria, do comércio, da agricultura, do intercambio...” (MARX & ENGELS, 2009, p. 35). Além disso, Marx

constatou ao longo de sua trajetória que a história não poderia ser concebida como uma simples sucessão linear de modos de produção (feudal, industrial) cujo movimento interno é direcionado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas era dependente da luta de classes (NEVES, 2000). A luta de classes patenteia as iniciativas dos indivíduos num processo de conscientização coletiva.

No caso de Comte, cumpre ressaltar primeiramente que a ligação que este filósofo estabelece entre o indivíduo e a realidade cósmica arraigada nas leis naturais evidencia que o ser humano dotado de liberdade não existe etereamente, em uma realidade literalmente ideal e destituída de materialidade, mas que as leis naturais para a realidade humana não ofuscam a capacidade decisória nem a iniciativa dos seres humanos, pois existem no universo humano motivações para as ações, considerando a realidade específica dos fenômenos considerados (LACERDA, 2019). Sendo assim, os sentimentos, as ideias e as ações de cada pessoa vinculam-se diretamente a um ambiente social que indica tanto restrições como aberturas para as deliberações individuais. Ademais, não se pode desconsiderar a complexidade do pensamento de Comte que, ao longo de sua trajetória, tentou encontrar uma síntese que contrabalançasse os domínios do racionalismo e do empirismo, do materialismo e do idealismo, do determinismo e do voluntarismo, da objetividade e da subjetividade, do todo e das partes, enfim uma terceira via que incorporasse todos esses extremos (PICKERING, 2006). Em síntese, o grande problema do raciocínio de Rezende é o de apenas aperceber a presença de um materialismo que vinculava o indivíduo à realidade externa sem averiguar que tal vínculo nos sistemas de Marx e Comte desvela uma profundidade que os afasta completamente do materialismo vulgar do século XIX.

Dando continuidade à sua narrativa e sustentando que ambos os filósofos albergam um materialismo que assume um viés social ou econômico, Leônidas de Rezende enfatiza a existência de um materialismo dialético em comum nos seus respectivos sistemas. Para o autor, Marx e Comte constataram que as contradições e as lutas de classes são as garantias da evolução social, o que propicia o ingresso do materialismo dialético (PAIM, 1987). É pertinente destacar que Rezende considera que a contradição como prerrogativa da evolução social no marxismo e no positivismo decorre de uma herança hegeliana, sendo essa ideia coadunada com a luta de classes:

Hegel havia dito, repetindo os dialetos gregos, que a evolução se faz por contradições. Verificou que, nas ciências naturais, as transformações resultavam dessas contradições. Marx e Comte constataram que a evolução social também se faz por contradições ou lutas de classes. (...) Diz Marx que, com essa luta, havendo essa contradição, o proletariado acabará vencendo a burguesia, como esta venceu o feudalismo, e instituirá sua ditadura para supressão de uma sociedade sem classes, onde a propriedade privada será transformada em propriedade coletiva.

Augusto Comte, estudando os acontecimentos de correntes da Idade Média, descobre também: 1º - as lutas entre os papas e os reis; 2º entre os reis e os nobres; 3º entre os nobres e a burguesia. E reconhece que será também fatal o encontro entre esta e o proletariado. (REZENDE, 2011, p. 454-455)

Conferindo embasamento teórico diante dessas suas asserções, o autor examinando primeiramente o pensamento de Marx, emprega a obra **O Manifesto Comunista**, valendo-se da parte inicial que exprime toda uma apreciação histórica do papel antagônico entre as classes no intuito de demonstrar a veracidade de suas afirmações:

A história de todas as sociedades até agora existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (...)

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que obedecer novas classes, novas condições do passado, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos entre classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (MARX & ENGELS, 2017, p. 22).

Rezende averigua o pensamento de Comte da mesma maneira, utilizando novamente o **Catecismo Positivista**, na sua parte introdutória, uma vez que manifesta uma abordagem histórica da sociedade moderna onde são observadas as presenças dos proletários e das mulheres como os tipos humanos que foram desprezados pelo protagonismo da burguesia na sociedade moderna:

A explosão temporal que devia seguir-se surgiu em breve de uma burguesia que, desde muito, aspirava cada vez mais a substituir a nobreza. Mas a resistência europeia desta não pode ser vencida senão chamando-se os proletários franceses em auxílio de seus novos chefes temporais. Assim introduzido na grande luta política, o proletariado ocidental ergueu irresistíveis pretensões à sua justa incorporação na ordem moderna, quando a paz lhe permitiu uma suficiente manifestação de suas próprias aspirações. Todavia, este encadeamento revolucionário não abrange ainda o elemento mais fundamental do verdadeiro regime humano. A revolução feminina deve agora completar a revolução proletária, como esta consolidou a revolução burguesa, dimanada a princípio da revolução filosófica. (COMTE, 1934, p. 27-28)

Através desses achados nas obras de Marx e Comte, o autor conclui que tais considerações a despeito da luta de classes evidenciam que ambos almejavam o fim da burguesia ao passo que Marx também legitimava a existência de uma sociedade sem classes. Visto que Marx e Comte salientam a exclusão proletária em decorrência da dominação burguesa, Rezende infere que ambos pleiteavam a ditadura do proletariado. Para Antônio Paim

(1987), essa defesa de uma ditadura do proletariado como uma identidade mútua nos pensamentos políticos desses filósofos apresenta um problema, posto que essa ideia não aparece no positivismo comtiano. Por conseguinte, cumpre no momento investigar cautelosamente essa constatação de Leônidas de Rezende. O autor inicia sua argumentação asseverando que para Marx os governos só representam os interesses das classes dominantes: “Marx diz que os governos nada mais têm sido que representantes das classes dominantes. Houve a democracia feudal; houve e há a democracia burguesa. O governo moderno, afirma ele, não é mais que um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa” (REZENDE, 2011, p. 456). Com efeito, Marx acreditava que a república parlamentar figurava uma forma tradicional de apropriação do Estado pela burguesia, pois tal mecanismo correspondia primeiramente ao processo burguês de inscrição das relações capitalistas de produção em contraposição a regimes obsoletos como o feudalismo e o absolutismo (SADER, 2014). Superada essa etapa, a república parlamentar erigia um abismo entre as classes dominantes e as demais tendo o Estado como instrumento, permitindo que somente os interesses de segmentos da classe possuidora fossem concretizados, tornando o governo uma assembleia das classes dominantes (SADER, 2014). Escrutinando a posição de Marx perante a ditadura do proletariado, deve-se salvaguardar que a expressão “ditadura do proletariado” só foi empregada pela primeira vez numa correspondência escrita para Joseph Weidemeyer, no dia 5 de março de 1852, onde foi afirmado que as lutas de classes conduzem necessariamente à ditadura do proletariado (SACHS, 2010). Na verdade, Marx engendra paulatinamente a prerrogativa da ditadura do proletariado ao longo de seus escritos, sendo o **Manifesto Comunista**, a fonte mais recorrida não somente pela sua popularidade, mas também pela ênfase que é dada à supremacia proletária para sobrepujar a força socioeconômica da burguesia, como se observa na passagem a seguir:

O proletário usará sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante e, para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas. Isso naturalmente só poderá ser realizado, a princípio, por intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesa, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que, no desenrolar do movimento, ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo modo de produção. (MARX & ENGELS, 2017, p. 39-40)

Dessa forma, a perspectiva da ditadura do proletariado, que se encontra implícita na ideia de centralização política e estatal, proporciona não só o poder político e hegemônico de uma nova classe, mas mudanças drásticas na esfera econômica, consubstanciadas no papel da propriedade e nas relações de produção. Cumpre acrescer que a análise marxista assegura a futura destruição das classes em geral, pois o proletariado como classe dominante destitui as

antigas relações de produção e os antagonismos classistas, propiciando um livre desenvolvimento coletivo (MARX & ENGELS, 2017). Na obra **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, escrita anos mais tarde, Marx reitera sua concepção de que a classe trabalhadora é explorada sistematicamente pela grande burguesia já que esta maneja o capital para satisfazer suas ambições nas esferas econômica e política:

A ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com laureis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sea medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital. (...) Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como no tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês. (MARX, 2018, p. 119-120)

Investigando as considerações em relação ao posicionamento político comtiano, Rezende expõe, em primeiro lugar, que Comte advoga a ditadura como modo de reorganização política. Em seguida, o autor patenteia, por meio de uma correspondência de Comte a um simpatizante do positivismo, as reprovações deste filósofo francês perante a soberania popular, a igualdade e o sufrágio universal, onde a soberania do povo é contemplada como uma “sedição dos vivos contra os mortos”, a igualdade como uma “mentira”, e o sufrágio universal como “uma moléstia social”. (REZENDE, 2011). Contudo, o autor se esforça em associar Comte a Marx primeiramente sublinhando a oposição de ambos perante o regime parlamentar. Empregando a obra **Apelo aos conservadores** para indicar as posições do primeiro, Rezende acerta ao ressaltar sua oposição ao parlamentarismo, pois o próprio Comte sublinha que: “Somente uma digna transformação é que pode permitir que o poder prático afaste os entraves onerosos e degradantes, que ele ainda encontra nos destroços do regime parlamentar” (COMTE, 1899, p. 171). Libertando o poder das tendências metafísicas que separam as leis das ordenanças ou decretos, ele deve concentrar todo o governo permitindo somente uma assembleia financeira para o voto trienal concernente ao orçamento (COMTE, 1899). Todavia, Rezende se vale de trechos dessa obra para alicerçar que a ditadura defendida por Comte é igualmente proletária sem considerar que o conjunto do pensamento desse filósofo desvela que seu posicionamento é bem oposto ao de Marx. É propício primeiramente expor de forma ampliada a citação dessa obra de Comte que o autor emprega como ilustração de seu argumento:

Porquanto eles (os positivistas) devem então fornecer o último e o melhor tipo de separação provisória entre a riqueza e o mando. Semelhante cisão resultou da ruptura necessária da unidade teocrática, e desenvolveu-se durante todo o curso da progressão

ocidental. Suspensa sob a última fase da idade média, ela tornou-se gradualmente o sintoma da decomposição social que caracteriza a revolução moderna. Ela deve atingir seu verdadeiro grau durante o pleno surto da transição orgânica, pois que os chefes positivistas exigidos pela ditadura sistemática serão as mais das vezes proletários, que são os únicos aptos a preencher todas as condições de um tal ascendente (COMTE, 1899, p. 165-166)

Elucidando determinados pontos dessa passagem, o positivismo comtiano demanda a reconstrução de um poder espiritual que auxilie o âmbito público, uma vez que o processo que a sociedade ocidental atravessa desde o findar do período medieval possui um caráter profundamente intelectual arraigado em crenças filosóficas absolutistas em contraposição ao relativismo. No que concerne ao poder temporal que dirige politicamente as sociedades, tal poder, conforme a aceitação dos governantes, desdobra-se em três fases: na ditadura espontânea ou empírica onde o parlamento é suprimido, na ditadura sistemática que assume um caráter progressista e no triunvirato que consolida a sociocracia. Por um lado, Rezende tem até razão em considerar a presença do proletariado na ditadura sistemática devido a sua tendência progressista. Até mesmo no triunvirato, que é o estágio final da república positivista, o proletário pode adquirir um lugar devido a sua ampla gama de pensamentos e generosidade de sentimentos, embora tal admissão possa parecer anômala aos conservadores. Uma vez selecionados pelo ditador, os ministros proletários levarão ao governo preparatório a ajuda de sua classe, pois sua adesão proporciona uma forte segurança contra demagogos da burguesia literária (COMTE, 2017).

Mas essa função que Comte concede aos proletários configura uma participação numa ordem social já estruturada e hierarquizada conforme o seu sistema. Não se trata de um protagonismo em que, conforme a prerrogativa marxista, a classe proletária constrói sua própria ditadura provisória após a derrocada da burguesia na luta de classes. No triunvirato positivista o poder temporal é executado de modo unilateral por uma ditadura colegiada designada a três patrícios, que foram escolhidos por uma votação pública aberta, e que representam respectivamente, as indústrias agrícola, manufatureira e comercial (DESTEFANIS, 2003). É ao patriciado (banqueiros, industriais, comerciantes e fazendeiros) que Comte atribui o protagonismo político na sua sociocracia, já que estes libertos do parasitismo burguês se tornam os responsáveis pela providência material. Na própria obra **Apelo aos conservadores**, Comte ratifica a necessidade de preservar tanto a concentração da riqueza nas mãos desses patrícios quanto a hierarquia social entre esses empresários e os trabalhadores por intermédio de um vínculo moral:

Mais aptos do que os seus chefes, tanto espirituais como temporais, para desenvolver a cultura simpática, que liga a felicidade ao aperfeiçoamento, os proletários reconhecerão, sob o impulso feminino, as vantagens da submissão e de uma digna irresponsabilidade, únicas garantias do pleno surto da vida doméstica. Apresentando a consolidação da família entre os trabalhadores como a melhor base da ordem pública, a religião positiva dirigirá a solicitude cívica aos *empresários* para semelhante destino, ao mesmo tempo individual e coletivo. Consequentemente, elas disporão os proletários a respeitar, e mesmo a secundar, as leis naturais da concentração de mando em nome da eficácia destes. Conquanto os três instintos simpáticos devam por toda parte desenvolver-se simultaneamente o apego e a veneração convêm às almas populares, reservando aos chefes industriais o principal surto de devotamento que supõe grandes forças. (COMTE, 1899, p. 136-137)

Por esta razão, o filósofo oblitera a possibilidade de uma sociedade sem classes embasada na igualdade social que é sustentada por Marx no advento do comunismo. Em Comte, no lugar do antagonismo das classes, todo desenvolvimento social atravessa uma divisão-repartição equilibrada por uma cooperação para organizar a sociedade (FEDI, 2008). Mas o fator mais problemático do pensamento político de Comte, indicado pelo próprio Leônidas de Rezende, embora ele não o problematize, deve-se às suas censuras a soberania popular e ao sufrágio universal, pois prenuncia um temor ao empoderamento. Em **Discurso sobre o conjunto do positivismo**, Comte retifica sua leitura consoante a soberania popular sublimando seu efeito moral de condução dos esforços sociais para o bem comum, e reconhece a superioridade do proletariado quanto ao número e às dificuldades que sofrem no meio social; porém, os proletários devem cumprir uma missão regeneradora em defesa da moralidade pública como auxiliares do poder espiritual, abdicando do poder político que pode resultar em anarquia (COMTE, 2018). Embora Comte nutrisse uma forte estima pelo tipo proletário prescrevendo um programa trabalhista para sua incorporação social, ele considerava que na subalternidade essa classe poderia desempenhar, em parceria com os intelectuais e a religião positivista, sua missão social de moralizar o espaço público, abnegando seu domínio político no poder temporal. É relevante inserir o relato de Marx a respeito da Comuna de Paris na obra **Guerra civil na França**, que descortina o protagonismo político que ele atribui ao proletariado em contraposição à postura comtiana:

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência, o seu trabalho. Suas medidas concretas não podiam expressar senão a linha de conduta de um governo do povo para o povo. Entre elas figuram a abolição do trabalho noturno para os padeiros e a proibição penal da prática corrente entre os patrões de reduzir os salários impondo multas a seus operários sob os mais diversos pretextos, processo esse no qual o patronato reúne as funções de legislador, juiz e agente executivo, e, além disso, embolsa o dinheiro. Outra medida desse gênero foi a entrega às organizações operárias, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, tanto no caso dos patrões terem fugido, como no caso de terem preferido suspender o trabalho. (MARX, 1986, p. 81)

Como se observa, Marx assimilou a Comuna de Paris como uma experiência socialista e democrática que, apesar de malograda, correspondeu às expectativas de um governo do povo para o povo. É mister acrescentar que essa obra possui uma referência relativamente explícita ao processo de transição do capitalismo para o socialismo, e que através desse mesmo texto, Marx mostra as vantagens do sufrágio e sua relação com a democracia direta, indicando que nada poderia ser mais alheio ao proletariado do que substituir o voto por uma investitura hierárquica (MAGALHÃES, 2015).

Por fim, outra afinidade que Rezende sublinha na sociologia política dos filósofos em questão repousa na transformação da propriedade privada em coletiva. Tal comparação suscita uma apreciação que se deve ser efetuada passo a passo. Antes de fazer a sua argumentação, o autor inicia esse tópico inserindo primeiramente uma passagem do **Manifesto Comunista** a respeito das mudanças que foram imputadas à propriedade ao longo do processo histórico, que merece ser aqui apresentada:

Todas as relações de propriedade têm passado por modificações constantes em consequência das contínuas transformações das condições históricas. A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em proveito da propriedade burguesa. O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. (...) Nós, comunistas, temos sido censurados por querer abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo – propriedade que dizem ser a base de toda liberdade, de toda atividade, de toda independência individual. Propriedade pessoal, fruto do trabalho e do mérito! Falais da propriedade do pequeno-burguês, do pequeno-camponês, forma de propriedade anterior à propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la, porque o progresso da indústria já a aboliu e continua abolindo-a diariamente. (...) O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social. Assim, quando o capital é transformado em propriedade comum, pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. O que se transformou foi o caráter social da propriedade. Esta perde o seu caráter de classe. (MARX & ENGELS, 2017, p. 33-34)

De fato, o processo de desenvolvimento industrial fez com que a pequena propriedade privada da terra, das ferramentas e de outros recursos materiais fosse engolfada pela grande propriedade, acarretando consequências penosas aos camponeses, aos trabalhadores manuais e à pequena burguesia em geral (FISCHER, 1970). Tal citação que exprime a análise de Marx e Engels sobre a propriedade, indicando suas mutações sofridas ao longo da história ocidental e seu caráter social, bem como a função social do capital, impele Rezende a elaborar um argumento marxista em relação à propriedade social, aproveitando de um episódio histórico ocorrido no Brasil, em que essa propriedade é descrita nos seguintes termos:

É uma propriedade pessoal que estava nas mãos de alguns, e volta a ser social. Será nas mãos do Estado de todos para todos. Entre nós, o Estado já retirou, sem nenhuma indenização, dos fazendeiros seus escravos, seu capital, sua propriedade, avaliados, segundo cálculos recentes do Sr. Cicinato Braga, em 2.4000,000 contos,

ao câmbio daquela época. Deixou-os sem essa propriedade. Amanhã, também poderá retirar das mãos do capitalismo em geral todas suas propriedades, para as fazer funcionar, não em favor de alguns, mas de todos. (REZENDE, 2011 p. 457-458)

Quanto à posição de Comte, Rezende recorre primeiramente a uma passagem do **Catecismo Positivista**, a fim de confirmar a concepção socializante que o filósofo manifesta a respeito da propriedade. Segundo o autor, o positivismo concebe a propriedade burguesa e o capital como sociais em sua origem, e sendo o capital social, seu destino deve ser o mesmo. (REZENDE, 2011). Retomando algumas palavras de Comte: “Posto que cada função humana se exerça necessariamente por um órgão individual, sua verdadeira natureza é sempre social (...) Tudo em nós pertence, portanto, à Humanidade, porque tudo os vem dela: vida, fortuna, talento, instrução, ternura, energia, etc.” (COMTE, 1934, p. 325). Adiante, Rezende utiliza um trecho da biografia de Benjamin Constant, escrita pelo positivista Raimundo Teixeira Mendes, um dos mais importantes representantes do Apostolado Positivista do Brasil, em que este declara: “A marcha histórica demonstra que a propriedade tende para completa moralização da riqueza, mediante sua instituição sociocrática” (TEIXEIRA MENDES, 1937, p. 110). Em outros termos, a propriedade tende a se socializar no livre concurso do gênero humano. Com efeito, Comte e Marx fulminam com a noção metafísica de um direito transcendental que coloca o indivíduo acima da sociedade, mas que tinha deixado destroços até o século XIX.

Em síntese, poder-se-ia analisar outros pontos de contato que Rezende estabelece entre as ideias de Marx e Comte, mas o importante foi observar as chaves que o autor encontrou para engendrar sua leitura comparativa. Com isso, ele constatou que, no que tange às convergências entre verificadas entre esses pensadores, ambos ofereciam um diagnóstico similar das moléstias sociais na sociedade burguesa. A tarefa do próximo tópico é examinar as diferenças que Rezende observa entre Comte e Marx, evidenciando sua afirmação marxista.

A AFIRMAÇÃO DO MARXISMO E A ATUALIDADE DE LEÔNIDAS DE REZENDE

No intuito de mostrar a divergência fundamental entre Marx e Comte no âmbito da práxis política, Leônidas de Rezende inicia sua análise discorrendo sobre dados biográficos a respeito do último. Por conseguinte, o autor salienta que Comte, fora muito infeliz durante a primeira fase de sua carreira filosófica devido a sua relação indômita com Caroline Massin. Foi no meio desses tormentos que ele escreveu o **Curso de Filosofia Positiva**, obra concluída em 1842, elaborando sua fundação filosófica (REZENDE, 2011). Após se afastar da esposa, Comte experimenta uma nova vida, pois a breve amizade que teve com Clotilde de Vaux, que o encantou com sua ternura, pureza e beleza, mudou consideravelmente o seu modo de operar a

reorganização social, edificando uma construção religiosa (REZENDE, 2011). Com base nessas informações, Rezende deduz que a inscrição filosófica da primeira fase da vida de Comte difere fundamentalmente da elaboração religiosa da segunda, resultando assim numa forma diferente de proceder com a organização social, o que descortina as contradições no pensamento do filósofo:

Elaborações diferentes haveriam de oferecer como de fato ofereceram, tratamentos diferentes àquela reorganização. E sua obra passava a ser contraditória. Ora era essencialmente intelectual, positiva, materialista; aí, partia da inteligência, da ciência; ora essencialmente afetiva, moral, idealista; aí partia do sentimento, da religião. Se, por um lado, dizia que “os fenômenos mais nobres estão por toda parte subordinados aos mais grosseiros, sempre mais simples e mais regulares”, que, com a reforma destes últimos, é que há a reforma de nossas ideias e sentimentos, depois, a de nossas ideias e, afinal, aquelas dos fenômenos mais grosseiros. Ora, partia de baixo para cima, do objetivo para o subjetivo; ora, de cima para baixo. Ora, era materialista; ora, idealista. (REZENDE, 2011, p. 464-465)

As obras principais de Augusto Comte, **Curso de Filosofia Positiva e Sistema de Política Positiva**, que ilustra a segunda fase de seu pensamento, apresentam visíveis diferenças na linguagem empregada, nos objetos abordados e nas finalidades. Com efeito, na primeira obra a linguagem é bem mais rebuscada e analítica, enquanto na segunda, mais acessível e prescritiva. Na primeira obra, são investigados os estudos científicos dos seres e de suas propriedades comuns, dos fenômenos, das leis naturais que regem os fenômenos, das categorias de fenômenos irreduzíveis, das relações entre as ciências e dos fenômenos sociais mediante a estática e a dinâmica, inaugurando a sociologia como ciência. Na segunda obra, a ênfase é conferida às questões sociopolíticas, ao fenômeno religioso que oferece as bases para a Religião da Humanidade, à moral, ao estudo mais aprofundado da estática como elemento da ordem social e da dinâmica como fator do progresso; mas não são descartadas as questões científicas, sobretudo de caráter biológico, embora o filósofo também explore ideias mais abstratas como “Humanidade”, “vida subjetiva” como também questões ritualistas relativas à sua construção religiosa.

Todavia, há duas observações que devem ser feitas em relação à análise de Rezende. Primeiramente, Comte sempre mostrou um grande interesse numa reforma religiosa e moral da sociedade desde o início de sua carreira filosófica. Sua primeira obra, **Opúsculos da filosofia social**, patenteia o otimismo do filósofo diante da existência de um poder espiritual que, separado do temporal, exerceu um impacto muito positivo nas sociedades humanas, pois estas puderam se estabelecer em larga escala, graças à união proveniente de um mesmo governo espiritual, populações bem variadas que propiciaram o surgimento de governos temporais distintos e independentes (COMTE, 1972). Outro ponto problemático do raciocínio de Rezende

decorre do fato de classificar Comte como filósofo materialista na primeira fase de sua filosofia. Na verdade, Comte sempre censurou o materialismo, assim como o empirismo, denunciando o primeiro pelo reducionismo que fomenta entre as ciências, e considerando o segundo uma estéril observação de fatos.

Seguindo essa estratégia discursiva, que bifurca o pensamento comtiano entre a fundação filosófica da primeira fase e a construção religiosa da procedente, Rezende reprova a forte influência que Comte confere à moral na sua segunda obra, que o impele a sublimar os sentimentos altruístas como únicos veículos educacionais capazes de resolver as mazelas que afligem a sociedade moderna:

O que ele entende por educação? Em fazer prevalecer o sentimento sobre a inteligência e a atividade, em nos dispormos todos a viver para outrem. Quando todos voluntariamente se dispuserem a viver uns para os outros, haverá educação, e, com ela, cessarão as lutas de classe, entre a burguesia e o proletariado, e, cessado essas lutas haverá organização do trabalho, sob moldes não mais da individualização, e sim da socialização da propriedade. Esta é a última das concepções de Augusto Comte. (REZENDE, 2011, p. 469)

Tal crítica revela o forte vínculo de Leônidas de Rezende com o pensamento marxista, uma vez que Marx, entendia a ação política da classe proletária, após libertada da alienação por um processo de conscientização coletiva, como o meio pelo qual o proletariado reage a sua condição desfigurada na sociedade capitalista, tirando gradativamente o capital da burguesia. Comte, além de ser um contrarrevolucionário, admitindo a revolução somente nos casos extremos de abuso de poder, defendia que a regeneração moral deveria, como fio condutor, se consolidar antes das decisões e ações políticas. Rezende procede sua crítica ao positivismo comtiano, se referindo à forte apreciação do filósofo pela Idade Média como modelo sociopolítico, e argumentando sobre sua implacável defesa de uma regeneração moral que, amparada pela Religião da Humanidade, faz com que o altruísmo domine a inteligência e a atividade, encontrando então as soluções para os problemas sociais (REZENDE, 2011). Por meio da religião positiva, o amor se tornará uma norma de ação, e os maiores conflitos sociais cessarão, já que os capitalistas, conquistados pelo sacerdócio, refrearão seus egoísmos mudando suas condutas para com os trabalhadores: “Até aqui, os operários têm vivido para os capitalistas e os capitalistas não vivem para os operários. Então, não se dará mais isso: os capitalistas viverão igualmente para os operários”. (REZENDE, 2011, p. 471-472). Com esses argumentos, Rezende corrobora com a ideia de que Marx e Comte encararam os problemas sociais da sociedade capitalista, mas advogaram meios políticos bem divergentes.

Diante das considerações acima, cumpre finalmente expor o juízo de Leônidas de Rezende à filosofia comtiana como um todo que atesta sua filiação marxista, contrariando as

asserções de Leandro Konder, e de certo modo, as de Antônio Paim, que diferentemente atribuem-lhe a pecha de positivista. A passagem a seguir aponta as diversas contradições, no âmbito filosófico e sociológico, que o autor sustenta na obra de Comte:

Comte diz: “Minha síntese resulta da minha Política, como esta da minha Filosofia”. Respondem-lhe os marxistas: Não. Sua filosofia é positiva, é determinista, e sua política e sua síntese, metafísicas, idealistas. Na filosofia, você submete o abstrato ao concreto, a dedução à indução, a meditação à contemplação, o subjetivo ao objetivo, a inteligência ao fato, o homem ao mundo, a vontade, o livre-arbítrio, às leis naturais. (...) Numa, você é ciência, e, nas outras, a religião. Numa, você diz à maneira de Marx que “a produção intelectual se transforma com a produção material”, e, nas outras, afirma que são os sentimentos que determinam o modo de produção da vida material e o processo social e político da vida.

Numa, você é fato: parte de fora para dentro; e, nas outras, o racional, parte de dentro para fora. Numa, você é a filosofia do século XIX; mas outras, a filosofia do século XVIII. Você ora admite o direito da insurreição, ora renega. Ora avança, ora retrograda. Sua síntese e sua política estão em contradição com a sua filosofia. (...) Você, ora segue de baixo para cima, ora de cima para baixo, dos alicerces para cúpula, ora da cúpula para os alicerces, você não é monista, mas dualista. O dualismo é conservador. O monismo destruidor e construtor. (REZENDE, 2011, p. 478)

Considerando as asserções acima, Rezende denuncia as contradições que constata no conjunto da filosofia comtiana e, por meio de alusões, demonstra sua afirmação marxista. Como pode ser observado, o autor critica a falta de consistência de Comte em instituir, ao longo de seu sistema, uma lógica materialista que permita considerar a realidade conforme o processo de produção material, por isso assume posicionamentos idealistas e moralistas. Rezende vale-se dos termos dualismo e monismo para realçar a sua análise e indicar respectivamente as divergências entre o positivismo e o marxismo. Ele privilegia o último termo justificando a superioridade do marxismo. Com efeito, a obra de Marx não está fundada na dualidade, mas voltada para um monismo rigoroso, em que fatos e valores estão organicamente ligados no interior de um único movimento intelectual, ou seja, de uma mesma ciência crítica (LÖWY, 2012). Destarte, Marx e Comte não assumem a mesma importância no pensamento de Rezende. Marx é superior a Comte já que o monismo do primeiro o impele a construir uma filosofia materialista mais consistente e decisiva. O próprio autor afirma que: “A reorganização espiritual geral terá de ser consequência daquela reorganização espiritual. A produção intelectual só se transforma com a produção material. As ideias dominantes de uma época são as ideias das classes dominantes dessa época. Enquanto não for destruída pela força a burguesia, serão suas ideias, e não outras, que dominarão” (REZENDE, 2011, p. 479).

Por essas razões, torna-se pertinente questionar algumas afirmações de Leandro Konder e Antônio Paim em torno da posição filosófica de Leônidas de Rezende. Em **A derrota da dialética**, Konder (1988) alega categoricamente que Rezende era positivista para alicerçar um dos argumentos de sua tese que o positivismo, por causa de certos intelectuais, corroborou com

uma versão stalinista do marxismo que suprimia toda dialética. Conforme o relato do autor: “Em 1927 – de 3 de janeiro até 11 de agosto – o PCB teve ocasião de publicar um jornal diário: **A Nação**. O proprietário do jornal era Leônidas de Rezende (1899-1950), intelectual positivista, admirador fervoroso de Augusto Comte” (KONDER, 1988, p. 152). Ele prossegue afirmando que Rezende, apesar de sua ambição teórica, insistia em publicar no jornal citado artigos que misturavam as ideias de Marx e Comte, e tais escritos incutiam nos leitores um pensamento marxista diluído e interligado com o positivismo comtiano (KONDER, 1988). Por mais que Rezende apresentasse uma visão sincrética entre essas duas correntes no início de sua carreira, a obra **A Formação do Capital e seu Desenvolvimento**, mostra justamente que o autor em sua trajetória superou tal ecletismo. Foi visto o quanto Rezende reprova a ênfase religiosa e moral de Comte em relação à análise social, e como o autor legitima o pensamento marxista pela coerência de seu materialismo histórico. Além disso, Konder nutria uma visão consideravelmente simplista da filosofia de Comte.

Considerava que o filósofo, através da lei dos três estágios, concebia a história de forma mecanicista e radicalmente linear que atribuía a todas as sociedades uma evolução condicionada que faz com que os campos do conhecimento passem inexoravelmente de um estágio a outro (KONDER, 1988). Embora Comte delinear a evolução humana pela lei dos três estados, sua narrativa histórica é bem rica e nada mecânica, pois considera as diversas relações entre as capacidades intelectuais, afetivas e práticas do gênero humano (LACERDA, 2019). Não se trata de um movimento puramente intelectual. Recorrendo ao próprio Comte, verifica-se que ele descarta uma interpretação completamente linear da marcha civilizatória: “Em resumo: a marcha da civilização não se executa, verdadeiramente falando, seguindo uma linha reta. Compõe-se de uma série de oscilações progressivas, mais ou menos extensas e mais ou menos lentas, aquém e além de uma linha média, comparáveis às que apresenta um mecanismo de locomoção” (COMTE, 1972, p. 100).

No que concerne à leitura de Antônio Paim que considera a obra de Rezende uma versão positivista do marxismo, tal interpretação precisa ser observada passo a passo. Para este autor, a doutrina de Rezende compreende não apenas uma reinterpretação de Comte, mas à redução do pensamento de Marx a um mero positivismo, no âmbito da filosofia (PAIM, 1987). Ele prossegue afirmando que Rezende popularizou essa versão positivista do marxismo no Brasil, não apenas pelos seus méritos de introduzir o marxismo na academia, mas também porque essa postura de pensamento fazia frente ao processo de ascensão no país de uma corrente positivista, oriunda do castilhismo, que tinha como consolidador a figura de Getúlio Vargas (PAIM, 1987).

Não cabe aqui questionar o aspecto histórico da leitura de Antônio Paim, mas verificar o rótulo atribuído ao pensamento de Rezende como “versão (ou corrente) positivista do marxismo”. De fato, a obra de Rezende, devido a sua nítida pobreza analítica, desenvolve um discurso bem sintético, onde a argumentação é, muitas vezes, substituída ou por citações para comprovar as convergências entre Marx e Comte, ou por asserções finais que condensam os conteúdos dos capítulos. Tal predileção pela síntese indica uma influência positivista. No entanto, se forem observadas as próprias afirmações sintéticas pelas quais Rezende encerra seus capítulos, constata-se que o pano de fundo não é o discurso científico do positivismo, mas justamente a concepção materialista do marxismo. Por essas razões, a pecha “versão positivista do marxismo” oblitera muito o caráter marxista da obra de Rezende, embora haja um certo verniz positivista devido a sua composição sintética.

Por conseguinte, parece bem mais seguro compreender a leitura de Rezende como uma perspectiva comparada que o autor estabelece entre o marxismo e as demais vertentes de pensamento – vale lembrar que este artigo apenas investigou as convergências e diferenças entre Marx e Comte que se encontram na obra – destacando a primazia da filosofia marxista. Tal método comparativo ilustra a possibilidade de florescer os estudos marxistas na conjuntura atual em que Marx é tão recorrido para assimilar as grandes crises que o capitalismo tem trazido para a sociedade do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra **A Formação do Capital e seu Desenvolvimento**, conforme a análise de algumas partes apresentadas, serve como ilustração da trajetória que percorre o pensamento de Leônidas de Rezende, passando de uma comparação simpática entre Karl Marx e Augusto Comte, até afirmar sua adesão ao marxismo, contrariando o rótulo que foi imputado ao trabalho do autor como uma defesa sincrética entre o positivismo e o marxismo. Apesar da obra de Rezende apresentar imperfeições como o uso recorrente de citações e sínteses, evitando uma análise mais profunda, ela encerra os tópicos apresentados dando a palavra final ao materialismo histórico-dialético. Outras deficiências também podem ser apontadas como as oportunidades que Rezende perde para analisar as diferenças entre Marx e Comte nos pontos que ele considera convergentes, assim como seus equívocos em relação ao positivismo comtiano.

Entretanto, Leônidas de Rezende introduz, conforme exposto nesta pesquisa, chaves comparativas que são muito pertinentes para os estudos marxistas da atualidade. Examinando

alguns pontos de interseção entre Marx e Comte, sobretudo no que concerne às questões políticas embora insira investigações filosóficas, o autor demonstra como ambos detectaram os problemas sociais do século XIX. Na sua crítica a Comte quanto ao método que ele emprega para tornar a propriedade coletiva, o autor demonstra sua opção marxista, considerando este filósofo um reformista, enquanto Marx um revolucionário imprescindível.

Dando sequência à metodologia comparativa iniciada por Rezende, há outros tópicos entre Marx e Comte que, não tendo sido explorados por esse autor, podem ser investigados pelos estudiosos atuais. Tais itens podem ser investigados em diferentes campos filosóficos e sociológicos, tendo em vista o fato de ambos os filósofos terem erigido sistemas complexos que abarcavam muitas questões, cabendo aqui apenas sugerir algumas em comum: no âmbito filosófico, Marx e Comte mostram-se envolvidos com o problema da bifurcação entre objetividade e subjetividade, evitando tanto o idealismo metafísico quanto o materialismo vulgar; no histórico, ambos procuram uma contraposição à leitura puramente intelectual do movimento histórico, encontrando lugares diferentes; no religioso, ambos indicam que a práxis exerce um papel fundamental na religiosidade humana; e no sociopolítico, ambos se deparam com o papel do Estado, a crise política, a autonomia da sociedade, o papel das instituições, entre outros. Enfim, estudos comparados entre Marx e Comte só enriquecem o universo marxista.

REFERÊNCIAS

COMTE, Auguste. **A General View of Positivism (From Discours sur L'ensemble du Positivisme)**. London: Sagwan Press, 2018.

----- **Apelo aos conservadores**. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1899.

----- **Catecismo Positivista**. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1934.

----- **Opúsculos de filosofia social**. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

----- **System of Positive Polity – Volume IV**. London: Andesite Press, 2017.

DESTÉFANIS, Gian Luigi. **A Ordem Social e política em Augusto Comte**. Curitiba: Vila do Príncipe, 2003.

FEDI, Laurent. **Comte**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

FISCHER, Ernest. **O que Marx realmente disse**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **O Momento Comtiano: República e Política no Pensamento de Augusto Comte**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MAGALHÃES, Fernando. **10 lições sobre Marx**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Global, 1986.

----- **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

----- **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martins Claret, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

----- **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx: ciência e revolução**. São Paulo: Moderna, 2000.

PAIM, Antônio. **História das Ideias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1987.

PICKERING, Mary. **Auguste Comte – An Intellectual Biography, Volume I**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

REZENDE, Leônidas de. **A Formação do Capital e seu Desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 2011.

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SACHS, Érico. **Marxismo e luta de classes**. Salvador: EGBA, 2010.

TEIXEIRA MENDES, Raimundo. **Benjamim Constant – Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1937.

CAPÍTULO 7

TESSITURAS SOBRE EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS ESCOLARES NO ASSENTAMENTO AMBRÓSIO – PIAUÍ

Simone Vieira Batista
Maria Angela Borges Salvadori

RESUMO

O artigo ora apresentado advém de uma pesquisa desenvolvida no Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, e se insere no campo dos estudos da história social interligado à história da educação ancorados nos trabalhos de E.P.Thompson. Toma como objeto de análise as experiências educativas escolares, no Assentamento de Reforma Agrária Ambrósio - Piauí, pioneiro na região, espaço marcado pela questão social da luta pela terra, desde a ocupação, resistência e desapropriação da terra no Município de Geminiano – PI. Para tanto, utilizamos prioritariamente fontes orais advindas das entrevistas realizadas com os primeiros moradores do assentamento tanto líderes quanto professoras que nos proporcionou uma reflexão diferenciada acerca da relação intrínseca entre experiência e educação. Desvelando as distâncias e aproximações entre o modelo de educação que perpassa o fazer educativo do Assentamento Ambrósio e a concepção de educação no e do campo enquanto política pública e direito dos povos do campo.

PALAVRAS-CHAVE: História Social; Educação do Campo; Experiências Educativas Escolares; Assentamento.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise acerca das experiências educativas escolares desenvolvidas no Assentamento Ambrósio – PI. A escolha do assentamento segue a concepção thompsoniana que considera a especificidade como elemento constituinte do processo histórico no qual homens e mulheres, outrora sem visibilidade, e não raras vezes, silenciados pela historiografia de viés mais oficial e conservador, reaparecem como sujeitos, permitindo que a história seja escrita a partir de suas experiências, vividas e percebidas, contribuindo tanto para a manutenção de suas existências (produção da vida) quanto para o desenvolvimento do processo histórico que é fluído, dinâmico, contraditório e único (THOMPSON, 2001).

O texto está organizado em três subtópicos. No primeiro, contextualizamos o ideário da educação no e do campo, apresentando os princípios norteadores da educação proposto pelo MST. No segundo, descrevemos como surgiu a escola, o fazer escolar, as propostas e práticas pedagógicas que resultaram na criação da Unidade Escolar do Ambrósio. No terceiro, analisamos essas práticas com os pressupostos da educação *no e do* campo com o intuito de identificar na história de vida das professoras que foram participantes na construção do

assentamento, e que, até hoje, nele residem, as experiências que influenciaram e mobilizaram a construção de uma prática educacional ímpar neste espaço.

EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: PRINCÍPIOS NORTEADORES

A atual concepção de educação *no e do* campo tem seus alicerces e pressupostos teórico-metodológicos intrinsecamente atrelados aos princípios filosóficos e pedagógicos elaborados pelo Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Logo, a concepção de educação *no e do* campo segue os moldes da Educação do Campo construída pelo MST, organizada a partir de um conceito amplo de educação, que une educação formal e educação não formal. Tal proposta educacional busca uma formação escolar para as crianças, mas também uma formação técnica e organizacional para os militantes que compõem os quadros do movimento, pois a proposta de educação do MST tem por finalidade também a formação de pessoas engajadas e comprometidas com

a transformação social e com a militância direta nas lutas populares, capaz de pensar e de agir com autonomia [...] o que se quer da escola ainda é que ajude a formar personalidades saudáveis, criativas e coerentes; que estimule a consciência organizativa das crianças e jovens (MST, 1990, p. 3).

Seguindo esse modelo, nasceu a educação *no e do* campo, compreendida como uma política pública atrelada à noção de direito social e humano, presente na Constituição de 1988, que determina, no Art. 205, que a “ educação, direito de todos, dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988), e vinculada a uma compreensão diferenciada de campo, visto, a partir de então, não mais como um lugar inferior, atrasado, arcaico, mas como espaço de possibilidades, particularidades, lutas, resistência, produção da vida, local de construção e afirmação da cultura, dos saberes e dos valores dos povos do campo. Logo, a Educação do Campo

nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas (CALDART, 2012a, p. 15).

Dessa forma, a educação e, especialmente, a escola tornam-se peças-chave para o desenvolvimento de um projeto para o campo “voltado aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011, p. 27).

Tomando como referência o modelo de educação *no e do* campo acima mencionado direcionaremos nosso olhar para a Unidade Escolar João Borges de Moura, situada no Assentamento Ambrósio; focaremos nossa atenção nas práticas e nas propostas pedagógicas

narradas por duas professoras desta escola, com o intuito de identificar as peculiaridades desse espaço construído e desenvolvido naquela localidade, analisando proximidades, distanciamentos, originalidades, peculiaridades da escola.

AS PECULIARIDADES DA ESCOLA DO ASSENTAMENTO AMBRÓSIO

A Unidade Escolar João Borges de Moura teve sua construção iniciada em 1999, com recursos financeiros advindos do INCRA, mas administrados pela Prefeitura Municipal de Geminiano- PI, responsável pela construção do prédio escolar, conforme relato do assentado “começamos na luta pela escola, o INCRA cobrava muito do administrador público, nessa época, nós passamos ainda uns dois ou três anos sem a casa de escola, depois ele fez um colégio pequeno, foi, então, que começamos a ter a escola” (ORLANDO SOUSA DE CARVALHO, 2018).

A construção do prédio escolar no Ambrósio ocorreu aproximadamente 13 anos após a invasão da terra pelos posseiros, e 6 anos depois do início do processo de desapropriação pelo INCRA. Em 1995, o Assentamento já contava com as 200 famílias determinadas pela autarquia; dentre os posseiros, havia crianças que estavam sem frequentar a escola, tanto por falta de estrutura no lugar (energia e prédio escolar) quanto por falta de transporte escolar do município para levá-las à escola mais próxima do Ambrósio.

Somente em 1997, objetivando sanar esse problema, uma posseira, que trabalhava temporariamente para a Prefeitura Municipal, em uma escola rural na localidade de Malhanas- PI, encarregou-se de levar e trazer as crianças para a referida escola todos os dias, conforme o relato da professora e assentada “essa era minha responsabilidade; levar as crianças, porque, no Assentamento, não tinha escola, então, além de dar aula, eu tinha a responsabilidade de levar os alunos tudo direitinho e trazer todos de volta, sem nenhum acontecimento trágico” (JOANA D’ARC, 2018).

Parte dos alunos dessa escola eram parentes (filhos, sobrinhos, afilhados) da assentada e já eram conduzidas por ela e o fato de ser uma das professoras da escola e de ser moradora do Assentamento transmitia segurança para que outras mães lhes confiassem seus filhos. O trajeto a pé, percorrido diariamente pela professora e pelas crianças, era de, aproximadamente, 8 km. A ausência do transporte escolar revela o tratamento historicamente deferido à escola rural e, conseqüentemente, aos estudantes da zona rural, relegados ao abandono, devido à “concepção unilateral da relação campo-cidade, muitas prefeituras trazem as crianças para as cidades, num

trajeto de horas de viagem, por estradas precárias, com a finalidade de reduzir custos” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011, p. 38).

No caso do Ambrósio, a situação era bem pior, pois a escola para a qual a adocente e as crianças se dirigiam todos os dias, colocando suas vidas em perigo, estava localizada na zona rural e também não dispunha de transporte escolar, segundo relato da professora: “ a maior parte do caminho para escola eu e as crianças íamos pelo acostamento da BR, íamos com o maior cuidado, pela pista, por causa dos carros e eu não queria as crianças distante de mim por conta de acidentes” (JOANA D’ARC, 2018).

Apesar do esforço da assentada Joana D’arc, nem todas as crianças do assentamento estavam indo com ela para a escola. Também havia uma demanda por alfabetização de adultos, vários moradores do assentamento eram analfabetos e não podiam assinar os papéis necessários para participar dos programas e projetos do Governo Federal (LUMIAR, PRONAF), dessa maneira, a ausência de uma escola na localidade inquietou os líderes do Ambrósio. De acordo com o assentado:

as pessoas do Assentamento sentiram a necessidade de ter uma escola. No ano de 1999, mais de 70% das casas tinham sido ocupadas e a quantidade de crianças era grande, era preciso uma escola, senão os meninos ficava sem estudar e não era bom. Foi, então, que a associação, antes da construção do colégio, arrumamos uma casa da associação onde ocorria as aulas, quem dava aula era dona Joana, funcionava numa dessas casas, aí, para caber todo mundo, a gente tirou a parede do meio, para ficar uma sala bem maior e, assim, ficou por um ano ensinando nunca casa, foi aí que o prefeito fez a escola, depois de um ano (ORLANDO CARVALHO DE SOUSA, 2018).

As crianças do Assentamento começaram a frequentar a escola em um prédio improvisado, uma das casas que estava desocupada foi cedida pela Associação; as paredes divisórias foram quebradas, para que pudesse funcionar a escola, que iniciou suas atividades formando classes multisseriadas devido à insuficiência de professoras disponibilizadas pela Prefeitura e à inadequação do espaço físico.

O município ficou responsável não apenas pela administração dos recursos para construção do prédio escolar, mas também pela manutenção, organização e contratação de pessoal, conforme previsto na LDB n.º 9394/96, apesar da relutância dos líderes do Assentamento, que entendiam que se os próprios assentados, via associação, administrassem o recurso para construção do prédio escolar, seria mais econômica e rápida a entrega da escola, segundo relato do assentado:

a gente sabia que a construção das casas, da escola, via associação, ocorreria de verdade e que, sendo feito por eles (prefeitura), a gente não acreditava que fosse realmente feita a obra. Além disso, nós tínhamos pressa; e, também, se eles pegassem a obra, não teríamos vantagem nenhuma; da forma como nós fizemos as casas, todos os trabalhadores da Associação trabalharam, compramos um caminhão para colocar material que ficou para Associação, e ainda construímos a sede, compramos uma forrageira e se tivesse sido feito por eles [Prefeitura] não teríamos ficado com nada disso (ORLANDO SOUSA DE CARVALHO, 2018).

A preocupação dos assentados com a autogestão dos recursos demonstra tanto o valor dado à educação escolarizada como demonstra o processo de autoformação dos trabalhadores, uma vez que, administrar os recursos do assentamento, a fim de garantir remuneração para os próprios assentados que trabalhassem na obra e adquirir material de construção, exigia educação/alfabetização. Apesar da relutância, conforme previsto na legislação educacional, o recurso para construção da escola do Ambrósio foi destinado ao município de Geminiano-PI.

A escola do Assentamento ficou pronta no ano 2000. Sua estrutura física conta com duas salas de aula, uma pequena varanda, uma cozinha, dois banheiros, dentro do prédio, e uma pequena sala utilizada para guardar alimentos, onde antes funcionavam a sala de informática com seis computadores e a biblioteca, possui também um amplo terreno (pátio descoberto), com duas árvores, cercado por um muro, onde as crianças costumam brincar durante o recreio.

A escola, atualmente, possui um corpo docente formado por três professoras, que ministram aulas para cinquenta crianças, sendo 26 meninas e 24 meninos na faixa etária dos 4 anos aos 14 anos de idade. As aulas oferecidas são de nível fundamental I e ocorrem nos turnos manhã (segundo e terceiro anos) e tarde (quarto e quinto anos).

Apesar de o corpo docente da escola ser composto por três professoras efetivas, apenas duas professoras fizeram parte dos primórdios da fundação do Assentamento, inicialmente como assentadas e, posteriormente, atuando como professoras na escola do Ambrósio.

AS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS ESCOLARES NO ASSENTAMENTO AMBRÓSIO

A educação escolar no Assentamento foi iniciado em um espaço improvisado, as aulas ocorriam dentro das possibilidades concretas do Assentamento e da docente que, apesar da boa vontade, não possuía formação na área e exercia a docência cuja didática, em que pese a ausência de formação específica para Educação do Campo, essas professoras se apropriaram da própria experiência de escolarização para organizarem seu trabalho docente, conforme constatamos no relato da assentada e professora:

Eu comecei a ser professora por obrigação, porque era uma forma de rendimento, por indicação de um grande conhecido meu, na época, tinha ocorrido a emancipação do

município de Geminiano, então, quando eu saí de Picos, eu já tinha o Ensino Fundamental 2 completo, eu não tinha feito o ensino médio [...]. Quando eu cheguei aqui e tive essa indicação de trabalhar, eu comecei a tomar gosto pela educação e, também, porque eu sou a mais velha de casa e eu tinha a responsabilidade de orientar meus irmãos nas tarefas escolares. **Meus pais sempre foram preocupados com os estudos da gente e foi assim que eu me descobri sendo professora**, eu acho que já tinha essa vocação, só que eu ainda não tinha percebido, porque eu ainda não tinha trabalhado diretamente no ambiente escolar (JOANA D'ARC DIAS, 2018).

Inferimos, desse relato, que há uma valorização do estudo, da escola e do conhecimento por parte dos assentados, contrariando uma visão mais tradicional, que afirma que os trabalhadores rurais dão pouca importância à escola e preferem manter os filhos no trabalho do campo com vistas ao aumento da produção. Apesar da ausência de formação docente, da falta de material didático e recursos pedagógicos necessários ao desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, a professora e assentada Joana desempenhou, dentro das possibilidades concretas do Ambrósio, a função de educadora, tal fato só foi possível devido a sua história pessoal, pois ela detinha conhecimentos acima da média dos demais assentados.

Portanto, a professora, por meio do “protagonismo” e, apesar das condições adversas e exteriores à sua vontade, tornou-se agente, construindo sua própria história ao assumir a função de professora. Apesar do cenário revelar o descaso e a precariedade deferida à educação para os povos do campo, ele, também, evidencia o protagonismo da professora que supera as limitações pessoais e impostas pela realidade e que, mesmo sem conhecer o ideário proposto da Educação do Campo, busca contextualizar o ensino considerando as especificidades da comunidade, isto revela, a agência (*agency*) humana no fazer histórico (THOMPSON, 1957). Podemos atestar, no relato:

Como as salas eram multisseriadas e eu era professora de todas as disciplinas, o trabalho era muito difícil. Eu tinha que **adaptar o conteúdo para o conhecimento das crianças** para ensinar o que realmente era necessário eles conhecerem, porque a gente sabe que, no ensino das crianças, é aprender a ler, escrever e saber contar, identificar os números, as quantidades, isso é a principal prioridade do ensino. Principalmente no início, eu fazia de tudo para adaptar, mas, muitas vezes não dava tempo planejar as aulas de cada série, porque eram muitos seriados, mas eu fazia sempre o possível (JOANA D'ARC DIAS, 2018).

Assim, o ensino ofertado no Assentamento tinha por objetivo ensinar as crianças a ler, escrever e contar, conhecimentos básicos e fundamentais para a formação delas, garantido pela professora. A ausência de formação docente da professora trouxe algumas limitações à aprendizagem dos alunos, no entanto, seu protagonismo permitiu que crianças que residem num assentamento de reforma agrária no interior do Piauí pudessem ter o mínimo de acesso à escolarização como as demais crianças que vivem na zona urbana, pois

A remissão a uma sociedade escriturária, ainda, convoca ao reconhecimento da importância da escolarização na propagação e perpetuação de uma concepção de

mundo e de realidade fundada na autoridade do texto e refratária ao universo da oralidade, com consequências nem sempre óbvias como preconceitos contra não escolarizados ou analfabetos (VIDAL; SALVADORI; COSTA, 2019).

Nisso, a professora expressa seu engajamento e sua consciência crítica, visto que a alfabetização e/ou letramento são fundamentais à vida social e ao pleno gozo dos direitos do cidadão, logo, a assentada e professora, ao fazer sua própria história, demonstra que “ os homens podem, por um ato voluntário de vontade social, superar em alguma medida significativa as limitações impostas pelas 'circunstâncias' ou pela 'necessidade histórica” (THOMPSON, 1957, p. 109).

Além disso, temos a multisseriação, que continua sendo uma constante nas escolas do campo, inclusive no Ambrósio, tornando o trabalho da professora ainda mais árduo. As salas multisseriadas estão previstas na legislação educacional, mas, muitas vezes, a sua adoção ocorre mediante a ameaça de fechamento das escolas do campo, cada vez mais frequente desde a legitimação dessa prática por meio do controverso parágrafo único incluído pela Lei n.º 12.960, de 2014, no Art. 28 da LDB n.º 9.394/96, que autoriza o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Essa organização multisseriada torna o exercício da docência nas escolas do campo ainda mais difícil, uma vez que a formação docente não contempla esse modelo de organização escolar, atestado no relato da assentada e professora:

eu fui, na verdade, a primeira professora daqui do Assentamento, eu trabalhava, nessa época, com duas classes multisseriada, porque, no primeiro horário, eu trabalhava com o primeiro e segundo ano, e, no segundo, terceiro e quarto ano. A ideia dessas classes multisseriada nos dois horário, era porque não tinha outras escolas próximas daqui, a mais próxima ficava a uma distância em torno de 8 km e, nessa época, não funcionava o ônibus escolar, então, para as crianças não ter que se deslocar para outra escola, a Secretaria de Educação autorizou formar as turmas multisseriada (JOANA D'ARC DIAS, 2018).

Por não possuírem formação específica, as professoras desconheciam a autorização da legislação educacional que lhes permitiam requerer da Secretaria de Educação do município um calendário específico que considerasse as particularidades do Assentamento, e, conseqüentemente, favorecer o trabalho das docentes e a aprendizagem dos alunos, evitando a evasão escolar. Mesmo desconhecendo a legislação, as professoras tinham consciência de que os alunos não podiam ser prejudicados por ajudarem os pais nos períodos da colheita, como também não podiam ser penalizados com reprovação na escola, conforme constatamos nos relatos abaixo:

Nem o currículo, nem o calendário da escola era organizado considerando essa característica da roça, mas as crianças tinham que ajudar os pais, e só depois é que vinham para escola. E a gente entendia isso e sabia que não podia exigir tanto dessas crianças pela questão do trabalho. Muitas vezes, elas só chegavam em casa às 9 horas

da manhã, porque estavam na roça ajudando o pai, molhando uma plantinha, dando de comer a um bicho. (JOANA D'ARC DIAS, 2018).

[...] quando eu cheguei na escola, em 2004, foi um ano de muita fatura, principalmente na plantação e colheita do caju, e, nesse tempo, poucos alunos iam para a escola, muitos faltavam porque iam colher castanha ou ajudar carregando os caminhões que vinham buscar a castanha e levar para fora. Os alunos tinham que ajudar os pais nessa tarefa e faltavam muito às aulas nesse período, mas a escola não alterou o calendário, a gente comunicava à Secretaria durante os planejamentos gerais, mas eles não diziam nada, nem como a gente deveria fazer diante daquela realidade. Então, para não deixar os alunos perderem o na,o gente passava atividades extra e tentava de tudo para resolver aquela situação. Com relação às faltas, a gente não computava ao pé da letra, não, porque se a gente fizesse assim, seria um desastre. Ao fim da colheita, os alunos se dedicavam bastante, por isso, a gente não podia ser tão radical, senão, iria só prejudicar eles. (MARINÍZIA WELMA MENESES DA SILVA, 2018).

A ausência do calendário específico não impediu as professoras de rearranjarem a rotina escolar; elas desenvolveram, de forma voluntária, estratégias para resolver aquela situação, atendendo tanto às exigências do sistema de ensino do município, como também adequando as aulas ao período da colheita no Assentamento, permitindo aos alunos trabalharem para garantir a subsistência junto com os pais, e também, a possibilidade de recuperar notas (atividades extras) e não desistir da escola diante da iminente reprovação por faltas.

Dentro das possibilidades reais, as professoras da escola do Ambrósio criavam estratégias que lhes possibilitassem cumprir a função docente de forma satisfatória, ofertando aos alunos uma aprendizagem elementar, porém diferenciada, a fim de garantir formação equiparada à recebida pelos alunos da zona urbana. Para tanto, as professoras adequavam como podiam os conteúdos do ensino, visto que os livros didáticos específicos para o campo só se tornaram uma realidade em 26 de junho de 2011, por meio da Resolução n.º 40, que incluiu no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo).

Ao lidar com a escassez de materiais, as professoras do Ambrósio desenvolveram peculiaridades no ensinar, e mesmo desconhecendo as teorias da educação, lançaram mão de estratégias que tornaram o ensino exitoso, porque não ficaram presas ao livro didático, conforme depoimento da professora:

os livros didáticos utilizado na escola do Assentamento eram os mesmos utilizados nas escolas da cidade, no entanto, a gente procurava sempre trazer alguma coisa relacionada ao assentamento. **Qualquer coisa diferente era por nossa conta, não fazia parte do currículo da escola, a gente nem tinha projeto pedagógico.** Como a escola fica no campo e longe da cidade, nós não tínhamos uma pessoa para coordenar, nem para dirigir a escola. O planejamento geral era feito uma vez no mês, quando a Secretaria de Educação mandava alguém para planejar com a gente (MARINÍZIA WELMA MENESES DA SILVA, 2018).

A prática pedagógica da professora revela certas características da educação escolar do Ambrósio, que, mesmo não estando em conformidade com o ideário da educação *no e do* campo, também não se configura como sendo uma mera reprodução do modelo educacional na cidade, e mesmo, diante de tantas faltas, as professoras tinham a consciência de que precisavam ensinar o básico, o elementar, mas que também precisavam fazer diferente, como expresso no relato da professora:

Eu pensava as minhas aulas de acordo com a turma, eles tinham várias deficiências, muita dificuldade em leitura e escrita, eu tentava várias didáticas para resolver isto. Eles não tinham quem ajudasse em casa com as atividades, então, **eu fazia tudo na sala de aula, exercícios, trabalhos, todo tipo de avaliação era feita somente na sala**. Na sala, eu tinha que ver como é que eles estavam respondendo e ajudar. Em casa, os pais não sabiam como ajudar, então, não adiantava eu ficar passando atividade de casa. Eu acho que eles conseguiam avançar por isto (MARINÍZIA WELMA MENESES DA SILVA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola do Assentamento Ambrósio, as aulas, o currículo e a didática, a prática pedagógica das professoras não segue à risca os pressupostos teóricos da educação *no e do* campo, também, não reproduzem o modelo escolar proposto pela educação rural, tampouco representam uma mera adequação do modelo escolar da cidade. A educação escolar do assentamento possui peculiaridades advindas de um fazer docente que foi sendo construído pelas professoras, por meio de suas experiências vividas e percebidas.

As experiências, principalmente as geradas durante o processo de construção do Assentamento, permitiram às professoras desenvolver estratégias de ensino que não são ideais, mas as possíveis e reais. Ao analisar as experiências das professoras, por meio das histórias de vida, constatamos o “fazer-se” das assentadas e professoras, percebemos o agir delas frente às situações que lhes foram impostas e como foi sendo moldado o fazer docente pautado pela autonomia, pelo protagonismo, e conseqüentemente, o modelo de escola híbrida do Assentamento. Assim, a escola *no e do* campo, segundo seus pressupostos, está sendo construída, e nesse processo, todas as experiências concretas que estão sendo desenvolvidas em áreas camponesas, inclusive a do Assentamento Ambrósio, são contributos importantes para reflexão e implantação da educação *no e do* campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 24 abr. 2019.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo (texto preparatório). In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-64.

MST. Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos: documentos para discussão. São Paulo: MST/Setor de Educação, 1990.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, PR: Editora da UNICAMP, 2001. p. 227-268.

THOMPSON, E. P. Socialist Humanism. An Epistle to the Philistines. **The New Reasoner**, n. 1, n. 1, p. 105-143, 1957.

VIDAL, D.; SALVADORI, M. Â. B.; COSTA, A. L. de J. Cultura e História da Educação: diálogos com Michel de Certeau e P. Thompson. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 1-25, 2019.

FONTES ORAIS CONSULTADAS

CARVALHO, O. S. de. **Assentamento Barreiros, Estado do Piauí, 2018**. Entrevista II. [27 de janeiro 2018]. [Entrevista cedida a] Simone Vieira Batista. 1 arquivo.mp3 (36 min.).

DIAS, J. D. **Assentamento Barreiros, Estado do Piauí, 2018**. Entrevista VI. [21 de janeiro 2018]. [Entrevista cedida a] Simone Vieira Batista. 1 arquivo.mp3 (46 min e 17 seg.).

SILVA, M. W. M. da. **Assentamento Barreiros, Estado do Piauí, 2018**. Entrevista III. [23 de janeiro 2018]. [Entrevista cedida a] Simone Vieira Batista. 1 arquivo.mp3 (27 min e 05 seg.).

CAPÍTULO 8

O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO SUPORTE NA VIDA DOS USUÁRIOS E DAS USUÁRIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Simone Maria de Sousa Silva

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão sobre a disponibilização dos serviços que o CRAS vem a oferecer para as famílias em vulnerabilidade social e ter o conhecimento do impacto que esses serviços têm na vida dos usuários. Dessa forma, ter o conhecimento da realidade das famílias é de extrema importância para que os serviços possam ser oferecidos. Na Constituição Federal de 1988, a Assistência Social se transforma em um direito do cidadão e dever do Estado, voltada a quem dela necessitar, ou seja, o Estado tem essa responsabilidade de disponibilizar programas e projetos para incluir famílias em situação de vulnerabilidade social, assim causando um impacto positivo na vida desses usuários de forma que possa auxiliar esses cidadãos a terem novas visões e pensamentos, mais oportunidades e visibilidade no meio da sociedade, podendo, assim, gerar renda. Os suportes teóricos para a elaboração deste artigo foram: Berenice Rojas Couto e Fernanda Spillere Bif, que retratam bem sobre o assunto em discussão, principalmente no trecho em que Berenice Rojas Couto faz menção de que um fator importante é possibilitar a consolidação da política no país, facilitando mais oportunidades para famílias em vulnerabilidade. Fernanda Spillere Bif já cita que a inserção de um CRAS na comunidade e nas histórias das famílias possibilita uma intervenção, ou seja, ela quer dizer que é importante esse papel que o CRAS tem de acompanhar essas famílias, conhecer mais a fundo a vida desses usuários e mostrar para eles novas oportunidades através do seu trabalho na vida de cada um deles.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Cras. Usuário(a). Vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa traz consigo a real importância que o CRAS tem para a vida de usuários que vivem em situações de vulnerabilidade, tendo em vista que as atividades realizadas no CRAS são ferramentas fundamentais para o fortalecimento de vínculo familiar. A aproximação com a própria família, a conversa, o acolhimento, as atividades, são ferramentas de aproximação, de informação, de conhecimento, de fortalecimento entre essas famílias.

Ademais, não só o CRAS tem esse papel importante, mas principalmente a família, tem um papel de auxiliar, independente de quem precise, mas a família tem um papel importantíssimo de ajudar no fortalecimento de vínculo entre eles mesmos. Assim, este artigo procura esclarecer o impacto que esses programas e projetos fazem na vida desses usuários. Seguindo a linha da Constituição Federal de 1988, que consolidou na lei maior que a Assistência

Social se transformasse em direito do cidadão, torna-se assim uma responsabilidade pública e obrigatória do Estado.

Ter o conhecimento da vida desses usuários facilita no trabalho do CRAS para poder, assim, ingressar essas famílias em programas e projetos que são ofertados. Destarte, a escolha do tema se deu da forma a ver a realidade vivenciada no CRAS, aonde famílias vão à busca de um atendimento, de um acolhimento e principalmente de uma orientação. Sendo uma das principais demandas, a busca de informações, busca de um acolhimento aos seus familiares, para ter um acompanhamento profissional, para também poder participar de programas e projetos ofertados pelo CRAS. Portanto, a forma de ver essas demandas, trouxe a curiosidade em conhecer mais a fundo a oferta desses programas e projetos que são oferecidos à sociedade, de saber quais serviços são disponibilizados e também qual impacto eles geram na vida desses usuários em situação de vulnerabilidade social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO E CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal de 1988 representa uma profunda transformação no padrão de proteção social brasileiro, consolidando, na lei maior, as pressões que já se faziam sentir há mais de uma década. Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social se transforma em direito do cidadão e dever do Estado, voltada a quem dela necessitar independente de contribuição para a seguridade social, tornando-se de responsabilidade pública obrigatória (BRASIL, 1988). Apesar dos avanços formais da Assistência Social como política pública conforme Pereira (1996, p. 60), ela continua sendo norteadada por uma noção de pobreza absoluta ou privação extrema, “que se caracteriza pela ausência de requerimentos mínimos necessários para manter a vida ou a subsistência de pessoas submetidas a esta condição”, cabendo à lei que a regulamente para modificar essa visão. Sendo assim:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1988, p. 01).

Nestas quase duas décadas pós CF-88, as lutas pela transição das ações e práticas de assistência social para a condição de política pública têm apresentado inúmeros percalços, na medida em que esta direção supõe consolidar a Assistência Social como responsabilidade estatal distinta de sua histórica configuração enquanto prática eventual e subsidiária da sociedade, em geral, de iniciativa doutrinário-religiosa. Esse processo denomina-se de mudança de paradigma político na política de assistência social. Mudança a qual contém múltiplas

implicações, desde alterações conceituais até a adoção de novos modelos e modos de gestão que alterem o modo de ser da Assistência Social para o de Política Pública.

Desse modo, analisar a especificidade/particularidade da política de assistência social no Brasil significa entender que estamos tratando de um objeto socio-histórico, econômica e geograficamente situado, e que, portanto, se está tratando de uma dada relação de forças sociais, econômicas e políticas que, no caso, constroem o formato do regime brasileiro de assistência social. Essa relação de forças é conjunturalmente mutável a partir da relação democrática entre Sociedade, Mercado, Governo, Estado, Executivo, Legislativo, Judiciário. É importante ter presente que, embora a execução da política social esteja a cargo do Executivo, seu alcance sob o regime democrático depende do Legislativo – pela construção de normas e aprovação orçamentária –, bem como do Judiciário, pelo ritmo que imprime, e opera, a processualidade jurídica, em defesa dos direitos dos cidadãos.

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) introduz uma concepção de sistema orgânico em que a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental. Desde a LOAS, previa-se a política de assistência social articulada entre as esferas municipal, estadual e federal. Essa articulação, embora pensada, resultou em arranjos organizacionais pouco consistentes e em transferência de responsabilidades. Os municípios, locais primeiros da materialização da política, apontavam para a transferência de responsabilidades sem a devida reforma tributária e sem o empenho dos recursos, que continuavam sendo muito escassos. Com isso, imperava a centralização da política na esfera federal e a execução dos programas e serviços vinculados a uma única fonte de financiamento.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o SUAS, em especial no seu modo de gestão, repõem a necessidade de enfrentar o desafio de dar materialidade à política, conforme os preceitos da LOAS. Uma das questões básicas apontadas pelo SUAS refere-se à retomada da centralidade do Estado na garantia da existência de serviços estatais como articuladores dos serviços socioassistenciais necessários. Nessa esteira, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculados à proteção social básica, e os Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), vinculados à proteção social especial, representam a afirmação da presença do Estado na condução da política de assistência social.

A Constituição de 1988 introduziu uma nova perspectiva em relação ao foco, objetivos e formas de implementação da política de assistência social no país. Como na saúde, a área

passou a ter status de direito do cidadão e responsabilidade do Estado em relação à provisão dos serviços e benefícios. Cinco anos depois, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) regulamenta a Constituição, estabelecendo de fato o caráter não contributivo da política por intermédio da instituição do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Entretanto, com a aprovação do PNAS em 2004, a área procurou introduzir um novo modelo da política mediante a instituição do SUAS. Desse modo, 16 anos depois, o sistema criou as bases do processo de descentralização determinado constitucionalmente, na medida em que define com mais clareza os princípios e as finalidades da Assistência Social, como também estabelece as responsabilidades da gestão compartilhada.

Em consonância com o PNAS, foi elaborada a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) em 2005, que disciplina as relações federativas, não apenas detalhando as competências de gestão e financiamento, como também consolidando a integração da rede de serviços e instituindo instrumentos para sua articulação. O objetivo é possibilitar a efetivação da descentralização político-administrativa e a consolidação da política no país. (CAVALCANTE; BERNADES RIBEIRO, 2012, p. 03).

A prestação dos serviços de assistência social passa então a ser dividida em dois níveis, de acordo com as referências estabelecidas no PNAS: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Na primeira, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são unidades públicas estatais de base territorial que organizam e coordenam a rede prestadora de serviços locais. Esse nível de proteção busca a prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo destinado à população que vive em situação de vulnerabilidade social. No que tange à implementação, o conjunto dos serviços inclui proteção à família, crianças, jovens e idosos. Tais atividades são desenvolvidas tanto nos CRAS dos municípios como em órgãos conveniados através do cofinanciamento federal para custeio dessas ações.

Já a PSE, é voltada ao atendimento das famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Nesse âmbito, são cofinanciados os serviços de acolhimento às crianças, adolescentes e idosos, mulheres vítimas de violência e o atendimento à população em situação de rua. Seus serviços são desenvolvidos no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e podem ser organizados com base local; por meio de serviços de referência regional, coordenado e executado pelos estados; ou por intermédio de consórcios públicos entre os municípios. Nesse caso, há dois níveis de complexidade: média e alta.

O SUAS, portanto, busca instituir um modelo de organização da política fundamentado na normatização e padronização dos serviços e da sua rede prestadora e, principalmente, na implantação de uma nova sistemática de financiamento. Bastante influenciado pela experiência

da saúde, a gestão financeira da Assistência Social passou por modificações em seus mecanismos de transferência de recursos, nos critérios de partilha e na forma de distribuição. Desse modo, os recursos disponíveis são partilhados e distribuídos por ordem de prioridade, observando o cumprimento das exigências de adesão ao SUAS, habilitação nos níveis de gestão plena ou básica e distribuição do mínimo estabelecido para cada porte ao maior número possível de municípios.

O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é instituído como fornecedor de serviços e proteção às famílias em vulnerabilidade, bem como amparo social, autonomia e potencialidades. Assim, contribui para que os indivíduos usuários que se encontram em situação de risco, sejam acolhidos pelos profissionais que atuam no local, promovendo melhor qualidade de vida – além de ajudar em formas de benefícios, como uma renda mensal que permite com que a família tenha maneiras para lidar com as possíveis problemáticas que possivelmente podem vir a ocorrer. As famílias que são atendidas pelo CRAS possuem baixas expectativas de melhorias de vida, nem de sofrerem mudanças devido a situações financeira e psicológica serem limitadas, já que são famílias pobres, que habitam em certas comunidades carentes.

Dentro do CRAS as famílias podem ser ajudadas e, de certa forma, poderão transformar a situação precária na qual se encontram, pois, o CRAS é a porta de entrada para a assistência social, uma vez que possibilita que as famílias se permitam compreender suas próprias histórias de vida e, ainda, terem a conscientização de que a situação pode ser diferente. Nesse sentido:

A inserção de um CRAS na comunidade e nas histórias das famílias possibilita uma intervenção, pois assim seria possível compartilhar as relações familiares, conhecer as dificuldades enfrentadas por elas no cotidiano e promover atividades de reflexão que proporcionam bem-estar, apoio emocional e instrumental e melhoria da qualidade de vida do bairro. (SPILLERE BIF, 2010, p. 02).

Para que ocorra o fortalecimento das relações entre CRAS e comunidade faz-se necessário que haja interesse de ambas as partes, de modo que viabilize todo o trabalho a ser feito no CRAS, já que sem a compreensão das famílias isso não é possível.

Destarte, de acordo com as referências do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) o CRAS é uma unidade pública de política de assistência social, com base municipal, é integrante do SUAS, e está localizado em áreas que apresentam índices de vulnerabilidade. O CRAS tem por objetivo fazer com que o local se desenvolva, potencializando o território de modo geral, tendo como foco uma atuação voltada para prevenção e promoção da saúde.

No CRAS existem ações do Programa Saúde da Família (PSF), que são tidos como pontos de potência. Assim, ele propõe constituir-se enquanto espaço de referência, colocando a população numa porta de entrada para os serviços da assistência social. O CRAS tem um compromisso com a autonomia dos sujeitos, com a crença do potencial de famílias referenciadas por ele, tendo como objetivo romper com os processos de exclusão, marginalização e assistencialismo.

Tendo em vista que o CRAS oferece o Bolsa Família, um tipo de benefício para famílias que estão em vulnerabilidade, também é responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social e de Assistência Social às famílias que encontram-se em vulnerabilidade. Serviços, benefícios, programas e projetos são oferecidos para a população como serviços sócio-educativo-geracionais, intergeracionais e com família; sócio comunitário no qual seria reabilitação na comunidade; benefícios como bolsa-família e benefícios de prestação continuada (BPC), entre outros.

SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS NO CRAS

Todo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em funcionamento desenvolve, obrigatoriamente, a gestão da rede socioassistencial de proteção social básica do seu território e oferta do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, independentemente da(s) fonte(s) de financiamento (se municipal, federal e/ou estadual).

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Brasília – 2009), a assistência social também compreende a família como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e, até mesmo, violência. Nessa direção, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como eixo do SUAS, a família é enfocada em seu contexto sociocultural e econômico, com composições distintas e dinâmicas próprias. Essa compreensão busca superar a concepção tradicional de família, o modelo padrão, a unidade homogênea idealizada e acompanhar a evolução do seu conceito, reconhecendo que existem arranjos distintos, em constante movimento, transformação.

À vista disso, a compreensão da família ainda é determinada pelas estruturas geracionais e de gênero presentes: os conflitos e desigualdades vivenciadas no âmbito familiar devem ser analisados e trabalhados a partir da diferenciada distribuição de poder e responsabilidade entre seus membros.

Ainda de acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasília – 2009), outro elemento determinante para o desenvolvimento de serviços destinados às famílias é o reconhecimento que elas têm de suas características, identidades culturais, interesses, necessidades e potencialidades distintas e que sua composição pode apontar demandas específicas: famílias com crianças pequenas demandam atenções diferenciadas daquelas destinadas às famílias com pessoas com deficiência etc. O atendimento à família ainda deve ser planejado a partir do conhecimento das necessidades e expectativas diferenciadas dos seus membros, em especial, de acordo com a forma como esse grupo se organiza: se a família é monoparental, extensa, entre outros.

Assim, o fortalecimento dos vínculos familiares e a defesa e promoção do direito à convivência familiar e comunitária, finalidades da política da assistência social, são um grande desafio. Para responder a esse desafio, o SUAS estrutura-se buscando apoiar a família nas suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas, assumindo como pressuposto fundamental que o usuário de seus serviços ou benefícios não pode ser desvinculado do seu contexto familiar e social. Isto é, a política de assistência social reconhece que somente é possível tecer uma rede de proteção social ao se compreender os determinantes familiares de uma situação de vulnerabilidade social e acolher mais de um membro dessa família na busca da superação dessa situação.

No documento de Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), vemos que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser realizado em grupos, buscando garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, com o intuito de complementar o trabalho social com famílias, bem como prevenir a ocorrência de situações de risco social. Além disso, é dividido de acordo com a faixa etária, que seriam: de zero a 6 anos; de 6 a 15 anos; de 15 a 17 anos; e idosos com idade superior a 60 anos.

Ao buscar atendimento em qualquer situação de carência, as famílias, em geral, estão ansiosas por uma solução, mas também por serem ouvidas sobre suas necessidades. No âmbito do CRAS, encaminhar as famílias de imediato, transferindo-as para outros profissionais ou serviços, sem mesmo prestar atenção a todas as dimensões de sua demanda e das expectativas presentes, pode provocar erros técnicos de referência e, certamente, perda de um início de relacionamento com elas.

O acolhimento pode ser uma ação que contribua com a qualificação e a compreensão das dificuldades para que elas sejam mais bem encaminhadas. Nesse prisma, “Dentre tantos significados, podemos destacar que acolher também pode ser entendido como receber, abrir-se à necessidade do outro, um dispositivo para construir relações.” (COSTA; HORTA; RODRIGUES, 2008, p. 56).

Por possuir esta característica de os serviços serem prestados em conjunto, visando a ampliação da rede para melhor atendimento do usuário, torna-se necessário identificar a rede socioassistencial municipal, para consolidar um trabalho efetivo voltado para os direitos dos cidadãos e para a garantia de um atendimento às necessidades básicas do usuário. Portanto, o Assistente Social atua frente às políticas sociais e trabalha com a rede socioassistencial para garantir o melhor atendimento aos seus usuários, devendo realizar sempre o estudo da realidade social em que está inserido, ao buscar conhecer a rede de atendimento que podem lhe dar suporte no seu trabalho profissional.

DESAFIOS QUE SÃO ENFRENTADOS PELO CRAS E QUAL IMPACTO É GERADO NAS FAMÍLIAS ATENDIDAS

Dentro do CRAS as famílias podem ser ajudadas e, de certa forma, poderão transformar a situação precária a qual se encontram, uma vez que o CRAS é a porta de entrada para a assistência social. Dessa forma, possibilita que as famílias se permitam compreender suas próprias histórias de vida e, ainda, terem a conscientização de que a situação pode ser diferente.

Além disso, redes sociais de apoio são essenciais, na medida em que para ter o conhecimento sobre as famílias usuárias do CRAS, faz-se necessário saber que através de todas as relações é possível que se compreenda toda a dinâmica, tanto da vida familiar, como da vida comunitária. Desse modo, as famílias atendidas pelo CRAS passam por um processo em que poderão desenvolver todo o seu ciclo de vida de maneira saudável.

As famílias se modificaram relativamente em relação aos tempos atuais, pode-se perceber uma desconfiguração da família ideal que era existente, ou seja, toda a dinâmica familiar foi transformada, e vários avanços foram ocorridos, além disso a pobreza é nítida em relação às famílias que procuram o CRAS; essas situações fazem com que o indivíduo se sinta isolado, desamparado, e sem grandes expectativas de melhorias; então o CRAS surgiu para que essas famílias pudessem, pelo menos, serem fortalecidas de alguma forma (TONINATO; TAVARES; PESSINI, 2010, p. 249).

Para que ocorra o fortalecimento das relações entre CRAS e comunidade, é necessário que haja interesse de ambas as partes, de modo que viabilize todo o trabalho a ser feito no CRAS, já que sem a compreensão das famílias isso não é possível. Com o objetivo de clarear e demonstrar todas as variáveis existentes no CRAS, a presente pesquisa apresenta as

contribuições que são fornecidas aos indivíduos que necessitam do auxílio público, como o CRAS.

Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP (2008) é necessário se conhecer toda a história pela qual a Assistência Social sofreu nas últimas duas décadas, fazendo com que se aproprie ainda mais dos conhecimentos em relação à comunidade. Assim, de acordo com as referências do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), o CRAS é uma unidade pública de política de assistência social, com base municipal, é integrante do SUAS, e está localizado em áreas que apresentam índices de vulnerabilidade.

O CRAS atende populações com decorrência de pobreza, que não têm renda alguma. Tais populações têm o direito de receber benefícios, como por exemplo, o Programa de Atenção Integrado à Família (PAIF) relativo a ações de acolhida, orientação, informação, assistência social, convivência, grupos socioeducativos, e principalmente acompanhamento sociofamiliar, assim como há o encaminhamento a outras políticas que se enquadram melhor na necessidade do sujeito.

VULNERABILIDADE SOCIAL

A gravidade do quadro de pobreza e miséria no Brasil constitui permanente preocupação e obriga a refletir sobre suas influências no social e, principalmente, na área de atuação junto da família, na qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva. O Estado deve assegurar direitos e propiciar condições para a efetiva participação da família no desenvolvimento de seus filhos. No entanto, os investimentos públicos brasileiros, na área social, estão cada vez mais vinculados ao desempenho da economia.

Sendo assim, a pobreza não pode ser definida de forma única, mas sim sob diversas circunstâncias. Ela se evidencia quando parte da população que não é capaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. Recursos estes como água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania.

À vista disso, o termo exclusão social tem sentido temporal e espacial: um grupo social está excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e conjuntura econômica e social do país a que pertence. No Brasil, esse termo está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação, entre outras).

As transformações ocorridas na política econômica do Brasil produziram profundas mudanças na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social. Como reflexo dessa estrutura de poder, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência e minando as expectativas de superação desse estado de pobreza, o que reforça sua submissão aos serviços públicos existentes. Assim, as desigualdades de renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família.

Destarte, a situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego. A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos, vítimas da injustiça social, se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência.

Com isso, as consequências da crise econômica a que está sujeita a família pobre precipitam a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, ao abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar. Essa situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer à medida que as articulações na rua vão se fortalecendo, ficando o retorno dessas crianças ao convívio sociofamiliar cada vez mais distante.

Faz-se necessário, portanto, ressaltar a urgência da mudança de paradigma em relação à implementação de programas sociais mais consequentes e que visualizem sempre a família como alvo, não descontextualizando seus membros. Não é possível falar em políticas públicas eficazes sem se dar destaque à família como potencializadora dessas ações. Desse modo, ajudar a família mostra-se a única possibilidade de a sociedade se desenvolver dignamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises feitas neste artigo, de como os usuários muitas vezes são descartados, tornou-se evidente que essa problemática traz consigo o que o CRAS pode fazer para que de certa forma seja possível estar envolvendo essas famílias no conhecimento dos seus direitos. Pelo o CRAS possuir esta característica de os serviços serem prestados em conjunto visando a ampliação da rede para melhor atendimento do usuário, torna-se necessário identificar a rede

socioassistencial municipal, para consolidar um trabalho efetivo voltado para os direitos dos cidadãos e para a garantia de um atendimento às necessidades básicas do usuário.

O acolhimento pode ser uma ação que contribua com a qualificação e a compreensão das dificuldades para que elas sejam mais bem encaminhadas, assim, buscando conhecer mais a fundo a realidade e procurando alternativas para que essas famílias em situação de vulnerabilidade social possam ter mais oportunidade. Ao analisar essas questões, a finalidade deste artigo – de ter informações sobre o que o CRAS tem feito na vida dessas famílias vulneráveis – mostra, de forma positiva, como trazê-las para conviver de forma harmoniosa em sociedade, oferecendo oportunidades para adolescentes, gestantes, crianças, idosos, pessoa com deficiência e outros serviços oferecidos para a comunidade podem trazer mudanças para esses indivíduos.

Crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e pessoas idosas constituem segmentos mais vulneráveis à violação de seus direitos e isso constitui a responsabilidade da Assistência Social, de potencializar seus vínculos familiares e comunitários, sua autonomia e possibilidade de participação na vida comunitária. Desse modo, garantindo a inclusão de todos os cidadãos que encontram-se em situação de vulnerabilidade ou em situação de risco, inserindo-os na rede de Proteção Social local. Portanto, as hipóteses levantadas foram concluídas, tendo como objetivo do CRAS o envolvimento desses usuários nos programas e projetos que são ofertados e causando impacto na vida desses jovens, adolescentes, idosos, crianças, gestantes e pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARMO, A. S. et al. Cras um espaço de formação e capacitação dos jovens. **Seminário Integrado**. v. 04. n. 04. p. 49-58. jan./dez., 2010. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado/article/view/2753>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAVALCANTE, P.; RIBEIRO, B. B. O sistema único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**. v. 46. n. 06, p. 1460-1477. nov./dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000600003&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 out. 2020.

COUTO, B. R. **O sistema único de assistência social: uma nova forma de gestão da assistência social**. In: **Concepção e gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, UNESCO, 2009. p. 205-217. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Roberto_Rodrigues16/publication/329360551_A_centralidade_da_informacao_no_campo_das_politicas_publicas/links/5c0440c692851c63cab5f793/A-centralidade-da-informacao-no-campo-das-politicas-publicas.pdf#page=200>. Acesso em: 26 out. 2020.

GOMES, A. M.; PEREIRA, D. M. L. **Família em situação de Vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2005.v10n2/357-363/>>. Acesso em: 26 out. 2020.

SPILLERE BIF, F. **CRAS – Centro de referência de assistência social. 2010**. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso – (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4590/1/Fernanda%20Spillere%20Bif.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020.

SPOSATI, A. **Assistência Social: de ação individual à direito social**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, v.10, Jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/218>>. Acesso em: 26/10/2020

TONIATO, J. S.; TAVARES, T.; PESSINE, M. A. As contribuições do centro de referência de assistência social (cras) às famílias em vulnerabilidade/risco social. **Akrópolis Umuarama**, v. 18, n. 04, p. 247-261, out./dez., 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/3296/2276>>. Acesso em: 26 out. 2020.

CAPÍTULO 9

CONTRAFAÇÃO DE MODELOS CLÁSSICOS EM *MACUNAÍMA*

Carlos Eduardo Mendes de Moraes
Leticia Bonesso Gomes

RESUMO

O conceito *contrafação*, no sentido empregado na linguagem dos campos da escrita ou da imprensa, qualifica produtos editoriais resultantes de ações *contrafeitas* (feitas contra os princípios norteadores de uma legislação estabelecida), ou, em termos mais populares, “contrabando”. A discussão que se faz neste artigo se utiliza de um sentido particularizado do termo, empregado por Maria do Socorro Fernandes de Carvalho em sua obra *Poesia de agudeza em Portugal* (2007), na qual *contrafação* qualifica mais especificamente um “contrabando” visto da perspectiva de análise da poesia lusófona seiscentista-setecentista, com a finalidade precípua de produção de efeitos jocosos ou satíricos. Esse tipo de apropriação, embora se funde nas convenções de escrita vigentes, produz uma subversão à medida em que utiliza os modelos para fins contrários aos quais convencionalmente se preconizavam, ou, em última instância, contraria frontalmente esses modelos, ao construir ações e personagens espelhados (ou às avessas). A partir dessa perspectiva, realizou-se a leitura do conceito *herói*, presente no subtítulo da obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, pretendendo entender-se o sentido do termo apropriado por um princípio de contrafação, que confere ao personagem Macunaíma a prerrogativa de ser herói, embora não apresente os requisitos tradicionais para tal. Metodologicamente, o exercício se deu com o auxílio de uma fonte primária, o exemplar de trabalho utilizado por Mário de Andrade (documento MA-MMA-061-056-201), disponível para aquisição de cópias no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo IEB-USP¹, por intermédio do qual foi possível rastrear as escolhas vocabulares, as trocas, as reorganizações sintáticas, os cortes e acréscimos feitos no processo de composição da obra. Como resultado, apresenta-se a narrativa do garoto feio do mato, fruto da miséria, mas astuto; garoto este que, por contrafação se vê metamorfoseado em herói *sem nenhum caráter*, Imperador do Mato Virgem, tendo por peripécia o desfecho em tragédia: as consequências da perda da muiraquitã.

PALAVRAS-CHAVE: Macunaíma, contrafação, herói, modelos clássicos.

A PROBLEMÁTICA: *MACUNAÍMA*: O “HERÓI” SEM NENHUM CARÁTER

A CRÍTICA CONSAGRADA

Ao confrontarmos a visão da obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* pelo viés da crítica já consagrada, observa-se que é pequena a possibilidade da leitura do conceito *herói* segundo a tradição clássica, na obra, embora o termo faça parte do título e, portanto, suscite tal

¹ A aquisição foi financiada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – Literatura e Vida Social – da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. O documento IEB MA-MMA-061-056-201 (exemplar de trabalho) apresenta uma série de alterações de próprio punho. Confrontou-se a edição de Lopez (2015) em algumas passagens, com a finalidade de identificar pistas que indicam rasuras de revisão, que são alterações registradas pelo Autor ao longo da composição, como inserções, cortes ou substituições, que permitiram rastrear uma “lapidação” do estilo.

possibilidade de análise. Estabeleceu-se, neste intervalo de um século, que *Macunaíma* resulta de ruptura com o tradicional, a qual se tornou por seu turno uma tradição da crítica, como pode se observar em alguns excertos a seguir:

De certa maneira, o *Macunaíma* foi escrito por Mário contra si mesmo, contra o seu “psicologismo” e a sua indulgência retórico-sentimental (refletida na primeira formulação de sua estética e em tantas páginas do poeta e do prosador), como Oswald diz ter feito a revolução Modernista contra si próprio, com medo de escrever “tão bem” como o castiço Leo Vaz (CAMPOS, 1973, p.8).

(...)

No projeto de Mário, como é natural, a matização e a diversificação dos encargos a cumprir, interditos a respeitar e/ou violar, obstáculos a transpor, são um meio permanentemente eficaz de coloratura da ação fundamental, que se põe singelamente entre os dois termos de um arco: perda e recuperação da muiiraquitã, tensão/distensão, desequilíbrio/homeostasis. A dilatação ao extremo desses dois tempos, o fracionamento dessa temporalidade funcional em tempos atuais, microtempos pontuados de incidentes, constitui o verdadeiro tempus estético ou semiológico da narração marioandradiana, a “cronia” de sua crônica singularíssima (CAMPOS, 1973, p. 59).

Observe-se que, embora em outros termos, Campos demonstra o incômodo com a questão, ao tentar criar um elo entre o tradicional e o moderno, nomear a tensão e, ao referir a “indulgência retórico-sentimental”, demonstra a percepção do uso do recurso de contrafação (ao qual nos referimos neste estudo) para justificar os caracteres de *Macunaíma*.

Já de outra parte, o crítico Chamie se apercebe da mesma estratégia, quando se refere à “ilustração catalogada e setorial dessa base unificadora”, embora deixe sem dizer a tática da inversão do modelo, muito provavelmente pelo fato de o “modelo” ser conceito de rejeição, “ultrapassado” pela barreira que a crítica estabeleceu a partir do romantismo, em relação ao reconhecimento das convenções retóricas de elaboração das narrativas:

“*Macunaíma*” é essa escrita [que utiliza sua própria linguagem], e só nêsse sentido êle tem na dicção dos ditos os pilares de sua construção e andamento. Uma base, portanto, que unifica todos os usos possíveis dos ditos ditados e suas derivações (como as adivinhas) seja por dentro, seja por fora, seja considerados como palavras sintagmáticas autônomas no corpo do texto. Não será difícil uma ilustração catalogada e setorial dessa base unificadora (CHAMIE, 1970, p. 384).

O trabalho de Andrade acerca dos elementos utilizados na construção do herói *Macunaíma* se revela pelo recurso a um repertório de costumes e narrativas de um Brasil do Norte, que dista léguas de um Brasil do Sul. Além da questão geográfica contida na afirmação, observa-se na obra que o modo de transpor as diferenças de um espaço para outro se tensiona com o desenrolar das ações do herói. Desde a narração de sua infância (o menino feio do mato), opera-se paulatino processo de europeização dos seus caracteres físicos (as transformações temporárias no belo rapaz capaz de “brincar” com as icamiabas, o banho transformador no rio, as ressurreições, a mudança em imperador), mantendo-se um *caráter movediço* da personagem.

A ambientação dos caracteres físicos de Macunaíma se adapta às ocorrências do plano do enunciado, em que os acontecimentos conduzem o herói pela jornada Mato Virgem – São Paulo – Constelação e são os responsáveis por emoldurar o choque dos “Brasis” Norte e Sul na narrativa. No ponto Norte, onde se situa o Mato Virgem, estão os costumes, as lendas e a “zona de conforto” do herói, enquanto no ponto Sul situam-se seus desconfortos e conflitos, gerados a partir da compulsória partida do herói, tanto da terra quanto dos seus caracteres da infância. Candido aponta:

Mário de Andrade, em *Macunaíma* (a obra central e mais característica do movimento), compendiou alegremente lendas de índios, ditados populares, obscenidades, estereótipos desenvolvidos na sátira popular, atitudes em face do europeu, mostrando como a cada valor aceito na tradição acadêmica e oficial correspondia, na tradição popular, um valor recalcado que precisava adquirir estado de literatura. Ao lado do problema de aceitação (poder-se-ia até dizer redenção) destas componentes recalçadas da nacionalidade, colocava-se de modo indissolúvel o problema da sua expressão literária. (CANDIDO, 2006, p. 127 – 128).

O crítico Antônio Cândido reitera esses elementos tipicamente brasileiros como parte indispensável para a construção da literatura nacional, principal objetivo dos Modernistas da fase na qual Andrade está inserido. Aponta, ainda, a quase “equivalência” dos traços europeus convertidos em moldes nacionais. Assim, apesar de considerar a obra uma ruptura, deixa evidente a presença da influência europeia na escrita da narrativa e, portanto, dos referenciais de sua constituição.

O rastreamento desses modos de produzir essa ruptura pode também ser sintetizado nas observações de Bosí, que, a despeito de se referir à questão da linguagem, é capaz de reunir diversos efeitos passíveis de percepção de contrafações na interpretação da obra:

Simbolicamente, a figura de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, foi trabalhada como síntese de um presumido “modo de ser brasileiro” descrito como luxurioso, ávido, preguiçoso e sonhador: caracteres que lhe atribuía um teórico do Modernismo, Paulo Prado, em *Retrato do Brasil* (1926). Mas o herói, em Mário, é colocado na metrópole nova e funde instinto e asfalto, primitivismo e modernismo, numa linha que seria também a de Oswald de Andrade. Com a sabida diferença de que este, medularmente anárquico, misturou sempre os planos, pretendendo tirar do composto uma filosofia de vida e da arte, ao passo que Mário se mostraria, até o fim sensível às distinções entre o primitivo histórico e o “primitivo” como pesquisa do homem que não pode deixar de ser, apesar de tudo, um homem integrado em uma dada cultura e em uma determinada civilização (...). *Macunaíma*, meio epopéia meio novela picaresca, atuou uma idéia-força do seu autor: o emprego diferenciado da *fala brasileira* em nível culto; tarefa que deveria, para ele, consolidar as conquistas do Modernismo na esfera dos temas e do gosto artístico (BOSI, 1994, p. 400-401) (grifos nossos).

Para Bosí, o entrecruzamento de esferas do conhecimento humano estão condensados na construção do Macunaíma: a sociologia, no “presumido modo de ser brasileiro”; as questões atinentes a uma geografia social e a uma periodização literária, na expressão “funde instinto e

asfalto, primitivismo e modernismo”; a antropologia, na expressão “sensível às distinções ente *primitivo* histórico e o “primitivo” como pesquisa do homem; e finalmente deixa escapar que reconhece um lastro com a tradição literária antiga, quando afirma que o personagem está “integrado em uma dada cultura e em uma determinada civilização (...). Macunaíma, meio epopéia meio novela picaresca”, como defendemos neste artigo.

Cada crítico à sua maneira reconhece um vínculo de Mário de Andrade com o conhecimento de um universo literário clássico e tradicional. Este vínculo, autoriza falar-se do possível diálogo com a tradição na chave da produção de contrafações que aqui defendemos. Uma ruptura é bem-sucedida em seu papel quando, discreta ou explicitamente, apoia-se em um modelo a ser rompido. Isso, de fato, ocorre na narrativa andradiana.

O QUE É SER HERÓI

O termo literário *herói*, cuja origem remonta às narrativas de tradição oral de tempos remotos, aparece forjado em nossa cultura ocidental com vínculo à Antiguidade Greco-Romana, de onde se pode inferir que as reflexões de Aristóteles são parte do desenvolvimento dos gêneros poéticos épico e dramático, como as de Horácio o são no estabelecimento pragmático das regras de composição poética, assim como nas proposições de Cícero e de Quintiliano demonstram a mesma força na produção e construção de discursos retóricos, respectivamente.

Até nossos dias o termo subsiste, com maior amplitude de usos ou sentidos, atestando os reflexos dessas origens nas manifestações escrita, oral, visual (com suas variações) marcando as influências desta cultura nas nossas manifestações.

Quando se observa o histórico de algumas literaturas ou outras manifestações, que envolvam uma tradição greco-romana, marcadas pelo prosseguimento daquela tradição, constata-se a presença recorrente de um repertório que transita a-temporalmente e em diversas formas como *apropriações de diversos conceitos*, como ‘herói’, ‘drama’, ‘tragédia’, ‘personagem’, etc.; ou na *releitura ou reedição de narrativas baseadas em personagens*, como ‘Anfitrião’, ‘Édipo’, ‘Orfeu’, etc.; ou ainda *releituras de narrativas completas*, como o *Orfeu Negro*, de Vinícius de Moraes; *adaptações de episódios*, como Polifemo retomado na figura de Itamonte, em *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, *inserção de personagens antigos em narrativas atualizadas*, como a presença de um Virgílio na narrativa de Dante, assim como nas tragédias de Shakespeare. Até mesmo em narrativas além do campo restrito da

literatura, observam-se marcas desta tradição em meios como os quadrinhos, o cinema e formas de entretenimento televisivo (novelas, séries e minisséries), etc..

A “MARCA REGISTRADA” DE UM HERÓI

Partindo-se dessa constatação, é compreensível que o conceito ‘herói’ seja apropriado nas narrativas com um significado repleto das marcas desta tradição, inspirado em caracteres de personagens que ajudaram a construí-lo, como os feitos do poderoso Aquiles, as tarefas humanamente inexecutáveis de Hércules, o fidelíssimo valor de Heitor, o astuto modo de ser de Ulisses, etc.. A partir desses exemplos, a tradição permite forjar tipos “próprios, adaptados às expectativas de determinadas culturas”, modificados nos seus caracteres ajustados a um tempo e a uma sociedade. É o que se pode apreender do conceito *herói* aplicado ao Macunaíma. Ele possui vínculo com a tradição, ainda que a crítica tradicional se exima de fazer esta leitura.

Na mesma linha, a visão de Macunaíma como herói tradicional está espelhada nos seus caracteres, pois pode-se afirmar que o subtítulo “herói sem nenhum caráter” é capaz de condensar informações da tradição, diretamente ou às avessas, como podemos atestar: a) na análise da indolência como uma forma inversa inspirada à força de Aquiles; b) na narração das contínuas ‘batalhas sexuais’ com as icamiabas, projetadas no plano inverso das missões sobre humanas imputadas a Hércules; c) na ‘fidelidade’ dos propósitos de busca do amuleto perdido e resgate do amor de Ci, espelhados na dedicação e fidelidade de Heitor para com sua família; d) redundando, por fim, no tipo heroico aparentemente próximo de Ulisses, versado na artimanha e na dissimulação, embora contrafeito nos ideais de beleza e força da *Iliada*, e adaptado a um Brasil que se quis mostrar negativamente (emulando e satirizando-se concomitantemente segundo os modelos heroicos do berço da civilização, a Grécia antiga).

Assim, o matuto feio, para ganhar protagonismo, aos poucos se adequa a um modelo tradicional de herói, em traços físicos e comportamentais, no processo cujas estratégias serão discutidas a seguir.

A TAREFA COMPLEXA ATRIBUÍDA AO HERÓI

Acerca do papel desempenhado pelo herói, Arantes pontua:

Todos os povos, em qualquer tempo, buscam para si um “herói”: parece haver uma necessidade intrínseca (sic) no homem de refletir suas aspirações mais profundas em um ser que possa superá-las. Nesse contexto, o herói será marcado por um estigma que o projeta de maneira ambígua: por um lado, representa a condição humana, na sua complexidade psicológica, social e ética; por outro, ultrapassa a mesma condição, na medida em que representa virtudes e valores que o homem comum não pode exibir, mas almeja ter (2008, p. 4).

Os heróis, então, são uma projeção do que os homens comuns não podem ser e não podem alcançar². Para representar em seus atos o inatingível pelo homem comum, esses heróis, ainda que sejam em sua maioria semideuses, mantêm certa linearidade em suas características, tornando-se personagens complexos à medida em que também apresentam e demonstram caracteres inerentes a pessoas comuns, como o orgulho, a ira, o egoísmo, etc., podendo, portanto, ser traídos por essas paixões e ambições, caracteres que lhes permitem manter-se entre os humanos, embora com a prerrogativa de poderem receber interferências explícitas ou diretas de divindades.

Partindo-se desse princípio, os heróis sempre se empenham em uma jornada, geralmente iniciada por conta de algum infortúnio, que lhes impõe o objetivo de conquistar ou reconquistar um objeto material ou imaterial de significação especial para si e para sua coletividade. O grau de dificuldade da tarefa, normalmente, é diretamente proporcional à verossimilhança que se pode atribuir aos caracteres desse herói. Assim, marcas como força física, astúcia, fidelidade, honra passam a figurar como marcas específicas de cada herói e, no caso de Macunaíma, em função de “espelho” (artifício da contrafação), o egoísmo e o dolo são as suas marcas.

O CARÁTER COLETIVO DA AÇÃO / MISSÃO DO HERÓI

De acordo com os pressupostos mitológicos, o herói possui algumas características básicas responsáveis por sua qualificação como tal, bem como para sua jornada. Desta forma, o herói conta com um modelo (de caracteres e de caráter), compondo sua jornada. Uma dessas características é a missão do herói, sua jornada.

Macunaíma, qualificado como herói, também tem uma missão, e conseqüentemente é responsável por sua jornada pelo país: (re)tomar a muiraquitã perdida. Macunaíma ganha a muiraquitã de Ci, a Mãe do Mato, que vira estrela após a morte de seu filho encarnado. O amuleto é responsável pela ligação do herói ao mundo mágico e, também, pela sua proteção.

Quando perde a muiraquitã, Macunaíma perde conseqüentemente sua proteção divina e passa a enfrentar infortúnios em sua jornada. Essa dissociação do herói em relação ao amuleto representa um diálogo com os clássicos: constitui uma jornada; há uma peripécia ocasionada pela perda de um amuleto de proteção e os amuletos são, em sua maioria, objetos representativos para o coletivo:

² Os caracteres dos homens bons, para Aristóteles, na *Retórica* (2014, p. 35) devem ser: homens bons, adequados, semelhantes e constantes. Por outro lado, suas ações se pautam em um conjunto de valores igualmente voltados para o chamado bem supremo.

Então o passarinho uirapurú agarrou cantando com doçura e o herói entendeu tudo que ele cantava. E era que Macunaíma estava desinfeliz porquê perdera a muiraquitã na praia do rio, quando subia no bacupari. Porém agora, cantava o lameto do uirapurú, nunca mais que Macunaíma havia de ser marupiara não, porquê uma tracajá engulira muiraquitã e o mariscador que apanhara a tartaruga tinha vendido a pedra verde pra um regatão peruano se chamando Venceslau Pietro Pietra. O dono do talismã enriquecera e parava fazendeiro e baludo lá em São Paulo, a cidade macota lambida pelo igarapé Tietê.

(...) Então Macunaíma contou o paradeiro da muiraquitã e disse pros manos que estava disposto a ir em São Paulo procurar êsse tal Venceslau Pietro Pietra e retomar o tembetá roubado (1928, p. 50-51).

A muiraquitã, apesar de ser representativa para o herói (por compor a proteção divina e a memória de Ci), apresenta um apelo coletivo. Esse apelo coletivo vai ao encontro das raízes de Macunaíma, distantes dela na jornada para a capital São Paulo, redundando no objeto de descontentamento do herói em sua jornada.

PARTE DO HERÓI COM O “MÁGICO”, OU “SOBRENATURAL”

Dentre os caracteres que permitem ao herói transitar da condição de humano para uma condição especial, em geral, sobre humano, mas não imortal, estão as *benesses* ou prerrogativas das missões complexas que lhes são impostas ou imputadas, na execução das quais ele passa a ser tido como “acima da média”, nas palavras de Aristóteles. Na tradição greco-romana, voltar a Ítaca não seria possível para Ulisses sem a intervenção contínua de Atena, assim como chegar à Itália não seria possível para Eneias, não fosse sua mãe Vênus, isso para citar apenas duas narrativas que ostentam um herói nos moldes tradicionais. A imposição de uma conquista, portanto, permite ao herói demonstrar ou padecer o ônus de desempenhar as referidas ações acima da média, dada a dificuldade e a complexidade exigidas para o seu cumprimento³.

Assim, de acordo com os pressupostos mitológicos do herói e as definições de caracteres elencados por Aristóteles, a discussão principal deste artigo se funda nas relações que o Macunaíma, de Mário de Andrade, o ‘Herói sem nenhum caráter’ estabelece com esse modelo e, em contrapartida, discute os meios de contrafação do modelo tradicional encontrados na construção deste herói brasileiro dos primeiros anos do século XX.

³ Nos termos aristotélicos, ao tratar dos gêneros poéticos, a epopeia é o modelo mais adequado ao desenvolvimento dessas narrativas. Todavia, a tragédia (inerente à qualificação da complexidade de certas ações no bojo dessas epopeias) é responsável por representar a gravidade de cada ação, pois é considerada também um gênero superior, segundo o qual é exigido do homem acima da média uma tomada de posição, ainda que difira da epopeia pelas características das circunstâncias particularizadas do drama, em oposição às circunstâncias coletivizadas da epopeia, entre outras marcas próprias de cada um dos gêneros poéticos.

HERÓI POR CONTRAFAÇÃO

Nesta análise, não são utilizados os termos *vilão* ou *anti-herói*. A proposta é resgatar o conceito *herói*, como é tradicionalmente utilizado, e projetar os caracteres do personagem Macunaíma neste confronto, fazendo demonstrar que uma leitura possível para o *herói sem nenhum caráter* é compreender suas ações como ações contrafeitas em relação àquelas que caracterizam tradicionalmente o herói. Este método auxiliou em muito o incremento dos estudos sobre as regras / convenções utilizadas para a compreensão da narrativa em expressão portuguesa e, curiosamente, explicita incursões na leitura do *Macunaíma*.

O termo contrafação, tal como consta neste estudo, foi resgatado da definição dada por Maria do Socorro Fernandes Carvalho em sua obra *Poesia de agudeza em Portugal: estudo retórico da poesia lírica e satírica escrita em Portugal no século XVII* (2007):

[...] o conjunto de rubricas que se apropriam das formas poéticas canônicas para a construção de um discurso específico, na maior parte dos casos no interior do próprio gênero apropriado. Uma injúria composta em silogismos, um encômio depreciativo ou uma paráfrase de fábula mitológica são casos muito comuns dessas formas, senão de infração, por certo de apropriação de códigos e normas que constituem a preceptiva dos gêneros (2007, p. 327).

Essas chaves que permitem produzir a contrafação têm suas raízes no modelo aristotélico. Os gêneros epidítico e comédia, por exemplo, são retomados pela autora diretamente da prática deste tipo de apropriação, que pode se dar no campo da poesia, mas também permite a consecução de efeitos parelhos em outros tipos de produção literária. Carvalho divide esses meios de contrafação em dois tipos: a contrafação obtida por meio do discurso jocoso (não-sério) ou a contrafação obtida por meio da sátira (como a comédia, que para Aristóteles, trata de ações inferiores). Em suma, uma gradação do caráter do risível, que se produz quando a expressão se apropria de categorias inversas:

No universo ficcional e fantasioso da poesia de gêneros menores, conceitos impróprios ao louvor, como a pobreza ou a avaréza, e figuras indignas de encômio, como capitães inimigos, são matéria de vitupério. Principalmente são matéria da lírica e suas contrafações as afecções humanas de simpatia ou repulsa aos afetos suscitados por esses conceitos, como as paixões humanas que os rodeiam, pois, tomadas quer na forma unitária da virtude, como o amor divino ou a beleza feminina, quer nas fraquezas ou excessos dos vícios, como o engano e a lisonja, as afecções humanas são revestidas variadamente de conceito, conforme o artifício que o engenho do poeta escolher (idem, p. 330).

Compreendendo a contrafação, é possível afirmar que o herói andradiano tem não apenas vínculos e inspirações nos modelos clássicos do herói, mas apresenta caracteres compatíveis com esses heróis, apresentados ao longo da narrativa. As suas ações, bem como suas jornadas se assemelham e se distanciam, concomitantemente. As semelhanças são

demonstradas em pontos, como: 1) o *ser herói* tem como pressuposto uma jornada; 2) o objetivo da jornada é um objeto de conquista (material ou não); 3) o herói passa por provações; 4) seus erros são permitidos ou perdoados durante a jornada e 5) uma qualidade marcante (boa ou ruim) se torna seu epíteto.

Dessa forma, observamos que a narrativa andradiana conta com diversos meios de contrafação, utilizados para compor esse arquétipo de herói na literatura brasileira: Macunaíma protagoniza uma jornada (de caráter pessoal), em busca de um amuleto perdido (por descuido seu). Passa por provações (diversas, sendo as mais constantes ter que enfrentar Venceslau Pietro Pietra e fazer com que sua condição de astuto do Mato Virgem suplante a *astúcia cultural* da cidade de São Paulo), suplanta seus erros com um toque de manha, de mágica e de ruptura com as regras, constituindo-se, por fim, no *herói sem nenhum caráter*, que, como afirma o próprio subtítulo da obra, é o seu epíteto.

MACUNAÍMA E SEU (DES)SERVIÇO À COLETIVIDADE

Esse comportamento, assim como o do arquétipo do herói clássico, vem acompanhado de um apelo coletivo, já que o herói andradiano, apesar de tomar decisões baseadas em seu próprio interesse, representa a coletividade por meio de suas origens: o Mato Virgem. A coletividade do Mato Virgem é representada pelos costumes que caracterizam o Macunaíma anterior à estada em São Paulo, como o uso de feitiçarias contra os irmãos, mesmo quando na capital; depois, a capacidade de transformar coisas e pessoas em ‘máquinas-...’ na busca de solução dos seus conflitos. O fato de propagar os costumes nativos vivenciados no Mato Virgem é responsável por tratar da criação da identidade do povo brasileiro, amplamente pontuada pela crítica. Esse senso de coletividade e representatividade ocorre também no herói épico, pontuado por Arantes (2008):

O herói épico jamais é sentido dissociado da coletividade, nele concentra-se a concepção heróica da totalidade da vida de um povo. É um indivíduo que já nasce para um objetivo que beneficiará, de alguma forma, a todos (2008, p. 63).

O herói épico, portanto, está diretamente ligado ao coletivo, por representar a cultura e os anseios de um povo. Da mesma forma, seu objeto de conquista está ligado à sua missão. No caso de Macunaíma, sua jornada tem como objetivo reconquistar a muiraquitã, amuleto deixado pela amada Ci, a mãe do mato, quando parte do plano terreno. O amuleto é roubado por Venceslau Pietro Pietra, o gigante Piaimã e, para recuperá-lo, Macunaíma vai para São Paulo acompanhado de seus irmãos Maanape e Jiguê. Macunaíma, portanto, possui

AS TRAPAÇAS ANTES E DURANTE E BUSCA PELO OBJETO MÁGICO

A trapaça é artifício que se apresenta na narrativa. Por um lado, identifica os traços do herói brasileiro aos traços do tradicional herói grego Ulisses, mas, por outro, é responsável pelo desfecho patético ao qual ele chegará, produzindo, com esta peripécia, mais uma marca de contrafação dos caracteres do herói. Macunaíma passa a sua jornada trapaceando a família (principalmente os irmãos que o acompanham em busca do amuleto) e os moradores das diversas regiões do Brasil (como Vei, a Sol). Senão, ilustremos um trecho de cada uma dessas duas trapaças.

A primeira ilustra Macunaíma trapaceando a própria família. Depois de provar seu valor caçando uma anta para alimentar a família, Macunaíma resolve trapacear os irmãos dizendo que o rio estava repleto dos mais variados peixes, encorajando os irmãos a procurar:

... A margem estava traiçoeira e nem se achava bem o que era terra o que era rio entre as mamoranas copadas. Maanape e Jiguê procuravam procuravam enlameados até os dentes degrindolando juque! Nos barreiros ocultos pela inundação. E pulapulavam se livrando dos buracos, aos berros, com as mãos pra trás por causa dos candirús safadinhos querendo entrar por êles. Macunaíma ria por dentro vendo as micagens dos manos campeando timbó. Fingia campear também mas não passo não, bem enxutinho no firme. Quando os manos passavam perto dele, se agachava e gemia de fadiga (1928, p. 20).

O herói, portanto, se diverte com a situação na qual coloca os irmãos, fazendo-os procurar por algo que não será encontrado. Macunaíma faz isso não somente por diversão, mas para provar seu valor. Logo após o trecho, ao chegar em casa, pede para a mãe fechar os olhos e, quando a índia abre-os novamente, o herói faz aparecer todo um banquete com uma variedade de comidas da região, mostrando ser o responsável pela fartura da família e, ainda, divertindo-se às custas das esperanças dos irmãos, arquitetando um plano em benefício próprio. As trapaças de Macunaíma são repetidas durante toda a narrativa. Aqui, enfatizamos um trecho do herói trapaceando Vei, a Sol:

- Ara ara ara, meus cuidados! Pois não falei pra você não dar em cima de nenhuma cunhã não!. . . Falei sim. E ainda por cima você brinca com ela na jangada minha e agora estão se rindo um pro outro!
- Estava muito tristinho! Macunaíma repetiu (1928, p. 110).

No trecho, temos a reação de Vei, a Sol, ao ver Macunaíma descumprindo o que haviam há pouco combinado: Vei queria que Macunaíma fosse seu genro, casando-se com uma de suas filhas e, caso não mantivesse relações com outras cunhãs, ainda receberia um dote e seria para sempre jovem e belo. “Macunaíma agradeceu e prometeu que sim jurando pela memória da mãe dele” (1928, p. 108). O herói, portanto, é pego quebrando a promessa feita a Vei, trapaceando-a, já que não esperava o repentino aparecimento do sol. Ainda, tenta se livrar da consequência

de seus atos com argumento pífilo: “Pois nem eu queria nenhuma das três, sabe! Três, diabo fez!” (1928, p. 110), fazendo referência a uma das filhas com as quais poderia ter se casado para conseguir seu dote.

Da mesma maneira, quando tenta recuperar o amuleto, vai contra todos os conselhos do irmão para não trapacear o Gigante. Então, se transforma em uma francesa e vai ao seu encontro, concretizando a maior e mais ousada trapaça da narrativa:

E a francesa era Macunaíma o herói. Lá do cesto êle escutou a pergunta e principiou ficando excessivamente inquieto. “Pois então será mesmo que êsse tal de Venceslau imagina que passei por debaixo de algum arco-da-velha pra ter mudado a natura? Te esconjuro, credo!” Então assoprou raiz de cumacá em pó que bambeia cordas, bambeou o amarrilho do cesto e pulou pra fora. [...] Piaimã cego de raiva agarrou no sim-sinhô sem ver o que era e atirou sim-sinhô com herói e tudo legua e meia adiante. E ficou esperando sempre enquanto o herói lá longe ganhava os mororôs (1928, p. 80-83).

Macunaíma, portanto, se veste como uma francesa para enganar Venceslau Pietro Pietra, já que agora era “loiro dos olhos azuis”, para conseguir (re)conquistar a muriaquitã. Contudo, o Gigante começa a desconfiar da verdadeira identidade do herói, passando à peripécia acima citada, já que Macunaíma, com sua própria astúcia, safa-se de uma situação embaraçosa criada por ele mesmo.

A busca à muriaquitã é, portanto, a representação material da proteção e conexão divina, assim como a razão da jornada de Macunaíma. Apesar das trapaças apresentadas desde o início da narrativa, logo na infância do personagem-título, esse artifício é ainda mais utilizado nesta jornada, como se pode observar no excerto em que o herói se disfarça de prostituta para ludibriar a fúria do gigante Venceslau Pietro Pietra:

Então Macunaíma emprestou da patroa da pensão uns pares de bonitezas, a máquina ruge, a máquina meia-de-seda, a máquina combinação com cheiro de casca-sacaca, a máquina cinta aromada com capim cheiroso, a máquina decoletê humida de patchulí, a máquina miténes, todas essas bonitezas, despendurou dos mangarás nos peitos e se vestiu assim. [Pra completar inda barreou com azul de pau campêche os olhinhos de piá que se tornaram lânguidos] (1928, p. 75).

O excerto retrata a preparação de Macunaíma para encontrar o Gigante: para recuperar a muriaquitã, o herói se veste como uma francesa, a fim de enganá-lo. Todos os acessórios são acompanhados por “máquina”, indicando os modos de vestimenta da capital tão incomuns ao herói, diretamente ligados à automatização dessa civilização. Assim, para se aproximar do Gigante e recuperar o objeto de conquista, o herói deveria apropriar-se dessas ferramentas.

Apesar de não haver supressões no excerto, Mário de Andrade inclui um trecho, demonstrado entre colchetes: [Pra completar inda barreou com azul de pau campêche os olhinhos de piá que se tornaram lânguidos]. A estratégia imita a fuga de Ulisses da caverna de

Polifemo, pois o herói grego se disfarça na pele da ovelha, enquanto o brasileiro, na roupa da europeia. Também aqui se observa a contrafação, pelo ridículo da descrição, pois o *herói* disfarçado em mulher é pouco verossímil.

MARCA REGISTRADA” DO HERÓI: A SEXUALIDADE

Sexualidade exacerbada é um dos caracteres mais marcantes do personagem andradiano na constituição do modelo contrafeito do herói. O *encantamento* que exerce sobre o sexo feminino, desde criança, faz com que Macunaíma “seduza” Sofará, a companheira do irmão Jiguê. Quando a cunhada o levava para o meio da mata, a fim de atender as suas manhas, Macunaíma se valia do artifício de se transformar em um jovem adulto e “brincar” com Sofará:

No outro dia pediu pra Sofará que levasse êle passear e ficaram no mato até a boca-da-noite; Nem bem o menino tocou no folhiço e virou um príncipe fogoso. Brincaram. Depois de brincarem tres feitas, correram mato fora fazendo festinhas um pro outro (1928, p. 13).

Depois de “brincar” por muito tempo às escondidas com a companheira do irmão, quando se tornou adulto permanentemente, passou a ter uma relação declarada com a cunhada, diante da qual o irmão a *cedeu* a Macunaíma. No trecho abaixo, observa-se outro momento em que a sexualidade atua como marca registrada do herói, quando ocorre o primeiro contato de Ci com Macunaíma:

[O herói] se atirou por cima dela para brincar. Ci não queria. [...] O herói apanhava. Recebera já um murro [de fazer] sangue [n]o nariz e um lapo fundo de txara no rabo. A icamiaba não tinha nem um arranhãozinho e cada gesto que fazia era mais sangue no corpo herói soltando berros formidandos que diminuiam de medo os corpos dos passarinhos (1928, p. 32).

A reação da imperatriz do mato revela a sua condição não humana. Resistiu, agrediu o herói e na descrição “não tinha nem um arranhãozinho e cada gesto que fazia era mais sangue no corpo herói soltando berros formidandos que diminuiam de medo os corpos dos passarinhos”. Nesse aspecto, a contrafação em relação ao episódio de Ulisses na Ilha de Circe é flagrante. O herói grego negociou sua partida após ser aprisionado pela ninfa graças a sua fama. O *herói sem nenhum caráter*, inversamente, atrai Ci e, para a sua satisfação própria, usurpa o título de imperador do Mato Virgem.

Irônica e coincidentemente ambos erram e demonstram o lado humano, falível do herói: o grego, pela arrogância, o brasileiro, pelo seu desleixo, que, por peripécia, amplia a sua condição de herói, tendo que empreender uma jornada. Se pensarmos nas características do herói, é o momento da narrativa em que seus caracteres podem ser comparáveis aos de um herói

tradicional, na busca de alcançar seus “objetivos”. Embora a busca não seja pelo *bem supremo*⁴ sobre a qual tratou Aristóteles, dá já pistas de uma persistência e de uma condição especial, que será, ao longo da narrativa, aprimorada pelo comportamento do personagem que ostenta a condição de herói.

Em estágio já avançado da narrativa, Macunaíma ostenta o título de *Imperador* na “Carta pras Icamiabas”,

Pois é com êsse delicado monstro, vencedor dos mais delicados véus paladinos, que as donas de cá tombam nos leitos nupciais. *Assim haveis de compreender de que alviçaras falamos*; porquê as lagostas são caríssimas, caríssimas súbditas, e algumas hemos nós adquiridas por sessenta contos e mais; o que, convertido em vossa moeda tradicional, alcança a vultuosa soma de oitenta milhões de bagos de cacau. Bem podereis conceber, pois, quanto hemos já gasto; e que já estamos carecido do vil metal, para brincar com tais difíceis donas. Bem quiséramos impormos á nossa ardida chama uma abstinência, penosa embora, para vos pouparmos despesas; porêem que ânimo forte não cedera ante os encantos e galanteios de tão agradaveis pastoras! (1928, p. 118-119).

Neste momento, solicita às moradoras do Mato Virgem *auxílio*, na forma de moeda local (cacau), que usaria com a finalidade de se relacionar com as *damas* de São Paulo. O pedido se configura, pelo artifício linguístico, *elegante*, embora distante da compreensão das suas interlocutoras. Ironicamente, a estratégia equipara suas súditas icamiabas às prostitutas paulistas, pela menção à “ardida chama” que não pode conter e para satisfazê-la, recorre já ao *conhecimento* da questão pelas icamiabas, pelo recurso aos argumentos “assim haveis de compreender” e “bem podereis conceber”, aos quais demonstra conhecimento da *causa* com o arremate “porêem que ânimo forte não cedera ante os encantos e galanteios de tão agradaveis pastoras!”

O FIM DA JORNADA

A jornada, enquanto parte inerente à ação do herói, demonstra um aspecto importante: a falta de ambientação à capital São Paulo. Apesar dos esforços do herói para tornar-se parte do ambiente, Macunaíma não era feliz naquele ambiente e já apresentava dificuldades para sobressair-se ao meio. Observe-se o recurso aos contrastes, como a transformação dos objetos em pessoas em máquinas, assim como a referência aos custos da permanência na capital computada em expressões negativas, como se viu acima, “milhares de bagos de cacau” ou “vil metal” e, por fim, na descrição das exigências que lhe faziam as paulistas para *brincar*: pagar

⁴ O filósofo grego estabeleceu estratégias para a boa execução do discurso, mencionando caracteres adequados à busca do bem supremo, em nome dos quais o orador se vê amparado ou autorizado a defender a boa ou a má qualidade das ações, no gênero judiciário, a propor soluções, no gênero deliberativo ou a louvar, no gênero epidítico (ARISTÓTELES, *Arte retórica*, Livro III).

em dinheiro, comer lagostas, morar em hotel, etc. Assim, conseguindo se colocar em conforto, apesar de suas mudanças físicas e vocabulares, a única forma que conhecia para sobreviver era a utilizada desde a infância: a trapaça.

Ao se metamorfosear para fugir do Mato Virgem querendo se dar bem em São Paulo, decreta-se a sua tragédia, o ponto patético da narrativa, pois as diferenças entre Mata Virgem e Capital demonstram também as metamorfoses de uma identidade nacional, já que a narrativa trata de um momento no qual o Brasil passa a experienciar uma forma intensa de industrialização. Macunaíma representa os primórdios dos costumes do país em sua condição de índio, sempre tentando manter seus costumes (como rituais descritos em toda a narrativa) na capital, agora transformado em *herói sem nenhum caráter*, conseqüentemente sem caracteres de herói, imperador apenas no Mato Virgem.

Quando chega à capital, Macunaíma acaba morto por não ouvir as recomendações do irmão e, não pela primeira vez, é ressuscitado por Maanape, feiticeiro. Nesta passagem, particularmente, observa-se uma ação que remete à tradição das ações dos heróis clássicos, quando retoma o episódio em que Ulisses ludibria Polifemo e é bem sucedido, ou ainda à tradição amplamente difundida no repertório dos heróis literários da *descida aos infernos*, de onde se retorna purificado, revigorado e pronto para a batalha final. Essa contrafação, no entanto, é antecipação neste primeiro momento, por resultar na ressurreição, permitida por seu irmão Maanape. Entretanto, ao final, a contrafação se consolida com uma *peripécia da peripécia*, aplicada ao “destino” do herói, que não *vence*, vira constelação...

O DISCURSO (DES)VELADO DO *HERÓI SEM NENHUM CARÁTER*

A PROJEÇÃO DO HERÓI SOBRE UMA COLETIVIDADE: IMPERADOR DO MATO VIRGEM

O processo de transformação do menino feio em imperador do Mato Virgem passa por várias etapas. Em primeiro lugar, “apresentado” o personagem, seguem-se cronologicamente as artimanhas que serão depois constituintes da sua personalidade já adulto. O menino Macunaíma demonstra, desde cedo, pendor para um modelo Ulisses: pouco escrupuloso, “convicente”, com projeção sobre seus circundantes.

O seu processo de transformação passa pelas transformações provisórias, que convenientemente aconteciam nos encontros furtivos do menino (homem nas horas vagas) com as icamiabas do Mato Virgem. Com o passar do tempo, o contato com a personagem-acesso à

condição especial de realizador da tarefa acima da média, Ci o autoriza a se fazer imperador. Dadas as condições e as características para tonar-se herói, a tarefa nasce do seu descuido.

A sua transformação em herói, entretanto, vai ser definida pela assunção desta condição, momento que está mais marcadamente registrado na “Carta pras Icamiabas”, quando se observa uma pseudo formalidade oratória para a ostentação de seu título. Para convencer as icamiabas por meio da escrita, o herói demonstra domínio de um vocabulário diferenciado em relação às suas súditas na tentativa de tornar crível seu título. Esses artifícios de linguagem evidenciam a estratégia da contrafação, pois o missivista Macunaíma demonstra ter-se apropriado do domínio da forma escrita, para se mostrar superior às súditas Icamiabas, para as quais, entretanto, não dirige conselhos ou benefícios, contrariamente, solicita auxílio financeiro para suprir “necessidades pessoais”, disfarçadas na busca de um objetivo coletivo:

Finalmente, senhoras Amazonas e muito amadas súbditas, assás hemos sofrido e curtido árduos e constantes pezares, depois que os deveres da nossa posição, nos apartaram do Imperio do Mato Virgem. Por cá tudo são delícias e venturas, porém nenhum gôso teremos e nenhum descanso, emquanto não rehouvermos o perdido talismã. Hemos por bem repetir entretanto que as nossas relações com o doutor Venceslau são as melhores possíveis, que as negociações estão entabuladas e perfeitamente encaminhadas; e bem poderieis enviar de antemão as alviças que enunciámos atrás. Com pouco o vosso abstmio Imperador se contenta; si não puderes enviar duzentas igaras cheias de bagos de cacau, mandai cem, ou mesmo cincoenta. Recebei a benção do vosso Imperador e mais saúde e fraternidade. Acatai com respeito e obediência estas mal traçadas linhas; e, principalmente, não vos esqueçais das alviças e das polonesas de que muito hemos mister.

Ci guarde a Vossas Excias Macunaíma, Imperator (1928, p. 134, grifos nossos)

O herói agora Imperador, coloca as Icamiabas na posição de suas “súbditas”, ordenando que acatem seu pedido com “respeito e obediência”, utilizando da ironia e da formalidade escrita para persuadir suas interlocutoras. O efeito risível provocado pela carta corrobora os caracteres de Macunaíma: o desejo por sexo e dinheiro estão sempre acima de quaisquer outras necessidades.

Dividiram-se os artifícios de contrafação da “Carta pras Icamiabas” em algumas categorias: 1 – pseudo formalidade na imitação do discurso com aparência de oratória à moda antiga; 2 – latinismos; 3 – referências mitológicas e clássicas e 4 – o personagem fala às interlocutoras da posição de herói-imperador.

Esses meios de contrafação revelam as aproximações de Macunaíma do modelo de herói clássico – em sentido inverso – segundo as ocorrências de requisitos tradicionais para a configuração do herói que são contrafeitas no discurso: “senhoras Amazonas e muito amadas súbditas”, vocativo que enaltece a posição das interlocutoras pela remissão à mitologia; “assás hemos sofrido e curtido árduos e constantes pezares, depois que os deveres da nossa posição,

nos apartaram do Imperio do Mato Virgem”, apropriação da condição de imperador e uso da estratégia do sobrepujamento, segundo a qual, o herói, nas narrativas tradicionais, se eleva ao realizar tarefas e enfrentar inimigos que estão acima do seu alcance; “enquanto não rehouvermos o perdido talismã”, registro do objeto de busca do herói, recurso em que coincidem a condição do herói tradicional e de Macunaíma; “Hemos por bem repetir entretanto que as nossas relações com o doutor Venceslau são as melhores possíveis, que as negociações estão entabuladas e perfeitamente encaminhadas”, revelação (mentirosa) da estratégia de negociação estabelecida com o adversário. No trecho destacado observamos, principalmente, a transformação do herói-imperador. Essa transformação é explorada a partir das denominações que Macunaíma dá a si mesmo (“Imperador”, “Imperator”), atribuindo poder e soberania em relação às Icamiabas.

O tratamento direcionado ao grupo de mulheres (“súbditas nossas”) reafirma o posicionamento de Macunaíma para alcançar seu objetivo: coloca-se como Imperador enquanto as Icamiabas são tratadas como “subordinadas”. Tratando ainda da forma à qual se refere às Icamiabas, Macunaíma, no início do trecho, utiliza uma referência mitológica: “senhoras Amazonas⁵”, compondo ironia quando comparada a “súbditas nossas”, já que as Amazonas representam na mitologia grega um grupo de mulheres guerreiras, o oposto à comparação de “súbditas”.

Além de demonstrar os caracteres mais importantes de Macunaíma já na condição de *herói sem nenhum caráter*, a “Carta pras Icamiabas” também aborda a questão principal da obra e motivo que desencadeia jornada do herói: a perda da muiraquitã e, conseqüentemente, da proteção deixada por Ci por meio do amuleto. Sem ele, Macunaíma passa a vivenciar todos os tipos de má sorte. A má sorte e, conseqüentemente, o não-sucesso do herói, são frutos de seu desprezo à fidelidade de seus companheiros e da autoconfiança cega que o leva a perder o amuleto deixado pela mãe do mato.

O amuleto muiraquitã também evoca uma referência clássica amplamente utilizada na literatura. Amuletos de proteção são amplamente utilizados como objetos de conquista na literatura clássica, como ocorre em *Jasão e Medéia* com o “velocino roubado” (também citado pelo herói na “Carta pras Icamiabas”). Em sua maioria, os infortúnios tornam-se presentes na

⁵ As Amazonas, na mitologia grega, representam um grupo de mulheres guerreiras. Em muitos registros, as Amazonas usavam homens para trabalhos servis e para procriação.

jornada dos heróis quando o amuleto ou símbolo de proteção é perdido, do mesmo modo como ocorre com o herói andradiano. Contudo, Macunaíma passa a usar o amuleto na carta para corroborar seu argumento de trapaça: conseguir dinheiro com as Icamiabas.

EIS MACUNAÍMA: O HERÓI (POR CONTRAFAÇÃO) SEM NENHUM CARÁTER...

Macunaíma sintetiza a proposta de ruptura com um modelo tradicional de narrativa segundo gêneros reconhecidamente tradicionais e, ao mesmo tempo, desenha um perfil crítico de povo brasileiro no subtítulo o *herói sem nenhum caráter*. Os caracteres desse tipo assim se compõem: índio/mestiço/não-europeu individualista e de boa lábia, sem escrúpulos, na busca da realização dos seus desejos e da conquista dos seus objetivos. Para chegar à condição de herói com esta caracterização o personagem experimenta um processo intenso de mudanças (verossímeis, nos termos antigos, ao tratar de lendas e costumes locais, que substituem o conceito “mito” das narrativas greco-romanas):

Quando herói saiu do banho estava branco loiro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas (1928, p. 56).

A passagem acima refere-se ao momento em que o herói e os irmãos encontram uma poça d’água mágica. O herói pula primeiro e sai como o descrito: loiro, de olhos azuis, deixando para trás seus traços indígenas. Embora fosse o mais novo dos irmãos, prezava por ser o primeiro em privilégios e, em decisão individualista salta, aproveitando-se do melhor daquela água, que não foi suficiente para transformar também Maanape e Jiguê. Assim, o único a carregar os traços europeus foi o herói, corroborando a necessidade da mudança do líder para conseguir sobreviver ao novo meio: embora Macunaíma não gostasse das máquinas e das tecnologias e muito menos dos hábitos (em sua maioria) da capital, ele é o responsável por apresentá-las na narrativa e, por intermédio da sua palavra, demonstrar descontentamento quando, por exemplo, apesar de ter a fartura de pratos refinados e acesso à mulheres que o dinheiro pode comprar, desaprovava a vida e se dizia infeliz com as novas formas de viver na capital, em meio às novas tecnologias que substituíam a vida na mata virgem.

Desta forma, o período de industrialização pelo qual o país passa é tratado na obra com a mesma importância do comportamento do herói, de forma que o personagem-título enfrenta diversos problemas para tentar habituar-se em um novo espaço fora da mata a qual o remetia à sua verdadeira identidade. Macunaíma, apesar de adquirir traços declaradamente europeus e em muitos momentos tentar comportar-se como não-índio/mestiço, não consegue (sobre)viver nesse novo ambiente. Na capital, apesar de ter se livrado de várias situações adversas (como

sua própria morte), o herói não encontra a felicidade antes vivida no Mato Virgem e, ainda, sofre com as consequências de suas ações, agravadas pela carência que representava a perda da muiraquitã.

O comportamento dos moradores da capital também é visto como um problema para Macunaíma, sempre destacado de forma irônica na narrativa. No trecho a seguir, o herói compara os paulistas a meras máquinas, fato que mais incomoda Macunaíma em sua jornada buscando a muiraquitã:

Por isso e para eterna lembrança destes paulistas, que são a única gente útil do país, como bem se verifica desta notícia [e por isso chamados de locomotivas,] nos demos ao trabalho de metrificarmos um dístico, em que se encerram os segredos de tanta desgraça:

“POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA
OS MALES DO BRASIL SÃO.

Este dístico é que houemos por bem escrevermos no livro de Visitantes Ilustres do Instituto Butantã, quando foi da nossa visita a êsse estabelecimento famoso na Europa (1928, p. 128-129, grifo nosso).

Os caracteres do personagem-título, portanto, são utilizados como artifício para determinar, à sua maneira, o caráter e o pensamento de toda uma população que passava por diversas mudanças econômicas e ideológicas. Com seus traços (ou caracteres), muitas vezes individualistas, Macunaíma coloca seus desejos como prioritários, questão de suma importância para a compreensão de suas ações e seu caráter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões morais e éticas representadas pelas ações do herói são inversas às aceitas socialmente e reafirmam a provocação ao modelo propalado de herói. Deparamo-nos então com o herói moderno também definido por Lukács (2000) como “herói problemático”, em sua obra *A identidade do romance* citado por Arantes (2008), como:

[...] portador, dentre outras características, de afirmação da subjetividade, heterogeneidade do mundo, solidão e angústias, isto é, um indivíduo que possui uma identidade fragmentada e vive em permanente confronto com o mundo” (p. 25).

Apesar de Macunaíma encaixar-se em muitos aspectos na definição de “herói problemático”, é importante ressaltar que esse mesmo herói problemático tem suas origens em caracteres do herói clássico ou antigo, já que toda ruptura vem da contestação de um modelo preexistente, seja ele no personagem, no próprio modelo literário ou em ambos.

Quando os tempos mudam, a representação na literatura também passa por mudanças que colocam em xeque um modelo tradicional de representação heroica para que haja

identificação de toda uma sociedade e momento histórico com o modelo literário. Assim, Macunaíma representa uma adaptação ao seu momento social e histórico.

Friedrich, em sua obra *Estrutura da Lírica Moderna* (1978), trata da tensão e do ponto de fusão entre a poesia moderna e a clássica ou antiga permitindo-nos analisar de forma mais profunda essas questões:

Essa tensão dissonante da poesia moderna exprime-se ainda em outro aspecto. Assim, traços de origem arcaica, mística e oculta, contrastam com uma aguda intelectualidade, a simplicidade da exposição com a complexidade daquilo que é exposto, o arredondamento linguístico com a inextricabilidade do conteúdo, a precisão com absurdidade, a tenuidade do motivo com o mais impetuoso movimento estilístico (p. 16).

Friedrich aponta a influência de origens diversas na composição da poesia moderna. Isso também ocorre em outros tipos de narrativa, já que rupturas ocorrem a partir de um modelo “clássico”, trazendo à tona as peculiaridades da narrativa moderna. Para construir um novo modelo narrativo, observamos não apenas a inspiração nesses modelos clássicos, mas também a apropriação invertida de gêneros canônicos, aplicadas ao olhar modelar, consolidando uma forma peculiar de tensão, à qual Carvalho (2007), baseada no mesmo tipo de apropriação para compreender a produção da sátira seiscentista chamou *poesia de contrafação*.

Aqui, adaptou-se o conceito para explicitar a mesma estratégia na pintura do *herói sem nenhum caráter*: na pluralidade e na complexidade dos caracteres observou-se, portanto, a consolidação do subtítulo. A linguagem utilizada pelo autor, tradicionalmente considerada inovadora para a época pela crítica, ao romper com o modelo vigente à época, representou uma crítica em relação ao conteúdo e aos recursos estilísticos apresentados. Este movimento, ao qual chamamos “produzir contrafação” não joga fora as regras (entenda-se por regra agir como um herói tradicional), mas pela sua inversão contribui para a composição do *herói sem nenhum caráter*, ou fora dos parâmetros explicitamente cabíveis a um herói tradicional.

A apropriação da expressão metaforizada *contrafação* adotada por Carvalho permite o trânsito entre a proposta de *ruptura modernista* (a qual a crítica exaustivamente demonstrou ser um projeto, tanto por intermédio de análises, quanto pela correspondência e pelas características das obras do período) e a indicação de um parâmetro ou de uma estratégia de ruptura (método ao qual aderimos) demonstrando que a construção deste herói se dá a partir da negação, subversão ou inversão de um modelo tradicional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: 1928 (Exemplar de trabalho do Autor). Documento MA-MMA-061-056-201 do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo IEB-USP.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

ARANTES, Aldinéia Cardoso. *O estatuto do anti-herói: estudo da origem e representação, em análise crítica do “Satyricon”, de Petrônio e “Dom Quixote”, de Cervantes*. 2008. 107f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, 2008.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de agudeza em Portugal*. Edusp: São Paulo, 2007.

CAMPOS, Haroldo de. *Morfologia do Macunaíma*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

CHAMIE, Mário. **Intertexto**: a escrita rapsódica – ensaio de leitura produtora. São Paulo: Praxis, 1970.

SALLES, Cecília Almeida. *Crítica genética: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1992.

WILLEMART, Philippe. *Universo da criação literária*. São Paulo: Edusp, 1993.

CAPÍTULO 10

"VENEZA DA SERRA" – CACIMBAS-PB: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL

Dêis Maria Lima Cunha Silva

RESUMO

O estudo em questão, tem como principal objetivo debater sobre a importância da memória, para o processo de escrita da história da cidade de Cacimbas-PB, dado que, até a elaboração deste estudo, ainda não há nenhum registro dos processos históricos na localidade. Ao mesmo tempo, pretende-se investigar sobre o patrimônio cultural material, imaterial e ambiental local para promover a identidade entre os munícipes. É importante entender que as cidades pequenas, neste caso específico, localizada no interior da Paraíba, também contam com seu patrimônio cultural. Logo, acredita-se que, quando uma população conhece e se identifica com sua história e com sua cultura poderá atuar de modo a preservar e melhorar o ambiente social e cultural onde habitam. Para tanto, a metodologia utilizada para a realização desse estudo foi a entrevista com moradores da localidade e análise de documentos presentes no arquivo da prefeitura municipal da cidade de Desterro-PB. O aporte teórico para fundamentar o presente trabalho foram: Le Goff (2013), para debater a importância da memória para uma determinada população e do mesmo modo Nora (1993); Melo (2015), para compreender a relevância da história local; Pessoa (2004; 2009; 2012 e 2016) para entender sobre a relevância do patrimônio cultural no âmbito local para o processo identitário de uma determinada população. Uma vez conhecida a história de um lugar possibilita o desenvolvimento de laços de pertencimento.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural local; Identidade; Memória; História local.

INTRODUÇÃO

A organização e escrita deste trabalho, se deu a partir do momento em que, a curiosidade foi aguçada por meio do contato com estudos sobre Patrimônio cultural local. Já havia o desejo de escrever sobre a história da cidade no sentido de viabilizar futuras pesquisas para a comunidade escolar. Dado que, a cada aniversário do município alunos e professores sentem dificuldade em encontrar fontes de pesquisa. Este trabalho também é fruto de um projeto de intervenção, desenvolvido na Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Gertrudes Leite. O projeto foi desenvolvido em colaboração com os alunos do segundo ano do Ensino Médio, tendo como principais objetivos entender a importância do ensino de História nacional e regional partindo dos processos locais, assim como, a relevância do patrimônio cultural material, ambiental e imaterial como promotor de identidade da história local.

O projeto de intervenção ultrapassou os “muros” da escola, tanto na cidade de Cacimbas-PB quanto na de Desterro-PB¹. A escola supracitada, conta com alunos das duas localidades e o projeto foi reconhecido pela população, de suma importância para a história e identidade dos dois municípios, e desta maneira, os alunos que participaram ativamente entenderam a pertinência da atividade para a identidade, história e preservação da memória e do patrimônio cultural identificado em seu habitat.

Dado o exposto, o principal objetivo deste estudo é escrever sobre a história da cidade a partir do patrimônio cultural material, imaterial e ambiental encontrado. Ademais, promover o debate sobre a relevância da história, memória e patrimônio cultural local, viabilizar o entendimento, identificação, mapeamento e valorização dos registros existente no município de Cacimbas-PB.

Desde o processo de povoamento da localidade, pelos primeiros moradores da cidade de Cacimbas-PB, a sua história esteve apenas na memória da população. Anualmente, quando se comemora o aniversário de emancipação política, ocorrido em meados da década de 1990, professores e alunos recorrem a história oral, para fazer algum tipo de pesquisa com a finalidade de homenagear a cidade a partir de sujeitos considerados importantes na localidade. O reconhecimento do patrimônio cultural de uma população é uma garantia constitucional. Foram anos de discussão até que a Constituição Federal de 1988 incluiu um Artigo dedicado as questões patrimoniais do Brasil, neste sentido o documento estabeleceu no Artigo 216 que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, [...]” (BRASIL, 2001, p. 122).

Portanto, define-se Patrimônio cultural material, ambiental e imaterial, o estudo, a preservação e conservação, segundo está garantido na Carta Magna Nacional. Desse modo, percebe-se que, Patrimônio cultural trata-se dos modos de fazer, dos bens materiais e imateriais que identificam um povo e sua história. O patrimônio identifica um momento histórico, um povo, uma cultura ou uma cidade. Por isso, em Cacimbas podemos afirmar que as festividades culturais, religiosas (patrimônio imaterial), por exemplo, identifica seu povo e conta a sua história.

¹ Desterro foi elevada a categoria de cidade no ano de 1959, está localizada na Microrregião da Serra do Teixeira e conta com uma população de 7.991 habitantes de acordo com o IBGE de 2010. As terras onde a cidade de Desterro está instalada foi comparada pelos senhores Manoel dos Reis Souza e sua esposa, Silvéria Maria da Conceição, do Barão do Icó por volta de 1845.

Com base nesse estudo, inicia-se o processo de escrita da história dos cacimbenses a partir do patrimônio cultural da cidade. Mesmo em meio as dificuldades na obtenção de fontes para realizar pesquisas na conjuntura local, estudos nesta perspectiva são relevantes para a percepção sobre o protagonismo de quem mora no lugar investigado, como promotores dos processos históricos, propiciando uma maior compreensão da história, enquanto ciência pertencente a área das humanidades.

Conforme, Certeau (2014), o homem comum, identificado como homem ordinário é protagonista da sua história a partir das práticas e eventos sociais em seu cotidiano. Dessa maneira, por meio da memória, da história oral, é possível identificar a história e o patrimônio cultural das cidades pequenas. Isto posto, a memória é um meio pelo qual os pesquisadores se utilizam para escrever e preservar a história, pois tudo que “[...] é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. [...]”. A necessidade de memória é uma necessidade da história.” (NORA, 1993, p. 14).

Logo, na memória está registrada as vivências e experiências de grupos e pessoas, comunidades e populações e por isso, depois de “acessada” se torna história. Os cacimbenses sentem a necessidade de ter o registro de sua história e do seu patrimônio cultural, das práticas sociais, culturais, rituais, festividades, aspectos econômicos e políticos. Os lugares que pertencem a memória são vistos sob três aspectos:

[...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 14).

Todavia, os agentes sociais vivenciam os processos propriamente ditos, cristalizam e em seguida os transmitem, os quais por sua vez pode não ter sido experienciado por uma maioria de pessoas, mas que já faz parte do contexto identitário. Nesse cenário, o patrimônio cultural seja material, imaterial ou ambiental promove a identidade de um determinado lugar.

Dessarte, a história local registrada com a contribuição da memória, “[...] passa a ser valorizado e a sua salvaguarda começa a ser defendida até como uma possibilidade para os destinos da cidade [...]” (MELO, 2015, p. 89), neste sentido, depois de identificado os lugares de patrimônio, pode ocorrer o incentivo ao turismo local com a identificação de trilhas, por exemplo.

Importante lembrar ainda que foi por meio da criação do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na década d 1930 que a identificação e preservação do Patrimônio histórico-cultural passou a existir oficialmente no Brasil. Não obstante, as

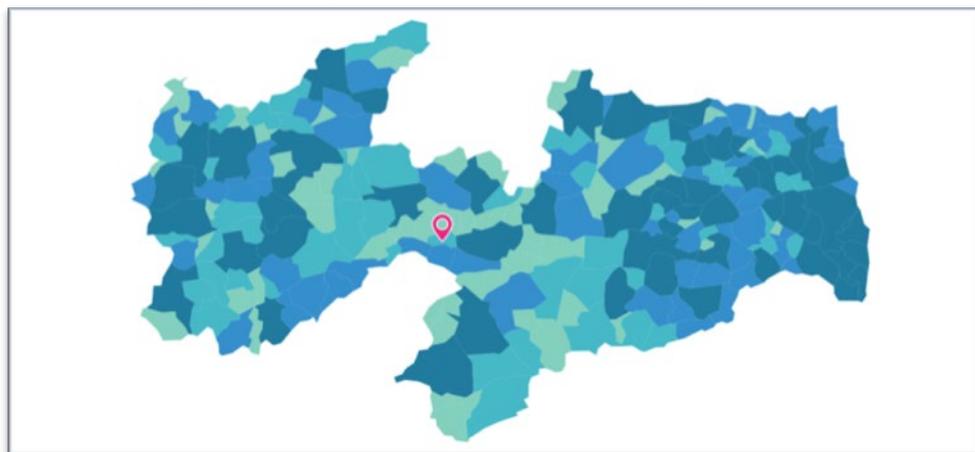
idades pequenas também contam com o seu patrimônio cultural, e neste caso específico, esta pesquisa se refere a Cacimbas. Este estudo além de registrar a história e o patrimônio cultural da cidade oportunizará a identificação dos munícipes com o seu lugar de origem.

“ÁGUA DAS CACIMBA”: ORIGEM E LOCALIZAÇÃO DA CIDADE.

Cacimbas é uma cidade de pequeno porte, está localizada no Médio Sertão da Paraíba, na Microrregião da Serra do Teixeira, a 293 km de distância da capital João Pessoa via BR-230. Vale frisar, que no período colonial o território que não fosse litoral, foi identificado por Sertão, desta maneira, o interior [...] da Paraíba, sobre aquelas áreas que, atualmente, denominamos Agreste, Brejo, Cariri e Sertão. Para os portugueses, à época da colonização, todo o território além de vinte léguas da costa era Sertão. [...] (GURJÃO, 2008, p. 39).

No mapa a seguir se pode ver a localização extada da “Veneza da Serra”, que apresenta a vegetação da Caatinga, clima semiárido, chuvas irregulares, densidade demográfica de 53,85 habitante km², conforme o censo de 2010.

Imagem 01: Mapa da localização da cidade no mapa da Paraíba.



Fonte: IBGE disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cacimbas/panorama> acessado em 01 de novembro de 2021.

A população cacimbense é de aproximadamente 6.814 pessoas, segundo os dados do IBGE de 2010, com uma estimativa de 7.225 para 2021. Cacimbas começou a ser povoada no início do século XX, quando as primeiras famílias chegaram na localidade:

Em 1913 vieram de Soledade a família de Francisco Martins da Cunha para morar no sítio Várzea do Lourenço. Em 1915, Tertuliano da Cunha chegou também com a família, comprou por 4 contos de reis uma parte das terras do sítio Várzea que ficou conhecido como Cacimba de Cima. Em 1916 chegou José Laurindo com sua família, descendentes da família Leite de Desterro, no mesmo ano 1916, José Laurindo comprou a outra parte do sítio Várzea do Lourenço ao senhor Alvino da Silva Marques, por quinze contos de réis. Essa outra parte do sítio delimita-se à nascente com as terras do sítio Caico, ao poente com a barra dos Dois Riachos, ao Sul pelas águas pendentes para a Várzea do Lourenço e a Norte pela estrada que segue para a

Vila de Passagem. Essa outra parte aqui ficou conhecida como Cacimba de Baixo (Entrevista com Antônio Araújo Leite às autoras, em 01 de novembro de 2021).

Parte das terras, onde hoje se localiza a cidade supracitada, também foi comprada por membros da família Terto ao Sr. Manoel Dantas Vilar (Manelito) da cidade de Taperoá. Este por sua vez foi sobrinho de João Suassuna e primo de Ariano Suassuna. Atualmente as terras da Fazenda Malhada da Onça pertencem ao Sr. Manoel Dantas Vilar Filho. Com o processo de compra e venda de terras muitas famílias passaram a habitar nas terras, onde hoje está localizada a cidade de Cacimbas.

Economicamente falando, os munícipes vivem basicamente da agricultura, funcionalismo público e comércio de pequeno e médio porte. Mas no início do povoamento, os cacimbenses sobreviviam também da colheita da semente de mamona, plantio de algodão e sisal.

A população da cidade cresceu e com isso cresceu também a necessidade de melhorias. Então, lideranças da comunidade passaram a exigir que o governo local atendesse melhor os munícipes, com segurança, meios de comunicação, saúde, eletrificação, comunicação e mobilização, assim, foi criado o Distrito. Cacimbas foi elevada à Distrito pela Lei nº 5.168 de 11 de agosto de 1989 publicado no Diário Oficial do Estado no dia 18 de agosto do mesmo ano. Neste período contava com 5.500 habitantes. Pela Lei Estadual Nº 5.905, de 29 de abril de 1994 foi desmembrada do Município de Desterro-PB e emancipada politicamente, o governo foi instalado depois das eleições municipais de 1996, em 01 de janeiro de 1997.

Com as emancipações as novas cidades passaram por grandes mudanças em todos os aspectos, antes deixada de lado pelo gestor da cidade a qual pertencia e por isso mesmo os cidadãos passavam por grandes dificuldades. Com uma economia voltada para a agricultura e a distância entre Distrito e a sede, tais fatos dificultavam a vida dos moradores. Agora sendo uma cidade e com recursos próprios, a vida dos munícipes tendeu a melhorar, facilitando assim, o acesso à educação, saúde, saneamento, abastecimento dentre outras melhorias (BEZERRA, 2012). Foi o que ocorreu com a cidade, depois de emancipada do município de Desterro, as demandas da população passaram a ser olhadas com mais afinco.

Recebeu o apelido de “Veneza da Serra” em analogia a cidade italiana de Veneza, que foi construída em um território que continha pouca área seca e é cercada por água, Cacimbas por sua vez é cercada por Serras e riachos. A Oeste, os riachos Cipó e Tamanduá, se encontram no sítio Dois Riachos e seguem em direção ao Riacho Quixaba, que por sua vez desaguam no Rio Taperoá. Os riachos que ficam no leste da cidade são: Riacho da Cachoeira, vem do sítio

São João e Riacho do Cafuru, que vem do sítio conhecido pelo nome, de Vargem do Arroz, estes também desaguam no Rio Taperoá.

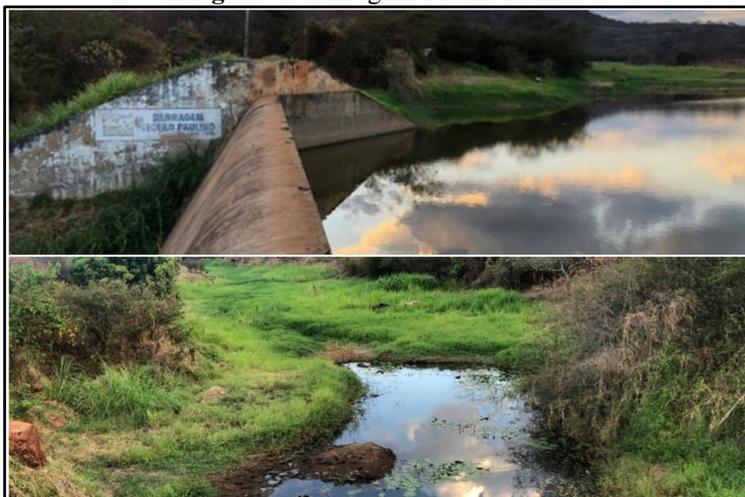
Portanto, quando o Padre Jerinaldo Inácio de Lima – ordenado sacerdote da Diocese de Patos-PB em 26 de outubro de 2007 – no período que estagiou na Igreja de São José, atualmente Paróquia de São José, chamou carinhosamente Cacimbas de “Veneza da Serra”. Em períodos de seca a população cavava cacimbas (buracos para obter água), onde encontrava água potável para matar a sede, tanto das pessoas, quanto das criações de animais. Do mesmo modo, fazia-se e/ou ainda se faz poços com o objetivo de obter água potável e se aproveita os riachos para fazer pequenas barragens. A origem do nome é atribuída a necessidade por água, dos tropeiros da Borborema, quando vinham de Campina Grande com mercadorias para negociar na localidade, estes procuraram o precioso líquido para matar a sede dos animais. Uma senhora indicou que, se cavassem buracos nos riachos encontrariam água potável.

Foi por meio dessas escavações nos riachos em busca da água que a “Veneza da Serra” ficou conhecida por Cacimbas. Mediante a história oral o senhor, José Martins (*in Memória*)², também enfatizou que caçadores costumavam cavar tais buracos para matar a sede. O fato é que até hoje, existem em Cacimbas os lugares que originaram o nome da cidade. Atualmente, o município conta com abastecimento de água controlada pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA.

Um dos primeiros reservatórios de água construídos na cidade foi a Barragem, que em 2002 ganhou o nome de Teófilo Paulino – membro da família Terto. A princípio a água deste reservatório foi utilizada para as necessidades da casa e para os animais. Assim, este patrimônio ambiental serviu também de espaço para que as donas de casa lavassem roupas em períodos chuvosos.

² José Martins da Cunha nasceu na cidade de Teixeira no dia 05 de março de 1924, era filho de Francisco Martins da Cunha e Luzia Barbosa da Cunha. Seus pais estavam entre os membros da família Terto que compraram as primeiras terras na localidade. Na cidade de Cacimbas trabalhava como agricultor, desenvolveu atividades de agrimensura, e fiscal de tributos para o município. Faleceu na primeira semana do mês de junho de 2010.

Imagem 02: Barragem Teófilo Paulino.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Na imagem acima apresenta-se a visão no sentido Oeste, e abaixo sentido Norte. Neste lugar foi construída uma das primeiras cacimbas da localidade – cacimba de Toinho Tertó – atualmente encontra-se submersa pela água da barragem. Este reservatório foi construído em três etapas, a primeira em 1972, a segunda entre 1973 e 1977 e a terceira em 2002. Conforme a memória local, existiram neste lugar indícios de uma construção anterior a década de 1970. Os paredões foram derrubados para construir a barragem, com o objetivo de atender a necessidade da população, que neste período ainda era bem pouca. Neste sentido:

“[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ele é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1992, p. 5).

Este reservatório faz parte da memória e da identidade individual e coletiva dos cacimbenses. Em períodos chuvosos este lugar, considerado patrimônio ambiental da cidade, costumava e/ou costuma ser visitado pelos munícipes como ponto turístico para banhos e diversão. Inclusive recebeu grupos de pessoas das cidades circunvizinhas e por muito tempo foi considerado o principal reservatório de água, até que outros reservatórios fossem construídos.

Com o aumento populacional foi necessário a edificação de outro receptáculo de água. Uma obra que ficou sob a responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagens da Paraíba – DER-PB, ficou conhecido como açude do DR, foi edificado entre os anos de 1975 e 1976. A construção foi designada para facilitar o acesso à serra do Fundamento de Cima e para a instalação das torres de transmissão de Telecomunicações da Paraíba S/A – TELPA. Essa instalação facilitou o acesso a comunicação entre os cacimbenses. Por causa dessas torres, o acesso à energia elétrica na comunidade também foi promovido, como foi descrito no seguinte documento:

“[...] O chefe do executivo municipal acompanhado do projeto de lei nº 39/76, com o pedido de autorização a contratação de empréstimo com o Banco do estado da Paraíba, S. A. a operação de crédito por antecipação da receita, até o limite de [...] cinquenta mil cruzeiros e destina a contrapartida da prefeitura de Desterro na construção da rede de energia a ser implantada pela Telecomunicações da Paraíba. [...] depois de discutida foi aprovada por unanimidade. [...]” (Ata da Câmara de Vereadores, 1976, p. 21-71).

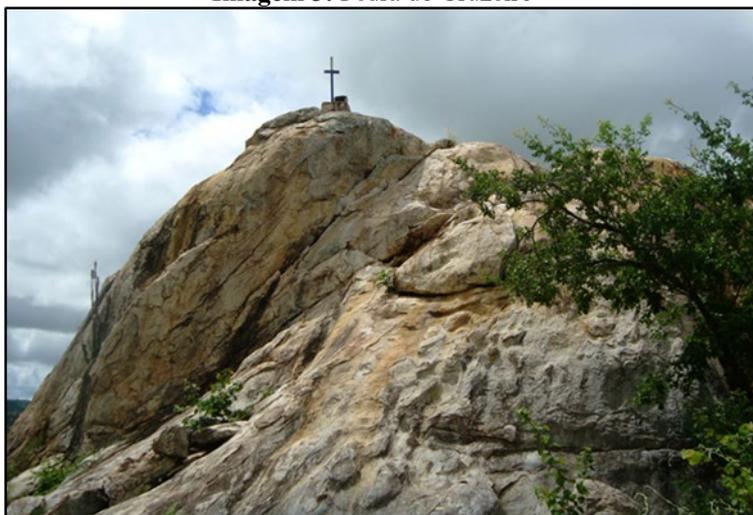
O projeto foi aprovado por unanimidade pelos seguintes parlamentares: Antônio Batista de Oliveira (presidente), Aprígio Alves de Souza (secretário), Francisco Lola de Souza, Almir Henriques Gonçalves, Manoel de Almeida, Luiz Gonzaga da Cunha e José Vieira de Amorim. Conforme entrevista, com Antônio Augusto³ “As torres só funcionariam com energia elétrica, essa energia deveria vir de Taperoá, como Desterro já tinha energia, Assis Barbosa se empenhou para a energia passar aqui por dentro. Em 1977, a energia foi inaugurada. [...]” (Entrevista com Antônio A. de Lima, em 01 de novembro de 2021). Antes desta inauguração a energia usada pela população era a motor, movido a diesel de dezesseis cavalos, ligada das dezoito às vinte e duas horas.

Hodiernamente, a serra onde se encontram as Torres, que tem a função de facilitar o acesso a comunicação, também faz parte da memória e da identidade, é um lugar de visitação pela população local. Neste lugar, alguns professores realizam aulas de campo, parte da população adulta e jovem costumam realizar encontros religiosos, contemplar o pôr do sol, fazer registros fotográficos e piqueniques.

Outro lugar considerado pela população como patrimônio ambiental é a Pedra do Cruzeiro, onde foi desenvolvida uma relação entre homem/natureza, trata-se de um ambiente de visitação, oração e contemplação das belezas naturais. Desde o processo de colonização do Brasil existiu essa relação, mesmo que em dados momentos os colonizadores exploraram e em muitos casos não preservaram uma das maiores riquezas deste país que é a fauna e a flora, todavia “[...] a discussão sobre um ‘patrimônio ambiental brasileiro’ pode enredar-se nos fios dessa construção das identidades ou culturas nacionais. [...]” (ARRUDA, 2006, p. 121). Contudo, na cidade de Cacimbas, a Pedra do Cruzeiro faz parte da identidade local, e por estimular o pertencimento dos moradores do lugar é patrimônio ambiental.

³ Antônio Augusto de Lima, nasceu em 28 de fevereiro de 1950 e faleceu em 13 de dezembro de 2021. Licenciado em Matemática e Física, foi professor das duas disciplinas na Escola Estadual Cidadã Integral Gertrudes Leite (1977-2015). Do mesmo modo lecionou a disciplina de Matemática na Escola Municipal Cassimira Leite, as duas escolas pertencentes ao município de Desterro. Durante os anos de 1977 a 1996 foi secretário de educação na mesma cidade. Responsável pela organização, criação de escolas, estruturação e expansão da educação das cidades de Desterro e Cacimbas quando ainda estava como Distrito pertencente a Desterro.

Imagem 3: Pedra do Cruzeiro



Fonte: Acervo pessoal Cícero Sherdan Lima de Medeiros (2008).

Este espaço de visitação está localizado no alto da serra do sítio São Gonçalo. Ao fundo na imagem vê-se a pedra, onde está a cruz, que foi colocada em cima dela, como forma de agradecimento, ao atendimento de uma promessa feita pela senhora Anísia Vieira de Queiroz, conhecida por Maria Queiroz, por volta da década de 1960. Conforme a memória local, em um ano de chuvas irregulares, tanto o milho quanto o feijão estavam sem vigor.

A senhora em questão fez a promessa, pedindo a interseção de Nossa Senhora das Graças para que chovesse e não perdesse a plantação, se fosse atendida colocaria a cruz em cima da pedra, que é um dos pontos mais altos da cidade. Entre os símbolos da promessa, estava também uma imagem da santa que seria levada em procissão e com a celebração de uma missa. Foi um momento de fé, que ficou guardado na memória da população e que na contemporaneidade, o lugar, ainda recebe visitas com as mais variadas intenções, ademais “[...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, [...]” (LEE GOFF, 2013, p. 435).

Portanto, a partir da história oral, se entende a importância da história local para preservar a memória e o patrimônio material, imaterial e ambiental de uma população “[...] como defender a valorização e a preservação dos marcos de memória da cidade e seus monumentos da depredação, se eles não fazem sentido para os que lhes se acercavam, [...] como construir uma história cidadã numa cidade sem cidadãos? [...]” (PESSOA, 2012, p. 141). Como proteger e preservar um patrimônio que até então era e/ou é desconhecido pelos cacimbenses e encontra-se arquivado apenas em suas memórias? A partir do instante que tomarem conhecimento sobre este patrimônio serão estimulados a protegerem, dado que, este lugar que tem potencial para a criação de trilha turística é vítima de atitudes de vandalismo por aqueles que não tem consciência sobre a importância de proteger o meio ambiente.

PATRIMÔNIO MATERIAL, IMATERIAL E AMBIENTAL: CACIMBAS, UMA RELAÇÃO COM A ÁGUA E COM A FÉ.

A “Veneza da Serra”, cidade pequena, tem uma relação íntima com a água, a origem do nome do município nos aponta essa intimidade, e com a fé. Outrossim [...] nada é mais importante no estudo do homem que as suas relações com a água: a água do mar, com a água dos rios, com a água subterrânea, com a água que corre na seiva das plantas ou que circula nas artérias e nas veias dos animais (FREYRE, 2013, p. 51). Esta relação acontece especialmente com a água subterrânea e com a água condensada nas nuvens, quando os pequenos reservatórios secavam e/ou secam, a fé da população, unidos em oração clamava e/ou clama a intercessão do santo padroeiro para que caiam as chuvas. O ícone que se segue, trata-se da primeira imagem de São José, doada em 1952 pela senhora Aguida Ventura Leite, depois que a Igreja foi construída, é considerada para os cacimbenses um símbolo de fé e patrimônio material.

Imagem 04: Patrimônio material, imagem de São José.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Foi doada pela distinta senhora, acima citada, em homenagem ao esposo que se chamava José Laurindo. O fato é que, desde a doação os moradores consideraram o santo, o padroeiro dos cacimbenses e a ele recorrem com promessas sempre que lhes falta a água, e/ou quando a chuva é insuficiente e coloca em risco a plantação de milho e feijão. Logo, entende-se que a festividade em comemoração ao santo é também patrimônio cultural imaterial, haja vista que, todos os anos acontecem as festividades com novenário, missas, procissões e festa de rua. A festa do padroeiro, desde o início foi e/ou é organizada com a participação de toda a comunidade, as mulheres eram e/ou são as responsáveis pela preparação dos alimentos para

serem leiloados durante a festa, que no início era animada por sanfoneiros. Durante anos havia uma disputa no pavilhão, que era dividido em cordão vermelho e azul. Quem conseguia arrecadar mais recursos coroava uma moça como rainha da festa. Atualmente, não há pavilhão, continuam as celebrações religiosas, quermesse e animação com artistas locais.

Como já citado, em períodos de seca, os cacimbenses conseguiam a água das cacimbas com facilidade para as necessidades básicas, todavia com o crescimento populacional e as mudanças climáticas dificultaram tal acesso. Caminhões pipas foram e/ou são usados para abastecerem com água as casas dos moradores, a necessidade por água foi tanta, que no ano de 1994, um dos moradores recorreu a fé:

“Eu fiz uma promessa a São José, para ele interceder pela chuva e matar a sede do povo de Cacimbas. A meus Deus, ah meu São José se eu chegasse em casa e encontrasse água. E quando cheguei em casa, vinha de Campina Grande, fui direto para o açude, e quando cheguei vi que tinha uma porção de água.” (Entrevista com Arlete Rodrigues Pereira, em 01 de novembro de 2021).

Neste sentido, se percebe ao longo deste estudo, essa íntima relação entre a falta de chuvas e a fé da população. É importante salientar que a memória é seletiva, muitos fatos não são registrados e ficam no esquecimento, por isso “[...] o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” (POLLAK, 1992, p. 5), da própria memória. Nesta perspectiva, ficou registrado de modo individual e coletivo, os mais variados momentos em que as promessas, ao santo padroeiro, pedindo pelas chuvas é uma identidade dos cacimbenses.

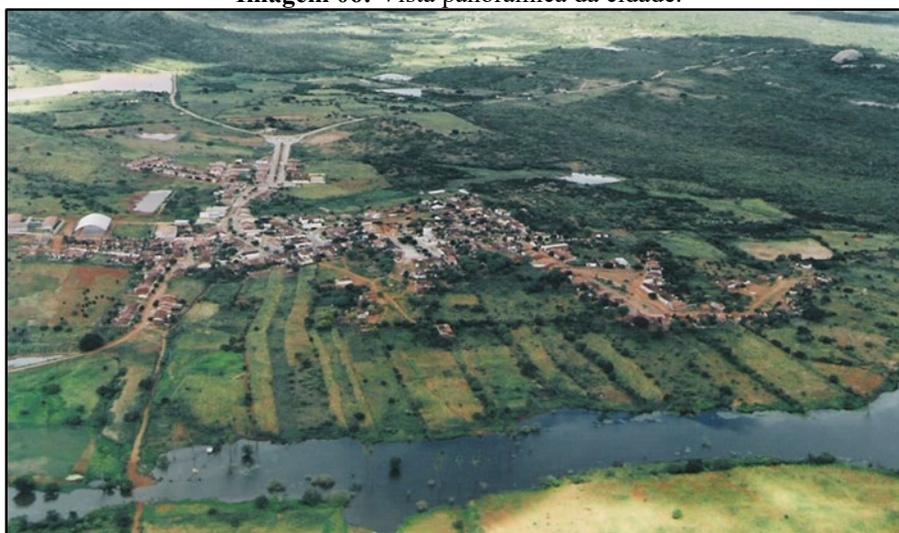
Com a sequência do período da escassez das chuvas, outro fato relacionado a busca pelo precioso líquido, faz parte da história e da memória dos cacimbenses. A água é um direito humano e pode ser vista como mercadoria, esse fato aconteceu na localidade em meados de 1995 e chocou os moradores de tal modo que ficou marcado em suas memórias. O senhor Manoel Pereira – Nezinho (*in memória*), como era conhecido na cidade, líder comunitário e parlamentar, tentou negociar a água do açude da fazenda Malhada da Onça, para atender as necessidades dos moradores, todavia, o administrador e dono da fazenda, Dr. Marcelo – Marcelo Dantas Vilar, não permitiu, a não ser que fosse comprada, “ele disse que não, não daria a água, venderia a água” (Entrevista com Arlete Rodrigues Pereira, em 01 de novembro de 2021).

No entanto, “[...] a água é um bem como outro qualquer e o acesso a ela pode estar limitado por interesses de ordem particular, com vistas ao lucro (água para quem pode pagar).” (PESSOA, 2004, p. 43). O preço cobrado pelo dono da fazenda inviabilizou o processo de

negociação. No mesmo dia, que o senhor em questão negou a água, o impedimento aos cacimbenses ao “líquido precioso” resultou em um fato, que a população local considera, ainda na contemporaneidade como um “castigo divino”.

Pois na mesma noite da negação choveu além do esperado, o açude que foi feita a petição pela água, e pedido para que fosse diminuído o valor para abastecer os moradores de Cacimbas não suportou a quantidade de água, proveniente da chuva intensa e rompeu. O rompimento do açude se deu durante a madrugada, e por isso, apenas os animais que estavam em currais próximos, foram levados pela enxurrada. Como foi citado, a cidade é cercada por riachos, conforme nos mostra a imagem.

Imagem 06: Vista panorâmica da cidade.



Fonte: Acervo pessoal de Cícero Sherdan Lima de Medeiros (2008).

A imagem acima viabiliza o conhecimento, de como fica a região em período chuvoso, vê-se na mesma, pequenos reservatórios de água e na parte inferior a barragem Teófilo Paulino, que recebe a água dos riachos Cipó e Tamanduá. Quando transborda água encontra o Riacho Quixaba e desagua no açude Taperoá. Na parte superior à esquerda o açude que durante anos foi o principal reservatório de água da cidade – Açude do DR. O fato se deu na madrugada de um domingo, dia da feira na localidade, mas neste dia todos os riachos que cercam a “Veneza da Serra” ficaram tomados pela água das chuvas e ninguém conseguiu entrar ou sair.

A feira local foi suspensa, e somente depois que as águas voltaram ao curso normal, a população pôde retomar suas atividades. Essa foi uma experiência marcante para a população e que deve estar incluída na construção da história, posto que, no âmbito local é possível relacionar “[...] conhecimento e identidade social dos seus agentes que, ao mesmo tempo, se constroem e se expressam na dimensão do processo histórico, pois são eles que fazem a história,

através de suas ações e, ao mesmo tempo, produzem conhecimento na dimensão da ciência histórica (MELO, 2015, p. 42).

Dado o exposto, o conhecimento desses processos rememorados, proporciona aos agentes sociais locais o sentimento de pertencimento, de identidade e de protagonismo histórico, uma vez que, “[...] a vida das pessoas é o grande e maior patrimônio histórico e cultural e se abstrairmos isso, só nos restam ruínas a serem construídas e devidamente administradas” (PESSOA, 2016, p. 12).

Essa íntima relação com a fé acarretou visitas, novenas, missas para o “pagamento” de promessas, em outro lugar conhecido pelos cacimbenses como Cruzeirinho. A manifestação de fé ao local se deu depois da morte do menino Geraldo Silva da Conceição no ano de 1961, a criança tinha oito anos de idade. A mãe tinha falecido e ele passava muito tempo perambulando pelas ruas, as pessoas da comunidade o alimentava, sua residência ficava no sítio São João.

Imagem 07: Cruzeirinho do Menino Geraldo.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Neste período, ainda não existia o Programa Nacional de Profilaxia da Raiva (PNPR), entre as ações do programa está a vacinação antirrábica de felinos e caninos em todo o país, no período citado era comum os cães apresentarem a doença conhecida como raiva. Uma doença viral que não tem cura, os principais sintomas nos caninos está a agressividade, desorientação e salivação excessiva. A doença pode ser transmitida aos humanos por meio da mordida e as pessoas, na povoação, identificavam os animais contaminados como “cachorro doido”.

No dia do acidente, que acarretou a morte do menino, em torno de dez pessoas do gênero masculino, armados com espingarda de cartucho estavam encurralando um cão para sacrificá-lo, posto que, apresentava os sintomas descritos e na época a única medida a ser tomada era tirar a vida do animal. Ocorre, que no local onde o cão tentou esconder-se estavam alguns

moradores da comunidade, e também algumas crianças, entre estas o menino Geraldo. Os dez homens armados apontaram para matar o cão e um dos tiros atingiu, por acidente, o menino. Resquícios de chumbo atingiu outras crianças que estavam no lugar. A comoção tomou conta dos moradores da comunidade e a senhora Maria Hilda Cunha, acolheu o menino ferido em seus braços e tentou animá-lo, chamando-o pelo nome.

O destacamento policial foi acionado, no entanto o mais próximo ficava na cidade de Teixeira-PB, a aproximadamente 35 km de distância, chagaram horas depois, ao anoitecer, a criança já havia entrado em óbito. Levado o corpo para perícia, com os exames realizados foi constatado a arma e a pessoa responsável pelo acidente, sendo a criança enterrada ali mesmo na cidade de Teixeira.

A memória dos moradores, dá conta de que naquele mesmo ano foi colocada a cruz nas proximidades do lugar onde o menino morreu, conforme a senhora Hilda, no ano da morte do menino ela passou por um problema de saúde, fez a promessa que, se ficasse curada iria ao lugar onde o menino morreu “[...] para colocar uma cruz, levar uma imagem de São Geraldo em procissão e todo dia dez do mês, [...] eu ficaria rezando a novena, enquanto eu viver. Ainda hoje rezo (Entrevista com Maria Hilda da Cunha, em 03 de novembro de 2021).

No lugar já foram celebradas muitas novenas e missas, e existem muitos objetos em agradecimento pelas graças atendidas. Inclusive, o senhor Ataíde Paulino que sofreu de paralisia nas duas pernas, seu pai fez a promessa, pedindo também a intercessão do menino pela cura do filho. Se ficasse curado construiria uma capelinha no lugar onde foi colocado a cruz, a promessa foi atendida. Outras promessas foram feitas, os moradores da cidade, hoje em dia costumam celebrar novenas, missas, acender velas no Cruzeiroirinho.

Portanto, este lugar de práticas religiosas, faz parte da memória, da identidade, da história e do patrimônio cultural imaterial e material da cidade, dessarte, “[...] o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele fornece de se mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como que tornado selvagem; [...]” (PESSOA, 2009, p. 14). A fé, que faz parte da identidade dos cacimbenses é revelada a partir deste contato passado/presente permeado pela memória e pelas ações da população.

DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Depois da emancipação política e do estabelecimento territorial, Cacimbas conta com várias comunidades rurais e um distrito, são eles: São Gonçalo, Monteiro, São Sebastião

(distrito), Serra Feia, Chã I e II, Aracati, Jardim, Retiro, Cipó, Flamengo, Fundamento de Cima, Fundamento de Baixo, Santana, Minador, Eugênia, Quina-Quina, São João, Lagoinha, Cedro, Ventania, Lagoa do Campo, Sítio Costa, Dois Umbuzeiros, Santa-fé, Olho d'água e Riacho de Areia. Algumas mais habitados, como o Distrito São Sebastião e outras com menos moradores, e que também apresentam patrimônio cultural.

Conforme, os moradores locais as disputas comerciais e territoriais dentro da família Aurélio, deu origem a São Sebastião. A Comunidade Quilombola da Chã foi, durante anos o centro econômico daquela região, especialmente na produção de algodão, mamona e sisal, conhecido popularmente como agave, na região. Esses primeiros moradores vieram do Rio Grande do Norte no início do século XX, como pontua a guia turística e líder comunitária Leandra Marques. Em aproximadamente 1925, Cícero Aurélio de Lima – “pessoa influente economicamente – se instalou na comunidade e deu início ao desenvolvimento e expansão do território.” (Entrevista com José Galdino Neto, em 16 de janeiro de 2020).

Na imagem que se segue, se pode observar a prensa de algodão utilizada durante anos para o beneficiamento, depois de colhido, e prepararação para o comércio. Este objeto, além de fazer parte da história econômica e do patrimônio cultural material dos moradores da comunidade, comprova que a principal fonte de renda foi o algodão.

Imagem 08: Prensa de algodão usada pela família Aurélio na década de 1920.



Fonte: Acervo pessoal (2020).

O conhecimento sobre esses lugares e objetos de memória que é identificado, como patrimônio cultural é importante, e merece um olhar atento no sentido da preservação. Neste sentido o patrimônio material das cidades pequenas também é digno de ser cuidado e não somente “[...] as cidades ditas ‘históricas’ ou determinados grupos de escola merecem preocupação quanto à preservação de seus testemunhos em lata acepção, [...] que não fica

restrita exclusivamente aos organismos de proteção patrimonial. [...]” (PESSOA, 2012, p. 135). A própria comunidade pode e deve se posicionar para cuidar e conservar o seu patrimônio cultural.

Os relatos locais apontam para o rompimento entre os Aurélio e que deu origem a São Sebastião, que tem esse nome devido a uma promessa ao santo, feita por moradores, para que protegesse a população da doença que por volta de 1920 estava assolando o mundo. Neste período, o mundo estava se recuperando da gripe espanhola, doença que causou uma pandemia e matou em torno de 35 mil pessoas no Brasil. Por isso, entende-se que essa doença, deu origem a promessa, uma vez que, foi a moléstia que causou medo e muitas mortes no mundo todo no período de 1918 a 1920. Deste modo, a promessa foi a seguinte: “[...] se essa doença não atingisse o povoado se construiria uma capela e colocaria a imagem de São Sebastião [...]” (Entrevista com Iris do Céu Paz do Carmo, em 16 de janeiro de 2020). A doença não atingiu a comunidade, que por sua vez cresceu, e o comércio que antes acontecia no Sítio Chã passou a acontecer na comunidade de São Sebastião até a atualidade.

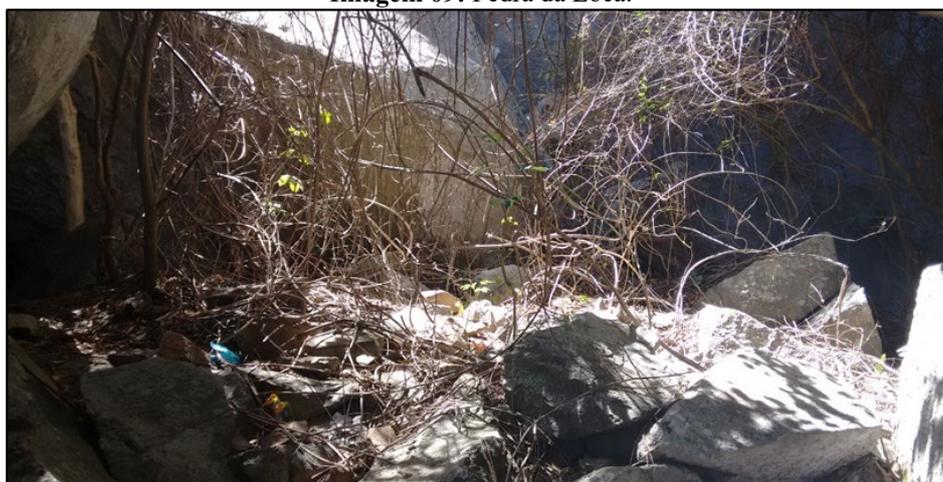
É no Distrito de São Sebastião que está localizada as comunidades quilombolas: Serra Feia, Aracati e Chã I e II. A Comunidade Quilombola da Serra Feia, certificada pela Fundação Palmares como Remanescentes de Quilombo em 27 de abril de 2009, com registro localizado no livro de Cadastro Geral 011, sob o número 1.148, folha 164, nos termos do decreto supramencionado. Ao passo que, as Comunidades Aracati, Chã I e II foram certificadas também pela Fundação Palmares, como Comunidade Quilombola de Aracati e Chã I e II, localizadas no município de Cacimbas. Sendo o registro localizado no livro de Cadastro Geral 016, sob o número 2.016, folha 035, nos termos do decreto supramencionado e da portaria interna da FCP número 98, de 26 de novembro de 2007. O documento de certificação foi assinado pelo diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro em 21 de outubro de 2013.

A origem da Comunidade da Serra Feia data o ano de 1903 aproximadamente, quando um senhor de nome Zezinho (ficou conhecido como Zezinho da loca) fugiu da região de Patos-PB, onde trabalhou em regime de semiescravidão. E se escondeu na loca de uma pedra, onde morou durante anos. No final do século XIX o Brasil libertou seus escravos, e no início do século XX os libertos ainda não tinham um lugar para ficar e muitos com medo de voltarem a ser escravizados fugiam o mais longe possível de seus ex-senhores.

Neste período, em 1886 a cidade de Teixeira contava com 100 escravos trabalhando na produção algodoeira, enquanto neste mesmo ano a cidade de Patos tinha 320 escravos

trabalhando na pecuária. Portanto, é possível que Zezinho tenha vindo de Teixeira ou Patos. Na imagem abaixo está a loca, onde o senhor Zezinho se escondeu e morou durante anos e que deu origem a Comunidade Quilombola da Serra Feia. Na atualidade, a cada festividade em comemoração ao Dia da Consciência Negra, entre as atividades da festividade do dia, está a trilha para a Pedra da Loca. E por isso, este lugar também é apontado como patrimônio cultural ambiental de Cacimbas.

Imagem 09: Pedra da Loca.



Fonte: Acervo pessoa (2015).

Não somente patrimônio ambiental, nas Comunidades Quilombolas de Cacimbas também se encontra patrimônio cultural imaterial e material, no artesanato feito com fibra do sisal, nas danças e costumes. Visto que, depois que foram certificadas como Comunidade Quilombolas, todos os anos acontecem as festividades para refletir sobre o Dia da Consciência Negra no dia 20 de novembro. Cada ano a festa acontece em uma das comunidades, na ocasião os moradores, visitantes e convidados se reúnem para debater sobre a importância da cultura local, as pessoas assistem as apresentações de danças, exposição de artesanato, degustação de comidas típicas, apresentação de artistas locais etc.

Portanto, a cidade de Cacimbas possui na contemporaneidade um acervo patrimonial e cultural digno de ser pesquisado, conhecido e preservado, uma vez que, “As pesquisas realizadas na esfera local também contribuem para compreendermos o modo como os processos, em âmbito nacional, influenciam, direta ou indiretamente, a conjuntura local/municipal. [...]” (SILVA, 2020, p. 119-120), em virtude de os processos históricos nacionais, antes de serem vistos como tal, iniciaram na esfera local.

CONSIDERAÇÕES

Realizar um estudo como este, possibilita a reflexão sobre a importância do conhecimento, preservação da história e do patrimônio cultural local, mapeado e identificado a

partir da rememoração, registro e visitação dos lugares e espaços de identidade. Conhecendo a própria história os cacimbenses têm a oportunidade de fortalecer seus laços identitários, de modo a cobrar políticas públicas da administração da cidade com o intuito de preservar, conservar o patrimônio cultural verificado. Este estudo pode oportunizar, a criação de um turismo de trilhas na cidade, criação de parque religioso e conseqüentemente desenvolvimento econômico. Os lugares “invisíveis” da cidade, os marcos de memória e história não tem importância porque não são conhecidos pela população, logo é possível pensar:

[...] uma percepção da cidade a partir de uma perspectiva histórica, que possibilitaria que aqueles situados no presente se apropriassem do passado e pudessem construir suas próprias relações de pertença ao lugar, que pudessem olhar para o patrimônio de todas as épocas como marcos de sua história. [...] seria possível avançar no sentido de quebrar uma hierarquização de lugares, entre os dotados de história e os sem história, [...]. (PESSOA, 2012, p. 149.)

Mesmo de pequeno porte, e localizada no sertão paraibano a “Veneza da Serra” tem seu patrimônio histórico e precisa ser conhecido pelos moradores do lugar. Sua cultura, festividades, a relação com a fé, monumentos, ruínas, ambientes naturais quando conhecidas deve desenvolver os laços de pertencimento. Uma ação que a ser desenvolvida é a educação patrimonial, que acontecerá quando este conhecimento for divulgado e quem sabe até, levado para as salas de aula logo nas primeiras séries do ensino básico, dado que, é preciso demonstrar “[...] a importância da diversidade cultural como fundamental para o estabelecimento de identidade dos indivíduos, como uma marca que identifica e que adquire sentido comum e compartilhado nas comunidades” (MELO, 2015, p. 94).

O primeiro passo já foi dado, no sentido de mapeamento e registro de parte do patrimônio cultural identificado pelos alunos durante o projeto. Na última etapa do projeto, supracitado, foi enviado um requerimento para a Câmara Municipal solicitando a criação de um projeto de lei para o reconhecimento no âmbito local “[...] dos lugares, ambientes, objetos e construções identificados como patrimônio cultural material, imaterial e ambiental da cidade de Cacimbas-PB [...]” (ALVES [projeto de lei 28/21], p. 1). Na oportunidade foi explicado os objetivos, etapas e desenvolvimento da proposta, e o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Portanto, propiciar a informação sobre a história de uma cidade é uma atitude voltada para aprender, se apropriar, fortalecer laços de identidade a partir do conhecimento e valorização da memória que “[...] exerce um poder incomensurável na construção de uma

identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem. [...]” (CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 25). Neste sentido, este estudo é relevante para a população deste município, que a partir de então, tem a oportunidade de entender os processos históricos, o patrimônio e as riquezas culturais do seu habitat.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO pessoal de Antônio Araújo Leite.

ARQUIVO da Câmara Municipal de Cacimbas.

ARQUIVO da Câmara Municipal de Desterro.

ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. In: **UNESP – FCLAs – CEDAP**, v. 2, n. 2, 2006.

BEZERRA, Josineide da Silva. Reconfigurações territoriais na Paraíba contemporânea: notas sobre as emancipações municipais nos anos de 1990. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz e SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (Orgs.). **Cultura e poder político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Ed atual, em dezembro de 2000. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

CALVINO, Ítalo. Cidade e História In: MACHADO, Ironita P. **História regional em sala de aula**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FERREIRA, Marieta Moraes e FRANCO, Renato. **Aprendendo história: reflexão e ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 1ª edição digital. São Paulo: Global editora, 2013

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Resistência indígena e dominação dos sertões. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de. (Orgs). **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. [Livro eletrônico] - Campina Grande: EDUEPB, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. rev. Campinas-SP: editora da Unicamp, 2013.

MELO, Josemir Camilo. Os indígenas na Paraíba. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de (orgs). **História da Paraíba – ensino médio**. Campina Grande: EDUFCG, 2008.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. In. **Projeto História**. São Paulo, v.10, p. 7-28, dez.1993.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org. e coord.). **Conhecer Campinas numa perspectiva histórica**. Campinas: Secretaria Municipal de Educação; Brasília: FNDE, 2004.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. História, memória, patrimônio. In: POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: Do monumento aos valores**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Apropriação e fruição coletivas do patrimônio cultural na construção da cidadania. In: CEBALLOS, Rodrigo e BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.). **História, Memória e Comemorações – ANPUH-PB**. Campina Grande: Ed. UFCG Liberdade, 2012.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Educação patrimonial, ensino de história e cultura histórica: algumas experiências e considerações. In: **SAECULUM – Revista de História [35]**; João Pessoa, jul./dez. 2016.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **A Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Nordeste colonial**. 2 ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. **Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família Leite no sertão paraibano – Desterro - PB (1977-1989)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

TEIXEIRA: Cartório de Registro de Imóveis. **Certidão de Partilha**. 30 de setembro de 1964.

CAPÍTULO 11

A QUIMERA IDEOLÓGICA: REFLEXÕES SOBRE A PUREZA IDEOLÓGICA NA GÊNESE DOS MOVIMENTOS OPERÁRIOS EM PERNAMBUCO

Joel Rodrigues de Moura

RESUMO

O presente texto é resultado de uma pesquisa que tentou, em poucas páginas, traçar um perfil ideológico do nascente movimento da classe operária em Pernambuco em meados do final do Século XIX para o XX. A ideia inicial seria verificar se a vanguarda classista desse tempo tinha um perfil comunista, socialista, anarquista ou anarco-sindical. À medida que era levado a cabo o levantamento em artigos, teses e ensaios e as leituras da pesquisa eram concluídas, todas as fontes, por mais diversos que fossem os discursos, convergiam para uma só noção: em suas fases embrionárias, os movimentos operários na aurora do Século XX em geral não possuíam uma linha ideológica fielmente “nos trilhos”, em suas formas “puras”, semelhante ao que concebem os movimentos ditos proletários de nossos dias. Muito pelo contrário, à medida que a pesquisa tomava forma, mais e mais eram encontrados indícios do que Evaristo de Moraes Filho chama de “porre ideológico”: devido à capacidade de pluralismo e diálogo dessas novas ideias, o ativismo político do operariado pernambucano é permeado por um sincretismo de filosofias e políticas que hoje são comumente tidas como incompatíveis, como o caso do socialismo e o cristianismo. Essas parcerias improváveis davam uma tônica única aos modos que os trabalhadores conduziam suas lutas sociais. A quimera, criatura mitológica que empresta o título deste ensaio, é composta por partes do corpo distintas de animais naturalmente incompatíveis entre si, tendo como representação clássica uma cabeça de leão, o corpo de uma cabra e como cauda uma cobra viva. Esse amalgama biológico compõe um animal que apesar de impossível na concepção, formava um ser tão vivo quanto os movimentos operários e seus socialismos do evangelho ou sindicatos católicos. O presente ensaio tem como objetivo discorrer sobre a citada quimera ideológica não ser uma aberração ou algo impuro e distorcido, e sim parte de um percurso natural para todo movimento social que, tal como a água dentro da xícara “se torna a xícara”, se reinventa de acordo com os seus atores e contextos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Luta operária. Classes sociais. Ideologia política. Sindicatos.

INTRODUÇÃO

Muitas noções sobre o início das mobilizações sociais da classe social dos operários em Pernambuco (e porque não dizer, em todo Brasil), trazem a tiracolo discursos que pregam que em sua infância os espíritos combativos e ideológicos dos primeiros socialistas, comunistas e anarquistas eram de um vívido pulsar, e que naqueles tempos o movimento apresentava uma grande pureza em seus objetivos, estritamente comprometido com uma ruptura derradeira com a ordem imposta. A Revolução operária derrubaria tudo e todos que não estivessem dentro dela.

Michel Zaidan afirma que existe uma espécie de teoria da conspiração na historiografia brasileira que apelida de “flores exóticas” os conjuntos de ideias que contestam o *status quo*

vigente (ZAIDAN FILHO, 2021). Assim tratavam o liberalismo, o conceito de república e por fim as ideias do comunismo e do anarquismo. Existe também uma ideia equivocada de que antes da adoção desses modelos sociais importados da Europa, reinava a complacência e não existiam conflitos de classe.

No entanto, ao se realizar uma análise mais atenta aos agentes históricos e seus cenários, mais fica evidente que desde o início o “Trator” dos movimentos operários em Pernambuco era movido por “combustível ideológico adulterado”, ou seja, quanto mais fontes e fatos sobre tais movimentos se apresenta, mais a tal pureza ideológica parece improvável, já que as práticas sociais e políticas vão de encontro às vivências e objetivos específicos de seus atores históricos e não a ideologias cristalizadas.

A QUIMERA IDEOLÓGICA VAGA DESDE CEDO

Ao se fazer uma breve análise do pensamento e a práxis dos primeiros socialistas brasileiros, é perceptível uma tônica eclética que permeava o conceito. Em um pioneiro trabalho de José Inácio de Abreu e Lima, lançado na cidade de Recife em 1855, é descrito algo que pode ser chamado de misto de evolucionismo, positivismo e a racionalidade do Iluminismo apegados a um evidente cristianismo que afirma que o socialismo nada mais era do que a manifestação da vontade divina: *“O socialismo não é uma ciência, nem uma doutrina, nem uma religião, nem uma seita, nem um sistema, nem um princípio, nem uma ideia: é nada mais do que tudo isto, porque é um desígnio da Providência”* (FOOT-HARDMANN e LEONARDI, 1982, p. 110).

Até mesmo no contexto histórico europeu, provedor dos modelos seguidos no Brasil, os estudos de Karl Marx e Friedrich Engels em seu “Manifesto” de 1848 apontavam para uma amálgama de conceitos e tendências que passavam pelo “socialismo clerical” e “socialismo pequeno-burguês”. No fim, todo projeto que carregava o sonho de regenerar a humanidade educando os pobres e desvalidos entrava no grande hall que abrigava o conceito “socialismo”.

Ainda antes de Marx e Engels, em meados do início do Século XIX os socialistas utópicos como o inglês Robert Owen acreditavam na possibilidade da construção de uma nova sociedade em que toda propriedade seria coletiva. Owen, um industrial, estabeleceu em sua fábrica têxtil um modelo experimental de comunidade cooperativa no entorno da propriedade e tentou espalhar o modelo em outros países, como os Estados Unidos. A empreitada não frutificou por conta de ideias vanguardistas como a defesa de direitos iguais para homens e

mulheres que entravam em choque contra uma realidade dominada por oligarquias capitalistas¹.

Na França havia Henri Saint-Simon propondo uma sociedade igualitária, em que todos tenham acesso a oportunidades iguais e o fim da propriedade privada. Em meio a tantas mudanças e guinadas radicais de mudança do *status quo*, surge o anarquismo, que pregava o fim do Estado, substituído por um sistema de livre e espontânea colaboração entre os trabalhadores do mundo².

A QUIMERA CANTA EM PERNAMBUCO

Se na Europa, o berço da industrialização, a desigualdade social e a combinação de formas de articulação eram marcantes no movimento operário, não se pode esperar que fosse diferente no Brasil do latifúndio oligárquico, herdeiro de uma sociedade escravista de séculos. Os proletários da aurora industrial brasileira estavam envoltos nas duas grandes contradições da transição ao capitalismo de indústria, elucidadas por Marx em seu “O capital”:

“Além dos males da época atual, temos que suportar uma longa série de males hereditários provenientes do veigar de modos de produção antigos e caducos, com as respectivas relações políticas e sociais anacrônicas que eles engendram. Temos que sofrer não somente por causa dos vivos, mas ainda por causa dos mortos” (MARX, 1970).

A casa-grande não havia silenciado. O estalar do chicote escravista fora trocado pelo apito fabril, mas a mão da burguesia pesava sobre os primeiros proletários brasileiros da mesma forma que como nos escravos de outrora, numa espécie de “servidão burguesa” (LEITE LOPES, 1979). Não se concebiam ideias acerca de uma legislação acima das relações patrão-empregado: o critério era particular em cada empresa, porém todos convergiam para uma espécie de violência institucionalizada regulatória.

Em várias sociedades agrícolas que utilizaram trabalho escravo, incluindo o Brasil, a transição do escravismo para o trabalho livre não aconteceu em uma guinada súbita, em que o escravizado desaparece e em seu lugar surgiu o trabalhador livre, dono de si e de sua própria capacidade de trabalho (EINSENBURG, 1983). Os novos capitalistas fabris eram herdeiros de patrimônio erguido sobre o suor e sangue de escravos, e os operários nada mais eram que uma nova espécie de escravos.

¹ VÁRIOS: **Enciclopédia Ilustrada de História**. Volume 5. Duetto Editorial. São Paulo, 2009. Pág. 362.

² IDEM.

Neste cenário de exclusão social e política como o Brasil da virada do Século XIX para o XX, não é de se estranhar que parecessem atraentes ideologias como o anarquismo, sindicalismo, socialismo, anarco-sindicalismo e comunismo, que iam de encontro às ansiedades dos desvalidos proletários.

Os anarquistas usavam de uma militância pedagógica e cultural, tendo como veículo principal a literatura, o teatro, palestras e eventos educativos. Os anarco-sindicalistas e os devotos do sindicalismo revolucionário acreditavam que o sindicato e a luta sindical seriam o caminho para a tão sonhada greve geral revolucionária que poria o capital de joelhos. Os sindicatos eram vistos como escolas preparatórias para um futuro de revoluções (ZAIDAN FILHO, 2021).

Apesar da grande penetração das ideias anarquistas no início do Século XX, este perderia espaço em meados dos anos 1920, por influência de fatores como a repressão policial, desarticulação dentro do próprio movimento, e a concorrência do então novíssimo Partido Comunista Brasileiro.

Considerando entraves como a ainda deficiente capacidade de organização e articulação classista, é possível afirmar que os movimentos operários desta época eram estritamente espontâneos. Eram manifestações que chocam contra a ideia de que os trabalhadores deste período aceitavam placidamente os desmandes da ordem dominante (DE MORAIS REZENDE, 2005).

Após a ocorrência do Congresso Operário Brasileiro de 1906, em que uma das principais pautas foi a luta pela jornada de trabalho de oito horas diárias e melhores pagamentos, houve uma renovada onda de movimentos grevistas pelo país. Em Pernambuco, se destaca a combatividade dos trabalhadores portuários, um setor que naquele momento específico era vital para a economia pernambucana, principal vetor de escoamento do açúcar, ainda o carro-chefe econômico local (DE MORAIS REZENDE, 2005).

Sob a influência dos socialistas pernambucanos, a grande greve da primeira década do Século XX viria a ocorrer no início de 1909, na *Great Western*. No dia 9 de Janeiro deste ano, o superintendente local da empresa, o Sr. Lorimer, seria surpreendido com um abaixo assinado entregue pelos advogados dos funcionários brasileiros da companhia, no qual denunciavam o tratamento desigual entre os empregados (os locais eram deferidos pelos ingleses) e exigindo um aumento em seus salários, na casa dos vinte a cinquenta por cento. A empresa nada cedeu, e em represália se instaurou uma paralisação que tendo como epicentro Pernambuco, também

transcorreu na Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, apesar da limitada comunicação. Tamanha foi a paralisação que o governador do estado precisou intervir nas negociações (CASTRO, 1979).

Assim, como em outros estados brasileiros, os maiores responsáveis pelas primeiras tentativas de organizar a classe trabalhadora no estado foram os socialistas. Os anarquistas, em particular os anarco-sindicalistas, só ganhariam força no estado a partir do ano de 1914, com a fundação da Federação dos Trabalhadores. Entretanto, como já apontado antes, o anarquismo não penetrou no seio do movimento operário pernambucano (DE MORAIS REZENDE, 2005).

É digno de nota que o socialismo praticado pelo meio operário na virada do Século XIX para o Século XX afasta-se da afamada “pureza ideológica”. Sobre isso, Alceste de Ambris ilustra que *“a metafísica imperava soberana e o seu socialismo era mais uma estranha mistura de conceitos evangélicos, de jacobismo político, de rebelião impulsiva, de espiritismo e de positivismo dogmático-comunista”* (HALL e PINHEIRO, 1979, p 36). É um tanto quanto temerário querer dar um diagnóstico político preciso, coerente e uniforme do movimento operário deste período.

Quando se exige que a classe operária pernambucana tivesse um comportamento estritamente revolucionário, acaba-se por viciar o olhar sobre tais movimentos. Karl Marx já expunha que *“a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”* (MARX, 1886). Modelos indissolúveis deixam podem muitas vezes desprezar as diversidades da vida real, e a compreensão da História se transforma em mero julgamento onde são criadas justificativas para os “grandes erros dos sujeitos históricos”. Criam-se então contrapontos perigosos.

Existe certo recato na abordagem das contradições, características e “fracassos” da ação política da classe dos operários. Com esse olhar de juiz é difícil de desprender de certos vocábulos como avanços, recuos e (in)consciência política, como se estes fossem os responsáveis por elucidar em definitivo tais questões. Não é apenas meramente qualificando, em função dos resultados alcançados, em deferimento do próprio processo de construção (que é o que deve se considerar o mais importante a ser levado em conta), que é alcançada uma análise satisfatória, que tenta se aproximar das vivências reais.

Quando a análise se prende ao pressuposto da “missão revolucionária” dos operários, ela acaba atada a uma expectativa acerca de uma predestinação histórica à revolução e na busca

dessa uniformidade, se aprisiona dentro de uma invulnerável e inalcançável metafísica, como se apenas ela fosse suficiente para abalar as estruturas da dominação do capital burguês, a qual trespassa vários tipos de relações dentro das sociedades e que não serão desintegradas unicamente pela força de teorias e discursos inflamados.

Não existe uma prática que é revolucionária a todo o momento, e exigir tal postura do movimento operário, só levando em conta o julgamento de suas práticas quando estas estão de acordo com sua “missão histórica”, o escopo de nossa visão é afetado de modo que é perdida a dimensão maior e objetividade em qualquer análise histórica que se faça. Quando se “põe na bagagem” as contradições históricas de qualquer movimento, tais contradições não são empecilhos: constituem mais elementos para compreender, e talvez até despir tais incoerências das vestes de meros desatinos (REZENDE, 1987).

Os socialistas têm um papel importante em Pernambuco, pela sua tentativa de fazer parte da política oficial e também o seu papel na tentativa de diminuir “os problemas” resultantes de manifestações de setores mais combativos do movimento operário daquela época. Durante a década de 1910 se colocariam como os “verdadeiros” representantes da classe operária pernambucana, chegando ao ponto de se prostrarem como protagonistas da revolução (DE MORAIS REZENDE, 2005).

Em 1900 fundaram em Recife o Centro Protetor dos Operários que acima de tudo, era uma grande entidade apologética ao socialismo, organizadora de várias comemorações do 1º de maio e conferências acerca da realidade de vida dos trabalhadores. No ano de 1901, fundou o combativo jornal Aurora Social, o qual circularia até 1907. Seu principal editor, João Ezequiel, pregava que o jornal era um órgão marxista (DE MORAIS REZENDE, 2005).

Os objetivos diretos da luta operária eram por meio da propaganda se criar entre os trabalhadores a consciência da urgência de representação partidária da classe, combater a ociosidade e os vícios entre os operários, conquistar a limitação da árdua jornada de trabalho. A maior tônica era a criação de um partido da classe trabalhadora, meta considerada de extrema importância para se ganhar terreno na luta. Apesar de serem descrentes em todo processo eleitoral, os socialistas ainda acreditavam na importância de terem seus próprios candidatos (DE MORAIS REZENDE, 2005).

É preciso se levantar algumas questões que suscitam as propostas dos socialistas, levando-se em conta a própria máquina política da sociedade pernambucana, assim como no

resto do país, que era uma manifestação da dominação burguesa. Se por um lado a constituição era republicana, a práxis política era estritamente oligárquica (DE MORAIS REZENDE, 2005).

Então fica o questionamento: o movimento operário pernambucano estava cego para tal contradição? Realmente acreditava que, nesse contexto de política verticalizada e controlada pelas elites, alcançariam o parlamento sem nenhum acordo ou sacrifício perante as classes dominantes, o que essencialmente removeria a capacidade de representação de seus candidatos?

Naquele momento embrionário do movimento operário, em que a classe trabalhadora aos poucos construía sua própria identidade, não havia a menor possibilidade de uma organização política que galsse vitórias eleitorais enquanto ao mesmo tempo se mantivesse distante dos acenos e práticas políticas de um *stablishment* de séculos (DE MORAIS REZENDE, 2005).

Por exemplo, no caso da eleição de João Ezequiel (editor do Aurora social) para o cargo de deputado estadual no ano de 1912: nenhum objetivo eleitoral da classe trabalhadora foi alcançado durante seu mandato, que foi marcado por posições pouco compromissadas com revoluções sociais (DE MORAIS REZENDE, 2005). Estariam certos os anarquistas que, desprezando o jogo político, afirmavam que a ação direta contra a dominação burguesa seria o melhor caminho para a derrubada da dominação burguesa?

Para nada serve julgar a prática política dos operários da aurora do Século XX. É um esforço muito mais frutuoso tentar compreendê-la. É importante ressaltar que nenhuma prática política flutua solta, existindo alheia ao seu meio social. Tais práticas são afetadas por determinações reais e se põem em prática se chocando contra obstáculos, construindo propostas.

Nas páginas do jornal Aurora Social é perceptível a miríade de entendimentos sobre o que de fato era o socialismo e a que ele se propunha. A ordem do dia se alternava entre socialismo marxista e princípios cristãos, citando até mesmo que o próprio Jesus Cristo cairia em desgosto vendo a situação dos trabalhadores. “*Bebemos os grandes ensinamentos à sombra do grande Marx, façamos enquanto antes a revolução social, uma que trará a revolução sonhada por Cristo*”³.

³ VÁRIOS. **Jornal Aurora Social**. Recife 1902.

Não convém martelar sobre os aspectos nocivos desse mosaico ideológico composto por ladrilhos tão contrastantes. É mais oportuno um olhar objetivo sobre essa forma revolucionária de se encarar o cristianismo, divorciado da carga censurante, conservadora e elitista impressa pela igreja. Se para os trabalhadores as barbas de Cristo eram iguais às de Karl Marx era porque buscavam em ambas as filosofias instrumentos de mudança social, adagas para desatar os nós inerentes à sociedade dominada pelo capitalismo oligárquico.

Neste cenário de sincretismo ideológico em Pernambuco, também se destacava a Federação Operária Cristã, que tinha no jornal União Operária o seu principal propagandista. Fundada em 1902 pelo industrialista Carlos Alberto de Menezes, que nos estatutos de sua empresa incorporou várias doutrinas de uma espécie de “cristianismo social”. Em sua fábrica em Camaragibe Menezes organizou diversos sistemas de assistência social e cooperativas, e a Corporação de Camaragibe, uma espécie de sindicato misto (FREIRE, 1958).

Se por um lado um industrial estender sua mão para seus subalternos é algo sem precedentes para a época, o principal objetivo de tal empreitada era exercer um rígido controle ideológico sobre a força de trabalho e também uma forma de se antecipar aos anseios da classe trabalhadora (SANTOS, 2019).

O jornal União Operária repercutia as ideias centrais do que desejava Carlos Alberto: o casamento entre o capital e o trabalho, dispensando a necessidade de práticas e ideais revolucionários, pois os esforços deviam ser no sentido de cooperação com a dominação burguesa (DE MORAIS REZENDE, 2005). Menezes utilizava o jornal como forma de difundir a defesa da Lei dos Sindicatos Profissionais, e defendiam tal modelo sindical:

“Em vez de uma grande variedade de associações de tipo e moldes diversos, todas as classes se organizarão segundo um só modelo: sindicato profissional, que vem dar a profissão o seu caráter de instituição social, que o Estado deve cercar de todas as garantias, estabelecendo os moldes gerais dentro dos quais os profissionais das diversas profissões deverão se associar para o estudo e a defesa de seus interesses comuns. O sindicato profissional deve abranger todas as manifestações da vida operária, sua família, na vida da indústria, na vida social e até em suas relações com a grande coletividade humana. [...] sob seus auspícios, florescem todas as associações de ensino e de educação, de previdência e mutualidade, de cooperação, as cooperativas de todo gênero, as caixas de socorro, as instituições de previdência que protegem e amparam a velhice e a invalidez, as escolas e as bibliotecas etc. [...]” (VÁRIOS, 1906, p. 3-4).

Em todos os artigos em defesa dos sindicatos profissionais do periódico se despreza o caráter político da organização dos trabalhadores. Essa ruptura com o mundo político e a transformação das entidades operárias em meros aparatos de assistência social traziam consigo o objetivo de tornar o sindicato um controlador ideológico, aparato de controle que tem como

principal tarefa a harmonização entre operário e patrão, sem nenhuma revisão em relação a relação verticalizada entre os mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aborda-se dois projetos sociais que, se postos lado a lado, são ao mesmo tempo antagonicos e incompatíveis entre si, como também são manifestações do mesmo espectro diverso que foi o movimento operário na virada do Século XIX para o XX em Pernambuco. Como dito anteriormente, é pouco viável se exigir um modelo de prática política puro, visto que nem mesmo nas origens das ideologias na Europa é possível encontrar modelos desvinculados de qualquer “mácula” das sociedades em que estão inseridos. Ideologias não existem independentes de nada, portanto a “pureza ideológica” está muito mais próxima de ser uma falácia subjetiva utópica do que um conceito concreto.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)**. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

DE MORAIS REZENDE, Antônio Paulo. **As primeiras ideias socialistas em Pernambuco**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, v. 23, n. 1, 2005.

EISENBERG, Peter L. **Escravo e proletário na história do Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 13, n. 1, p. 55-69, 1983.

FOOT-HARDMANN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. Global Editora. São Paulo, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. José Olympio. Rio de Janeiro, 1958.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo S. (Organizadores). **A classe operária no Brasil (1889-1930)**. Alfa-Ômega. São Paulo, 1979.

LEITE LOPES, José Sergio. **Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa**. In: LEITE LOPES, José Sérgio et al. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 41-99, 1979.

MARX, Karl. ‘**Theses on Feuerbach**’ in, Ludwig Feuerbach and the End of Classical German Philosophy, 1886.

MARX, Karl. **Prefácio da primeira edição alemã do primeiro livro O Capital**. Tomo III. Moscou, 1970.

REZENDE, Antônio Paulo. **A Formação da classe operária em Pernambuco: algumas divagações metodológicas**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, v. 9, n. 1, 1987.

SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos. **Experiências mutualistas na vila operária de Camaragibe (1900 - 1929)**. In: Anais do 30º Simpósio Nacional de História. ANPUH-Brasil. Recife, 2019.

VÁRIOS. **Jornal Aurora Social**. Recife 1902.

VÁRIOS. **Jornal União Operária**. Edição de 06 de junho de 1906.

VÁRIOS. **Enciclopédia Ilustrada de História**. Volume 5. Duetto Editorial. São Paulo, 2009.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Histórias do sindicalismo no Brasil**. 1ª ed., NEEPD-UFPE, Recife, 2021.

CAPÍTULO 12

O IMPERADOR ENCOMENDA, O HISTORIADOR PRODUZ: O PASSADO HISTÓRICO BRASILEIRO INVENTADO POR VARNHAGEN

José Ferreira Júnior
Janaina Freire dos Santos

RESUMO

Neste texto, que resulta de uma abordagem qualitativa, propõe-se discutir como a História, na instrumentalidade do historiador, pode vir a cumprir satisfação de demandas previamente determinadas, ou seja, discute a possibilidade da existência da construção de narrativa sob encomenda. Utiliza-se o método da pesquisa bibliográfica. Como resultado, é obtida a constatação que, mesmo utilizando-se dos passos que compõe o trabalho do historiador na realização da operação historiográfica, a narrativa resultante pode vir a escamotear a realidade dos fatos, romantizando-os e ou visibilizando-os.

PALAVRAS-CHAVE: Operação historiográfica, encomenda, realidade.

INTRODUÇÃO

Em sociedade, homens e mulheres protagonizam ações que, na grande maioria das vezes, quando examinadas, revelam-se previamente pensadas e posteriormente executadas, mostrando-se, dessa forma, ações sociais racionais que almejam um determinado fim (WEBER, 2012).

Na história do Brasil, dentre outros acontecimentos, a intencionalidade previamente determinada a se concretizar em um agir futuro é verificada na ação do Imperador Pedro II, quando na instrumentalidade de Francisco Adolfo de Varnhagen, amigo e serviçal, intencionou “dar” ao Brasil um passado histórico.

Este texto, de maneira abreviada, traz à luz o desenvolvimento de ações que culminou na publicação da obra “História Geral do Brasil”, de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1850, na qual se encontra a narrativa de um Brasil idealizado pelo historiador, buscando satisfazer o desejo do Imperador. Em outras palavras, traz os elementos presentes em um narrar histórico feito por encomenda que, quando submetido ao prisma da criticidade histórica, capitula (FERREIRA JÚNIOR; SANTOS, 2019).

Enquanto metodologia, desenvolveu-se uma abordagem qualitativa e promoveu-se exploração bibliográfica, lançando-se mão de autores e autoras que, direta ou indiretamente,

tratam da questão da postura do historiador diante do objeto a que promove investigação, quando da realização da operação historiográfica.

POR QUE O IMPERADOR PEDRO II ENCOMENDOU UMA HISTÓRIA DO PASSADO DO BRASIL?

Com a ruptura com Portugal oficialmente estabelecida em setembro de 1822, nascia o Estado brasileiro e, com esse nascimento a necessidade de se trazer à luz uma identidade nacional, em outras palavras, “o Brasil independente, portanto, precisava da história e dos historiadores para se oferecer um passado e abrir-se um futuro” (REIS, 2007, p. 26).

Deve-se lembrar de que esse desejo identitário não se constituía exclusividade brasileira. Na Alemanha, à época, também ocorria algo semelhante. Lá, Leopold Von Ranke, nome de destaque entre os historiadores alemães da época, com apoio governamental, impunha-se a missão de, a partir de uma rígida investigação documental, construir uma narrativa que promovesse identidade histórica ao recém-surgido Estado alemão. Assim, segundo Borges (2006), Ranke, na Alemanha:

Em sua clara preocupação nacionalista, vai pesquisar sobretudo o período medieval e procurar valorizar sua origem (bárbara, ou seja, germânica). Compila uma série documental, a *Monumenta Germanie Historica*, que é a mais importante coleção de textos medievais existentes até hoje. É uma obra diretamente estimulada pelo governo e leva décadas o trabalho de recolhimento de textos, classificação, etc. Aí estão reunidas as mais variadas leis bárbaras e documentos sobre imperadores e papas, crônicas, poemas, etc. (BORGES, 2006, p. 32).

Assim, o agir do Imperador Pedro II revela-se algo corriqueiro nos recém-nascidos Estados Nacionais. Tratava-se de uma necessidade premente em facultar à sociedade do hoje a história do seu ontem e impulsioná-la a possuir um horizonte de expectativa, ou seja, “a nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro” (REIS, 2007, p. 25).

QUEM ERA FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN E EM QUAIS CONDIÇÕES HISTÓRICAS ATUOU?

Francisco Adolfo de Varnhagen era filho de pai alemão e mãe brasileira, nasceu em São João de Ipanema, SP, a 17 de fevereiro de 1816. Estudou em Portugal e se tornou membro da diplomacia brasileira. Amigo e serviçal do Imperador Pedro II, foi por este agraciado com os títulos de Barão e Visconde de Porto Seguro (1874). No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ocupou os cargos de 1º Secretário e de diretor da Revista da entidade. É o patrono da cadeira nº 39 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Oliveira Lima. Faleceu em Viena, Áustria, a 26 de junho de 1878.

Amigo particular do Imperador Pedro II, Varnhagen recebeu deste a missão de escrever “uma história que realizasse um elogio do Brasil, dos seus heróis portugueses do passado distante e recente, que expressasse uma confiança incondicional em seus descendentes” (REIS, 2007, p. 28), fato que lhe renderá o título de “Heródoto do Brasil” e, por conseguinte, fundador da História do Brasil. Porém, à compreensão melhor da missão recebida por Varnhagen, necessário se faz conhecer o contexto no qual ele, enquanto historiador, estava inserido, destacando-se dois elementos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a pessoa de Karl Philipp Von Martius.

Criado em 1838, o IHGB exerceu importante papel no referente à constituição da história brasileira e, por quase um século, exerceu grande influência, visto que, segundo Reis (2007), até início da década de 1930, foi o único centro de estudos históricos do Brasil.

No referente ao IHGB, esta instituição tinha a pretensão de promover ao Brasil uma identidade histórica e geográfica (FERREIRA JÚNIOR; SANTOS, 2019) e, concernente à questão histórica, esse projeto institucional, segundo Reis (2007), trazia a seguinte proposta:

Deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos. Para isso, deveria coletar e publicar os documentos relevantes para a história do Brasil, incentivar os estudos históricos, manter relações com as instituições congêneres do exterior, especialmente com a instituição que foi o seu modelo, o Institut Historique de Paris. Desde então, o Brasil procurou os franceses como referência intelectual. (REIS, 2007, p. 26)

Com intencionalidade definida, o IHGB, em 1840, ano da entronização do Imperador Pedro II, promoveu um concurso monográfico, que premiaria quem melhor proposta apresentasse sobre como escrever a história do Brasil.

O botânico e viajante alemão, Karl Philipp von Martius, venceu o concurso com a monografia *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, publicada em 1845 na Revista do IHGB. Este texto foi bem recebido pela elite e por boa parte da população brasileiras e, de acordo com Reis (*Idem*), “lançou os alicerces do mito da democracia racial brasileira”, afirmação ratificada por Barata (1974), ao afirmar que, para von Martius, a identidade brasileira estava na mescla de raças.

Duas perguntas se mostram necessárias de serem feitas: qual o conteúdo da proposta de von Martius e como se deu o entranhamento dela pelas elites e significativa parte da população brasileira? Em resposta ao primeiro questionamento, Reis (2007) relata:

No essencial, a história do Brasil será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e físicas ao Brasil. O português foi o inventor e motor essencial do Brasil [...] O historiador deverá transportar o leitor à casa dos colonos e mostrar como viviam, com o se relacionavam

com seus vizinhos, escravos e família. Deverá mostrar a ação da igreja e da escola; como chegavam as plantas e árvores; como era a construção naval e a navegação, a vida militar e o comércio. Mostrar, ainda, como chegavam as ideias e as letras da Europa. Enfim, mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil. Quanto às demais raças, o historiador filantrópico, humano e profundo cristão, não poderá deixar de abordá-las. Deverá defender essas raças desamparadas. Se o português é a raça mais importante, as raças etiópica e indígena reagiram positivamente. (REIS, 2007, p. 27).

Eurocentrismo e etnocentrismo são traços marcantes na proposta do botânico alemão. Seus óculos culturais promovem desqualificação dos que se diferenciam do modo europeu de ver o mundo, assim, segundo Ferreira Júnior e Santos (2019, p. 66), “possivelmente o botânico alemão sofresse influência da concepção antropológica reinante à época, proveniente da Escola Evolucionista, que conferia ao civilizado, no caso, o europeu, a proeminência sobre os demais povos”. De outro modo falando, todos eram humanos, mas diferenciados de acordo com a evolução experimentada. A subserviência passiva de africanos e indígenas ao branco colonizador, o português, aponta para o mito da democracia racial em sua forma embrionária.

Referente ao entendimento de como houve a absorção da narrativa de von Martius, a uma tentativa de resposta proveniente de Fonseca (2011), que se mostra como segue, abaixo:

Do século XIX até a década de 30 do século XX, essas elites colocaram a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação, o que as levou a considerar detidamente o problema da mestiçagem, visto na sua perspectiva mais preocupante, isto é, aquela que envolvia a população afro-brasileira [...] Von Martius propunha uma história que partisse da mistura das três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um progressivo branqueamento como caminho seguro para a civilização. Uma vez produzida, essa história deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola. (FONSECA, 2011, p. 46).

Os manuais didáticos produzidos pelo IHGB seriam o meio por que o conteúdo monográfico de von Martius chegaria às salas de aula brasileiras. Esses manuais, em sua maioria, tinham os sócios do IHGB como autores. Essa realidade é a que envolve a entrada da História como disciplina curricular escolar. Isto promoverá, no referente ao ensino de história, de acordo com Fonseca (2011, p. 47), a ministração de “uma história eminentemente política, nacionalista e que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja católica e a monarquia”

QUAIS AS CARACTERÍSTICAS PRESENTES NA NARRATIVA HISTÓRICA PRODUZIDA POR FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN?

À semelhança do que ocorre na construção de um edifício, ou seja, alguém pensa e projeta, outro faz a ideia se concretizar, retirando-a do plano do abstrato e tornando-a concreta, se a von Martius coube o idealizar, a Varnhagen coube o executar do que foi planejado, ou seja,

“dar ao Brasil um passado que, às gerações do presente, viesse a impactar e lhe estimular na construção futura do país, tendo como referência as figuras e os feitos dos heróis portugueses” (FERREIRA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 67).

Varnhagen foi a arquivos, tanto aqui quanto em Portugal. O ineditismo do material que trás à luz produz consistência discursiva ainda não vista (CANABRAVA, 1971) e que, quando analisada, revela serem seus sujeitos o colonizador português e o Estado brasileiro, na pessoa do Imperador Pedro II (ODÁLIA, 1979). Isso definido, a narrativa produzida por Varnhagen é clara, no referente à identidade que o Brasil independente deveria ter, conforme relata Reis (2007):

A identidade da ova nação não se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria apenas política. Os portugueses são os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores [...] o Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não católico (REIS, 2007, p. 31).

Percebe-se que na identidade brasileira varnhagueana não há o reconhecimento do nativo e do africano, também desqualifica o ser latino-americano e toda e qualquer forma de expressão religiosa que não seja a cristã católica. Defende uma continuidade europeia e portuguesa no modo de ser e estar no mundo e afirma ter havido ruptura somente no âmbito político.

É possível deduzir que para que houvesse satisfação dos quereres das elites brasileiras, a construção idealizada do passado do Brasil implicaria negar o passado histórico do Brasil. Em outras palavras, seria dar ao país independente a mesma identidade vivenciada na colônia, somente havendo um traço diferenciador: a Coroa, agora, estava em solo brasileiro, não mais no além-mar, em Portugal.

Talvez em favor de Varnhagen alguém possa vir a dizer que seu agir refletia o pensamento brasileiro dominante do século XIX e, no que se refere ao historiador, de acordo com Bloch (2002, p. 55), “a atmosfera em que seu pensamento respira é a categoria da duração”, ou seja, o historiador é filho do seu tempo.

Todavia, não se pretende negar o pensamento de uma época e nem tão pouco desconhecer a sua filiação temporal à história, mas trazer a lume a possibilidade de, mesmo que o historiador exerça seu trabalho - que segundo Levi (2014), constitui-se de pesquisar, resumir e anunciar – desenvolvendo uma operação historiográfica, que segundo Certeau (2007, p. 66), “se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, há a possibilidade

de, por parte dele, não existir postura compromissada com a veracidade dos fatos que investiga. Aqui, entenda-se verdade relativa e, justaposto a isto, o entendimento que tinha Políbio, grego e historiador do século II a.C, que Borges (2006, p. 20-21) reproduz:

Desde que um homem assume atitude de historiador, tem que esquecer todas as considerações, como o amor aos amigos e o ódio aos inimigos... Pois, assim, como os seres vivos se tornam inúteis quando privados de olhos, também a história da qual foi retirada a verdade nada mais é do que um conto qualquer (BORGES, 2006, p. 20 -21).

Pretendeu-se, dessa forma, somente mostrar como a História na instrumentalidade do historiador, serve para atender demandas previamente determinadas e, nessa empreitada, produzir conhecimento que caminha em rota de colisão com a realidade investigada. No caso de Varnhagen, a pretensão foi dar ao Brasil um passado de glórias, para isso, escamoteando, quiçá invisibilizando fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada neste texto pretendeu chamar a atenção para a possibilidade da existência de narrativa histórica que, quando examinado o seu conteúdo, perceber-se-á inexistência de confluência entre o que porta em si e a realidade dos fatos que discute.

Assim, a História Geral do Brasil produzida por Varnhagen distorce fatos, quando, por exemplo, afirma ter inexistido conflito entre brancos, índios e negros, na intriga que fez existir a história colonial brasileira. Ademais, com essa narrativa inverídica, lança o embrião daquilo que, posteriormente, em meados do século XX, virá à luz como democracia racial.

A inverificabilidade do narrado por Varnhagen não que dizer que não tenha havido de sua parte dedicação no pesquisar. Pelo contrário, Varnhagen é tido como precursor da pesquisa histórica em arquivos, recebendo, inclusive, o título de Heródoto brasileiro.

A crítica aqui feita se relaciona ao fato de, mesmo tendo realizado uma operação historiográfica, Varnhagen a fez com intencionalidade prévia definida: agradar ao Imperador Pedro II e às elites brasileiras, inventando uma narrativa de um passado histórico glorioso para o Brasil, que satisfação trouxesse para a geração presente e a impulsionasse a transmiti-lo à futura.

Considerar somente que a busca de satisfação dos quereres do Imperador Pedro II e das elites brasileiras tenha sido o elemento promotor de explicação para a narrativa varnhagueana, acredita-se não ser suficiente, uma vez que não se deve deixar de levar em conta o querer do agente da ação.

Assim, convém chamar a atenção para o fato de que o intelectual tem total responsabilidade sobre o que é resultado do seu trabalho. É razoável supor que Varnhagen não fosse um ignorante acerca da realidade histórica da sociedade brasileira em sua temporalidade colonial... Não seria do seu conhecimento as resistências indígena e negra relacionada à dominação do colonizador branco? Eram-lhes desconhecidas as religiões nativa e africana?

Diante desses questionamentos, pensa-se ser salutar empreender crítica à postura varnhagueana de escrever história e, mostrá-la, enquanto exemplo, principalmente nos cursos de formação de professores e ou de bacharéis em História, de como não deve ser a postura do historiador diante de um objeto. Em outras palavras, recorrentemente estabelecer lembrança que científico é o que é, não o que se quer que seja. A honestidade intelectual precisa ser traço marcante na personalidade de quem se propõe fazer ciência.

REFERÊNCIAS

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2002.

BARATA, M. **A obra de Martius e a sua presença na cultura brasileira**. In: II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. Recife. UFPE. 1974.

BORGES, V. P. **Que é História**. São Paulo. Brasiliense. 2006.

CANABRAVA, A. P. **Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano**. Revista de História. São Paulo. USP. 1971.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2007.

FERREIRA JÚNIOR, J.; SANTOS, J. F. **Para que serve a História? Depende de a qual fim se presta a narrativa**. Revista de História Ponta de Lança, v. 13, n. 25, jul. - dez. São Cristóvão – SE. 2019.

FONSECA, T. N. de L. **História & Ensino de História**. 3. Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2011.

GIOVANNI, L. **O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar**. Revista Tempo, v. 20. 2014.

ODÁLIA, N. **Varnhagen**. São Paulo. Ática. 1979.

REIS, J. C. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro. FGV. 2007.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília. UnB. 2012.

CAPÍTULO 13

K. RELATO DE UMA BUSCA, DE BERNARDO KUCINSKI: A AGONIA E O REVIVER DO TRAUMA NA LITERATURA BRASILEIRA

Pâmela Leão Freire

RESUMO

No presente artigo far-se-á uma análise hermenêutica do conto *As cartas à destinatária inexistente*, que integra o romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Procurou-se evidenciar a constante rememoração do trauma e, num panorama geral, o agônico estado de busca de um pai, por sua filha, desaparecida política na ditadura militar brasileira. Nesse sentido, tem-se como pano de fundo o entrecruzamento de aspectos sociais de um regime opressivo no Brasil, bem como, a memória gerada pelo trauma e o esquecimento social desse período ditatorial. Também, buscou-se evidenciar a estética do romance utilizada pelo autor para dar ênfase ao sujeito agônico em seu aspecto traumático. A metodologia deste trabalho, de cunho analítico e bibliográfico, será realizada a partir de uma análise hermenêutica de pressupostos teóricos acerca do tema escolhido. Assim, faz-se necessária uma abordagem teórica com os escritos de Seligmann-Silva (1999), em *A História como trauma*; Enrique Padrós (2001), em *Usos da memória e do esquecimento na História*; e Nelly Richard (2002), em *Citar a violência: a rotina oficial e as convulsões do sentido*, a fim de evidenciar aspectos importantes da narrativa de Bernardo Kucinski num viés literário.

PALAVRAS-CHAVE: Romance; estética; agonia; trauma; ditadura.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como proposta desenvolver uma análise hermenêutica sobre a agônica rememoração do trauma, na narrativa *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. A análise será feita a partir do conto *As cartas à destinatária inexistente*. Neste viés, procurou-se analisar quais são os procedimentos literários que o autor fez uso para tornar a narrativa crítica de um sistema massacrador de pessoas. Bem como, buscou-se descrever o aspecto traumático em que o narrador se encontra num contexto pós-ditadura militar e também, a incessante investigação pelo paradeiro de Ana Rosa, irmã do autor do romance e filha da personagem K.

Desse modo, a pesquisa busca mostrar a narrativa contemporânea de Bernardo Kucinski como um veículo de relação explícita com as práticas sociais vivenciadas na ditadura militar. Assim como, desvendar a forma ímpar que o autor conduz a narrativa ficcionalizando um nefasto período histórico do país. Esta proposta de trabalho é relevante, pois a narrativa de Kucinski, ao apropriar-se do sujeito agônico e traumatizado, captura a representação de um sujeito fragmentado que busca encontrar vestígios da irmã viva ou morta. O sujeito que

Kucinski expõe no romance, por vezes, toma a voz do pai que está à beira do colapso, no limiar da insanidade, revivendo o trauma da lacuna deixada pelo desaparecimento da filha.

Nesse sentido, apreciar a narrativa que evidencia o trauma é uma forma de desvendar as obscuridades humanas, identificar as faltas que atravessam a personagem e os transbordamentos da narrativa. A contemplação da escritura do autor concebe um romance de sentidos múltiplos e nos convida a apreciar todas as particularidades características das estratégias ficcionais utilizadas. O estudo da literatura nos propicia buscar compreender melhor a natureza das representações do sujeito em sua complexidade e busca pela sobrevivência e ressignificação de vida pós-trauma.

A metodologia deste trabalho, de cunho analítico e bibliográfico, será realizada a partir de uma análise hermenêutica de pressupostos teóricos acerca do tema escolhido. Assim, faz-se necessária uma abordagem teórica com os escritos de Seligmann (1999), em *A História como trauma*; Padrós (2001), em *Usos da memória e do esquecimento na História*; e Richard (2002), em *Citar a violência: a rotina oficial e as convulsões do sentido*, a fim de evidenciar aspectos importantes da narrativa de Bernardo Kucinski num viés literário.

REFERENCIAL TEÓRICO

Seligmann (2002, p. 115) afirma que a estética, enquanto campo autônomo do conhecimento, existe apenas na qualidade de ideologia estética. Nós aprendemos que o elemento traumático do movimento histórico se emaranha em nosso presente tanto quanto serve para cimentar nosso passado. Essas categorias temporais não existem sem a questão da sua mediação e representação que se dá tanto no jornal, na televisão, nas artes e na literatura. O romance *K. Relato de uma busca*, traz a representação de um período traumático. A narrativa se inicia com uma advertência do autor ao leitor: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2003, p. 6) Essa escolha de Bernardo Kucinski nos alerta para o que se segue nas próximas páginas. O romance narra a agônica procura de um pai por sua filha, Ana Rosa, Professora Doutora no curso de Química na Universidade de São Paulo - desaparecida política na ditadura militar do Brasil.

O jornalista Bernardo Kucinski, segundo a crítica, sabiamente bagunçou a cena da Literatura brasileira contemporânea com esse romance, lançado originalmente em 2011. O autor destaca, de forma inovadora um romance com um viés traumático, em parte pelo modo como descreve a agonia de um pai, a personagem K. atrás dos rastros ou dos restos mortais de sua filha. A narrativa divide-se em contos curtos que se interconectam na ideia central do

romance. Pode-se dizer que vemos flashes de uma busca que prende o leitor e, ao mesmo tempo, não oferece nenhum descanso ou alento.

O romance de Bernardo Kucinski apresenta ao leitor uma amostragem do horror vivido na ditadura militar. Pessoas desaparecidas, torturadas e amedrontadas pela ideia opressiva de um regime extremamente autoritário e violento. Kucinski evidenciou um aspecto da condição humana exacerbando seu caráter traumático e agônico. Esse caráter, ao longo da narrativa, vai aumentando, dando a sensação de desesperança e revolta. Além disso, o autor entremeia vozes, mostrando também a face dos torturadores e oficiais em seu contexto sistemático enquanto organização política.

A narrativa é um romance desmontável com capítulos curtos, mas com intensa desacomodação. *K. Relato de uma busca* é daqueles livros que todos deveriam ler, retratando com maestria o colapso em que vivem as vítimas sobreviventes da ditadura, essa que tanto nos esforçamos, enquanto sociedade, para apagar da memória ou amenizar.

Dessa forma, não se pode falar da narrativa *K. Relato de uma busca* sem mencionar a memória. Para Richard (2002, p. 77) “a memória é um processo aberto de reinterpretação do passado, que desfaz e refaz seus nós, para que se ensaiem novamente os acontecimentos e as compreensões”. A memória, então, revira o elemento estático do passado evidenciando novas definições que colocam sua lembrança para se movimentar. A memória é mutável e os sujeitos que vivenciaram eventos traumáticos têm uma maior probabilidade de reformular eventos, fragmentando-os e resignificando-os. Sendo assim “é a laboriosidade desta memória insatisfeita, que não se dá nunca por vencida, o que perturba a vontade de sepultamento oficial da lembrança, vista simplesmente como depósito fixo de significações inativas” (RICHARD 2002, p. 77).

No contexto histórico brasileiro, a constituição da subjetividade é marcada pela exploração sistemática da estrutura social, de formação opressiva e autoritária. O pai, denominado K. é a representação da obstinação e da revolta, sobrevivendo à sombra de uma espera, exausto e sem perspectivas concretas. Diversas vezes iludido por pistas falsas do paradeiro de sua filha, o pai se vê num labirinto sem saída e tem como única alternativa viver para buscar.

De acordo com Seligmann, a Literatura do século XX foi em grande parte marcada pelo seu presente traumático. Na narrativa de Kucinski, a filha desaparecida explicita a capacidade do sistema esmagador de levar o sujeito a um colapso. Seligmann (1999, p. 116-7) observa que,

de acordo com a psicanálise, a incapacidade de recepção de um evento que vai além dos limites da percepção humana, torna-se para os sujeitos, algo sem-forma constituindo assim o trauma.

Em uma sociedade marcada pela experiência da destruição e do autoritarismo, o trauma se torna um elemento constitutivo da formação social. Para o autor, ao ultrapassar nossos mecanismos de absorção e atribuição de legibilidade aos eventos, o trauma ultrapassa nossas referências de concepção de forma. Ainda de acordo com Seligmann (1999, p. 145), a literatura está na vanguarda da linguagem, pois ela nos ensina a jogar com o simbólico, com as suas fraquezas e artimanhas, ela é marcada pelo “real” e busca caminhos que levem a ele, procurando assim estabelecer vasos comunicativos com ele.

Destaca-se ainda que o elo comunicativo do romance focaliza as relações que se estabelecem entre a interioridade de K., seus pensamentos, memórias e sonhos e o mundo exterior. O autor, na maioria das vezes, assume a voz do pai, um judeu que veio ao Brasil fugido da Polônia, durante a Segunda Guerra. K. se sente culpado pelo desaparecimento da filha e também por não saber no que Ana Rosa estava envolvida, constitui-se então uma personagem que personifica a dor. A falta de proximidade com a filha aumenta a agonia do pai que busca a verdade e, ao mesmo tempo, traz as memórias de um passado que se revela incógnito, pela falta lembranças dos últimos anos que antecederam o fatídico desaparecimento.

AS CARTAS À DESTINATÁRIA INEXISTENTE E A REMEMORAÇÃO DO TRAUMA NA NARRATIVA

O primeiro conto do romance, *As cartas à destinatária inexistente*, se diferencia dos demais pelo emprego do registro do local e da data “São Paulo, 31 de dezembro de 2010”. Esse elemento de realidade faz pensar na dureza dos números. Números que evidenciam o transcurso do tempo – mais de três décadas sem Ana Rosa. Paul Ricoeur (1997, p. 183) disserta sobre o “tempo do calendário” ou o “tempo crônico”, afirmando que ele constitui uma criação de um terceiro-tempo. Esse terceiro-tempo, em muitos aspectos é apenas sombra projetada sobre o plano da prática historiadora. Nesse sentido, é possível percorrer o tempo crônico em duas direções: do passado para o presente e do presente para o passado. A visão humana percorre numa ou noutra direção, ressignificando, assim, o tempo. O tempo do conto *As cartas à destinatária inexistente* é o tempo presente no qual o narrador se volta ao passado.

Se fixando em um contexto pós-ditadura, a narrativa de Kucinski não se utiliza desse prefixo “pós” para delimitar um sentido próximo ao conceito de “superação” do período da ditadura militar. Seligmann (2002, p. 136) afirma que “estar no tempo “pós ”-catástrofe

significa habitar essas catástrofes”, para o autor, a catástrofe sempre choca-se novamente contra nós e acaba por nos empurrar de volta para ela. O campo da ditadura e do trauma tornam-se reais a partir de suas representações e Bernardo Kucinski consegue capturar e apresentar essa mediação através do conto analisado.

No conto, dois irmãos são apresentados: Ana Rosa, desaparecida no dia 22 de abril de 1974, e o autor, angustiado pelo recebimento de cartas destinadas à sua irmã. A fim de angariar clientes, a companhia que envia cartas oferece um serviço financeiro, tudo para facilitar a vida da destinatária “um novo cartão de crédito, válido em todos os continentes, ideal para reservar hotéis e passagens aéreas; tudo o que ela hoje mereceria, se sua vida não tivesse sido interrompida” (KUCINSKI, 2003, p. 7).

Nesse conto, é perceptível que o sistema funciona como um reafirmador do trauma. Cada vez em que enviam cartas à destinatária inexistente rememoram o trauma de sua partida abrupta e violenta ocorrida no período da ditadura militar no Brasil.

Sempre me emociono à vista de seu nome no envelope. E me pergunto: como é possível enviar reiteradamente cartas a quem inexistente há mais de três décadas? Sei que não há má-fé. Correio e banco ignoram que a destinatária já não existe; o remetente não se esconde, ao contrário, revela-se orgulhoso em vistoso logotipo. Ele é a síntese do sistema, o banco, da solidez fingida em mármore; o banco que não negocia com rostos e pessoas e sim com listagens de computador (KUCINSKI, 2003, p. 7).

O sistema, na narrativa cumpre seu papel, o banco que despersonaliza vidas, ainda traz o lembrete da falta que Ana Rosa traz aos familiares. A escolha das palavras utilizadas pelo autor evidencia a frieza e impessoalidade das grandes instituições. Em um fardamento de “vistoso logotipo”, o banco “da solidez fingida em mármore” envia sua marca para negociar com um número na listagem do computador. O narrador, por outro lado, com os olhos fixados no nome e sobrenome da irmã impressos no envelope, se sente novamente invadido pela sua lembrança e pela culpa da sua incapacidade de encontrá-la.

Nesse sentido, Seligmann (2008, p. 75) afirma que “o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência”. Esse tormento é nítido e o negacionismo do sistema imprime essa perversidade social, porque toca no sentimento de irrealidade da situação vivida. Ana Rosa tornou-se um número entre tantos desaparecidos, mas não se solidificou em estatísticas de cadáveres encontrados. Ela está morta? Desaparecida? Não se sabe. Dúvidas angustiantes. Para as instituições financeiras, ela ainda vive e pode usufruir de viagens em lugares paradisíacos. Para Seligmann (2008, p. 75), o apagamento dos lugares e marcas das brutalidades corresponde àquilo que posteriormente também tende a se afirmar: não foi

verdade. “A resistência quando se trata de se enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo. Este sentimento comum mora no próprio sobrevivente e o tortura, gerando uma visão cindida da realidade”.

Em *As cartas à destinatária inexistente*, o sentimento paradoxal do narrador se evidencia nas suposições que ele faz, na imaginação de um final menos trágico. Kucinski se questiona se Ana Rosa poderia ter dado o seu antigo endereço para encobrir seu paradeiro real, estando ela em algum refúgio secreto.

Por que meu antigo endereço? Imaginei que num daqueles momentos incertos de fugas e dissimulações, de esquinas dobradas às pressas, ela tivesse dado ao banco o meu endereço para não ter que dar endereços outros, genuínos mas proibidos; fiquei imaginando em que etapa da tragédia em gestação isso aconteceu, que outro endereço possuía ela então, ou que outros endereços no plural, pois, como depois vim a descobrir, eram muitos, achando que com isso ludibriaria o destino (KUCINSKI, 2013, p. 8).

Esses pensamentos não se prolongam tanto quanto suas perguntas sem respostas. A aceitação vem à tona e cobre o espaço dos questionamentos que, a essa altura, não podem mudar o destino fatal de Ana Rosa.

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignorarão antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos (Kucinski 2013: 8).

Nesse sentido, o esvaziamento da memória se encarrega de atenuar as marcas da violência. O “Alzheimer nacional” faz parte da engrenagem sistemática da brutalidade e o esquecimento coletivo esvazia nomes, pessoas e ideias. Para Richard (2002, p. 77-78), essas marcas de violência permaneciam aderidas nas palavras usadas para nomear os conflitos da lembrança, a fim de reduzir, eufemisticamente, a gravidade do sentido contida em sua dramática dos fatos. Para o autor, o intuito seria de diminuir o horror e fazer com que nada se apresentasse como intolerável, insofrível, e que esses eventos não colocassem a perder as celebrações oficiais do corriqueiro. A inofensividade dos nomes, sua permissividade banal, se vale hoje de palavras esvaziadas.

Para Padrós (2001, p. 88), houve, na América Latina pós-ditadura, um esforço das autoridades contra o “lembrar” em favor do esquecimento acelerado. Dessa maneira, o não-dito, o esquecimento oficial sobre os desaparecidos induz há uma exclusão histórica que se molda para o apagamento dessas pessoas. O período de ditadura no Brasil não rendeu

significativas produções cinematográficas, nem literárias. Essa eclipse acabou constituindo um grupo de “sem-memória”, ou melhor, “sem registro” em nossa história.

A memória é seletiva; não há memória sem esquecimento. Mas não se pode esquecer o que se desconhece. Para que a memória tenha significado deve esquecer a maior parte do que viu. É a condição básica do fato de lembrar o poder esquecer, classificar, combinar e destacar lembranças. Para esquecer, entretanto, devemos conhecer. Se conhecemos, lembramos. Se lembramos, podemos esquecer, podemos exercer o direito da opção de esquecer. Este é o problema dos familiares dos desaparecidos (PADRÓS, 2001, p. 88).

No que se refere a um período de ditadura militar, há um esforço para o esquecimento, mas como lidar com a possibilidade de esquecer fatos que são, ainda, nebulosos na memória nacional? Em tempos que a população brasileira pede a volta da ditadura, as afirmações de Padrós se confirmam. É nítido que não se pode esquecer o que se desconhece e quando se almeja a falta de liberdade e brutalismo, nos deparamos com um problema de falta de memória e desconhecimento histórico. A memória não só é um atributo individual, mas também uma experiência de natureza social. Padrós disserta sobre a coletividade da memória nas identidades sociais:

A memória passa a ser um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos, como desempenha também, uma função importantíssima, tanto a preservação da experiência histórica acumulada, de valores e de tradições, como, em muitas situações, pretende ser a depositária da própria história. É inegável que, representando interesses de certos setores ou da comunidade como um todo, a memória, transformada em senso comum, é uma referência de coesão identitária e faz parte da cultura política de uma determinada sociedade (PADRÓS, 2001, p. 80).

No conto analisado *As cartas à destinatária inexistente* a atitude de Kucinski, enquanto narrador, beira à rebeldia, pois, vítima da impotência, ele confronta o fatalismo, para reduzir, provisoriamente, sua penúria. O sujeito desnordeado revela o movimento de sua vontade: ora assume em si a realidade circundante, subjetivando-a, ora se projeta sobre ela, autossugestionando-se em uma ideia fixa. O fundamental, nesse sentido, sempre está dado no seu confronto direto com o real.

O leitor de Kucinski acompanha o transcurso do narrador pelo olhar do mesmo, os locais pelos quais ele transita deformam-se: imagens fragmentadas correspondem às tensões experimentadas em seu íntimo, e que se desenham como figuras refletidas em um espelho anamórfico. O narrador é atormentado por pensamentos e indagações que ressoam em sua cabeça, evidenciando um aspecto traumático do mesmo.

Se ela não tinha esse endereço, quem o deu ao sistema? Mistério. Como teria seu nome se colado ao meu endereço, nessa nebulosa da internet, na qual nada é deletado? O mais provável é que eu mesmo tenha associado nome a endereço; será quando requeri a declaração de ausência? Será quando pedi ao advogado que desse trâmite ao espólio? Será quando exigi da universidade a revogação do ato ignóbil de sua expulsão por

abandono de função? Nunca saberei quando isso aconteceu. Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar (KUCINSKI, 2003, p. 8).

O aspecto angustiante acentua-se em seu percurso diário. A sua existência converte-se em um estafante exercício voltado a preencher as lacunas criadas pela falta de Ana Rosa. O narrador se vê alienado em relação a um fluxo temporal. Ana Rosa não chegou a conhecer a casa em que o irmão vive, nem seus sobrinhos, nem o jardim. O narrador, por vezes, se perde no próprio percurso cronológico:

Essa casa ela nunca conheceu. Fiz a contagem dos tempos e descobri que já haviam transcorrido seis anos de seu desaparecimento, quando compramos a desgastada casa de velhos imigrantes portugueses. Não, ela nunca conheceu a nossa casa. Nunca subiu os degraus íngremes do jardim da frente. Nunca conheceu meus filhos. Nunca pôde ser a tia de seus sobrinhos. Eu sempre lamentei em especial essa consequência de tudo o que aconteceu (KUCINSKI, 2003, p. 8).

Ana Rosa não pôde percorrer os degraus íngremes do jardim da frente. Esse e tantos outros passos de sua caminhada foram roubados e suprimidos de forma violenta. O narrador lamenta as consequências trazidas por esse evento traumático. Lamenta a falta da irmã, da tia, da filha e da esposa, já que Ana Rosa não era apenas sua irmã, era também professora, filha e ativista para outros. Poderia ser inspiração para tantos, poderia ter filhos, poderia ser inúmeras coisas, pertencer a inúmeros lugares. Esses devaneios atormentam ainda mais o irmão de Ana Rosa, pois ele sabe que essas (im)possibilidades se convertem e ocupam apenas um espaço em sua própria imaginação, visto que a verdade é que Ana Rosa, jamais voltará.

Kucinski em seu romance conseguiu traduzir de modo excepcional os resultados existenciais de uma eterna busca para suprir as necessidades mais elementares de sobrevivência: um sentido para viver. Sendo assim, Kucinski atinge nuclearmente essa questão e constrói uma trama da busca, denunciando ainda como este fato acarreta no processo de perturbação constante deste indivíduo. Daí a constituição psíquica da personagem que busca incessantemente a verdade que lhe falta convertendo sua penúria cotidiana em uma situação existencial.

Sendo assim, é na literatura e nas artes que a voz narrativa desses acontecimentos traumáticos pode ser melhor ouvida, Mesmo que seja utópico pensar que a literatura pode servir de dispositivo testemunhal para sobreviventes de ditaduras violentas, ainda sim ela é uma das melhores ferramentas de (re)significação histórica e representação simbólica das práticas e traumas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A originalidade do romance contemporâneo *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski pode ser examinada a partir das diversas vozes usadas para tentar narrar o inenarrável. Na maior parte do romance, Kucinski assume a voz do pai de Ana Rosa, denominado “K.”, porém no conto analisado: *As cartas à destinatária inexistente*, o autor fala por si, fala da fraternidade decepada antecipadamente. A descrição do absurdo como uma manifestação literária traz a ficção como um veículo a serviço da revisão histórica nacional. Kucinski inteligentemente descreve eventos reais buscando revesti-los de ficcionalidade. A invenção ancorada no real traz à tona o gosto amargo da repressão e da ditadura.

A narrativa, por fim, evidencia uma situação traumática e agônica que foi, por muitas vezes, silenciada na Literatura brasileira. O romance representa a voz de muitos sobreviventes que perderam entes queridos e que são engolidos por um sistema opressor. O olhar do narrador em direção ao passado com a sensação de irrealidade vivida, evidencia a memória, mas também o esquecimento social do período traumático narrado. Os pontos mais evidentes do conto analisado são: a incapacidade do indivíduo de superar o evento traumático; a incessante busca por respostas aos familiares dos desaparecidos; a busca por uma memória social do período da ditadura e a reafirmação do trauma enfatizada pelo sistema opressivo e pelas grandes instituições.

O romance desmontável de Bernardo Kucinski soube capturar a essência dos sujeitos envoltos no brutalismo da ditadura militar, evidenciando o indivíduo traumatizado, cíclico e agonizante. Dessa maneira, a narrativa proporciona ao leitor um acesso diferente do registro histórico sobre a ditadura trazendo desacomodação e compartilhando memórias de um passado quase-esquecido.

REFERÊNCIAS

KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. Nº 22: (Jun. 2001) – *Literatura e Autoritarismo*: UFSM, 2001.

RICHARD, Nelly. Citar a violência: a rotina oficial e as convulsões do sentido. In; RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2002, p.75-92.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa – Tomo III/ Paul Ricoeur*; tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Villela-Petit – Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. Pulsional. Revista de Psicanálise. São Paulo: Escuta, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, VOL.20, N.1, P.65 – 82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma. Pro-Posições - vol. 13 N. 3 (39) set./dez. 2002.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
[@epublicar](https://www.instagram.com/epublicar)
[facebook.com.br/epublicar](https://www.facebook.com.br/epublicar)

MEMÓRIA EM DIÁLOGO:

VARIANTES DA HISTÓRIA, POLÍTICA
E CULTURA DO BRASIL

2

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZADORES



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
[@epublicar](https://www.instagram.com/epublicar)
[facebook.com.br/epublicar](https://www.facebook.com.br/epublicar)

MEMÓRIA EM DIÁLOGO:

VARIANTES DA HISTÓRIA, POLÍTICA
E CULTURA DO BRASIL

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZADORES

2



2022